



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

THIAGO ALVES NUNES RODRIGUES TAVARES

**O DISCURSO COLOCADO EM ÓRBITA: FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
E SUA HISTÓRIA GERAL DO BRASIL**

**RECIFE
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

THIAGO ALVES NUNES RODRIGUES TAVARES

**O DISCURSO COLOCADO EM ÓRBITA: FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
E SUA HISÓRIA GERAL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao
Departamento de História da
Universidade Federal de Pernambuco,
como exigência parcial para obtenção do
Título de Mestre em História.
Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina
Martins Guillem

**RECIFE
2010**

Tavares, Thiago Alves Nunes Rodrigues

O discurso colocado em órbita : Francisco Adolfo de Varnhagen e sua história geral do Brasil / Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares. -- Recife: O Autor, 2010.

213 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. 2010.

Inclui bibliografia.

1. História. 2. Varnhagen, Francisco Adolfo de. 3. Historiografia. 4. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. I. Título.

1	CDU(2. d.)	UFPE
100	CDD (22. ed.)	BCFCH2010/107



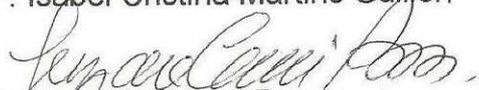
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

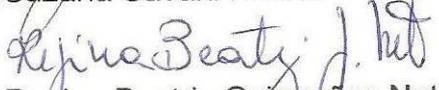
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO THIAGO ALVES NUNES RODRIGUES TAVARES

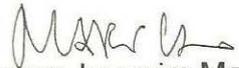
Às 14:00 h do dia 19 (dezenove) de Dezembro de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares**, intitulada **“O discurso colocado em órbita: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil”**, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO COM DISTINÇÃO”** em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Isabel Cristina Martins Guillen (Orientadora), Suzana Cavani Rosas e Regina Beatriz Guimarães Neto. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

Recife, 19 de Dezembro de 2005.


Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen


Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas


Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Marta Lopes Gomes

Dedico este trabalho a todos àqueles que de alguma maneira estiveram ao meu lado ao longo deste trecho do percurso. Obrigado pai, obrigado mãe, obrigado vô, obrigado Maruza. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, agradeço à minha orientadora. Obrigado, Profa. Dra. Isabel Cristina Martins Guillem por suas dicas, pela sua exigência e notadamente sua paciência.

Agradeço a todos que de alguma forma estiveram envolvidos com minha pesquisa, minha família pelo seu incentivo, minha namorada Maruza, pelo seu companheirismo e compreensão, aos funcionários da secretaria de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro por uma observação fulcral ao desenvolvimento das reflexões teóricas desenvolvidas ao longo deste trabalho; observação esta feita quando de realização de Simpósio Temático coordenado pelo mesmo no ano de 2004 na UFPE, no qual apresentei artigo com minhas primeiras conclusões sobre este trabalho.

Agradeço ainda à CAPES pela concessão de bolsa que viabilizou a realização do presente trabalho.

Muito obrigado.

“Olha só, que cara estranho que chegou
Parece não achar lugar
no corpo em que Deus lhe encarnou
Tropeça a cada quarteirão
não mede a força que já tem
exibe à frente o coração
que não divide com ninguém
Tem tudo sempre às suas mãos
mas leva a cruz um pouco além
talhando feito um artesão
a imagem de um rapaz de bem
Olha ali quem está pedindo aprovação
Não sabe nem pra onde ir
se alguém não aponta a direção
Periga nunca se encontrar
Será que ele vai perceber
que foge sempre do lugar
deixando o ódio se esconder
Talvez se nunca mais tentar
viver o cara da TV
que vence a briga sem suar
e ganha aplausos sem querer
Faz parte desse jogo
dizer ao mundo todo
que só conhece o seu quinhão ruim
É simples desse jeito
quando se encolhe o peito
e finge não haver competição
É a solução de quem não quer
perder aquilo que já tem
e fecha a mão pro que há de vir.”

(Marcelo Camelo)¹

¹ (Cara Estranho) Los Hermanos, CD Ventura, BMG, 2003.

TAVARES, Thiago Alves Nunes Rodrigues. **O Discurso Colocado em Órbita: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua história geral do Brasil.** 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

RESUMO

Frente às condições em que o Império do Brasil fora constituído, o acreditar na existência de um sentimento patriótico ou nacionalista subsequente à independência, é uma postura ufanista. Com vistas ao despertar destes sentimentos e a constituição da nação brasileira, o Império dá a si seus intercessores, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Von Martius e Varnhagen; uma cadeia de intercessores responsáveis pela elaboração de uma imagem de si e pela instituição de um estar no mundo. Pretendemos então, com presente trabalho, o estudo do fazer-se aceitar pelo movimento do autor Francisco Adolfo de Varnhagen e de sua História Geral do Brasil, a qual tem seu primeiro volume publicado em 1854 e o segundo em 1857. Entendemos os objetivos aos quais Varnhagen se propõe para que sejam efetivados por sua obra, sejam características fulcrais para a compreensão de sua aceitação por um movimento em que se imbricavam projeto civilizacional e produção do conhecimento histórico, para a construção da nação brasileira. Analisamos então, as imbricações entre as categorias discursivas História, Memória e Retórica.

Palavras-chave: Varnhagen. IHBG. Historiografia.

RÉSUMÉ

Affrontez aux conditions où l'empire du Brésil est constitué, croyant l'existence de suivant un patriotique ou nationaliste se sentant à l'indépendance, c'est une position fière. Avec la vue à wakening de ces sentiments et à la constitution de la nation brésilienne, l'empire donne ses intercessores lui-même, en tant qu'i Istitut Histórico et Geográfico Brasileiro, von Martius et Varnhagen; une chaîne des intercessores responsables pour l'élaboration d'une image de elle-même et pour l'établissement d'un à être dans lê monde. Nous prévoyons alors, avec le travail actuel, l'étude de devenir à accepter pour le mouvement de l'auteur Francisco Adolfo de Varnhagen et de sa histoire générale du Brésil, ce qui a son premier volume édité en 1854 et comme en 1857. Nous comprenons les objectifs au qui Varnhagen s'il considère ainsi qu'ils sont accomplis par son exécution, ils sont des fulcrais caractéristiques pour l'arrangement du son acceptation pour un mouvement où si projet de civilizacional et production de l'imbricavam historique de la connaissance, pour la construction de la nation brésilienne. Nous analysons alors, l'imbricações entre l' Histoire de catégories de discursivas, Mémoire et Rhétorique.

Mots-clés: Varnhagen. IHBG. Historiographie.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DESTERRITORIALIZANDO E RETERRORIZANDO.....	27
2.1	Enxerto	28
2.2	Enraizamento	43
2.3	Desenvolvimento	56
2.4	Florescimento	69
3	AMADURECIMENTO E REPRODUÇÃO DE SI	80
3.1	Amadurecimento	80
3.2.	Órgãos Reprodutores	87
3.2.1	Masculino	87
3.2.2	Feminino	114
3.2.3	Reprodução	118
3.3	Polinizando	125
4	REPRODUÇÃO	139
4.1	A Orquídea	139
4.2	A Vespa	149
4.3	Polinizado	166
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	REFERÊNCIAS	203

1 INTRODUÇÃO

“[...] para quem vive em sociedades como a nossa, a construção dos imaginários tem uma importância particular [...] Não se mexe com símbolos impunemente. Eles são o resíduo ético de tradições seculares, preconceitos arraigados nos corações e mentes.”

(Roberto Romano)

Pensar o processo de produção do conhecimento histórico apresenta-se como tarefa árdua. Porém apaixonante. Ao enveredarmo-nos pelos sinuosos e labirínticos caminhos norteadores da produção historiográfica, constatamos que as matrizes discursivas responsáveis pelo fazer-se da História, quer seja dela apresentada como uma verdade, segundo propunha a cultura historiográfica oitocentista, ou de nossas representações, como entendemos a produção historiográfica corrente, constatamos que a produção desta categoria discursiva, se nos apresenta de forma entrelaçada e dinâmica, em rizoma com as ordens discursivas estabelecidas sincrônica e localmente. Apresentando-se a atividade última do trabalho do historiador, os procedimentos sintéticos da produção historiográfica, como um ponto de convergência de mundo².

Invariavelmente, ao aprofundarmos nossas reflexões acerca da produção historiográfica e especificamente, a que hora investigamos, a oitocentista brasileira, observamos que existe um evento nesta diacronia, o qual é transformado em fato pela historiografia, devido à importância que lhe é imputado.

Este evento, é a publicação de *História Geral do Brasil*³, o “quadro de ferro” segundo as palavras do historiador cearense Capistrano de Abreu, paradigma

² Acreditamos que o ato de materialização de conhecimento sobre o passado, esteja para além de um “simples” ato de escrita, haja vista, o historiador sintetizar no momento em que se constitui na escrita, seu eu, seu mundo, seus interesses e opções, além de uma bagagem de conhecimentos metodológicos e teóricos nos quais se respalda sua prática.

³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da

norteador da produção historiográfica no Brasil oitocentista, obra forjada por Francisco Adolfo de Varnhagen em consonância com os interesses da cadeia de intercessores imperiais congregada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O evento da publicação de *História Geral do Brasil*, é então tornado fato e pregado pela bibliografia especializada em historiografia brasileira, como o surgimento, a fundação de uma produção historiográfica nacional, pois ela é considerada a “mais completa”, a “mais bem documentada”, o início da historiografia nacional, como poderemos constatar quando em análise aos comentadores da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, os quais apresentaremos sucintamente na introdução e de forma mais demorada no desenvolvimento do corpo do trabalho.

É tida desta maneira, como um discurso que deve servir de paradigma para todos aqueles que ousassem ou pensassem historicizar o fazer-se do Império brasileiro.

Tomando-se então esta postura de gênese, como tem refletido os estudiosos da história de nossa história, Francisco Adolfo de Varnhagen, é considerado pela literatura especializada no fazer-se historiográfico nacional, como o “Heródoto Brasileiro”, o pai da historiografia nacional, um historiador mistificado (GIRARDET, 1987, p. 13)⁴, segundo pudemos constatar ao longo de nossas pesquisas para a realização do presente trabalho.

Em se tratando de uma reflexão que procura analisar a constituição de uma narrativa histórica brasileira, não podemos obliterar o nome de José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1965, 1970, 1978), o qual analisa o discurso de Francisco Adolfo de Varnhagen, a partir do *lócus* de onde o Varnhagen se encontra inserido.

Espanha e da Holanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil. Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854. T. I. 1. ed. e VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**. Isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e DEDICADA A SUA MAGESTADE IMPERIAL O SENHOR D. PEDRO II. Madrid, Imprensa de J. del Rio, 1857. T. II. 1ª Ed. Com estampas.

⁴ Como nos diz Raol Girardet, citando Mircea Eliade, “O tempo fabuloso dos começos, o mito conta como uma realidade chegou a existência, quer seja a realidade total, o cosmos ou apenas um fragmento, uam ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição, ou ainda: a noção de mito permanece confundida com a de mistificação, ilusão, fantasma ou camuflagem, o mito altera os dados da observação experimental e contradiz a s regras do pensamento lógico”. Acredito que é isto, uma mistificação, que ocorre com a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, pois como podemos constatar, a pratica da produção historiográfica não e algo que tenha seu inicio com este historiador, já que considero que o mesmo se insira num movimento pré-existente.

Rodrigues evidencia a prática de Varnhagen como a de um historiador engajado afeito às posições políticas do Estado Imperial:

Disto tudo resulta uma concepção histórica que não podia dar mais do que deu. [...] Sua seleção de fatos se orientava por estes princípios [...] Seus objetivos pragmáticos em busca da lição da história, que servisse à administração e ao governo, era um velho ideal [...]. (RODRIGUES, 1970. p. 148).

Certamente, os estudos realizados por J. H. Rodrigues são de grande valia para o trabalho que hora desenvolvemos, mas consideramos como uma deficiência da obra de cunho historiográfico do referido autor, o analisar *História Geral do Brasil* de forma isolada, a partir das opções de Varnhagen, portanto carente de uma de uma relação mais ampla com aquilo que a cerca e a constitui, com aquilo que faz rizoma. Com o projeto civilizacional delineado pelos dirigentes imperiais e com a cultura historiográfica oitocentista.

Já Odália dá grande ênfase ao papel da história e da importância dos historiadores no despertar do sentimento de nacionalidade e por conseguinte, na construção da nação, sem no entanto correlacionar o discurso proferido por Varnhagen às aspirações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aos dirigentes imperiais ali congregados, e ainda com os demais discursos científicos veiculados a época da elaboração de *História Geral do Brasil*.

Manoel Salgado Guimarães em seu seminal artigo, diversamente das reflexões “fechadas” propostas por José Honório Rodrigues, pensa a construção de uma “identidade nacional” em termos mais amplos, a qual se faz juntamente ao processo de consolidação do Estado nacional (GUIMARÃES, 1988, n. 1, p. 05-28).

Guimarães reflete sobre pragmatismo adquirido pelos produtores do discurso histórico ao longo do século XIX, o qual deveria ser um dos instrumentos que influenciariam no desenvolvimento do sentimento de nacionalismo e posteriormente, da nação propriamente dita.

O autor considera paradoxal o desenvolvimento da reflexão historiográfica no Brasil, pois para um império que se acreditava como portador das luzes no novo mundo, o *locus* a partir do qual eram proferidos os discursos, apresenta-se como uma reminiscência Iluminista, uma academia de escolhidos, como era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que podemos considerar como um retrocesso, haja vista o IHGB ter por parâmetro de suas atividades, o *Institute Historique de*

Paris, e a produção historiográfica européia. Segundo salienta Guimarães, a produção do conhecimento histórico na Europa ao longo do oitocentos, não mais se desenvolvia nestas agremiações ilustradas e sim no competitivo mundo acadêmico, onde os agentes produtores do conhecimento histórico, assim como suas obras não mais alcançavam reconhecimento por relações sociais e sim por competência e em cada domínio do saber.

Feita esta reflexão, Guimarães passa a analisar, assim como os demais historiadores supracitados, que tipo de história o IHGB pretendia produzir⁵, a fim de marcar uma nova individualidade no contexto mais amplo dos Estados nacionais. Analisa então artigos e debates veiculados nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como parte de um projeto de forja da nação brasileira e civilização de seus povos, e constata que três temáticas absorvem 73% da produção do *establishment*: em primeiro lugar a questão indígena, sendo estudados seus grupos, cultura, usos, cultura, língua, experiências de catequese, a utilização do nativo como força de trabalho; em segundo lugar, temos os debates referentes às expedições científicas que esquadrihavam o território; e por último, debates referentes à história regional (GUIMARÃES, op. cit., p. 23-4).

Acreditamos ser explicável a grande preocupação para com a questão indígena dispensada nos “trabalhos sociais” do *establishment*, pois a fabricação do IHGB, se insere em momento em que é posta em curso a reflexão sobre as origens daquilo que deveria ser a nação brasileira, daí auto-explicar-se a proposição da elaboração de um trabalho como o proposto por Januário da Cunha Barboza, com o título: *Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões conviria seguir o sistema dos jesuítas fundado principalmente na propagação cristianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados do que os atuais?* (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Tomo II, p. 3, 1840).

Voltando às proposições de Guimarães, em seu entender, a produção historiográfica nacional, segue, no que diz respeito ao tipo de história produzida, os ditames das grandes narrativas de legitimação dos estados nacionais, notadamente da historiografia francesa, onde a produção do conhecimento histórico se realizava

⁵ Assim como os historiadores supracitados, Guimarães não nos oferece subsídios e fontes que evidenciem que tipo de discurso histórico era almejado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

imbricada à questão nacional, diferindo apenas o *lócus* a partir de onde estas narrativas fundacionistas são produzidas. Analisa a formação e objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se constitui como uma academia de ilustrados de tradição iluminista em que os integrantes se vinculam ao *establishment* de onde são proferidos os discursos através de relações sociais que são estabelecidas entre o Instituto e seus pares, em contraposição à produção do conhecimento histórico europeu, onde a escrita da história e os historiadores proferem seus discursos tendo por premissa a competitividade do mundo acadêmico.

Guimarães acredita ser a história um tipo de conhecimento necessário para que a nação se consolide,

implantado o Estado Nacional impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação Brasileira” capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações de acordo com os novos princípios orientadores da vida social do século XIX. (GUIMARÃES, op. cit., p. 06).

Enquadrando-se a esta linha de refletir sobre a elaboração de grande narrativa nacional, citamos duas obras da historiadora Lilia Moritz Schwarcz que trazem reflexões sobre o assunto.

Em “*O Espetáculo das Raças*” (SCHWARCZ, 1993), a autora, assim como parte dos estudiosos da história de nossa história, atém-se aos objetivos do *establishment* histórico nacional: “Criado logo após a independência política do país [...] construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, op. cit., p. 99). Já em “*As Barbas do Imperador*” (SCHWARCZ, 1999), no capítulo 7, “Um monarca nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II, formando uma cultura local: A ciência sou eu”, Schwarcz reflete sobre o projeto que se demonstra oficial em suas práticas, pois visa destacar uma memória e reconhecer uma cultura. Tal projeto, o de legitimar uma existência através da uma produção cultural, deve buscar sua legitimação na diferença, daí a autora ponderar mais demoradamente acerca do projeto nativista do que sobre o civilizacional, aquele o projeto ao qual o Imperador Pedro II mostrava-se mais afeito.

Para tanto, analisa então a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, refere-se ao concurso proposto para a escolha de uma monografia norteadora da escrita de uma história nacional em 1840, e pondera brevemente acerca das premissas deste projeto, assim como as posições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quanto ao outro político (repúblicas) e o outro étnico (negros e índios).

Uma das obras mais conhecidas que se propõe a desenvolver uma reflexão referente à construção de uma “identidade nacional”, é a de José Carlos Reis (1999), onde o autor estereotipa Francisco Adolfo de Varnhagen, como o “Heródoto brasileiro”, o fundador da história do Brasil, portanto atribuindo a *História Geral do Brasil*, um caráter de gênese na historiografia nacional.

Reis, desenvolve seu estudo referente a Varnhagen e *História Geral do Brasil*, enfatizando premissas que deveriam nortear a construção de uma narrativa de emancipação nacional para a jovem nação brasileira, para tanto, faz uma breve análise referente ao surgimento e propósitos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Consta que os trabalhos do *lôcus* do saber histórico nacional, “deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento nomes de seus melhores filhos” (Idem, p. 26), ou seja, uma história *maestra vitae*, analisa ainda o projeto vencedor do concurso proposto pelo Instituto⁶, do qual foi vencedor Von Martius com sua monografia “Como deve ser escrita a História do Brasil”.

Acreditamos que aí, resida um dos problemas referentes ao estudo deste projeto, pois o mesmo, sempre é analisado de forma hermética, não são estabelecidas relações com outros discursos e saberes científicos constituídos sincronicamente, como a própria botânica, a qual praticava aquilo que aspiravam os dictos da cultura historiográfica oitocentista, aspiravam a uma descrição na qual o sujeito do conhecimento se anulasse para melhor representar e apresentar seu objeto de observação. Cabe então, lançar de antemão um questionamento: quais as bases epistemológicas sobre as quais se erige este projeto?

⁶ Curiosamente, sempre que se refere ao concurso proposto pelo Instituto, ele é apresentado como um evento que se originou da necessidade de se construir uma narrativa do devir brasileiro, e assim o sendo, o cônego Januário da Cunha Barboza, no ano de 1840, propõe um prêmio aquele que escrever o mais acertado plano para nortear a escrita de uma história do Brasil, mas este mesmo que a historiografia corrente apresenta como o mentor do concurso, apresentou-se contra o mesmo em sessão do Instituto, é necessário desta forma evidenciar esta posição ambígua apresentada pelo cônego e ao que parece, ignorada pela historiografia corrente. Demorarei mais sobre este assunto ao longo do Segundo Capítulo.

Realiza ainda breve análise biográfica daquele que considera o Heródoto brasileiro, além de pontos de vista, críticas e elogios à sua obra maior, *História Geral do Brasil*, formulados por algumas “autoridades” dos estudos historiográficos, onde são analisados aspectos relacionados às opções políticas e econômicas de Varnhagen. Por fim, faz referencia a alguns tópicos abordados por Varnhagen, como a Natureza Selvagem, os Indígenas, O Descobrimento, a Vitória dos portugueses sobre franceses e holandeses, os Negros e a Escravidão, a Família Real e Independência, e por último, Varnhagen e a “Verdade Histórica”.

Tratamento linear a este processo de nosso fazer-se como representação histórica, é dispensado também por Francisco Iglesias (2000).

Assim como Reis, Iglesias, ao tratar do assunto que aqui nos interessa, a primazia de *História Geral do Brasil* frente às demais obras de história nacional existentes à época, também atribui a Varnhagen, um caráter de gênese, no entanto, diverso daquele proposto por Reis. Iglesias não considera Varnhagen como o primeiro historiador nacional, pois acredita que Southey, “escreveu a primeira história do Brasil realmente importante” (Idem, p. 57) porém atribui maior importância à história forjada pelo historiador sorocabano devido aos procedimentos de validação de sua representação histórica materializada em *História Geral do Brasil*, as bases sobre as quais constrói a sua narrativa.

Realizada essa discussão referente a quem é o nosso primeiro historiador, na qual se insere, “disputando” o título, Robert Southey, Varnhagen e o comerciante inglês John Armitage, o autor traça um brevíssimo panorama contextualizando em meio a que se inicia a produção historiográfica nacional, dá ênfase nesta contextualização, a aspectos de cunho político, mais especificamente, a estrutura política herdada do período colonial (o que segundo constatamos em nossas pesquisas, é prática comum entre a maioria dos historiadores).

Desenvolve sucinta análise dos objetivos do IHGB e do projeto de Martius, cita da mesma forma aspectos da formação acadêmica e da prática profissional de Varnhagen, considerando-o como fruto mais marcante da renovação característica do novo período em se tratando dos procedimentos e metodologia para a elaboração de sua História do Brasil. Analisa também, alguns aspectos da obra maior de Varnhagen, como sua visão acerca dos nativos, dos negros, da escravidão,

e o considera como o “fundador de uma escola histórica” (FOUCAULT, 2002, p. 20)⁷. Já Frederico de Castro Neves (NEVES, v. 2, n. 31, 2000), apresenta uma abordagem mais crítica acerca da construção e objetivos a serem efetivados com a forja de um discurso da gênese brasileira.

Segundo Neves, a proposição de um concurso sugerido pelo cônego Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o cônego Januário da Cunha Barbosa, pretendia transmitir interpretações do passado como possibilidade de atuar sobre o presente e futuro, visando ainda “*integrar o Brasil no conjunto das nações civilizadas de matiz europeu*”, ressaltando o sucesso da empreitada colonizadora, e tendo o homem branco como motor da história e depositário de valores e cultura civilizados, pois só desta forma o Brasil seguirá seu caminho linear e teleológico rumo ao alvorecer de uma grande nação.

De acordo ainda com Neves, este discurso de gênese traz em seu bojo o *gérmen* de uma das teorias mais arraigadas na produção do conhecimento histórico brasileiro, a democracia racial, e uma das maiores “heresias” praticadas contra a história, o anacronismo⁸. São apontadas ainda, outras características que são peculiares à obra de Varnhagen, como o olhar preconceituoso – eurocêntrico – o cristianismo, como único meio de salvação, e o tom principal da obra, que inspira um ufanismo, sob os bastiões do amor pátrio, coragem, virtude e prudência, tudo muito bem dosado e com objetivo bem claro, criar um passado digno de ecoar e ensinar a posteridade, uma verdadeira *maestra vitae*.

Por fim, fazemos algumas considerações sobre a obra de Arno Wehling (2000) a qual em nosso entender, apresenta-se como estudo imprescindível à realização deste trabalho.

Wehling, apresenta-se como um dos maiores estudiosos brasileiros da construção da “identidade nacional brasileira”, o qual realizou verdadeiro trabalho de

⁷ Francisco Iglesias, ao propor que Varnhagen tenha sido o fundador de uma escola, História Geral do Brasil, uma obra que exerce influência a mais de 140 anos se aproxima muito da reflexão desenvolvida por Foucault acerca do conceito de *Herkunft*, infere-se desta forma que a obra prima de Varnhagen se apresenta como: “tronco de uma raça, é a proveniência; é o antigo pertencimento a um grupo – do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixaza”.

⁸ De acordo com ponderação desenvolvida por NEVES, nossa história nacional desenvolveu-se tendo em seu seio, forte caráter anacrônico, pois: “[...] a identificação imaginária entre Estado e território permite retroceder ao momento da chegada das frotas européias -seja de Cabral ou de Pinzón - como ato inaugural de uma civilização nacional, o que de fato só irá se constituir no século XIX. O “*Brasil*” do século XV, é portanto, uma referência mitológica, que apesar de anacrônica, ganha materialidade na produção historiográfica herdeira do IHGB e, por extensão, na própria consciência histórica nacional.” NEVES, Frederico de Castro. Op. cit.

exegese sobre a obra de Varnhagen, em especial, *História Geral do Brasil*, desenvolvendo reflexões que muito nos auxiliaram no desenvolvimento do presente trabalho. Wehling, dedicou atenção especial às relações e estruturas de poder e produção do conhecimento histórico na legitimação do Estado brasileiro, mas no entanto, não dá ênfase ao papel de *História Geral do Brasil* como um dos instrumentos de construção da nação.

Podemos dizer após esta análise que se tem dado a Francisco Adolfo de Varnhagen e sua *História Geral do Brasil*, que apesar de muito estudada e debatida, as abordagens até então propostas, não esgotam novas possibilidades de novas análises sobre o mesmo objeto, pois diversamente dos historiadores supracitados, acreditamos que Varnhagen, não surja como nosso primeiro historiador, ou seja tomado como um Heródoto, acreditamos que ele esteja envolvido por um processo, o de legitimar o Estado e fabricar a nação através do uso retórico do discurso histórico cirurgicamente construído, é o que se pretende evidenciar ao longo deste trabalho.

Ele, Francisco Adolfo de Varnhagen e sua *História Geral do Brasil*, se inserem naquilo que podemos considerar como uma comunidade rizomática, pois de acordo com Deleuze: “Um rizoma não começa nem exclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser intermezzo” (DELEUZE; GUATTARI, v. 1, 1995, p. 37), em meio a um projeto civilizacional, em meio a uma realidade sincrônica, à interesses sincrônicos, e neste “*intermezzo*”, Varnhagen e *História Geral do Brasil*, são intercessores de um determinado presente.

Certamente, a obra proposta por este tido por Heródoto brasileiro, apresenta-se como um progresso no que diz respeito ao rigor metodológico com que é construída, pois numa sincronia marcada por uma mentalidade de cunho cientificista, como era a do século XIX, ela sofre ressonâncias de conhecimentos que se constituíam como científicos. Esta, é uma constatação que não podemos obliterar, mas via de regra, *História Geral do Brasil*, é analisada a partir de dentro, dos aspectos como os procedimentos de sua construção, a visão do autor sobre alguns assuntos, como índios, negros, brancos, miscigenação, ou ainda como signo daquela história combatida por ser *evenementielle*.

História Geral do Brasil, é analisada “dentro de uma estufa”, sem se atentar para condicionantes externos, como cultura, sociedade e ciência. Quando muito, relacionam-na à política imperial e a um tipo de produção historiográfica tipicamente

oitocentista, uma história engajada e teleológica – resquícios da pretensamente expurgada filosofia da história.

Temos por objetivo então, ao longo deste trabalho de pesquisa, realizar uma investigação referente à colocação em órbita (DELEUZE, 1995, p. 151)⁹ da obra maior daquele que é considerado por alguns estudiosos de historiografia, como o “Heródoto Brasileiro”, Francisco Adolfo de Varnhagen, pelo *lócus* do saber oficial do Império, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Pretende-se desta maneira, analisar como o passado constitui-se narrativamente em uma dada realidade e para tanto utilizaremos ao longo de nossas ponderações, categorias analíticas propostas por Gilles Deleuze em sua obra “Mil Platôs”, referentes ao rizoma, a orquídea e a vespa, pois acreditamos que as mesmas se apresentem como seminais para a reflexão historiográfica que se desenvolve em rizoma com vários ramos do conhecimento ao longo do século XIX. Um discurso que se desenvolve a partir de relações com as demais ordens discursivas, em especial, a botânica. Tal metáfora, possibilita ainda, que se analise *História Geral do Brasil*, como uma obra que se insere num processo, e não como ponto de partida, o marco zero de uma produção historiográfica. Portanto, possibilita que seja evidenciada a dinamicidade do processo.

Segundo pudemos constatar ao longo de nossos trabalhos de pesquisa, o século XIX, evidencia-se como um período em que ocorre uma profissionalização da reflexão e prática historiográfica propriamente dita, e ainda, um período inflacionário no que diz respeito à reflexão e produção do conhecimento historiográfico.

Época em que esta categoria discursiva, a de memorializar, tornar imortal, através da representação histórica, passa a fazer-se ressonando discursos de outros ramos do conhecimento que já possuíam o “almejado” *status* de científico, conhecimentos como as ciências naturais e a física: “A história científica quer ser objetiva, isto é, quer formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como estimava que faziam as ciências naturais” (REIS, 1996).

⁹ Utilizamos aqui e utilizaremos ao longo do trabalho o termo “colocar em órbita”, a partir das reflexões de Deleuze, pois para o filósofo francês: “...o movimento se define cada vez menos a partir de um ponto de alavanca. Todos os novos esportes - surfe, windsurf, asa delta- são do tipo: inserção numa onda preexistente. Já não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, “chegar entre em vez de ser origem de um esforço”.

Frente à este desenvolvimento e disciplinarização da produção do conhecimento histórico, marcada pelo racionalismo, são recusadas as filosofias da história, quer seja em sua vertente metafísica ou racionalista, pois propunham um conhecimento de caráter especulativo, sem fundamentação empírica.

Em contraposição, às filosofias da história, a história que pretendia atingir o reconhecimento de ciência (REIS, 1996, op. cit., p. 7)¹⁰, passa a ser construída sobre bases empíricas, a partir daquilo que é conhecido pela percepção, pelos sentidos, pois se os eventos, dentro da concepção historiográfica oitocentista, eram realizados pelos grandes homens, o seu conhecimento, também era possível.

Pretendeu-se a partir de então, a construção de um conhecimento *a posteriori*, contrapondo-se ao conhecimento especulativo e a *a priori* proposto pelas filosofias da história, não mais se profetizaria sobre o futuro, como pretenderam Kant e Hegel, e acredito que o discurso histórico como o oitocentista, supostamente, construído de forma científica, já é um fato que atribui ao discurso histórico, um certo halo, um discurso a ser respeitado e obedecido, instituinte de práticas, quer seja sob a égide do Idealismo, Romantismo, Historicismo, Marxismo, Positivismo, *grosso modo*, podemos dizer que estas foram as principais categorias historiográficas que se constituíram no decorrer do “Século da História”, cada qual arregimentando uma verdadeira comunidade de praticantes.

Dentre os supracitados, daremos, neste trabalho, maior importância a um dos paradigmas: o Romântico (FALCON, 1997, p. 65)¹¹, pois o objeto de análise deste estudo, é a construção de uma determinada representação coletiva para o jovem Estado nacional pelo *establishment* historiográfico brasileiro, assim como sua primazia frente as demais, narrativa esta que deveria orientar na consolidação de uma nação (FALCON, op. cit., p. 65)¹².

¹⁰ Segundo Jose Carlos Reis, “Este esforço de constituição de uma história científica no século XIX, tomou três direções principais: a orientação rankiana que quer aproximar a história do modelo científico da física, a orientação diltheyniana, que quer descobrir o que há de específico no conhecimento histórico que o torne uma ciência diferenciada das ciências naturais, e a orientação marxista, que submete o conhecimento histórico-científico à sua relação com a realidade histórica à práxis”.

¹¹ “O romantismo associou as idéias de povo e nação como constitutivas de uma mesma identidade coletiva, manifesta na língua, na história e na cultura comuns”. Infere-se daí, que esta história além de legitimar o Estado brasileiro, deveria ser depositário de valores nacionais, uma verdadeira identidade cultural”.

¹² Em **Domínios da História**, FALCON nos diz: “Contra as concepções iluministas consideradas abstratas e absurdas – racionalismo extremado, universalismo etico-jurídico e histórico, naturalismo

Este pensar na construção de uma grande narrativa legitimadora do Estado brasileiro, apresenta-se com um objetivo maior do que uma certidão de nascimento que pretende inserir o Jovem Estado em meio de um contexto mais amplo que o é a das grandes nações de matiz europeu, como propõe o Professor Frederico de Castro Neves (op. cit.)¹³.

Pensar numa análise de uma grande narrativa legitimadora da emancipação e esclarecimento, pode soar, atualmente, como algo retrogrado, quando o cerne da reflexão historiográfica aponta para os estudos de caráter social, de gênero, estudos locais, culturais, de leituras de mundo, memória, dentre uma infinidade de outras micro-abordagens, mas pretende-se aqui desenvolver uma reflexão historiográfica imbricada a algumas destas categorias históricas que tanto chamam a atenção na contemporaneidade, os jogos de poder e de discurso, o inserir-se numa ordem discursiva como acontece com *História Geral do Brasil*, um jogo, uma luta pelo poder de narrar, criar uma verdade sobre o “Jovem Império”, que para tal empreitada, dá a si uma cadeia de intercessores responsáveis pela criação de uma imagem de si e pela formulação de seu estar no mundo.

Hoje, acreditamos ser uma tarefa inexequível, esta de se escrever uma grande narrativa nacional, mas ao longo do século XIX, elas se constituíram como o cerne da produção historiográfica em voga, exercendo papel fundamental na legitimação de Estados e direcionando a construção de nações, principalmente daquelas que foram submetidas por práticas imperialistas no oitocentos (SAID, 1995)¹⁴, e posteriormente conquistaram sua “independência”, pois

fiscalista – o romantismo propôs e defendeu perspectivas quase diametralmente opostas: o papel e a importância do sentimento, a intuição, o individualismo, o organicismo e a história”. Acredito que os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro compartilhassem destas posições assumidas pelos românticos, fato que será evidenciado ao longo deste trabalho.

¹³ Segundo o professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Frederico de Castro Neves, “...não estava criando mais uma celebração de suas próprias primeiras figuras de destaque, nem ao menos propondo mais uma possível interpretação sobre a sociedade brasileira. O que estava em jogo, neste momento crucial, era a criação pioneira de uma identidade nacional que pudesse legitimar a existência de uma totalidade - o Brasil – e de um Estado _ Imperial – no contexto da integração das diversas regiões e realidades sociais que compunham o território sobre o qual se estabeleceu a presença colonizadora portuguesa no Brasil”.

¹⁴ Para Edward Said, “O que precisa ser lembrado e que as narrativas de emancipação e esclarecimento em sua forma mais vigorosa também foram narrativas de integração, não de separação, histórias de povos que tinham sido excluídos do grupo principal, mas que agora estavam lutando por um lugar dentro dele”.

A nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro. Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras, grandes vultos, [...] tornar-se modelos para as futuras gerações. (REIS, 1999, op. cit., p. 25).

Era necessário aos Estados nacionais se reconhecerem e serem reconhecidos, era necessário, através de um objeto simbólico, que o é uma representação coletiva, criar um consenso em torno de determinada causa, um discurso que mobilizasse corações e mentes em nome da criação de um “*sujeito sociológico*” (HALL, 2003, p. 12)¹⁵.

Partindo desta possibilidade, a de se usar o discurso historiográfico como um objeto instituinte de práticas, acreditamos na possibilidade de uso retórico da história, e não na redução da história a uma dimensão retórica e narrativa como propõe os cépticos, redução do discurso histórico a um objeto construído na intencionalidade de convencimento, despreocupada com a verdade. Os Estados dão a si para criar uma representação coletiva sobre os mesmos, uma cadeia de intercessores, quer seja sob a forma de instituições responsáveis pela escrita da história, ou por historiadores propriamente ditos, responsáveis pela invenção de representações coletivas, e que ao longo do oitocentos, eram pregadas como verdades sobre os mesmos.

No primeiro capítulo de nosso trabalho, será oferecida uma contextualização do cenário social, político, e econômico e cultural do Império Brasileiro no íterim compreendido entre a internalização da metrópole na América portuguesa e a segunda metade da década de 1850, onde se inserem a fabricação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1838, e a edição de História Geral do Brasil, pois acreditamos ser necessário inserir o *establishment* e a “nova história” de Francisco Adolfo de Varnhagen num contexto mais amplo em que o mesmo possa ser compreendido em seus objetivos e práticas, assim como do fazer-se aceitar pelo movimento de *História Geral do Brasil*.

Privilégio será dispensado às práticas sociais da cidade do Rio de Janeiro, pois a capital cultural e política do Império e residência oficial da corte, se apresentava

¹⁵ De acordo com HALL, o sujeito sociológico, é aquele que: “[...] reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formadora relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para ele os valores, os símbolos e sentidos – a cultura dos mundos que ele/ela habitava [...] a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. [...] Estabilizado tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitavam, tornando amplos reciprocamente mais unifica dos e previsíveis”.

como verdadeiro centro propagador de costumes, modos, decisões políticas e econômicas que ressoavam nos sertões e litorais mais longínquos do Império Tropical, mas isto não deverá ser motivo a eclipsar uma análise de regiões tidas como problemáticas para a política de unidade imperial, como os movimentos da Revolução Praieira, a Cabanada, a Sabinada, Balaiada e Farroupilha, movimentos que podemos considerar como uma prática de protonacionalismo, como propõe Hobsbawm em seu “Nações e Nacionalismo”.

Utilizaremos ao longo desta etapa do trabalho para a montagem de uma contextualização das relações que levam a institucionalização da reflexão e produção historiográfica nacional, obras de historiadores brasileiros dos mais variadas perspectivas teóricas e metodológicas.

Voltando ao tópico que foi suscitado anteriormente, o referente à redução do discurso histórico a retórica, devemos salientar que acreditamos, e é um dos aspectos que se pretende analisar ao longo deste trabalho, no uso retórico do discurso historiográfico no intuito de se mobilizar uma determinada comunidade em torno de uma causa, no caso, a construção de uma nação. O que possui o discurso por Varnhagen neste aspecto que o faz ser colocado em órbita?

A construção de um discurso, tendo este como propõe Enny Orlandy: “*A palavra em movimento, um objeto simbólico capaz de estruturar as relações sociais*”, e é exatamente isto que se pretende debater neste trabalho. O que aspirava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de uma história nacional? A que tipo de história estava aberto o Instituto? O que faz com que a “nova história” de Varnhagen seja apropriada e colocada em órbita pelo *establishment*? Acredito que dizer que Varnhagen teve sua *História Geral do Brasil* colocada em órbita por seguir os ditames propostos por Martius, seja muito pouco.

Para responder a tal questão, ao longo do segundo capítulo deste trabalho desenvolveremos uma reflexão referente aos objetivos e aspirações do *establishment*, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual será evidenciado como uma “comunidade de imaginação” (BACZKO, 1985, p. 306), para com este discurso histórico.

Tomaremos então o IHGB, como uma comunidade de imaginação, devido ao fato de seus integrantes terem por objetivo, a construção de um determinado tipo de conhecimento histórico, um discurso que exaltasse os grandes feitos de “varões preclaros de excelentes qualidades” a fim de instruir as ações dos vindouros e ainda

na mobilização dos sujeitos para a construção da nação, pois acreditavam na inspiração dos homens do passado, tornados vultos, imagens distorcidas do real, para balizar as ações dos homens, portanto acreditavam num uso retórico da história, a história *Maestra Vitae*. Um uso retórico, como proposto por Aristóteles e citado por Ginzburg, a história em seu caráter deliberativo, um *paradeigma* (GINSBURG, 2002, p. 49)¹⁶.

Serão utilizadas ao longo deste capítulo como fontes, as Revistas Trimestrais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicadas no ínterim compreendido entre 1839 e 1858, ano em que se publica o primeiro tomo da RIHGB, até aquele que trás comentários referentes a publicação de segundo volume de *História Geral do Brasil*.

Destas revistas, foram analisados especialmente, os estatutos de atividades do IHGB, discursos de posse dos presidentes, relatórios anuais, e ainda os discursos proferidos nas “sessões publicas anniversárias” do Instituto, pois considero tais discursos de extrema importância para que possamos compreender e mapear os objetivos do *establishment* para com uma obra de história nacional.

Através do que é dito em tais discursos, poderemos evidenciar o IHGB, como uma comunidade de imaginação que aspirava criar uma determinada “imagem” do Brasil, tornam-se então responsáveis pelos parâmetros elaboração de um imaginário daquilo que deveria ser o Brasil (BACZKO, op.cit., p. 309)¹⁷, um verdadeiro referencial estabilizador das práticas cotidianas. Emblemática a este respeito, e a reflexão proposta por Bronislaw Baczko ao referir-se aos meios de comunicação contemporâneos no diz que os quais “*não param de repetir que é preciso imaginação social para controlar o futuro, para enfrentar problemas e conflitos inéditos, para se adaptar ao choque do futuro, etc.*”, e esta, é uma reflexão que podemos aplicá-la literalmente ao tipo de discurso aspirado pelos integrantes do

¹⁶ Segundo Ginzburg ao referir-se ao pensamento de Aristóteles, existe três tipos de retórica: a deliberativa, a epidictica (ou seja: dirigida à censura ou ao aplauso) e judiciária. A cada um deles corresponde uma dimensão temporal diversa: o futuro, o presente e o passado: “[...] As provas técnicas são 2: o exemplo (paradeigma) e o entimema, os quais correspondem, em âmbito retórico, à indução e ao silogismo em âmbito dialético. O exemplo e o entimema se consagram, respectivamente, à oratória deliberativa e à judiciária; o encômio à oratória epidictica”.

¹⁷ No que diz respeito a criação de imaginários, vejamos a opinião de Baczko: “Dotar-se identidade ao projetar diante de si uma imagem ideal [...] Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referencia no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como diz Mauss, ela se percepção, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que através dos seus imaginários sociais uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si”.

IHGB, que pretendeu consolidar a imagem e situação política imperial da segunda metade do século XIX.

Devemos salientar ainda, que será analisado o projeto vencedor do concurso proposto pelo Instituto no ano de 1840 e é publicado em sua revista trimestral no ano de 1845. Tal análise, será realizada, no intuito de realizar uma conexão entre o projeto “Como se deve escrever História do Brasil”, de autoria do bávaro Karl Friederich Philipp Martius (Idem, Tomo VII, 1845), com saberes reconhecidamente científicos como a física e a botânica.

Já no terceiro capítulo, analisaremos a obra *História Geral do Brasil*, a qual será a fonte desta etapa da análise proposta neste trabalho. Ela será tomada como um discurso construído cientificamente, em consonância, em rizoma, com as demais ordens discursivas que se constituíam como científicas, fato indispensável dentro de uma época de um pensar científico como o foi o século XIX, o que sem dúvida, é um dos elementos que consideramos como de relevância, mas apenas o rigor metodológico com o qual a obra é materializada, é muito pouco para que possamos compreender a primazia de *História Geral do Brasil*.

Analisaremos a fim evidenciar a primazia da história proposta por Varnhagen, o que o autor fala e o como ele fala, como o autor realiza o “agenciamento” de seus dados na constituição de sua “nova história”.

De acordo com as concepções propostas por Hayden White, o historiador tem a liberdade de “escolher” sob qual mito seu discurso será urdido. Segundo White, “O discurso é o gênero em que predomina o esforço para adquirir este direito de expressão com crença total na probabilidade de que as coisas possam ser expressas de outro modo” (WHITE, 1995, p. 15). Mas somos reticentes quanto à aceitação de uma suposta liberdade desta escolha em se tratando de *História Geral do Brasil*. Teria ela sido apropriada e colocada em órbita pelo *establishment* caso fosse urdida, seus dados, eventos, fossem gerenciados sob a forma de uma sátira? De uma tragédia tendo por vítima o lusitano portador de progresso e agente de um processo civilizacional?

Uma História do Brasil, à época, deveria apresentar-se como um objeto capaz de estruturar relações e práticas, acredito, e evidenciaremos tal fato ao longo deste capítulo. De acordo com Mirabeau, citado por Baczko: “[...] O homem na sua qualidade de ser sensível é muito menos guiado por princípios generosos do que por objectos imponentes, imagens chamativas, grandes espetáculos, emoções fortes”

(BACZKO, op. cit., p. 302), e acredito que o resultado das pesquisas arquivísticas realizadas por Varnhagen deveriam ser gerenciados de uma forma grandiosa, urdido sob uma epopéia, processo no qual “surgem” exemplos de varões preclaros dignos de iluminar a prática cotidiana do indivíduo, e desta forma, agir em consonância à edificação do Império do Brasil e sua constituição como nação brasileira.

Pretendeu ser então, *História Geral do Brasil*, um discurso que tocasse através de sua internalização, corações e mentes, um referencial de boas maneiras, de atitudes nacionalistas e patrióticas, como propõe Baczko: “Exaltar através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para a qual pretendiam obter o maior número de adesões” (idem, p. 300).

Acreditamos que esta história materializada por Varnhagen possa ser rotulada - e é desta forma que a mesma será analisada- como uma “memória-coletiva”. De acordo com Maurice Halbwachs, propõe em sua obra, que a memória coletiva, difere da história propriamente dita, devido ao fato de ser uma memória natural, mas acreditamos que o discurso materializado em *História Geral do Brasil*, possa ser considerado como tal, devido ao fato de ser um discurso que pretendeu estruturar as relações sociais através da internalização de seus preceitos no intuito de se estabilizar, lastrear uma imagem e práticas sociais de uma comunidade imaginada pelo *establishment*, atuando então esta narrativa nacional, na edificação da nação brasileira.

2 DESTERRITORIALIZANDO E RETERRITORIALIZANDO

Uma singularidade. Assim se apresentava a América-portuguesa quando do enxerto de todo o aparelho administrativo metropolitano na colônia.

Desterritorializações e Reterritorializações. No primeiro caso, na forma desterritorializada, a colônia se nos apresenta como esta singularidade no mundo marcado por práticas coloniais. Concomitantemente, metrópole e colônia. Mas ela se reterritorializa na tese da “Geração de 1790”, como poderemos observar ao longo do desenvolvimento de nosso primeiro capítulo, tese segundo a qual, a internalização da metrópole se apresentava como parte de um projeto de constituição de um Império Luso-Brasileiro.

E como se apresenta então a colônia numa perspectiva de análise? Um forma desterritorializada ou reterritorializada? Difícil objetivar. O que podemos dizer inicialmente, é que a transposição da metrópole para a colônia, certamente, apresenta-se como um evento que acaba por reestruturar as relações, quer seja dos dois pólos envolvidos na relação do antes teórico que praticado “Pacto Colonial”, quer seja nas relações e geografia do poder da América portuguesa.

A internalização metropolitana, apresenta-se, tanto numa perspectiva de análise desterritorializada, como na reterritorializada, como evento que acaba por esquadriñar regiões delimitadas por relações de poder, as quais apresentar-se-iam, quando da independência, como óbice a amalgamação da integridade territorial do Império do Brasil, haja vista, a contraposição de algumas regiões do império ao poder central, constituir-se em torno de protonacionalismos.

As armas fomentariam este sentimento de revolta contra o poder central. O que fazer para amalgamar a integridade territorial, o sentimento de pertença à comunidade brasileira? O que fazer para erigir sobre bases seguras a nação brasileira?

2.1 Enxerto

Nada acontece de forma isolada. Tudo se fez e é feito, e acreditamos que continuará a fazer-se através de relações; ou como propõe Gilles Deleuze, em rizoma, pois ele,

não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ser, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e...e...e...’. (DELEUZE, 1995, p. 37).

Acreditamos desta forma, ser a categoria analítica proposta por Deleuze, o rizoma, extremamente profícua para que possamos analisar a dinamicidade da História como processo, assim como os procedimentos sintéticos de sua fabricação.

Caso realmente assim o seja, tudo esteja entrelaçado, em rizoma, consideramos como inevitável a seguinte pergunta por parte do leitor: como a História e a história, se fazem em “rizoma”? Diremos: estabelecendo relações, e tais relações, estabelecem regiões, ou ainda, como propõe o filósofo francês: platôs; estabelecem separatismos, discursos, fabricam verdades e mentiras, as quais também aspiram ser verdades, quer seja por sua repetição ou ainda, pela autoridade de quem “mente”.

Através dos rizomas, das relações, os eventos são fabricados como fatos. Verdades são apresentadas como mentiras ou falácias que nos foram e ou são apresentadas como incontestes.

A saída da corte portuguesa de Lisboa em 1807 e seu enxerto no continente americano em 1808, admitem o verbo ser, quando analisada em nível dos estratos. Suas representações, estão entre. Entre conjunturas e estruturas da História e da história. Entre um projeto de fabricação de um poderoso Império Luso-Brasileiro, entre potências beligerantes, entre a necessidade de aplacar o ânimo sedicioso enraizado na colônia; entre a sagacidade e a covardia de D. João VI. A produção do conhecimento histórico, é emblemática deste “*intermezzo*”, apresentando-se como ponto de convergência de conjunturas Históricas.

A fabricação historiográfica acerca deste semióforo (CHAUI, 2004), que o é a chegada da corte no Rio de Janeiro, assim como o 7 de setembro, Pedro I, José

Bonifácio, os Saquaremas, *História Geral do Brasil*, Francisco Adolfo de Varnhagen, o próprio passado, o mundo, são semióforos, todos marcados pela sincronia de seu fazer-se, assim como são indelévels as marcas do *lócus* a partir de onde são proferidas suas múltiplas interpretações¹⁸.

Privilegiaremos em nossa reflexão, uma tese já defendida desde os dias de Francisco Adolfo de Varnhagen (1936), e retomada no meio acadêmico na década de 1970, por autores como Keneth Maxwell (1999, p. 157-207), Jurandir Malerba (2000) e Iara Lis de Carvalho Souza (1999). Segundo propõem tais estudiosos, 1808, numa perspectiva de análise para além das oposições entre reinóis e colonos, tal evento, apresenta-se como parte de um projeto de fabricação do Império Luso-Brasileiro, portanto, acontecimento ligado a uma conjuntura mais ampla, onde vários elementos concorrem para o coroamento deste evento, assim como seus posteriores desdobramentos.

Mas porque optamos por esta interpretação? Por acreditarmos que esta “explicação”, nos ajude a vislumbrar a dinamicidade da formação do Estado, o entendimento das relações estabelecidas, a constituição da preponderância de uma região sobre as demais, o que acabava por se apresentar como força centrífuga à integridade territorial, nos possibilitando então, um mais claro entendimento da necessidade de desenvolver nos “brasileiros”, práticas edificantes ao engrandecimento do Estado, a construção da nação e o sentimento de pertença à uma comunidade nacional, processo onde se insere a fabricação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como parte de um projeto político, assim como *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, mas não nos antecipemos, voltemos ao enxerto...

Para Iara Souza, não se trata de sagacidade, covardia, ou de atitude impensada e de última hora por parte de D. João VI e seus ministros. Segundo propõe a autora, desde 1790, assim como também entende Maxwell¹⁹, que a idéia

¹⁸ As versões acerca do evento da transmigração da corte, como dito anteriormente, são múltiplas, indo desde a complacência de um Oliveira Lima, para o qual a transposição da corte, para o qual, a referida transmigração é vista como fruto da sagacidade do então regente, segundo exposto pelo autor em: LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; até, como uma atitude de covardia, como apresentada por Nelson Werneck Sodré, fabricação historiográfica esta, marcada por um momento de exacerbado nacionalismo, onde aflora uma narrativa em que autonomia colonial é frutifica das querelas entre portugueses e brasileiros; como podemos constatar em: SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

¹⁹ Segundo propõe Kenneth Maxwell, já havia, além da intenção da transposição da corte para a América, “*planos prontos para a nova situação*” In: MAXWELL, Kenneth, op. cit., p. 190.

da mudança para a América, era discutida e projetada pelo governo metropolitano, objetivando a fabricação de um Império Luso-Americano, apresentando-se tal medida, como pauta da política estatal defendida por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, como salienta Berbel:

O programa de reformas elaborado por Sousa Coutinho em 1798, sugeria nova organização administrativa dos domínios portugueses que atribuía à metrópole o papel de centro dinamizador do sistema. As possessões ultramarinas passariam a ser tratadas como províncias da Monarquia e mantido o “sacrossanto principio da unidade” todas estariam ligadas “ao novo sistema administrativo e sujeitas ao aos mesmos usos e costumes. (BERBEL, 1999, p. 33).

Não se tratava portanto, de uma relação de causa e efeito, de uma fuga, ou ato movido pelo temor às tropas de Junot, ou ainda, a efetivação da proposta de D. Rodrigo, mas certamente, a invasão da metrópole, tenha se apresentado em tal processo, como que um catalisador do projeto da geração de 1790, pois não acreditamos pretender D. João VI, apenas refugiar-se na América enquanto os ventos revolucionários assolassem o continente europeu. A História e a história se fazem entre.

Deve o leitor estar indagando: que faz pensar o autor do presente trabalho, que as intenções do regente luso não eram de apenas refugiar-se no Rio de Janeiro?

Indícios. O próprio corpo administrativo enxertado na América. Sua complexidade e seu suposto alcance²⁰. Uma colônia em seu devir metropolitano, que a contar dos rizomas disseminados pelo enxerto, tem catalisado e postos em curso, anseios e reivindicações, os quais acabariam por frutificar na fabricação do “Império Tropical”.

Segundo reflexões propostas por fabricações historiográficas de cunho ufanista, a independência, teria sido fruto de uma relação de causa e efeito, de oposições entre portugueses e “brasileiros”, tendo o enxerto administrativo e o liberalismo econômico, como fundamentais na efetivação do 7 de setembro; vertente

²⁰ Toda uma trama administrativa que vem a embasar a idéia veiculada pela geração de 1790, a qual tinha por expoente maior, D.Rodrigo, constituída então, uma estrutura administrativa capaz de propiciar o domínio do então Império Luso-Brasileiro. Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, Ministérios do Reino, Marinha e Ultramar; Guerra e Negócios Estrangeiros, Erário Régio, Junta de Comércio, Agricultura e Navegação, Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, Imprensa Régia, Escola Militar e Fabrica de Pólvora, Banco do Brasil, Jardim Botânico, Biblioteca Real. Instituições trazidas, instaladas ou desenvolvidas na colônia durante a estadia da corte. Ver sobre o assunto, FAORO, Raymundo. **Os pródromos da independência** In: **Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. v. I, São Paulo: Globo, 1997.

nacionalista, onde se insere Caio Prado Júnior, o qual considera o enxerto luso na colônia, como a construção de um corpo administrativo de “*nação soberana*” (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 45-57), considerada pelo autor, como motor da autonomia colonial²¹. Instituições estas, consideradas por Faoro, como inadequadas à gerência da colônia, pois segundo o sociólogo-jurista com sua base teórica weberiana, o que acreditamos que faça com que o autor tenha por preocupação maior em “*Os donos do poder*”, as estruturas de mando e ao elemento burocrático, que havia o governo na colônia se “arranjado” sem atenção às especificidades locais (FAORO, 1997, p. 251).

Acreditamos ser pertinente a seguinte indagação: estaria a corte lusa interessada no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e racionalização administrativa com vistas ao “bem” da colônia ou dos colonos? Ou interessava-se na salvaguarda de seus interesses? Independente da resposta à esta indagação, consideramos ter sido o corpo administrativo enxertado, como conquistador de seus objetivos, ao menos até o retorno de D. João VI para Portugal, pois haviam sido garantidos até então os principais objetivos metropolitanos, considerando-os como a centralização tributária, a integridade territorial em continente marcado pelos processos de emancipacionistas de cunho republicano, e ainda, a manutenção da coroa sobre a cabeça dos Bragança.

Seja qual for a resposta “mais acertada” acerca da interiorização da metrópole, o que hora nos importa, é ter este evento, exercido um impacto sobre a colônia em seus mais diversos aspectos, e se por um lado, ele contribui para sua integridade territorial, por outro, paradoxalmente, apresenta-se como elemento potencialmente dispersivo desta mesma integridade, tendo em vista as relações desdobradas entre a metrópole internalizada e as províncias mais distantes do poder exarado pelo Rio de Janeiro.

Consideramos então, que o enxerto metropolitano na possessão lusa, tenha se apresentado, como um turbilhão revolucionário das práticas e relações, tenha começado a afetar o “desgraçado viver em colônias”, antes mesmo da chegada e

²¹ Opinião diversa, tem Iara Souza, para a qual, não há uma relação de causa e efeito entre o enxerto da metrópole na colônia e sua posterior independência, pois acredita a autora que este evento, tenha apenas intensificado o processo posto em curso ainda no século XVIII, em virtude das relações coloniais que pretendiam ser reavivadas pelas cortes lisboetas, ao qual, devemos somar ainda, segundo a autora, “*uma série de protagonistas sociais do Rio, que vislumbraram na separação, modos de garantir sua hegemonia política e social*”.

instalação do poder central no Rio de Janeiro, haja vista D. João VI, ainda a caminho da futura corte, firmar os contratos que abriram os portos da colônia às nações “amigas”, legitimando um contraditório sistema colonial, e desta maneira, redimensionando mais de 300 anos de prática econômica binária²², tendo em vista que os tratados anglo-portugueses, abriam a economia ao pluralismo liberal; prática que suscita viva discussão historiográfica em nossa produção acadêmica no que diz respeito ao “lugar das idéias liberais” num mundo que se pretendia de relações binárias, como deveriam ser as práticas entre metrópole e colônias.

Segundo propõe Schwarz (2000), as idéias estavam fora do lugar, pois supõe o autor, que as relações coloniais eram pautadas antes por favores, e relacionamentos pessoais, do que pela livre concorrência e pelo trabalho livre, recorrendo em sua argumentação, às palavras de Machado de Assis: “Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato *‘impolítico e abominável’* da escravidão” (SCHWARZ, op. cit., p. 11).

Opinião diversa tem Ricardo Salles, para o qual, ainda que a colônia se apresentasse como “*ambiente social não burguês*”, admite o autor, que existiam na singular colônia, práticas pautadas pelo liberalismo; tanto no que diz respeito ao político assim como ao econômico.

No entender de Salles, os estudiosos defensores do deslocamento das idéias, desenvolveram suas análises, dispensando maior atenção ao liberalismo em sua formulação teórica do que à suas práticas propriamente ditas (SALLES, 1996, p. 119)²³. Seguindo ainda suas ponderações, o liberalismo político concernente às liberdades políticas e civil na Inglaterra, estavam longe de apresentar-se como um ambiente onde imperava a igualdade, pois: “Nobres encastelados nos aparelhos de Estado nacionais e mesmo representando ou exprimindo diretamente interesses agrários ainda cumpriam um importante, senão preponderante papel social e político” (SALLES, op. cit., p. 120).

²² Segundo propõe Nelson Werneck Sodré, a abertura efetiva dos portos da América-portuguesa às “nações amigas” ocorre após 1814. Neste ínterim, compreendido entre a chegada da corte, e o citado ano, o que se realiza, é um verdadeiro monopólio do comércio colonial lusitano pela Grã-Bretanha. SODRÉ, Nelson. op.cit.

²³ Segundo propõe Ricardo Salles, a base sobre a qual os críticos das idéias fora do lugar desenvolvem suas análises, pautam-se pela “Formulação filosófica, o qual se consolida em fins do século XIX, e início do século XX; tendo em vista que os privilégios e interesses das casa reais e das nobrezas agrárias e de Estado estavam longe de ser enterrados”.

Acreditamos então, que estivessem as idéias em rizoma. Conviviam na colônia, práticas coloniais e liberais, trabalho livre e escravo, tudo correlacionado, se adaptando às necessidades, construindo através das práticas o seu próprio local, numa conflituosa concomitância, entre várias relações de trabalho. Não nos esqueçamos que até mesmo os escravizados poderiam exercer um tipo de trabalho assalariado, como negros de ganho, quer seja, vendendo doces, salgados, prestando pequenos serviços, ou ainda, com a venda do corpo, como propõe Freyre (2000), numa modalidade de trabalho “servil” que poderia conceder à peça que o praticasse, a acumulação de fundos capazes de inserí-lo (a) no mundo de práticas liberais, como consumidor, haja vista a possibilidade do escravizado poder comprar sua própria carta de alforria.

Tudo se desenvolve em rizoma, e assim o sendo, seria uma “idéia magra do real”, atentarmos apenas para as mudanças econômicas desembarcadas junto à família real, a partir de referências teóricas sem maior atenção ao mundo das práticas, ao mudo perecível em que o homem encontra-se inserido.

Evento que consideramos ainda, como de impacto sobre as relações de cunho político, foi o enxerto de nobres e nobilitados lusos no Rio de Janeiro em 1808; número calculado entre 10 e 15 mil elementos (ALENCASTRO, 1997, p. 12.)²⁴, os quais antes de serem absorvidos pelo corpo administrativo da metrópole enxertada, deveriam ser absorvidos pela cidade, a qualurgia ser reestruturada para abrigar a corte, fazendo-se mister, o desenvolvimento de toda uma infra-estrutura que atendesse às necessidades da então capital do Império, gastos estes que na visão de Caio Prado Júnior, se apresentavam como desnecessários e demasiado pesados para os cofres da colônia (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 138).

Se por um lado, tais despesas são vistas por Caio Prado Júnior, como desnecessárias e avultadas, houve quem soubesse tirar proveito dos mesmos, como é o caso dos comerciantes de grosso trato, os quais, como elite econômica da colônia, à época da internalização metropolitana, em muito auxiliaram o regente luso na estruturação da capital do então Império Luso-Brasileiro, a tornar-se digna de abrigar a corte. Segundo aponta Maria Sylvia de Carvalho Franco, “Não apenas em

²⁴ Seguindo as reflexões de Luis Felipe de Alencastro, infere-se que apresentava-se de forma hipertrofiada o corpo administrativo enxertado, pois “quando a capital dos Estados Unidos mudou-se da Filadélfia para a recém-construída Washington, o contingente de funcionários do governo federal americano não excedia o milhar, contando-se desde o presidente John Adams aos cocheiros do serviço postal”.

questões de dinheiro sonante estavam os poderes públicos mal providos, havia também carência de prédios e instalações para o funcionamento de seus serviços” (FRANCO, 1997, p. 130), o que nos oferece indícios de uma “brecha” pela qual os comerciantes de grosso trato se aproximaram e estabeleceram estreitas relações com o monarca e sociedade de corte que o acompanhara, a qual, apresentava-se como uma sociedade excludente.

Para Jurandir Malerba, a transmigração, contribui para o desenvolvimento de uma maior complexidade da vida social fluminense, pois seguindo suas reflexões embasadas em Norbert Elias e suas “configurações sociais”, Malerba acredita, ter o enxerto propiciado a convivência entre duas configurações sociais distintas, a “sociedade de corte portuguesa migrada com a família real e a sociedade fluminense que a recebeu, que tinha no ápice de sua hierarquia social, os comerciantes de grosso trato [...]” (MALERBA, op.cit., p. 21), tendo esta como uma sociedade excludente, pois segundo ainda suas reflexões, até mesmo os grandes proprietários haviam se afastado do centro de poder, devido seu orgulho de matiz feudal, o que os levava a rebelar-se contra a ritualística imposta pelo cerimonial que exigia a configuração social instalada e ou freqüentadora do paço.

Ainda no entender de Malerba, foram os comerciantes de grosso trato, “o suporte da coroa portuguesa no Brasil e que não ficaram de fora da estruturação do Estado brasileiro, recebendo seu quinhão em títulos e cargos, conforme seu prestígio e seu lugar em relação ao príncipe” (idem, p. 224.); contribuindo na construção da hegemonia dos interesses de comerciantes do Centro-Sul sobre os das demais regiões, propiciando condições favoráveis ao desenvolvimento de movimentos de contestação à ordem estabelecida.

As relações então estabelecidas, fazem com que o Rio de Janeiro, passe da condição de entreposto responsável pela execução das ordens exaradas da metrópole, a centro de poder propriamente dito, inserindo-se no rol das grandes metrópoles do mundo, haja vista, no final do período juanino, a população do Rio de Janeiro, já ser contada em cerca de 110 mil almas.

Empório do Atlântico Sul, porto cosmopolita onde eram encontrados desde o sal vindo da costa lusa, até pianos e relógios austríacos, vinhos da França, e canela africana. A sociedade no entender de Faoro, *modernizava-se muito e civilizava-se muito pouco*, visão que nos dá uma perspectiva limitada acerca deste processo

hibridização das práticas, tendo em vista que o mesmo, dava-se no sentido de os colonos imitarem os europeus. Mais uma vez: Tudo se desenvolve em rizoma...

Tal contato, assim como a assimilação e captura das práticas, nos é freqüentemente apresentado pela historiografia, como um encontro entre europeus e colonos “brasileiros”, onde estes passam a reproduzir modos e costumes dos reinóis, tidos por mais civilizados, no intuito se igualar aos europeus. Tal imbricação sócio-cultural, também se apresenta, voltando a utilizar a categoria analítica proposta por Chauí, como um semióforo, que se desenvolve, é fabricado segundo suas relações com o mundo.

Viver à européia, ou segundo a percepção de Sérgio Buarque de Holanda, ao referir-se aos brasileiros como desterrados em sua própria terra. Seriam estes signos de civilização apresentados na reprodução de modas, costumes e comportamentos europeizados por parte dos colonos uma prática que causasse a sua inadequação à realidade climática e geográfica colonial? Consideramos ser este jogo de captura e apropriação de signos de forma mais complexa, como uma verdadeira estratégia de inserção numa sociedade de “corte” enquanto domínio da ritualística que se desenvolvias no centro de poder e “corte” por seu caráter excludente.

Acreditamos não se tratar desta forma, de uma desterritorialização de costumes locais, mas um movimento em que tal desterritorialização, apresentava-se como estratégia de territorialização no campo do outro, em uma configuração social marcada pelo luxo e pela etiqueta.

Embasados nas ponderações de Peter Burke, desenvolvidas sobre a prática de “consumo conspícuo”, podemos constatar que este “viver à européia”, apresentava-se como uma estratégia de inserção numa sociedade extremamente excludente, marcada pelo luxo, pela cerimonialística e pela etiqueta: *“era imitar o estilo de vida de um grupo social mais alto na escala social e engajar-se num “consumo conspícuo”, ou como propõe Bourdieu, para o qual “O aparente desperdício, é na verdade, um modo de converter o capital econômico em capital político, social, cultural ou simbólico” (BURKE, 2002, p. 97-8), reflexões que vem a responder a reflexão de Holanda: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra” (HOLANDA, 1999. p. 31).*

Acreditamos não se tratar portanto, de uma simples desterritorialização, mas de adaptação nas relações que se estabelecem com alguém ou alguma coisa. No entanto, acreditamos ser um tanto quanto inverossímil a prática *ipsi literis* de toda a ritualística lusa no mundo colonial:

[...] houve uma europeização das maneiras dos residentes aqui e de uma adaptação dos hábitos dos reinóis, tanto no que diz respeito à regulamentação da vida palaciana [...] quanto nas formas de sociabilidade cotidianas da população como um todo. (MALERBA, op. cit., p. 31).

Sociabilidades e cotidiano eram incrementados. Uma série de festas, cerimoniais, missas em ação de graças, a encenação do poder no intuito de apresentar o monarca aos súditos que o sustentavam; apresentando-se aos tímidos olhares dos colonos como verdadeiro espetáculo, notadamente, entre os anos de 1815 e 1818, íterim no qual ocorrem eventos como a elevação da colônia à categoria de Reino Unido - evento que pode ser considerado, como a consolidação dos laços entre as elites provinciais que se relacionavam mais diretamente com a corte, o casamento de D. Pedro, e ainda, o aniversário e aclamação de D. João VI, fazendo com que as relações do monarca com o Centro-Sul se estreitassem.

Já as relações desenvolvidas na região outrora hegemônica, apresentavam-se como ameaçadoras ao projeto de constituição de um grandioso império luso-brasileiro, tendo em vista que os produtores desta região, eram submetidos aos monopólios e tributos praticados desde o século XVII. Não era com a elevação da colônia ao *status* de Reino Unido a Portugal e Algarves, que os ânimos pernambucanos seriam aplacados.

Exigiam os pernambucanos, maior autonomia, e o fim dos monopólios, pois, via-se a província à época de 1817, como alvo de uma sistemática política tributária da metrópole internalizada. E é em meio a estas relações engendradas, que é posta em curso a “Insurreição Pernambucana”. Movimento de oposição às práticas de cunho colonial exercidas na importação e exportação dos principais produtos de sua

indústria agrícola (CARVALHO, 2003, p. 42)²⁵, contribuindo para a insatisfação do “povo pernambucano”²⁶.

Enquanto nas demais províncias do Reino, vigorava uma maior liberalização econômica, a produção pernambucana, estava submetida, mormente, ao “Pacto Colonial”, sendo utilizadas para a tributação das importações e exportações provinciais, as arcaicas estruturas da Companhia de Comércio, clamando então os produtores pelo fim dos monopólios, das “astutas e dolorosas mãos a quem se consente fazer exclusivamente o negocio do açúcar e do algodão, provocando grande descontentamento dos fazendeiros e dos compradores” (COSTA In: MOTTA, 1972, p. 82).

A cultura responsável pelo ânimo da economia pernambucana, era a cotonicultora, a qual, além de reavivar e reconfigurar as relações econômicas, rompendo com a hegemonia açucareira, contribui decididamente, para a expansão das relações produtivas para além da mata-sul açucareira, numa lavoura dominada pelos pequenos sitiantes, o que por si só, atribui um papel secundário à antiga elite econômica pernambucana no movimento de 1817, a qual segundo as reflexões de Mello, envolveu-se no movimento, vislumbrando desvencilhar-se de dívidas contraídas junto aos elementos lusos ali instalados. Participação fundamental neste movimento, foi a de clérigos, pequenos comerciantes e lavradores, homens livres e boticários, os quais colocavam-se contra os tributos pagos por Pernambuco desde o enxerto administrativo na colônia, tendo em vista que eram os elementos mais prejudicados pela tributação colonialista praticado pela corte²⁷.

²⁵ Segundo propõe José Murilo de Carvalho, o termo “indústria”, quando em referencia ao século XIX: “não se tratava exatamente de industria no sentido que lhe damos hoje. O termo na época se referia à atividade produtiva em geral e a principal industria era a agrícola, dela cuidando principalmente a Sociedade”.

²⁶ Esta aspiração por uma maior autonomia, quer seja em suas relações administrativas ou econômicas, se mostravam como arraigadas na tradição pernambucana, tendo em vista que os pernambucanos, segundo Mello, já reivindicavam tratamento diferenciado por parte da metrópole, desde a época da expulsão dos holandeses da província, e podendo conquistar sua autonomia, ou conquistar a tutela de outro Estado europeu, decidiram pela fidelidade à antiga metrópole.

²⁷ Evaldo Cabral de Mello, privilegiando em seu ensaio, a nômada social da Insurreição Pernambucana, para o autor, a Insurreição apresenta-se como um movimento onde se colocavam contra a metrópole internalizada, elementos de classes mais baixas da população, os quais eram os mais prejudicados pelo centralismo tributário do Reino, os quais tomam a frente do movimento. Considera ainda que a açucarocracia, tem papel secundário no deflagrar do movimento, tendo em vista que se vinculavam ao mesmo no intuito de verem-se livres de suas dividas. MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de Narciso: ensaio de história regional**. São Paulo: Editora SENAC, 2001. Já Raymundo Faoro, privilegiando a esfera de mando, concebe o movimento pernambucano, como uma oposição entre os poderosos da província, juizes, religiosos e grandes proprietários, contra os

[...] 1817, tinha por base de sua realização, a opressão social e política em que viviam os pernambucanos: “os líderes do movimento de 1817, reivindicavam a criação de instituições representativas de governo, voltaram-se contra a “tirania real” de uma “corte insolente sobre toda sorte de opressão” e revolucionariamente proclamaram que, por considerarem-se “revestidos da soberania em que só ela reside” a partir de então lutariam para que o povo entrasse na “posse de seus legítimos direitos sociais. (LYRA, v. 18, n. 36, 1998).

Pretendeu o movimento, a flexibilização das relações, entre a “metrópole interiorizada” e Pernambuco, e não, necessariamente, como propôs a historiografia rotulada de “positivista”, o separatismo, realizado frente ao não atendimento das reivindicações dos pernambucanos à D. João VI, o qual é marcado por extremo conservadorismo que acabava por minar as expectativas de maior autonomia política das antigas capitanias, as quais continuavam submetidas ao mesmo tipo de relação estabelecida com o poder central antes de sua internalização; isto é pautada por relações referenciadas no teórico Pacto Colonial.

A esta insatisfação, referente às limitações ao livre comércio, e à centralização política, devemos somar a abertura às novas idéias, como as propagadas pelo 1789 francês; pelo liberalismo difundido pelas lojas maçônicas; pelas leituras realizadas pelos colonos; aos impostos de 1812; aos recrutamentos compulsórios para a tomada da Guiana Francesa; a seca de 1816, e ainda, às regalias gozadas por estrangeiros na colônia²⁸. Ciente do movimento que era articulado pelo “povo pernambucano” contra o poder central, o então governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, decide pelo encarceramento de pessoas ligadas ao mesmo, o que acaba por canalizar as insatisfações populares, culminando esta atitude com o

comerciantes lusos, um “conflito com a cúpula burocrática, vinculada ao comércio urbano e internacional, o comércio de raízes portuguesas.” In: FAORO, Raymundo. op.cit.,p. 261.

²⁸ O descontentamento não era apenas contra os lusos. Estendia-se a todos àqueles que gozavam de privilégios concedidos pelos tratados de 1810, pois em se tratando dos direitos, proteção e segurança concedidos aos mercadores ingleses na colônia, os tratados, estabeleciam o seguinte: “1) residência livre dos súditos de cada uma das nações nos domínios da outra, com liberdade de locomoção e de culto; 2) não era necessária no momento, a fixação de qualquer tabela precisa de tais direitos; 3) dispensa de concessão para estabelecimento de indústrias inglesas no Brasil, mas exigência de Juiz Conservador e de não interferência da Inquisição; 4) exigência do direito de nomear cônsules ingleses para os diversos portos brasileiros, com privilégios e autoridades usuais.” SODRE, Nelson Werneck. op. cit., p. 161-2. O Liberalismo enxertado na colônia, muda até mesmo os preceitos para nela se viver, pois se outrora, a única exigência para habitar nesta parte mundo, era comungar da Igreja de Pedro, os ventos liberais derrubam até mesmo esta restrição. A partir de onde são deflagrados embates no que diz respeito às concepções religiosas, entre ingleses e portugueses. Ver sobre o assunto, SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Religiosidade Popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

levante tido pelo governo central, bárbaro e republicano, como foi rotulado pela historiografia imperial.

Acabam os revoltosos, por estabelecer governo autônomo, junto ao Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, por 75 dias. Movimento malogrado devido à falta de convicção daqueles que se inseriam no movimento por oportunismo, como é o caso da açucarocracia, a qual mostrou-se temerosa do haitianismo, ameaçador da ordem social, retirando desta forma seu apoio ao levante e colocando-se contra o mesmo juntamente aos fidalgos e comerciantes lusos, somados às tropas leais aos interesses portugueses, vindas do Rio de Janeiro e Salvador.

Seguindo-se à repressão algumas medidas são tomadas objetivando desarticular os focos propagadores de idéias sediciosas, como o fechamento da maçonaria, e ainda, visando enfraquecer a influência pernambucana, iniciando-se frente à ameaça pulverizadora do Reino Unido, uma centralização do poder político em todas as províncias do Reino Unido, a qual somada ao autoritarismo de D. João VI, apresentavam-se como elemento que viria a contribuir para a adesão quase que imediata das províncias não diretamente relacionadas à sede da corte quando da “Revolução Liberal do Porto” (CARVALHO, v. 18, n. 36, p. 331-366, 1998; SOUZA, 2000)²⁹.

Segundo propõe (CARVALHO, *Ibidem*), o Liberalismo acenado pelas Cortes Lisboetas, apresentava-se como bandeira extremamente sedutora. Liberalismo com vistas à atração das então províncias do Reino Unido para a órbita de influência daquelas cortes objetivando pulverizar os elos constitutivos da precária integridade territorial do Reino Unido A Portugal e Algarves, e desta forma, fabricar uma ruptura

²⁹ A adesão das províncias às cortes lisboetas, deu-se primeiramente, por parte daquelas que sempre haviam engendrado relações mais diretas com a metrópole do que com os centro de poder colonial, como é o caso das então províncias do Pará da Bahia, cujas Juntas proclamaram fidelidade às cortes; a província do Maranhão, cuja adesão foi firmada pelo então governador, o marechal Bernardo Silveira Pinto da Fonseca, Pernambuco, através do então governador, Luiz do Rego Barreto; o Rio Grande do Norte e Alagoas, cujas adesões, foram firmadas por seus antigos governadores. Em se tratando das províncias do Centro-Sul, esta adesão, não ocorreu de forma voluntária como havia sido nas províncias da região Norte, como é o caso da sede da corte, a qual só aderiu às cortes, após o então regente, D. Pedro I, ter sido forçado por divisão militar lusa Tropas fiéis às cortes lusitanas, fazem-no jurar a inexistente constituição, que inusitadamente, viria a ser elaborada pelas Cortes, posteriormente, obrigam-no a retornar para a metrópole, ficando desta forma, a administração do Reino Unido sob os auspícios do príncipe Pedro I, o qual, também não tardaria a ser obrigado a voltar para Portugal. Assim como D. João VI, o então regente fora obrigado a jurar a constituição que hora era elaborada pelas cortes lusitanas, consumando-se o evento da jura à constituição proposta pelas cortes lisboetas, à 21 de abril de 1822.

da linha de mando entre as partes constitutivas do então Reino com o centro de poder enxertado no Rio de Janeiro.

No intuito de enfraquecer o poder da corte enxertada no Rio de Janeiro, as Cortes lisboetas, destituem os governos provinciais e instituem as Juntas Provisórias, escolhidas pelas câmaras locais, numa clara oposição à política centralista de D. João VI, marcando desta forma um período de autonomia local como nunca havia conhecido a possessão portuguesa. Autonomia cirurgicamente delimitada, pois como poderiam as então províncias realizar um governo autônomo se ao tempo que escolhiam seus próprios governos, eram instituídos, os “governadores em armas”, gozando do direito de destituir qualquer autoridade provincial.

Defendiam as Cortes, a construção de uma “grande nação portuguesa”, através da homogeneização administrativa, dos usos e dos costumes. Tal nacionalismo era apresentado, como a materialização de uma vontade geral e da tradição, a deveria alicerçar-se sobre o estabelecimento de uma grande família, uma nação absoluta; una e indivisa. Uma totalidade histórico cultural, constituída por todos os “portugueses” de ambos os hemisférios, apresentando-se o critério para “ser” português, demasiadamente flexível.

Tais idéias, apresentavam-se à deputação brasileira, como atraentes, pois desde o início dos debates, os “brasileiros” não defendiam total desvinculação do então Reino ao centro de poder ultramarino; hora internalizado; mas uma maior autonomia para o exercício do mando local, ainda que subordinados às Cortes, pois como salienta Berbel:

[...] os discursos dos deputados do Brasil clamaram pela união com Portugal até o último momento. Tratava-se de uma unidade federativa do império luso brasileiro, proposta pelos paulistas e aceita tanto por baianos quanto pelos pernambucanos. (BERBEL, op. cit., p. 194).

Caso emblemático desta preferência pela monarquia dual, era constatado nas falas das deputações que mais se destacaram nos trabalhos das cortes, ou seja, os representantes das províncias de Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, os quais postulavam “uma autoridade específica ao Brasil com atuação abrangente e certa independência perante os tribunais e a burocracia lisboetas” (SOUZA, op. cit., p. 114.). As posições defendidas pelos constituintes “brasileiros”, pretendiam,

uma maior flexibilização das relações administrativas entre Portugal e o “Brasil”, tendo em vista que as elites nacionais, acreditavam que a independência, poderia deflagrar movimentos mais sérios de contestação social, revoltas escravas e a república, a qual era associada ao barbarismo caudilhesco e à dispersão territorial pelos monarquistas.

Acreditamos, que o projeto defendido por D. Rodrigo, era revisitado e reavivado nas palavras dos representantes paulistas proferidas quando dos trabalhos das Cortes, os quais defendiam a criação de “Centros de Força” em cada uma das regiões do Reino Unido, no caso da opção por uma monarquia dual, devendo ficar o poder central ultramarino, segundo o projeto dos paulistas, centralizado nas mãos de Pedro I, o qual por sua vez, deveria estar submetido às cortes metropolitanas³⁰, o que não viria a ser aceito pela deputação representante das províncias do Norte do Reino, pois acreditavam tais deputados que esta opção, seria a cristalização da hegemonia do Centro-Sul sobre as demais partes constitutivas do Reino; alternativa não aceita também, pelos constitucionais lisboetas, os quais exigem a volta daquele que seria o responsável pelo poder no Reino.

As intenções recolonizadoras, começam a apresentar-se como evidentes. Várias atitudes tomadas pelas Cortes denotavam tal aspiração: a substituição das tropas do Reino Unido por tropas lusas, e a desestruturação do aparelho administrativo sediado no Reino Unido, realizada a partir de demissões em massa daquele aparelho administrativo enxertado na colônia em 1808, os quais passam como que num passe de mágica, de fiéis defensores das práticas coloniais, para a condição de militantes defensores da independência do Reino; além das eleições para os representantes americanos nas cortes portuguesas, que minavam numericamente a possibilidade de decisão e defesa dos interesses do Reino Unido à Portugal e Algarves naquelas cortes, pois, nesta eleição realizada em 1821, dos 200 integrantes da corte, 130 eram lusos, 72 colonos, e apenas 50 reinóis-americanos acabaram por desenvolver a representação do Reino Unido nas Cortes lisboetas.

³⁰ Acreditamos que neste projeto que inicialmente era traçado pela deputação do Reino Unido e pelas cortes lisboetas, apresentavam-se como uma reminiscência onde se imbricavam os ideais iluministas aos absolutistas, tendo em vista, que a construção da grande família portuguesa, a nação, seria dada pela instalação de ginásios nas províncias e pela atuação de homens capazes de espalhar entre o povo conhecimentos úteis à consolidação da nação portuguesa, pois pretendiam os integrantes das cortes, a maior instrução e moralidade do povo, na constituição de um grande império, muito se assemelhando das propostas da geração de 1790.

Frente às intenções recolonizadoras, o regente Pedro I, em 1822, convoca o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, o qual apresentava-se como órgão consultivo, no intuito de analisar as decisões das cortes e examinar sua aplicabilidade das decisões ao Brasil. A independência entrara em curso, ainda que não se apresentasse, como uma “aspiração nacional”. A opção pela independência, passa nesta relação que se estabelece, a ser aventada e defendida com mais força, quando as cortes apresentam suas reais intenções acerca do estabelecimento da “grande família lusa”, cabendo ao Brasil, a função de arrimo desta “família”, pois até onde sabemos, a antiga metrópole, apresentava-se como economia débil.

As manifestações em contraposição às intenções recolonizadoras das Cortes, passam a ser disseminadas pelas ruas estampando as páginas de jornais na intenção de dar maior legitimidade à uma futura separação, utilizava-se ainda de uma propaganda denunciadora dos abusos e desmando das cortes lisboetas, no intuito de legitimar a separação, como nos informa Ribeiro: “Era um discurso pedagógico e de convencimento da opinião pública sobre a necessidade da separação efetiva se consumir” (RIBEIRO, In: CADERNO CEDES, v. 22, n. 58, p. 21-45, dez. 2002).

Ainda no ano de 1821, apresentando-se a sociedade, como favorável a uma postura de então regente Pedro I, contra as decisões exaradas pelas cortes lisboetas, tomando então, a frente do governo do Reino Unido.

Nas cidades do Rio e em São Paulo, a população livre, pobre e até remediada, de pequenos comerciantes, artífices, mascates, boticários, lavradores, arrendatários, foreiros, barbeiros e taverneiros, os que viviam do trabalho a jornal, sem ocupação fixa, reivindicaram seus anseios em abril de 1821 e se fizeram presentes, ocuparam as praças e ruas, nas festas realizadas em virtude do processo de separação, e nos movimentos sociais de rua, nos quais enunciavam seus quereres, discordâncias e apoios. (SOUZA. op. cit., p. 120).

Existia até então, falta de consenso acerca da separação, o que se torna evidente, nas palavras de Rodrigo Feijó, para o qual: “não somos deputados do Brasil, de quem em outros tempo fazíamos parte imediata, porque cada província se governa hoje independente. Cada um he somente deputado da província que o elegeu” (TOMAZ, In: MOTTA, 1986, p. 83.), assim como inexistia o consenso em se tratando da forma de governo caso ocorresse a independência, pois havia

defensores da monarquia dual, defensores da revitalização das práticas coloniais, e ainda, os radicais, entusiastas do republicanismo Norte-americano³¹.

A independência, passa a apresentar-se como uma possibilidade, a fidelidade, a adesão ao Rio de Janeiro e suas pretensões centralistas, uma incógnita. Tornava-se necessária a criação de uma atmosfera em que a decisão a adesão à Pedro I, fossem certas, e, principalmente, segura, sem alterações na estrutura econômica, nas relações sociais, e que garantisse a integridade territorial.

2.2 Enraizamento

Realizava-se a independência. Existiam brasileiros? Existia um Estado? Teria realmente D. Pedro I, criado o Estado e os brasileiros? Desejava o povo do Reino Unido a Portugal e Algarves sua independência? Ou vislumbrava-se com a autonomização da América-portuguesa, vantagens que seriam auferidas no caso de efetivação de tal proposta?

Segundo as reflexões de Marcus Carvalho, “1822, ocorreu dentro de uma dinâmica complexa, um jogo de forças sociais, políticas e econômicas que levavam a uma determinada proposta política em detrimento de outra” (CARVALHO, op. cit.); fruto de relações, e não o proposto uma historiografia ufanista, segundo a qual, o Brasil Estado (CHARTIER, 1990, p. 215)³² é criado pelo patriotismo de Pedro I, o qual com sua espada em riste, liberta o até então Reino, do domínio português, “criando” o Brasil, concepção da qual é emblemática, a tela de Pedro Américo, “O

³¹ Os grupos que se constituíram ao longo do processo que acaba por desembocar no 7 de setembro, eram compostos pelos portugueses ansiosos em restabelecer antigos privilégios comerciais, sobretudo, no Rio de Janeiro e Cidades portuárias do Norte da colônia, aos quais juntavam-se militares e funcionários da coroa, decididos a apoiar a política das cortes; A alta burocracia composta por “brasileiros” e portugueses recrutados entre os elementos mais poderosos em posses e empregos de representação, fazendeiros, comerciantes ligados ao comércio internacional, os quais demonstravam-se desejosos de uma maior autonomia política e econômica para o Reino Unido a Portugal e Algarves, apresentam-se favoráveis também à uma monarquia dual; e ainda, os radicais e democratas, grupo constituído, por elementos ligados às atividades urbanas e setores médios da sociedade, como farmacêuticos, jornalistas, ourives, médicos, professores, pequenos comerciantes, escalões inferiores do exército e padres.

³² Utilizaremos o conceito de Estado, como propõe Roger Chartier, que entende o mesmo como uma instituição responsável pelo “[...] monopólio fiscal que centraliza o imposto e dá ao soberano a possibilidade de retribuir em dinheiro e já não em terras aos seus fiéis e servidores. O segundo é o monopólio estabelecido sobre a violência legítima que atribui ao rei a força militar, tornado-o senhor e garantindo a pacificação da sociedade”.

grito do Ipiranga”, onde o imperador com sua espada em punho dá o grito que pretende reverberar por todo o Império.

No entanto, a autonomia nacional, sua separação à metrópole, não se daria de forma tão heróica, como pretendem os ufanistas da independência.

O 7 de setembro, assim como a adesão das províncias ao futuro imperador, apresentaram-se como uma fabricação, pois como referimo-nos anteriormente, nem mesmo entre aqueles que representavam os interesses do então Reino nas Cortes, a autonomia frente à metrópole era um consenso. Ao que tudo nos indica então, não era a independência fruto de um sentimento patriótico, ou nacionalista (ODALIA, 1997, p. 43)³³, mas um evento fabricado – assim como suas representações – a partir de interesses, assim como a própria adesão provincial ao então soberano, a qual foi pautada por negociações e defesa de interesses provinciais, aos quais, devemos somar ainda, outro elemento considerado por José Murilo de Carvalho, para o qual a adesão a Pedro I; salvaguardaria a integridade territorial, e desta forma, garantiria a ordem social escravocrata, tendo em vista, no caso de uma “unidade da ex-colônia também favorecia a manutenção da escravidão, por evitar uma possível justaposição de países escravistas e não escravistas, provocado por eventual fragmentação” (CARVALHO, op. cit., p. 18).

Vários foram os artifícios utilizados para angariar a adesão ao poder central, assim como são várias as explicações para a unidade do império, pois frente às condições em que era realizada a independência, em território fragmentado por interesses díspares, tornava-se imperioso, levar o 7 de setembro às mais distantes localidades do então Brasil. Festas, aclamações, paradas militares, missas em ação de graças foram realizadas no intuito de firmar tais adesões, além de incentivar um incipiente civismo. A independência e o imperador deveriam adentrar corações, mentes e lares do então Brasil:

Houve uma rápida organização dos símbolos nacionais e uma preocupação em assegurar à persona de D. Pedro, a capacidade de representar o Brasil. Circulavam pela corte, nas casas mais ricas, em meio à elite do país,

³³ Segundo as reflexões de Odália, “Quando muito, pode dizer-se que possui um sentimento nacional, forjado no dia-a-dia da vida colonial, mas não suficientemente difundido e nem muito explícito porque deriva e se relaciona mais com um sentimento de propriedade da terra, conquistada, do que de um sentimento de propriedade da terra, conquistada e reconquistada, do que de um sentimento comum em que partilham valores comuns que pudessem transformar uma massa heterogênea num povo, um simples território numa Nação”.

xícaras, jarros canecas, relógios de mesa, paliteiros, leques que retratavam Pedro em sua efígie, em geral de uniforme militar. (SOUZA, op. cit., p. 257).

Entretanto, nem só de aclamações e festas era feita a independência. Se por um lado, o grito do Imperador, criava o Estado, não criava os brasileiros. Dentro desta “*dinâmica complexa*”, antes de ser proclamada, deveria ser construída uma comunidade de sentido aberta à constituição de um estado tendo à sua frente Pedro I; deveria mostrar-se o 7 de setembro, antes de tudo, como uma proposta atraente às elites locais para sua adesão ao Imperador. Dão-se à tarefa de costurar alianças e fidelidades, Gonçalves Ledo e José Bonifácio, os quais “remetiam às Câmaras as propostas e os conteúdos de uma monarquia constitucional centrada em D. Pedro, divulgava a figura do príncipe, acertava o envio ou ação das tropas e dos oficiais e ia definindo os ganhos da separação entre Brasil e Portugal” (SOUZA, v. 18, n. 36, p. 367-394, 1998), adesões estas, hora conquistadas pela barganha de interesses ou pela ameaça de bombardeio, como ocorreu em Pernambuco, e no Piauí (SOUZA, *Idem*)³⁴.

Podemos então constatar, que as adesões ao Imperador, eram frágeis, tendo em vista que elas baseavam-se em privilégios e interesses. Haviam sido costuradas, em meio a opções existentes nos primeiros anos da década de 1820, o fazendo com que a adesão das províncias ao centro de poder não seja realizada de forma unânime em todo o Reino e posteriormente Estado, estendendo-se este processo de estabelecimento de alianças de 1822 à 1823, notadamente nas províncias da região Norte, as quais não aderiram sem relutância e após negociações ao projeto centralista de Pedro I; umas defendiam maior autonomia provincial, outras, apresentavam-se fiéis às cortes lisboetas; onde a adesão deveria ser negociada.

Situação diversa, é a da adesão da região Centro-Sul ao poder central, a qual aderiu quase que imediatamente a Pedro I, pois estando diretamente ligada ao imperador, os negociantes e plantadores desta região, poderiam defender seus interesses de forma mais efetiva, pois haviam se consolidado através das relações

³⁴ Segundo Iara Carvalho, “em dezembro de 1822, Labatut ameaçava a junta de um Piauí conflituoso de marchar para lá com batalhões de cariocas, mineiros e paulistas, depois que conquistasse a Bahia.”, deveriam então, aclamar Pedro I, como seu Imperador. Além dessas vantagens, dentro de uma perspectiva bastante prática, entendiam que o apoio do Rio de Janeiro, se traduziria no suporte militar da coroa quando tivessem que enfrentar seus adversários locais, fossem esses quilombolas, índios, ou os vizinhos.”

engendradas, como um platô que pulsava sobre si mesma, o que não quer dizer, que não existisse uma integração entre as demais províncias, como propõe José Murilo de Carvalho:

O país não era um arquipélago econômico, havendo fluxo interno de mercadorias e de linhas de comunicação, mas esse fluxo estava longe de abranger toda a colônia, e era certamente peso secundário em relação ao comércio externo que era a base do sistema colonial. Assim, se é possível dizer que havia base concreta de interesses econômicos para manter unido por exemplo, Minas Gerais e São Paulo, o mesmo não se pode dizer em relação a Pernambuco e Rio de Janeiro, a Maranhão e São Paulo. (CARVALHO, op. cit., p. 15).

Caso emblemático em se tratando dos interesses que regiam estas adesões a Pedro I, antes pela defesa de interesses regionais, do que por um sentimento patriótico é o de Pernambuco, tendo em vista que sua adesão ao Rio de Janeiro, e mais especificamente, ao centralismo proposto por Bonifácio, apresentava-se como atraente às famílias de “antiga riqueza” da província, pois desde os idos de D. João VI, as elites pernambucanas perdem progressivamente seu poder, podendo então, com a adesão a Pedro I, avultar os antigos títulos de Capitães-Mores, ou quiçá, torná-los efetivamente nobres, avultando seu poder local, como pondera Marcus Carvalho:

Socialmente, desejavam títulos de nobreza e fidalguia, que não eram em absoluto irrelevantes, numa época em que o Estado não era esse ente impessoal a que estamos acostumados [...] Os antigos barões do açúcar não se satisfaziam mais em serem barões apenas (no sentido metafórico), queriam se tornar efetivamente nobres. (CARVALHO, op. cit.).

Acreditamos que com o até aqui discutido, tenhamos dado ao leitor, uma idéia das delicadas condições sobre as quais se erigia o Império. Materializa-se, oficialmente, e não efetivamente o Estado, ou como propõe Temístocles Cezar: “*Le Brésil, depuis son commencement, est une idée et un lieu. En tant qu’idée, il reste plus fréquemment à l’état de projet que de réalité.*” (CEZAR, 2002).

Costurado e outorgado pelas elites via Pedro I, ainda que com apoio e aceitação popular, o Estado não atenderia aos anseios das massas, ainda que além das manifestações de apoio ao futuro imperador, tal segmento social, tem participação especial, no processo, pois em províncias como do Grão-Pará e da

Bahia³⁵, o poder central utilizando-se, de forma devidamente balizada, daquelas camadas da população que ao longo da transação, se viram alijadas do processo de construção do Estado, pois foram as “classes perigosas” o principal instrumento do qual valeu-se o poder central, no combate às tropas fiéis às cortes lisboetas em províncias onde houve movimentos de insubmissão e contestação à autoridade do imperador, como é o caso das províncias dos Norte, adesão conquistada somente no ano de 1823.

Entre acordos, festas e ameaças, fazia-se e era reconhecido o 7 de setembro. Não existia um sentimento patriótico, e tampouco, um sentimento nacionalista; apenas o desejo de uma maior autonomia no governo aqui estabelecido.

Como parte das negociações, deveria ser arranjada a forma pela qual o então soberano governaria o país. Um governo absolutista, não seria admitido; pois seria fomentador de uma maior dispersão territorial, tendo em vista a circulação e aceitação dos corolários liberais no Brasil desde fins do século XVIII, pois segundo Lara Carvalho, existia a divulgação na colônia dos principais teóricos liberais, com o pensamento centrado nos baluartes do pensamento liberal:

Locke, Montesquieu, Rousseau; idéias que somadas aos princípios e noções de direito natural, largamente difundidos à época pela colônia, passou a instrumentalizar boa parte das elites da América-portuguesa quanto a sua participação política, adquirindo uma força reivindicativa no intuito de instaurar uma constituição própria para o Brasil e assegurar seus direitos. (SOUZA, op. cit., p. 112).

Podemos considerar tal circulação destas idéias, como elemento de peso para a opção pelo contrato social instituinte de uma monarquia constitucional. Tais doutrinas, noções e princípios econômicos eram apresentadas ao público letrado da América-portuguesa, através da compra, empréstimo, herança de livros, ou ainda pela ação do jornalismo militante imperial, como propõe a historiografia que se tem atentado para as práticas de leitura:

³⁵ No caso da Bahia, província de relevante importância econômica, era guarnecida por 12 mil militares fiéis à ex-metrópole, comandados pelo General Madeira de Mello, que se apoderara da capital baiana gerando violento combate entre tropas brasileiras e portuguesas, somadas a elementos em armas fornecidos por latifundiários locais, os quais longe de comungarem sentimentos nacionalistas, mostravam-se temerosos das dúbias posições assumidas pelas cortes portuguesas no que diz respeito à possibilidade de recolonização do Brasil pela metrópole; situação diversa do Grão-Pará, onde os administradores lusitanos foram expulsos pela massa da população que se lança ao movimento contra-autonomista.

Entre 1820 e 1830, apareceram muitas proclamações e folhetos nos quais o autor anônimo, ou sob pseudônimo revelava um sentimento patriótico, expunha um conceito político ou uma apreciação sobre algum acontecimento, buscando convencer e educar o leitor. (SOUZA, op. cit., p. 120).

Como contra proposta à adesão provincial ao reinado de Pedro I, deveria ser estabelecido um “contrato social”, pois não era atraente aos futuros súditos de Pedro I, notadamente às aristocracias, a adesão a um monarca despótico, cerceador das liberdades, optava-se então, pela monarquia constitucional.

Outorgado o Estado, reconstituídas e restauradas suas bases administrativas, sustentada ainda que precariamente a adesão das províncias ao poder central, Pedro I deveria honrar seu compromisso firmado em troca da adesão provincial ao Rio de Janeiro, pautado na elaboração de uma Constituição para o Brasil, devendo ser convocada com este fim, a Assembléia Geral, onde são iniciados os debates em torno do Projeto de Constituição de 1823, ocasião em que são deflagradas incompatibilidades provenientes de interesses dissonantes, tendo em vista que desde a insatisfação frente ao sub-reptício e centrífugo liberalismo e pretensões recolonizadoras das Cortes, unem-se em torno do futuro Imperador, portugueses e então, reinóis-americanos, liberais exaltados, moderados, federalistas ou centralistas, todos aqueles que tinham algo a perder, ou a defender caso fosse o projeto recolonizador vitorioso, dividindo-se os defensores do projeto de adesão ao governo sediado no Rio de Janeiro, sob a bandeira do “Partido Português” ou do “Brasileiro”. Relações em nada harmoniosas.

O português, era composto de lusos saudosos de D. João VI e favoráveis à recolonização e à monarquia absolutista, os quais diante da situação procuram se aproximar e exercer uma influência cada vez mais próxima do imperador; já o partido brasileiro, congregava áulicos, centralistas, federalistas, moderados e exaltados, sequiosos da delimitação dos poderes do Imperador; os quais sob a batuta conciliatória de José Bonifácio, deveriam ser articulados em nome da grandeza e autonomia política do ex “Reino Colonial”.

Tarefa delicada seria conciliar interesses tão antagônicos numa constituição para o Brasil. Não consentiam as circunstâncias, o absolutismo ou o liberalismo, tendendo à uma democracia, como a Norte Americana. Ambas as possibilidades, mostravam-se potencialmente desagregadoras da antes imaginada que consolidada unidade territorial.

As “dissonâncias” entre os partidos, são evidenciadas nas discussões em torno do Projeto de Constituição de 1823, onde cada elemento da Assembléia, voltar-se-ia para interesses privados, quando muito, provinciais, em detrimento dos nacionais, o que leva a um embate não só entre o Partido Português e o Brasileiro, mas à desentendimentos no partido brasileiro, o qual não era portador de um consenso, sendo poucos os interesses comungados, como o escárnio e a restrição dos estrangeiros – dos lusitanos aos cargos de representação nacional sentimento que podemos considerar como natural em se tratando de um Estado recém-autônomo, o qual, apresentava-se como elemento subversivo, pois como deixá-lo desenvolver-se, se Pedro I, também um estrangeiro? Fomentar este ódio seria colocar em questão a legitimidade do poder do próprio imperador- o liberalismo de base escravocrata, a unidade territorial, e a limitação dos poderes de Pedro I.

Em se tratando das incompatibilidades intrapartidárias, estas eram concernentes às posições defendidas pelo Gabinete dos Andrada, pois se por um lado, como pondera Caio Prado Júnior, apesar de liberal, o projeto de 1823, em seu artigo número 265, declarava “reconhecer os contratos entre senhores e escravos; sobre o qual o governo vigiara sobre a sua manutenção” (PRADO JÚNIOR, 1983, op. cit., p. 57), o líder do “Partido Brasileiro”, José Bonifácio, mostra-se a favor de uma abolição gradual do trabalho escravo no Brasil (SILVA, José. 2000); incompatibilizando-se desta forma, o “patrono da independência” com a maioria dos representantes dos interesses da agricultura exportadora nacional, levado a renunciar em julho de 1823, evento que viria a abrir lacunas que causariam a fragmentação do Partido Brasileiro, e ainda, uma aproximação do Partido Português – e de suas tendências absolutistas e recolonizadoras- com o Imperador.

Acreditamos que tal aproximação, apresentava-se como manobra conveniente às partes estrangeiras, pois o partido português acenava ao imperador, a possibilidade de um governo absolutista, já os “Altos e Poderosos Senhores” do Partido Brasileiro, defendiam um parlamentarismo, restrito à limitação do poder de D. Pedro I, o que não seria aceito pelo monarca de tradição absolutista.

Usando então de um dos atributos instituídos quando da convocação da Assembléia, o poder de dissolução daquele órgão representativo, D. Pedro I, em pessoa, na fatídica “Noite da Agonia”, encerra em novembro de 1823, os trabalhos daquele órgão, e por conseguinte, os debates em torno do projeto de 1823. Antepara-se então Pedro I de uma aristocracia após esta “afronta a seus poderes”,

do Conselho de Estado e Senado vitalício, marcando desta forma, a vitória do poder executivo sobre o legislativo e dos reinóis sobre os “brasileiros”.

A adoção de um governo absolutista, como defendiam os integrantes do Partido Português, fomentaria, certamente, o desmembramento do Império, pois as alianças estabelecidas em nome da adesão ao Rio de Janeiro, impunham a elaboração -ou a outorga- de uma constituição para o país. Neste sentido, Pedro I, reúne o Conselho de Estado, composto pela aristocracia brasileira incumbida da elaboração da constituição que veio a ser outorgada ao “Jovem Império” em 1824, tendo por autor, Carneiro de Campos.

Ainda que nominalmente liberal, a Constituição de 1824, acrescentava à estrutura administrativa do Brasil, em seu artigo de número 98, um quarto poder, o Moderador, através do qual Pedro I comanda a administração e a política. Torna-se então, a monarquia brasileira, uma singularidade instituída, pois um Estado gestado por um Imperador herdeiro da coroa de sua ex-metropóle, e assessorado por um corpo administrativo originário da “antiga metrópole”, marca indelével do I Reinado: o Brasil administrado por portugueses europeus. Podem ser considerados como resultados das relações que se estabeleciam entre o imperador e o Brasil, a perda do apoio das elites do Centro-Sul, especialmente dos comerciantes de grosso trato, apoio imprescindível à consolidação da independência, e ainda, a eclosão de um movimento na província de Pernambuco, para o qual, vários elementos se somam, o fechamento da Assembléia Constituinte, a outorga da carta de 1824, o cenário de crônica crise econômica e social, os impostos excessivos, a restrição da população e da aristocracia agrária à representação nacional; elementos que somados, fazem com que Recife, junto a Olinda vivam novamente em sobressalto, a contar dos desentendimentos entre Pedro Pedroso, à época, Governador de Armas de Pernambuco, e o Conselho de Governo Provincial, a “Junta dos Matutos”, composto por Affonso Albuquerque Maranhão, Francisco Paes Barreto e Francisco de Paula Cavalcante.

Tal Conselho de Governo, outorgado a Pernambuco -em substituição à Junta Democrática eleita, por “governar de forma muito autônoma”, fora obrigado a retirar-se de Recife, devido às sublevações populares antilusitanas ocorridas no ano de 1822, ocasionadas por arbitrariedades praticadas por ambas as partes. Encarcerado Pedro Pedroso, restituído o poder à junta dos matutos, a população da capital pernambucana, se ergue novamente contra o despotismo.

Pela segunda oportunidade, frente ao levante em curso, a junta dos matutos abriga-se no Cabo, longe da ameaça da “malta”, feita na qual o governo provincial é assumido por nova junta eleita, tendo à sua frente, Manoel Carvalho Paes de Andrade, o qual apesar de seus esforços numa “diplomacia provincial”, não seria reconhecido pelo Imperador. É então indicado para assumir o governo da província, o português José Carlos Mayrink da Silva Ferrão – o qual, frente à situação sediciosa que se instalara em Pernambuco, não empenhou esforços para que fosse empossado em seu cargo-, o qual não é reconhecido pelas câmaras de Olinda nem de Recife. Um desacato ao Imperador.

Frente à possibilidade de retaliação a Pernambuco pelas tropas fiéis a D. Pedro I, como resposta ao despotismo que se instalara na administração central é proclamada em 2 de julho de 1824, por Paes de Andrade, a Confederação do Equador. Neste movimento, unem-se, na intenção de colocar-se contra do poder central, as províncias do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Maranhão, sob a inspiração de um republicanismo ao modelo americano e regidos provisoriamente pela constituição da Colômbia, numa organização política supraregional.

Segundo propunham os líderes do movimento, a Confederação não deveria restringir-se ao Norte do Império, mas deveria estar aberta àquelas que se julgassem oprimidos pela política centralista da “metrópole internalizada”, contestadora do poder caracterizado pelos insurrectos como despótico, exercido pelo Rio de Janeiro e às aristocracias alinhadas ao projeto centralista. Forma-se então, uma república tendo à sua frente, exigindo mudanças reais, pondo-se contra o constrangimento e autoritarismo do governo despótico, não se apresentando como premissa deste movimento, um projeto segregacionista, o que acabou sendo materializado como desdobramento da circunstâncias. Este movimento, segundo Carvalho,

[...] não foi uma aventura republicana pura e simples, mas uma radicalização desesperada, o desdobramento trágico das tentativas de tomar o poder pelas facções das elites que não queriam se aliar ao projeto centralista e autoritário vindo do Rio e que, por alguns meses, chegaram a preferir a manutenção do status de reino unido desde que dentro do modelo federalista e constitucional adotado, por algum tempo, pelas cortes a partir de 1820. (CARVALHO, op. cit.).

Os ideais defendidos pela Confederação do Equador, através da militância de liberais exaltados como Cipriano Barata e Frei Caneca chegam a atingir as camadas mais baixas da população, assumindo o movimento dimensões inesperadas, vultoso este, que seria paradoxalmente, o responsável pelo malogro da Confederação, pois se apresentava como um movimento restrito às parcelas privilegiadas da sociedade; a adesão das massas, era indesejada, haja vista, o levante não se pretender abolicionista, o que fez com que os senhores ligados à direção do movimento, se mostrassem reacionários no prosseguimento do mesmo, como é o caso de Paes de Andrade, que frente à dimensão da revolta, abandona a luta, o que acaba por propiciar a desarticulação do levante e maiores possibilidades para a derrota dos confederados, ocorrendo sangrenta retaliação e a restituição do poder aos elementos fieis à administração central, sendo a junta dos matutos reconduzida ao poder de Pernambuco. Estabelecia-se mais uma vez, ainda que precariamente, a unidade do Estado.

A independência e a ordem, estavam ainda que precariamente, salvaguardadas. A política interna, dominada, com a eliminação da ameaça “republicana” de 1824, restabelecia-se a ordem; tornara-se necessário pactuar com o exterior, ser reconhecido como unidade política autônoma, e então, estabelecer relações com os demais países do mundo, tarefa procedida desde o ano de 1823, sendo inúmeros os impecilhos e concessões, por vezes vexatórias às quais o Brasil foi levado a submeter-se para o seu reconhecimento externo.

O primeiro Estado a reconhecer a autonomia do Brasil, foram os Estados Unidos, reconhecendo-nos em 1823, pois seguindo os corolários da Doutrina Monroe a política externa norte-americana, era a de apoiar e reconhecer a autonomia das antigas colônias européias na América, visando desta forma, eliminar intervenções, assim como a influência européia no Novo-mundo, e desta forma, afastar uma ameaça que pairava sobre as ex-colônias, a de recolonização, sendo então, formalmente reconhecido como soberano pelos Estados Unidos da América no ano de 1824.

Mais problemáticas, seriam as negociações enredadas entre o Brasil e os Estados europeus, principalmente, em se tratando da Inglaterra e de Portugal, os quais exigiram e foram atendidos em exigências vexatórias para um Estado

soberano (SODRÉ, op. cit.)³⁶, como disse Bonifácio ao referir-se a tais concessões como um “golpe na soberania”.

Os tratados assinados em nome do reconhecimento do Estado Brasil, podem ser considerados como o colocar em curso um processo que viria a selar a regência de Pedro I, pois as concessões como a renovação dos tratados de 1810 por mais 15 anos, minavam as aspirações de uma ênfase no florescimento de uma indústria nacional e conseqüentemente, o desenvolvimento do comércio voltado para o mercado interno, corroborando para o desenvolvimento da lavoura de mais um produto com vistas ao atendimento da demanda internacional pelo café, em detrimento da cultura dos “produtos invendáveis”, ou seja, a produção voltada para o consumo interno.

A cafeicultura apresenta grande desenvolvimento no Centro-Sul do país, e assim como as demais lavouras destinadas à exportação, dependiam diretamente, da entrada de negros para o abastecimento da força de trabalho, não agradando então, aos latifundiários, a promessa feita por Pedro I, da extinção do tráfico negreiro em 1830 como concessão ao reconhecimento do Estado brasileiro, frente à Inglaterra. Segundo Alencastro, “Nunca se importaram tantos escravos como depois do tratado de 1826: a superabundância provocou a queda do preço, de 70 libras em 1830, para 35 em julho de 1831 [...]” (ALENCASTRO, op. cit., p. 39) avultamento relacionado à possibilidade do fim do tráfico e à expansão da lavoura cafeeira.

Eventos como a repressão vigorosa aos participantes da Confederação do Equador, a execução de inúmeros deles no ano de 1825, onde, com o consentimento do imperador, clérigos foram executados, a declaração de guerra contra a província Cisplatina no 1825, e ainda, os violentos recrutamentos realizados entre a população para os combates em nome da unidade territorial e da política de coibir a formação de grandes Estados na América do Sul, corroboravam para o

³⁶ O Reconhecimento da independência por Portugal, fruto de um acordo mediado pela Inglaterra, representada por Sir Charles Stuart dentre outras, cedia à antiga metrópole, como a associação de D. João VI ao título imperial; a declaração de que a independência fora outorgada pela vontade do rei português; e a promessa de não se ligar o Brasil a outras possessões lusas; e a compensação de 2 milhões de libras. Já a Grã-Bretanha, foi na verdade, intimidada por Pedro I a reconhecer a independência, pois num de seus momentos de estadista, o Imperador, acusava a Inglaterra por falar de seus tratados, antigos e novos mas a não ser que a independência do Brasil seja reconhecida até o dia 19 de junho, próximo, todas as mercadorias passarão a pagar daí por diante, 24% de direitos aduaneiros. O dia 19, era o da expiração do vigor dos tratados de 1810. A Inglaterra, seria a grande privilegiada nessa intermediação para o reconhecimento do Brasil pelas nações européias, pois consegue a prorrogação do tratado de 1810, por 15 anos, a contar de 1837. Ver sobre o assunto.

avultamento da situação de instabilidade econômica e política no Brasil, além de um empobrecimento das camadas populares, alta dos preços, impostos, víveres, desvalorização da moeda, guerra, indenização e dinheiro falso; tudo se somava e era canalizado contra a pessoa do Imperador entre os anos de 1825 e 1830.

Visando contornar a crise, o imperador é levado em 1826, a convocar a Assembléia Geral eleita em 1824, a qual não houvera sido convocada, devido à sua composição, pois era formada em sua maioria de elementos desfavoráveis à política cunho absolutista de Pedro I. Aspecto que o imperador tenta contornar anteparando-se com um senado de elementos afeitos à “sua” política imperial. Seria pouco. O ímpeto liberal era mais forte.

A situação apresentava-se contra a política de cunho absolutista desenvolvida por Pedro I. O fechamento da Assembléia, em 1823, a outorga da carta, em 1824, a declaração de guerra à Cisplatina, a ferrenha repressão aos confederados, contribuía para o desgaste de sua imagem de líder carismático. Exigiam os constituintes, maiores poderes para o legislativo, a revisão dos tratados de 1826, a descentralização da monarquia, maior autonomia para as províncias, novamente o governo imperial acuado pela representação provincial a atender suas exigências; tudo contribuía para o desgaste do monarca

Processam-se novos desentendimentos entre os representantes provinciais e sua majestade, tomando vulto a partir de 1827, com dois “acontecimentos notáveis”, como se refere Joaquim Nabuco, à influência exercida pela pena de Evaristo da Veiga e da palavra de Vasconcellos, marcando caminhada de Pedro I rumo ao fatídico 07 de abril.

À esta conjuntura de contestação à política interna, devemos somar a delegação de poderes ao partido português, o qual desde o ano de 1828, era o responsável pela gerencia política nacional, pois havia o Imperador se envolvido com a sucessão do trono luso, desagradando sobremaneira os representantes provinciais e a nação, que se vira, na condição de Estado soberano, autônomo, constringido mais uma vez à administração lusa.

Papel social que deve ser considerado também, na construção de uma situação desestabilizadora da Regência de Pedro I, foi o dos jornais, que se contavam às dezenas no império nos últimos anos do primeiro reinado, quer seja divulgando as querelas políticas dos bastidores do poder, ou ainda, tratando de arte, ciência, modas e costumes. O cenário cultural no final da década de 20 e início da

década de 30 oitocentista, conhece ainda, a abertura dos Cursos Jurídicos que eram implantados em São Paulo e Pernambuco, responsáveis pela formação pelos filhos da elite nacional, os quais posteriormente, viriam a se engajar na “vocação nacional”, o emprego público. São construídas ainda, a esta época, instituições responsáveis pelo fomento ao desenvolvimento científico e industrial do império, como o Observatório Astronômico Nacional e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), em 1827 (CARVALHO, op. cit., p. 42)³⁷.

Não poderia o Imperador contar com o apoio do braço armado nacional, pois as campanhas da Cisplatina, findadas em 1828, haviam construído no exército o corporativismo, o qual chamaria para si, a defesa de interesses nacionais, em detrimento dos imperiais. Duplo malogro frutificaria da desastrosa campanha Cisplatina. Desperdício em vidas, desperdício financeiro, e ainda o desenvolvimento de um sentimento de brasilidade nas fileiras da tropa, a qual não mais se prestaria à função de guarda pretoriana.

Destituído do carisma despertado na hora da ruptura com as cortes lusas, no momento da independência, nosso primeiro imperador, como propõe o comerciante e historiador inglês John Armitage, sediado na Corte; para o qual, o imperador não soubera constituir-se como brasileiro mais lhe interessavam os assuntos ligados à usurpação e sucessão do trono da ex-metrópole por seu irmão, D. Miguel, em detrimento de D. Maria da Glória –filha de Pedro I (ARMITAGE, 1981).

Mudanças são exigidas por Evaristo. Numa atitude de caráter conciliatório, o imperador propõe o exercício do Ministério dos Marqueses –dos brasileiros- o qual nega-se a ordenar o combate as massas que contestavam a política imperial no Campo de Santana, sendo desta forma, o ministério deposto.

È então, oficializado à 05 de abril, um governo de práticas acentuadamente despóticas, tendo a frente deste ministério, o Partido Português. Ministério este, que vem a ser deposto dois dias após a sua posse. É chegado o fatídico 7 de abril, tido como a coroação do processo posto em curso pelos idos de 1808.

³⁷ Segundo propõe José Murilo de Carvalho, o Sain, “Tinha cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e contava entre seus membros, boa parte dos políticos mais importantes da época, alguns dos quais, como o Marques de Olinda, o Marques de Abrantes, e o Visconde do Rio Branco, a presidiam. Em segundo lugar, o tom das posições da sociedade era dado pelos secretários gerais e possuía uma conotação de natureza muito mais técnico-científica que política [...] um centro de estudos ou sociedade literária.”

2.3 Desenvolvimento

Reivindicações as mais diversas florescem com o 7 de abril: liberdade religiosa, autonomia provincial, justiça eletiva, a extinção do poder moderador e do Conselho de Estado, o senado temporário, a divisão das despesas públicas entre as províncias, e até mesmo, a república depois de Pedro II. Uma afazia tomava conta das ruas, movendo amores, ódios e desejos, conforme propõe Mattos:

No parlamento, nas casas, nos pasquins e até mesmo nas ruas e praças publicas, os que pretendiam dirigir os destinos de uma sociedade que se julgava ter completado sua emancipação da tutela metropolitana, expunham suas idéias e programas, procuravam viver seus sonhos e utopias, expressavam seus temores e angustias. (MATTOS, 2004, p. 13).

Noções as mais variadas acerca dos liberalismos eram divulgadas pelo então Império sem Imperador sendo uma das maiores para com o movimento que acaba por levar o Pedro I à abdicação, o seu autoritarismo e falta de sintonia com os interesses nacionais, a dissonância com pacto firmado. No entanto, o sete de abril, apresentar-se-ia como uma desilusão aos olhos daqueles que do movimento tudo reivindicavam.

Estabelecia-se, conforme determinava a Constituição outorgada em 1824, uma Regência Trina Provisória, composta pelo senador moderado Nicolau de Campos Vergueiro, pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e o representante dos interesses lusos, José Joaquim Carneiro de Campos, o Marques de Caravelas. Ficando desta forma, os liberais exaltados sem representação política neste primeiro momento em que o governo do império era praticado pela Regência Trina Provisória, a regência, responsável pela construção –através de uma eleição- de sua substituta legal, a Regência Trina Permanente. Neste ínterim compreendido entre a deposição de Pedro I e o restabelecimento do mando através da constituição de uma regência trina permanente, reúnem-se em sociedades, as partes que se uniram em torno das propostas de caráter liberal responsáveis pela destituição do imperador do trono nacional.

Inicialmente, é fabricada a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, visando estabelecer uma frente às manifestações

realizadas pelos liberais exaltados que ocorrem por todo o país; a começar pela capital do império.

Deveria então, a Sociedade Libertadora, garantir a situação política conquistada no 7 de setembro, contra a ameaça lusa e a radicalização política, congregando sob sua bandeira, o grupo conservador composto por latifundiários, futuros barões do café, regentes, deputados e senadores, enfim, figuras prestigiosas que desde o enxerto metropolitano na colônia avultaram seu poder e dominariam a encenação do poder nos anos que se seguem.

Agruparam-se também em sociedades, os restauradores e os liberais exaltados. Na Sociedade Federal. Convergiram os liberais exaltados, representados por latifundiários das regiões Sul e Norte do Brasil, defendendo até mesmo a instalação de um governo republicano, como é o caso do pernambucano Borges da Fonseca. Já a Sociedade Conservadora reunia em torno de suas propostas, os caramurus, portugueses desejosos da restituição do trono ao imperador deposto; facção esta que viria a perder sua razão de ser com a morte de D. Pedro I em 1834. Acreditamos então, que assim como o 7 de setembro, o 7 de abril, inseria-se numa “complexa dinâmica”, sendo a mais difundida, e temida, a exaltada, tendo em vista que era a mais aceita pelas massas.

Entretanto não foi este o rumo tomado pelos regentes desde a regência provisória, pois estavam os exaltados excluídos do poder, indicando um governo com pendores à moderação; seguindo um chavão certamente conhecido pelo leitor: *“Os liberais no poder convertem-se em conservadores, em guardiões do poder contra a anarquia.”* Conservadorismo confirmado pela eleição da Regência Trina Permanente, composta por Costa Carvalho, representando a província da Bahia, Bráulio Muniz, representando o Maranhão, e o brigadeiro Francisco Lima e Silva, representando o braço armado nacional, ou melhor dizendo, a oficialidade militar; seguindo esta partilha de representação no mando, o critério de divisão geográfica do poder, em detrimento das facções que se colocaram lado a lado no movimento do 7 de abril. Não inclui então, esta regência, mais uma vez, o nome de nenhum daqueles que tiveram participação decisiva no levante das massas no Campo de Santana.

Pretendeu a Sociedade Defensora, afastar a influência liberal exaltada tida por democrata, anarquista e por vezes republicana do governo que se instalara, o que leva Teófilo Otoni, a referir-se ao 7 de abril, como uma *journalée des dupes*,

propiciando, conseqüentemente, uma cisão intra-elite que contribuiria para a entrada em cena de novos e ameaçadores sujeitos do “fazer a história”. Abria-se caminho para que as massas, a “malta” somada às tropas legalistas –patentes inferiores do exército-; desde o litoral, até os sertões nortistas, insatisfeitas com a representação moderada do poder, saísse às ruas em todo o império em nome daquilo que havia a movido, um liberalismo em sua acepção democrata, contra a truculência e o autoritarismo do governo central, em nome de uma maior descentralização do poder.

Tornava-se necessário, segundo o entender dos liberais moderados no exercício do poder, “*parar o carro da revolução*”, eliminar das ruas os anarquistas e os republicanos que haviam se espalhado por todo o país. A incumbência para tal tarefa, ficaria sob os auspícios do padre Rodrigo António Feijó, na qualidade de Ministro da Justiça no primeiro ano da Regência Trina Permanente.

A indicação do nome de Feijó, era sintomática das intenções e direcionamento que seria dado às práticas políticas imperiais: o caminho liberal moderado. Para tanto, as turbas populares deflagradas e disseminadas pelas ruas e sertões do império, deveriam ser dominadas, como propõe Nelson Werneck Sodré: “A simples escolha de Feijó denunciava claramente a intenção de conter o movimento que levava o imperador à abdicação, conhecidas que eram suas tendências” (SODRÉ, op. cit., p. 227), enérgicas e espírito autoritário; era o homem talhado para parar o carro da revolução, o qual, antes de apresentar-se como convicto liberal, era antes de tudo, um defensor da ordem (RICCI, 2003).

Procede então, à diminuição da influência e poder das tropas de linha – numa atitude que pode ser considerada como uma traição àqueles que contribuíram para o estabelecimento da provisória, pois entre os moderados, era opinião unânime de que os militares, a soldadesca, constituíam uma facção sediciosa ligada aos ideais republicanos. São desta forma, reduzidos drasticamente os contingentes de primeira linha – um efetivo que às vésperas do 7 de abril contava com cerca de 30.000 homens passaria a ser composto por apenas 10.000- e são demitidos os integrantes estrangeiros lotados nas fileiras do exército, quase que extinguindo desta forma, a força armada nacional.

Em substituição ao exército, o então Ministro da Justiça, implementa em agosto de 1831, a Guarda Nacional, anteparo armado responsável pelo fortalecimento do poder das oligarquias provinciais, incumbida do combate às convulsões sociais encabeçadas pelas massas revoltosas, o que somado à Reforma do Código Criminal

e concessões “liberais” do Ato de 1834. É ainda realizada por esta regência, em cumprimento aos tratados de 1826, através dos quais a Inglaterra reconhecia o Brasil como entidade política soberana, a lei de 7 de novembro de 1831, a qual, frente à representação do poder ser composta em boa parte por latifundiários ligados às indústrias que tinham por fim a exportação e frente à demanda da lavoura cafeeira por mão-de-obra, tornariam tal lei, “*para inglês ver*”.

As práticas de Feijó, mostraram-se autoritárias, pois visava não só estabelecer a ordem, mas eliminar da cena política, preventivamente, tanto os restauradores como os exaltados. Neste intuito, o então Ministro da Justiça, arquiteta um golpe de Estado no ano de 1832, o qual não obteria êxito, frente à oposição do senado, da imprensa e da opinião pública, o que leva o padre a demitir-se ainda no ano de 1832. Sua política ostensiva, apresentava-se como fomentadora de movimentos de contestação ao poder central. Seu autoritarismo não se apresentava como adequado para estagnar o “vulcão revolucionário” em que se transmutava o povo.

É realizada inicialmente, a reforma do Código de Processo Criminal em 29 de novembro de 1832, e ainda é submetido à apreciação, no mesmo ano, um projeto de lei que caso viesse a ser aprovado, permitiria à Assembléia Geral, fazer emendas à carta de 1824, visando “*conservar a unidade das províncias e impedir excessos contrários à ordem pública*”. Projeto considerado por Vasconcellos, depois de apreciado e emendado, pela Câmara, como o “código da anarquia”, pois frente à uma administração centralizada, era “concedida” uma descentralização tida por avultada e que se mostraria desastrosa, propiciada pelo Ato Adicional outorgado à nação, em agosto do ano de 1834³⁸. Ato este, visando obter consenso entre os constituintes eleitos em 1833 para exercício do poder que a ser iniciado em 1834, pois era este em sua maioria moderado, composição que deve ser atribuída em parte às práticas discursivas de Feijó ao longo de seu exercício frente ao Ministério da Justiça, apresentando em seus discursos e falas, a situação nacional, como caótica, o que voltará a ser praticado ao longo de seu governo na qualidade de regente uno.

³⁸ Podemos considerar o Ato Adicional, como uma estratégia dos moderadores no intuito de ludibriar os exaltados no que diz respeito às suas reivindicações por uma maior autonomia provincial, pois ainda que os conselhos provinciais se transmutassem em Assembléias Provinciais com poderes constituintes, elas eram ao mesmo tempo submetidas à um presidente de província indicado e diretamente ligado ao poder central, o que nos leva a crer que esta liberdade concedida às províncias em 1834, não se apresentava como uma administração livre do poder central.

Ainda que estas medidas, tenham sido consideradas como liberais e descentralizadoras, elas apresentam-se na verdade, como propõe José Murilo de Carvalho, como uma estratégia visando levar o Estado aos mais distantes sertões do Brasil:

A incapacidade do Estado brasileiro em chegar à periferia é bem ilustrada pelos compromissos que se via a fazer com os poderes locais. [...] Na ausência de suficiente capacidade controladora própria, os governos recorriam ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais em troca da confirmação ou concessão de privilégios. (CARVALHO, op. cit., p. 158).

Tal posicionamento do poder central, antes então de apresentar-se como liberal, apresentava-se como uma maneira do centro de poder estender-se em rizoma pelo país, estabelecendo relações entre os poderosos locais e o Rio de Janeiro, levando antes a ordem dos potentados que a justiça a todo o território através da atribuição de poderes aos poderosos locais, o que acaba por propiciar o avultamento da centralização administrativa e a prática da justiça privada em âmbito provincial, legitimando desta forma, o autoritarismo e a arbitrariedade dos “donos do poder” local. Uma “descentralização” viabilizadora de uma centralização de poderes nas mãos das aristocracias locais, exercidos pelo despotismo dos juizes de paz (FAORO, op. cit., p. 306)³⁹, aos quais era subordinada a Guarda Nacional em âmbito local. “Para se fugir ao despotismo, do trono e da corte, entrega-se ao despotismo do Juiz de Paz –apavorado com a truculência dos sertões, suscita o tigre provincial” (idem, p. 310). Tudo contribui e se relaciona para o deflagrar de uma temporada de agitações que se espalha pelo império.

Podemos considerar como os primeiros movimentos de grandes proporções, ocorridos durante o período regencial, o dos cabanos, no Pará e o dos farroupilhas no Sul do país. O primeiro, um movimento enredado pelos latifundiários locais que

³⁹ Instituídos sob o impulso liberal do Código De Processo Criminal de 1832, os juizes de paz passam a gozar a com “[...] poderes em amplitude maior do que os traçados na Constituição, que o reconheceu como agente conciliador dos litígios, pré-instancia judicial, autoridade eletiva destinada a aplainar divergências e evitar conflitos (arts. 161 e 162). O circulo judiciário de primeira instancia dividiu-se, com o estatuto de 1832, em três circunscrições: o distrito, o termo e a comarca. O distrito foi entregue ao juiz de paz, com tantos inspetores quantos fossem os quarteirões; no termo haveria um conselho de jurados, um juiz municipal, um escrivão das execuções e os oficiais de justiça necessários, na comarca –a mais ampla expressão territorial- havia o juiz de direito, em numero que se estenderia até três, nas cidades populosas, um deles com o cargo de chefe de policia. O juiz de paz era filho direto da eleição popular, nomeados os inspetores de quarteirão pelas câmaras municipais, sob proposta daquele”.

vem a ser radicalizado pelas classes populares, assumindo características de um movimento de contestação social, frente à miséria e mandonismo local sustentado pelas concessões exaradas pela reforma do Código em 1832 e pelo Ato de 1834, e ainda, o monopólio do comércio pelos portugueses.

O segundo, um movimento liderado pela aristocracia sulista em nome de sua indústria que se via espoliada pela política considerada como antinacional pelos revoltosos, praticada pelo poder central; revoltas estas que tomam vulto ao longo da regência una de Feijó e se estende para além de sua regência adentrando até mesmo o reinado de Pedro II, como é o caso da Farroupilha.

Tais movimentos, ao mesmo tempo, tem muito que os assemelha e que os distingue. Começemos pelas semelhanças: foram apresentados pela historiografia imperial, como movimentos de inspiração liberal e republicana; ambas se colocavam contra elementos de ordem econômica, os cabanos, contra os comerciantes e a miséria em que viviam, enquanto os farroupilhas, lutavam contra a política tributária aos seus produtos, como o charque, a carne seca, o couro e o sebo bovino, em proveito de produtos importados (SANTOS, 2004). Agora, atentemos para as diferenças entre os dois movimentos: o do Norte do país, tinha à sua frente, vaqueiros, negros, mestiços e pequenos comerciantes; já o movimento eclodido no interior riograndense, tinha à sua frente, grandes proprietários locais, como Bento Gonçalves, Antonio de Souza Neto, Davi Canabarro liderando grande número de homens armados, movimento este, que não era fruto de desentendimentos entre as elites locais e sai ao controle destes potentos, como o foi a Cabanagem, portanto, não oferecendo risco à ordem social do império, pois tinham à frente de suas reivindicações, a elite sulista, ao passo que o movimento paraense, tinha à sua frente, a malta, a canalha, o que acaba por influir até mesmo no combate a estes movimentos de contestação ao poder central; enquanto os paraenses, são avidamente combatidos um a um pelos sertões do Pará, até 1840, os desentendimentos com a província sulista, é findo por acordos e concessões.

Frente às revoltas deflagradas nos extremos do país, o então regente uno, visando preparar uma comunidade de sentido aberta às suas práticas de caráter autoritário, fabrica em seus discursos uma imagem da situação nacional, como uma grande (des) ordem nacional, como já fizera em 1832, o que se torna emblemático

em suas palavras proferidas na fala do trono de 1836 (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 77)⁴⁰, exigindo maiores poderes para que a “turba” fosse combatida. Em resposta à fala do trono, Rodrigues Torres, nos dá indícios da orientação política que deveria ser tomada pelo poder central. Sugere, em resposta à fala do trono, a revisão do Ato Adicional, imediatamente apoiado por Honório Hermeto Carneiro de Leão, marcando desta forma, as intenções regressistas das práticas políticas.

Não era mais possível a Feijó exercer seu poder de cunho pessoal sobre o Estado, desvinculado dos interesses daqueles que o levaram ao poder, em dissonância com os interesses liberais moderados tendentes ao regresso, predominantes tanto na Assembléia Geral, como no Senado, nem o liberalismo tido por excessivo, o qual era controlado por uma mão de ferro, subjugando as províncias à ferro e fogo quando contestador ou ameaçador ao poder central.

A agitação se alastrara por todo o país, o que na visão dos “donos do poder” estabelecidos na Corte, sequiosos de levarem a civilização e a ordem a todo o país, apresentava-se como óbice à civilização do Império. A desordem, o republicanismo se fazendo presente, ameaçando a integridade territorial brasileira, o qual crescia, demograficamente, ao mesmo tempo em que se africanizava, haja vista o número de negros desembarcados no império crescer paulatinamente.

Este “enegrecimento” do percentual da população do Império, apresentava-se, em consonância com as teorias evolucionistas em voga à época, como um empecilho às aspirações civilizacionais dos dirigentes imperiais. Caso emblemático, no que diz respeito a este crescimento e enegrecimento nacional, era constatado na capital do império, pois o Rio de Janeiro, em 1836, contava com uma população de 200 mil habitantes, sendo quase a metade desta população composta por não brancos.

Novos modos, costumes e práticas de sociabilidade se desenvolviam na capital do império. Os senhores que outrora se isolavam em seu mundo de casa grande contraposto e imbricado à senzala, passam a se apresentar como ativos capitalistas, não mais se restringindo à etapa de colheita e beneficiamento de seus produtos,

⁴⁰ Uma prática comum à Feijó, era a apresentação da situação política nacional, como caótica, apresentar o império brasileiro, como “à beira do abismo”, como o fez na fala do trono em 1836: “*Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado, o governo, consome o tempo em vãs recomendações, seja ele responsabilizado por abusos e omissões; dai lhe porem forças adaptadas às necessidades publicas; dai lhe forças com que possa fazer efetiva a vontade nacional: aplicai a tempo o remédio.*”

como outrora fazia a açucarocracia. Os barões do café além de plantar, beneficiar, transportar e comercializar o café, envolviam-se em uma vasta gama de atividades rentáveis, demandando que residisse, ou passasse largas temporadas nas praças onde comercializava os frutos de sua indústria. Encantavam-se com a vida e as oportunidades da vida na corte (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 59)⁴¹. Modas, costumes, sociabilidades, os quais eram tidos por mais modernos e mais civilizados que os dos sertões onde se enclausuravam. Práticas que se irradiavam pelo interior do Brasil, tendo por veículo, o comércio realizado pelos mascates, os quais pelos lombos de burro ou pelas mãos negras da escravaria, transportavam aos potentosos rurais, os signos da modernização dos costumes, mascates estes, que eram considerados como os “tosquiadores da fazendeirada”, atendendo então, a súplica daqueles que podiam pagar por esta cultura material, quer seja sob a forma de vestiário, instrumentos musicais, móveis, fragrâncias, dentre vários outros produtos, os quais além de representarem capital financeiro, o poder ostentatório, agregavam em si capital simbólico, a modernização, como podemos constatar na fala da personagem alencariana Adélia, em “O tronco do ipê” “O teu deve ser melhor do que o meu, pois vives na corte e eu sou apenas uma roceira” (ALENCAR, 1998, p. 14).

Mas nem só de movimento, ação, e modernização das práticas sociais e econômicas era composta a vida na corte. Existiam camadas, em especial, a dos governantes, que se mostravam avessos ao movimento. Pretendiam estagnar, e se possível, regredir, eram os regressistas. Característica da política imperial que é encaminhada frente ao verdadeiro pulular de revoltas pelo território que tanto ameaçavam a ordem social e a integridade territorial brasileira, as quais deveriam ser aplacadas.

Apresentaram-se as revoltas como eventos catalisadores do regresso. Frente à agitação, Feijó é levado à renúncia em de setembro de 1837, sendo a regência uma conferida a Araújo Lima, o futuro Marques de Olinda, e seu “Ministério das Capacidades”, começando então a preponderância do parlamentarismo brasileiro

⁴¹“Os hábitos do povo, relata um viajante inglês, modificaram-se sensivelmente em pouco tempo. Muitas antigas e respeitáveis famílias brasileiras, cujos hábitos eram tão rudes como sua acanhada mentalidade, por efeito do rústico isolamento em que viviam, procuram agora a capital, para onde as atraíam festas, recepções e cerimônias freqüentes. Ali, por efeito do seu contato com estrangeiros, cedo se despiram da ferrugem do isolamento, e voltaram para casa com novas idéias e modos de vida, que iam sendo igualmente adotados pelos seus vizinhos; e assim o progresso e a civilização se espalharam pelo país.”

para uma duração paralela à vida do império de D. Pedro II, ou como propõe Carvalho, referindo-se ao período posterior à 1837:

[...] começaram a dar lugar a um esboço de sistema de dominação mais sólido, centrado na aliança entre de um lado, o rei e a alta magistratura, e de outro, o grande comercio e a grande propriedade sobretudo a cafeicultura fluminense. O processo de enraizamento social da monarquia, de legitimação da coroa perante as forças dominantes do país, foi difícil e complexo. Embora se possa dizer que estava definido em torno de 1850, ele permaneceu tenso até o final do império. (CARVALHO, op. cit., p. 249).

Estavam representados mais uma vez no poder, os moderados, os latifundiários ligados às economias voltadas para a exportação, tanto do Norte, como do Centro-Sul do país, hora se apresentando como regressistas, e exercendo uma hegemonia no poder central, que se estende até o ano de 1849.

Frente este processo regressista colocado em curso no ano de 1837 com a proposta de Paulino de Souza, o qual pretendeu interpretar do Ato de 1834, viabilizando um esvaziamento da autonomia provincial, é fabricado na capital baiana, mais um movimento de contestação ao poder central, ou mais precisamente, desta intenção regressista, era a Sabinada, liderada pelo cirurgião Sabino Alves da Costa Vieira, à frente das classes médias urbanas desta província. Movimento de pregação ideária tida por republicana e amplamente divulgado nos numerosos periódicos locais e pela maçonaria, instituição com grande aceitação nas fileiras militares. Propunham-se os revoltosos sob as ordens do líder “Sabino”, solucionar os problemas não só da província que servia de palco ao levante, mas levar a solução revolucionária a todo o Brasil, o qual, assim como os demais levantes regenciais, conhece o malogro; mas por apresentar-se como movimento excludente, já que não soube canalizar insatisfações das camadas populares e escravos.

Movimento contra o poder central, foi também, a Balaiada, a qual apresentava-se como disputa pelo poder entre as oligarquias locais e acaba por transmutar-se numa revolta de cunho social, que se desenrolam de 1831 à 1841, tendo por foco a província do Maranhão e se ramificando pela Paraíba e Piauí (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 79)⁴² que vem a culminar com a tomada de São Luis pelas tropas comandadas pelo vaqueiro Raimundo Gomes.

⁴²Segundo Caio Prado Júnior, a Balaiada, não se apresenta como um movimento isolado, mas “caracteriza-se por sucessivos e ininterruptos levantes, Deu-se o primeiro na Vila da Manga, pequena povoação da margem do rio Itaguará, repercutindo logo em outros pontos e rapidamente se

Apresenta-se o movimento dos balaíos, como característico de uma região afetada pela retração do mercado interno, frente à nova geografia econômica brasileira, hora sob a hegemonia Centro-Sul, o que faz com que as indústrias da província –voltadas para o mercado interno, como a pecuária e lavoura de arroz-, conheçam um longo período de estagnação conseqüentemente, pauperização das camadas populares, fatores que contribuem para o colocar em curso um movimento de cunho social, tendo à sua frente, elementos das camadas mais baixas da população, como ex-escravos, nativos e vaqueiros. Situação de miséria à qual devemos ainda acrescer, como elementos que contribuem para a insatisfação popular, os recrutamentos bárbaros que ocorriam desde a guerra contra a Cisplatina em 1825, as prisões arbitrárias realizadas na província, as violências contra castas oprimidas pelos poderes públicos ou mandonismo dos latifundiários.

Ainda que as massas tenham conseguido assumir efetivamente o governo da província, em detrimento do governador escolhido pelo poder central, este ato não obtém continuidade, pois destituídos os cabanos de um ideário político, um partido, ou propostas concretas de governo, são levados a abrir o governo aos Bem-te-vis, pois passam os cabanos a exigir apenas a expulsão dos portugueses do Maranhão, seguindo-se a repressão aos cabanos, sob as ordens de Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

Segundo Faoro, tais movimentos que ocorrem ao longo das regências e por vezes adentrando o período do Segundo Reinado, não se apresentam como realizações teleológicas, objetivando a emancipação local ou a implantação da república como fim, como é o caso dos processos ocorridos na América espanhola no final do século XVIII e início do século XIX. Supõe Faoro, apresentarem-se tais movimentos como moeda de barganha entre os revoltosos e o poder central, na tentativa de conseguir maior poder de participação no jogo de influência do poder.

Ainda que freqüentemente deparemo-nos com fabricações historiográficas que se referem a tais movimentos como não tendo a intenções autonomistas frente o Estado Imperial, segundo propõe Raymundo Faoro, Caio Prado Júnior, ou ainda Evaldo Cabral de Mello, o que podemos constatar, é que em quais eventos, ainda que de forma precária e desarticulada, realmente ocorria a fragmentação do território

estendendo desde o litoral, defronte à ilha em que se ergue a capital de São Luis, até Passos Bons, na margem do Parnaíba, e pelo sertão do Piauí adentro.”

nacional, materializando-se então as preocupações que já haviam desde o início do século sido alvo da política juanina.

Acreditamos apresentarem-se esta revoltas ocorridas desde o 1817 pernambucano, assim como a Confederação do Equador, a Cabanagem, a Farroupilha, a Balaiada e a Sabinada, como movimentos que apesar de serem rotulados, notadamente, pela historiografia imperial, como levante de teor republicano, na verdade, apresentavam-se sob a égide da categoria de protonacionalismo proposta por Eric J. Hobsbawn, a qual se divide em dois tipos, sendo a primeira delas, a que se apresenta de forma mais profícua para analisarmos tais levantes.

Para Hobsbawn este primeiro tipo de protonacionalismo, define-se como: “[...] formas supralocais de identificação popular que vão além daquelas que circunscrevem os espaços reais onde as pessoas passaram a maior parte de suas vidas: como a Virgem Maria, que liga os fieis de Nápoles a um mundo maior [...]” (HOBSEAWM, 2002, p. 64). Segundo esta ponderação, inferimos que os fiéis que comungam da religião católica, encontram-se ligados a uma comunidade mais ampla, tendo por foco de convergência de suas práticas, a crença na Virgem Maria. Em se tratando dos levantes aos quais nos referimos acima, os ânimos eram convergidos contra as práticas espoliativas do poder central, o que fazia com que os insurrectos se ligassem numa comunidade mais ampla em nome da contestação às práticas tidas por despóticas e autoritárias, como o é o caso, notadamente, da Confederação do Equador, onde os interesses provinciais estabelecem relações por interesses e colocam-se contra o poder central e sua “descentralização centralizadora”.

Acreditamos que com ou sem a intenção da efetivação da construção de entidades políticas autônomas, a experiência republicana foi praticada dentro do império. Quanto às possibilidades de sucesso ou malogro das mesmas, é objeto de análise que não cabe neste estudo que hora propomos, mas em termos concretos consideramos ser esta proclamação de repúblicas uma ameaça à integridade territorial do Império, e tais eventos acabavam por gerar grande preocupação em

nossos governantes, quer seja em D. João VI, em Pedro I, nos regentes, ou ainda em Pedro II (ODALIA, op. cit., p. 23)⁴³.

Não seria possível a obra de estabilizar a ordem social do Estado, utilizando-se freqüentemente da força bruta. A ordem imposta através da pólvora do ferro e do chumbo, o que como já foi dito, apresentava-se como prática fomentadora dos levantes contra o poder central.

Frente à ineficiência do uso das armas na costura do império e salvaguarda da ordem, impunha-se a necessidade da fabricação de instrumentos que possibilitassem a estabilização da ordem social e a almejada integridade territorial, que amparasse as práticas do império numa epopéia rumo à civilização. Segundo propõe Balandier, o poder, “não consegue manter-se nem pelo domínio brutal, nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p. 7), assim como fora prática corriqueira desde as encenações do poder da qual era peça principal D. João VI e posteriormente, Pedro I, quando da realização de festas, discursos e proclamações que pretenderam levar o 7 de setembro à todo o Império.

Tornava-se imperioso, formular um estar no mundo para o Império Tropical, como propõe Odália: “Elaborar idealmente uma Nação significa primeiramente a escolha de opções. São valores que deverão ser escolhidos e atingidos são opções sociais, étnicas, políticas, econômicas, antropológicas, etc, que deverão ser feitas” (ODÁLIA, op. cit., p. 41), valores que viriam a ser difundidos em consonância com a cultura historiográfica oitocentista.

Tais escolhas, ficariam a cargo de uma elite política que se enraizava no poder a contar de 1838, não apenas como uma camada administrativa do Império, mas como uma classe dirigente que pretendia para além de exercer o poder de mando, pretendia difundir valores e opções que pudessem formular o seu estar no mundo do Império Tropical, como uma grande potência.

Delineava-se então, a contar do regresso, um projeto conservador tido por Ilmar Mattos, como o “Tempo Saquarema”, o qual seria disseminado pelo império,

⁴³“Este problema, o da unidade territorial, apresentava-se, segundo propõe Odalia, de uma herança que se arrastava desde os tempos coloniais: “problemas herdados da colônia não haviam sido satisfatoriamente resolvidos; os conflitos, reais e latentes, em regiões não suficientemente integradas ao todo da Nação, eram ainda suficientemente expressivos para por em dúvida a viabilidade do Brasil como Nação.”

não apenas pelos representantes oficiais da esfera de mando imperial, mas por uma série de agentes extra oficiais nas mais diversificadas atividades, como relata Mattos:

[...] nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos, e demais agentes não públicos – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de ordem e civilização quanto pela sua ação visando a sua difusão. (MATTOS, op. cit., p. 15-6).

Prática esta, que podemos considerar, como reminiscência da formação desta elite dirigente nacional de cunho iluminista, a qual pretendeu então, levar valores escolhidos às mais diversas partes constituintes do império, segundo propõe José Murilo de:

O iluminismo português ficou mais próximo do italiano do que do francês. Preparado pelos padres do Oratório, com Luis Antonio Verney à frente, este Iluminismo era essencialmente reformismo e pedagogismo. Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês, mas essencialmente progressista, reformista nacionalista e humanista. (CARVALHO, op. cit., p. 67).

Neste intuito, é fabricado como parte de um projeto político, a instituição que seria responsável pela materialização deste objeto que viria a auxiliar o poder político propriamente dito, a estabelecer uma imagem e orientar práticas úteis ao engrandecimento do império. Estamos falando do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, construído no ano de 1838, instituição responsável pela construção de uma História para o Estado que pretendia, em consonância com as civilizadas práticas de lealdade política, tornar-se nação. Uma história onde se materializasse um imaginário do que deveria ser o Brasil. Um discurso que deveria ser internalizado, carregando em si, os preceitos defendidos pelas classes hegemônicas e capaz de conquistar os corações e as mentes.

Um discurso orientador dos sentimentos e das práticas cotidianas, pois a contar de 1838, o Estado imperial, representado pelo Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, o qual, pretende realizar um papel de organizador da civilização, tanto no que diz respeito à cultura, sociedade e notadamente, organização do Império; devendo constituir tal organização política, para além de um Estado; deveria instituir a nação brasileira. Um reflexo da civilização européia no novo mundo, marcando desta forma a intencionalidade de um uso retórico da

produção historiográfica brasileira do oitocentos; instituição sobre a qual, nos debruçaremos no próximo capítulo.

2.4 Florescimento

Concomitantemente à esta reestruturação do poder central, e planejamento de estratégias difusoras do progresso e civilização pelo império como parte do projeto regressista, e em meio à uma conjuntura atribulada, de um poder central atuando preponderantemente como força repressiva aos movimentos de contestação à ordem, desenvolve-se um movimento em prol da antecipação da idade para que o herdeiro do trono brasileiro pudesse governar seu império.

Apresentava-se Pedro II, como um “representante da nação” acima das querelas partidárias e regionais, as quais eram uma constante ameaça à ordem, e “È nesse sentido que o poder simbólico de um rei, acima das divergências da ordem particular, acaba, se impondo como saída.” (SHWARCZ, 1998, p. 37). A idéia da instituição de um governo, do imperador que viabilizasse a consolidação das instituições nacionais, é posta em curso por volta de 1838, tendo à sua frente, os liberais padre Feijó e Evaristo da Veiga, que no intuito de conquistar as simpatias para o “Golpe”, funda junto ao ex-regente, em 1840, o “Clube da Maioridade”.

A edificação do país, a pacificação dos conflitos nas diversas províncias do império, exigiam, como já foi dito, um poder que estivesse acima dos interesses privados, pois como já pudemos observar, as relações de hegemonia que se estabeleciam desde o enxerto metropolitano, apresentavam-se como catalisadoras de movimentos de contestação contra a desigualdade na partilha de poder entre as províncias.

Tarefa esta, a de garantir a estabilização do império, malograda pelos governos regenciais, a de soldar e efetivar a integridade territorial, pois como se refere Faoro: “[...] sem tradição, sem carisma, num ensaio de um sistema racional, seria devorado pelas suas próprias contradições e voltaria, depois de muitos ensaios, ao único leito possível, a monarquia reformada [...]” (FAORO, op. cit., p. 303), apresentando-se o “Golpe da Maioridade”, mais como uma estratégia visando estabilizar as disputas políticas que tanto ameaçavam a integridade territorial e garantir a unidade nacional,

do que como um golpe propriamente dito. Seria então, a antecipação da maioria de Pedro II, uma manobra liderada pelos liberais que desta forma, retornariam ao poder, o que virá a acontecer com a coroação de Pedro II à 23 de julho de 1840. Emblemáticas do golpe da maioria, são as palavras proferidas em virtude da 90ª sessão do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro:

Senhor, VMI viu no movimento de 20 de julho de 1840, sincera e verídica demonstração dos nobres sentimentos dos amigos da Monarchia constitucional representativa, e abrilhantou o ato magnânimo do da Independência da Pátria, acolhendo tão patrióticos sentimentos entrando por seu juramento, no exercício do poder, que já lhe competia por direito de seu nascimento. Respondendo assim ao amor de seus súbditos, pela renuncia de seus (ilegível)poucos annos que ainda faltavam para o termo de sua longa minoridade, fez-se enrolar prudentemente o estandarte da revolução que alguns ambiciosos esquecidos de seus mais sagrados deveres, campearam por vezes tentando abalar o Throno Imperial, firmado na honra e fidelidade dos brasileiros da Independência. [...] Os heroes da Independência consideram esses movimentos sediciosos, como o estribuchamento de um monstro que nos últimos instantes de sua agonia perdidas as esperanças de igualar em calamidades a Terra de Santa Cruz, aos países em que domina a anarchia, pretendeu envolver em sua morte o Throno do Brazil e os brasileiros monarchistas, que fazem o corpo quase todo da nação, como bem se evidencia pela voluntária e patriótica resistência que tem encontrado na execução de seus tenebrosos planos. (Idem, Tomo II, p. 365, 1840,).

Sobe ao poder, junto ao imperador, um ministério liberal, o ministério dos irmãos, composto por Antonio Carlos de Andrada, Martim Francisco de Andrada, os dois irmãos Cavalcanti e Aureliano Coutinho, ministério que viria a ser deposto por pressões geradas pela situação sediciosa da região Sul, ainda sob o domínio dos Farroupilhas, e ainda as pressões inglesas para o fim do tráfico negroiro.

Em seus primeiros passos como representante do império, pretendeu D. Pedro II, encaminhar, o fortalecimento do poder central procedendo neste intuito, à diminuição do autonomismo provincial, fomentador das revoltas que haviam ao longo das regências, ameaçado a ordem social escravocrata e latifundiária, e ainda, a integridade territorial do império.

É seguido este ministério liberal pelo ministério Conservador de 1841, o qual havia articulado a derrubada do ministério que o antecede, sob o pretexto de fraude e alteração do processo eleitoral, como a nomeação de novos presidentes de província, remoção de chefes de policia, juizes de direito, oficiais superiores da Guarda Nacional, suspensão dos juizes de paz, e interdição do eleitorado.

Com o apoio deste segundo ministério, hora regressista, são reformadas as leis e as instituições nacionais. No intuito de fortalecer o poder central, é aprovada a Lei de Interpretação do Ato em março de 1841 (FAORO, op. cit., p. 333.)⁴⁴, e a Reforma do Código de Processo em dezembro de 1841, a primeira, aprovada com vistas ao impedimento dos excessos federalistas. Já a reforma do código, pretendeu subtrair ao poder privado, os poderes de polícia e a justiça, os quais passariam a partir da outorga da reforma, a ser incumbência do poder central. Cria o governo neste intuito, no município da corte e em cada província, um chefe de polícia com os delegados e sub-delegados a ele subordinados, nomeados pelo imperador e pelos presidentes de província.

Dando ainda prosseguimento a estas reformas centralistas, encaminhadas por Paulino, Hermeto e Vasconcellos, é novamente instituído em novembro de 1841, o Conselho de Estado tido por Joaquim Nabuco, como o “baú da escravidão”, ou a “arca da tradição”, o qual comandará sob, a política e administração do país. Este ministério, de características regressistas, não findaria seu exercício, pois as circunstâncias eram desfavoráveis para a monopolização do poder pelos regressistas e a defesa de seus interesses, como a continuidade do tráfico negreiro, o que faz com que Pedro II, o dissolva em 1844, devido à sua falta de habilidade e empenho nas negociações com a Inglaterra para o fim do tráfico infame, e ainda ao isolacionismo imposto aos progressistas, ameaçando a integridade territorial, vindo a ser substituído pelo ministério por liberal que deveria estar à frente do ministério de Pedro II, de 1844 à 1848.

Ao longo do exercício do poder deste ministério progressista, ocorrem alguns eventos de longo alcance que muito interferem num contexto mais amplo, como a instituição da Lei Alves Branco, em 1844, a qual visava estabelecer barreiras protecionistas à importação de produtos estrangeiros que pudessem competir com os “made in Brazil”; realizam ainda, outra medida de cunho conservador, a reforma do código eleitoral, pois frente à desvalorização da moeda nacional, o censo deveria

⁴⁴ “O outro esteio da paz imperial virá com a reforma do Código do Processo Criminal –a lei de 3 de dezembro de 1841. A lei de interpretação, ao retirar das províncias suas atribuições autonomistas, recebeu o complemento necessário com a legislação do ano seguinte. O poder central atrela as influências locais armadas com a polícia e a justiça, ao comando de seus agentes. Criou, no município da corte e em cada província, um chefe de polícia, com delegados e sub-delegados, nomeados pelo imperador e pelos presidentes. O juiz de paz despe-se da majestade rural, jugulado pela autoridade policial, que assume funções policiais e judiciárias.”

ser elevado, objetivando desta forma restringir mais ainda o direito de voto à população. Teria ainda este ministério progressista, de posicionar-se frente à velha e “espinhosa” questão do tráfico negreiro, pois ao longo da prática de poder deste ministério, era proclamado o Bill Aberdeen.

Frente à possibilidade da extinção do tráfico infame, após a assinatura do Bill Aberdeen, assinado em 1845, o número de negros desembarcados no Brasil dobra, pois a demanda de braços para o trabalho nas lavouras de café exigia um grande abastecimento do mercado deste “produto”. Tornava-se desta forma, necessário importá-los no maior número possível, causando uma africanização do império, haja vista a elevada importação de “peças negras” para o trabalho nas lavouras de café.

Inegavelmente, este enegrecimento do Império, apresenta-se como uma complexa questão frente às aspirações civilizacionais do Imperador e dos dirigentes imperiais. Às vésperas do fim da primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro, tido por ícone da civilização imperial, centro irradiador de modas, costumes e idéias, contava com uma população de 250 mil habitantes, sendo 110 mil destes habitantes, cativos, o que muito aproximava as ruas da civilizada capital do império, a uma cidade portuária de algum reino africano.

Esta africanização da sociedade, o aumento da população negra da sociedade, torna-se emblemática na constatação de Gonçalves Dias em virtude da elaboração de sua obra literária “Meditação”, em 1846, onde o autor se refere ao grande número de negros no município neutro da seguinte forma: “E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes vi somente escravos [...] Por consulta de novo a sua rota e observa atentamente os astros [...] julga que um vento inimigo o levou às costas da África” (DIAS, 1959, p. 741-74). Esta tornava-se uma questão de suma importância para um império que se acreditava e via-se como representante da civilização e progresso na América, pois além das teorias que eram proferidas à época no que diz respeito à civilização como fim de povos brancos, o Brasil, era visto pelos estrangeiros, por sua tolerância para com o tráfico infame, como uma nação barbaresca na mesma categoria dos estados do norte africano coniventes com a pirataria.

Situação inusitada. Um imperador com aspirações civilizacionais que compactua pela sua aceitação com o tráfico infame, a qual evidencia-se, quando das viagens de Bento Silva Lisboa para a procura de uma consorte para o jovem imperador no ano de 1842, o qual nas altas-rodas de Viena, como propõe Lilia

Moritz, “era motivo de chacota, assim como seu imperador americano” (SHWARCZ, op. cit., p. 92.). Era necessário “fugir” a esta rotulação de singularidade, de reino barbaresco, o Brasil pretendia ser o representante da civilização no novo mundo.

Seria esta a imagem almejada pela elite, então dirigente do Império?

Ainda ao longo do exercício do poder do ministério liberal de 1844, como fruto da alternância entre luzias e saquaremas no poder, e como desdobramento das relações que se estabeleciam, é deflagrado mais um movimento em nome do poder em nível provincial. Pois foi a contar ano de 1845, que a facção tida por dissidente dos liberais de Pernambuco, em 1842, conheceria o avultamento de sua influência política em nível nacional, pois “na corte, os deputados por Pernambuco vinculados ao Partido Praieiro haviam se aliado a Aureliano, o Visconde de Sepetiba, que segundo Nabuco, tinha uma enorme influência pessoal sobre Pedro II” (CARVALHO, v. 23, n. 45, p. 209-238, July, 2003), o que faz com que Chichorro da Gama fosse escolhido pelo imperador para exercer a presidência da província de Pernambuco a contar do ano da 1845, em detrimento do candidato apoiado por Holanda Cavalcanti.

Havia o Partido Praieiro sido construído, a partir de uma dissidência entre os liberais pernambucanos no ano de 1842. Estabeleceram-se os dissidentes liberais pernambucanos, à Rua da Praia em Recife, onde também era sediada redação do periódico, Diário Novo, que servia de suporte às pregações dos praieiros contra a hegemonia dos Cavalcanti, a qual à época início da década de 1840, haja vista a referida família concentrar em suas mãos, cerca de um terço dos engenhos daquela província, os demais, a outra poucos latifundiários locais, sendo desta forma as classes menos privilegiadas da sociedade pernambucana, levadas a submeterem-se ao domínio dos latifundiários locais.

Nem só da posse da terra estavam excluídas as classes populares, pois o comercio da praça que se apresentava como o empório do Norte do império, era privilégio exclusivo dos comerciantes estrangeiros ali estabelecidos, *grosso modo*, o comercio retalhista sendo praticado pelos portugueses, e o de grosso trato, por europeus de nacionalidades diversas, sendo excluída a população pernambucana excluída tanto dos balcões destes comércios, como da propriedade dos mesmos em proveito dos estrangeiros.

Os praieiros conseguem o apoio popular em seu combate a esta aristocracia local, exigindo “medidas extremas que dessem por terra com o domínio dos Cavalcanti e arrancassem dos negociantes portugueses, o monopólio comercial que

de fato exerciam” (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 82). Somando-se então às fileiras do partido praieiros, os “deserdados dos bens sociais” (Idem, p. 83)⁴⁵, os quais se apresentaram como protagonistas do movimento.

Como dito anteriormente, em 1845, o governo da província, é assumido por Chichorro da Gama, o qual é recebido com agrado pelos praieiros, pois com o mesmo à frente do governo provincial, estariam os praieiros donos da situação, o que leva Pernambuco a conhecer um período onde as demissões dos cargos de mando, são executadas em grande quantidade, é contada, por volta de 600. Passam desta forma, os dissidentes liberais pernambucanos a apresentarem-se como donos do poder político nesta província, situação que perdura até o ano de 1848. Neste ínterim, os praieiros, estabelecem-se em suas posições para uma possível queda da balança para o lado dos opositores aos praieiros, como propõe Carvalho: “[...] a gangorra cairia do outro lado, recomeçando o festival de demissões. Um grupo de mais de 40 proprietários rurais ligados aos praieiros, todavia recusou-se a entregar os cargos na policia e a devolver as armas em seu poder” (CARVALHO, op. cit., p. 209-238), o que efetivamente vem a ocorrer com a queda do Ministério Liberal em 1848, o que leva conseqüentemente, Chichorro a perder o governo da província em proveito de um governo favorável à oligarquia dos Cavalcanti e seus pares (MARSON, 1987, p. 76)⁴⁶.

Contava este Ministério de características conservadoras, com os nomes de Eusébio de Queirós, Paulino José Soares de Souza, Joaquim José Rodrigues Torres, tendo à sua frente o ex-regente Araújo Lima, o qual além de aliado político era parente dos Cavalcanti. É indicado então para a presidência da província, Ferreira Pena, o qual inicia a obra de reconquista dos postos de mando da província, colocando em curso desta forma, a insurreição: “A raiz da praieira foi esta disputa pelo poder local, principalmente pelos cargos na Policia Civil, e secretarias na

⁴⁵ Para o chefe de policia Figueira de Mello, responsável pelo combate aos insurrectos, o levante prateiro, era marcado pela participação das “classes inferiores e ignorantes da população, que julgando-se deserdados dos bens sociais e oprimidos por leis tirânicas e ofensoras de seus direitos, nutriam sentimento de ódio, vingança, contra as classes superiores no mais alto ponto de exaltação.”

⁴⁶ Tal observação, referente à preparação e fortalecimento dos praieiros, frente à possibilidade da “caída da gangorra” para o lado das oligarquias oposicionistas aos praieiros, também é feita por Marson: “Assentados nos cargos de poder em 1845 e organizados, desde maio de 1848, pela Sociedade Imperial, os praieiros haviam se preparado militarmente nas vilas mais importantes para enfrentar uma revanche conservadora e suas indeclináveis demissões.”

Assembléia Provincial, nas Câmaras, na justiça de paz e guarda nacional” (CARVALHO, op. cit., p. 209-238).

As hostilidades propriamente ditas, que marcam o colocar em curso efetivo da insurreição, valem-se do evento, que se apresenta como uma evidente luta pelo poder, “quando uma tropa foi tentar desarmar o coronel praieiro Manuel Pereira de Moraes, senhor do engenho de Itanhaém, em novembro de 1848” (Idem) este, recusando-se a entregar as armas e despir-se de sua autoridade construída ao longo do governo dos praieiros.

Apresentava-se então, a Praieira, como beligerância das aristocracias locais, amparadas pelas camadas populares urbanas, no caso dos liberais dissidentes, contra a antiga aristocracia hegemônica, contando com a força de seus “clientes”⁴⁷, a qual no entender de Carvalho, “Agia com certa independência nessas ocasiões, seguindo motivações diferentes, quando não inteiramente opostas às intenções das facções das elites em disputa pelo poder.” (Idem); e este autonomismo frente às aspirações que moviam os dissidentes pernambucanos, apresentava-se como um perigo à ordem.

Opinião da qual diverge Izabel Marson, para a qual, as camadas populares, eram dirigidas, pela fina flor da sociedade, onde “deputados no comando da guerra, de maneira a conferir ‘uma direção conveniente a ela’” (MARSON, 1987, p. 77; 1998, p. 75-129), minando, segundo sua análise, a defesa de interesses das camadas populares no movimento.

O Imperador encontraria as condições para levar a cabo o projeto civilizacional e em consonância com os saquaremas dirigir o Império, a partir do ano de 1847, pois era efetivamente implementado o singular Parlamentarismo, o qual vem a garantir a estabilidade política do país, afastando em 1848, os exaltados do poder, sendo colocado em curso então, “o tempo saquarema”, o qual diversamente, daquilo que freqüentemente se propõe, não se restringe à prática do poder por uma determinada classe de práticas assemelhadas, mas à um projeto difusor de valores e ações que deveriam ser difundidas pelo império, mas o império, ainda não se apresentava como aquela “comunidade imaginada” aspirada pelos dirigentes do

⁴⁷ Não só por clientelismo... “pois tratava-se de uma conflituosa relação social, e como tal, dinâmica em permanente interação com as relações de classe e raça, também condicionadas entre si e inseridas no tempo e espaço. O clientelismo não é um dado estático, e sim o produto de um longo conflito, mesmo que sua essência seja a busca de uma normalização, tendo no patrão, o principal beneficiário. Trata-se então de uma relação entre partes desiguais.”

Império, situação que vem a consolidar-se no ano de 1850, o qual é marcado por uma estabilidade que se estenderia até o fim dos dias do império, porém questões “espinhosas” ainda eram pauta de discussões políticas para ministério e Câmara de caráter regressista, conservador as quais deveriam legislar sobre questões traumáticas, como o fim do tráfico servil, e a Lei das Terras.

O Rio de Janeiro, paradoxalmente, como capital que anteriormente movia o comércio que colocava o Brasil sob a pecha de “Estado de práticas barbarescas”, moderniza-se, passa a apresentar-se como um enclave de civilização, ainda que com suas indefectíveis peculiaridades⁴⁸, o luxo em meio ao lixo, sinuosas e sujas vielas e ruas, passa a ser substituído pelas pavimentadas – as ruas da capital do império foram calçadas com paralelepípedos em 1853-, largas e cartesianas avenidas ao modelo da Paris neoclássica. As ruas, prédios públicos, lojas, hotéis e restaurantes, prolongar os períodos do dia, pois em 1854, é instalada a iluminação à gás no Rio De Janeiro. Instalam-se ainda bancos, companhias de navegação, de seguro, e ferrovias, telégrafos e escolas, ícones da modernidade, que faziam rizoma aos negros, aos costumes bárbaros, fragrâncias francesas que faziam se misturavam aos odores desagradáveis, o que não era certamente desejado pelos dirigentes imperiais. O cheiro, os costumes, as modas, deveriam ser civilizados. Europeus. Modernização do cotidiano que se deve em parte, à reinvenção de divisas que anteriormente à 1850, eram empregadas no comércio negroiro:

Cessado o tráfico, ocorre um retorno de divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação e até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do Império é imediato. Comparando-se o quinquênio de 1845-1850 ao de 1850-5 (o ano fiscal corria de julho a junho), constata-se que o valor das importações do Rio de Janeiro cresce uma vez e meia. (ALENCASTRO, op. cit., p. 37).

Uma verdadeira miscelânea de costumes eram pinçados e postos num grande mosaico, quer seja de costumes, interesses, regiões, falas e modos; pinçados às nações tidas por civilizadas, no intuito de formular o estar no mundo do Império Tropical: o sistema político, era lastreado pelas práticas inglesas e norte-americanas, os costumes, modas e literatura tinham por paradigma, a Paris neoclássica, tudo se

⁴⁸ Muito revelador acerca dos paradoxos entre civilização e barbárie no rio de janeiro, é o estudo de MAURO, Frederic. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

misturava. Tudo fazia rizoma neste singular império, a moda francesa com o clima tropical, a arquitetura da fria Europa implantada nos trópicos:

A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativo europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. E, certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos -pilastras, arquivadas, colunatas, frisas, etc.- com perfeição da perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviços. (SCHWARZ, op.cit., p. 22-3).

Era preciso construir em além-mar, um simulacro de Europa, que fizesse com que as classes hegemônicas não se sentissem parte de um inferno imperial, o que é construído ao fim da década de 1850, ainda que dialogando com as singularidades locais. A imagem representada no periódico “A Ilustração Luso-Brasileira”, é elucidativa, no que diz respeito à condição do império nesta época:

O seu Império imenso recortado de rios caudalosos e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vai debruçar-se no oceano [...] é hoje considerado o ponto central da civilização do Novo Mundo [...] salvo da anarquia que pouco a pouco devora os outros Estados da América do Sul [...] É lá que floresce, no seu solo virgem, um ramo da antiga e transplantada árvore dos Bragança [...] Os primeiros anos não foram felizes. O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha que ocupar entre as nações civilizadas [...] foi o Imperador D. Pedro II que o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico império cujo destino esta, mais do que entre outras nações ligado com o de seu monarca[...]. (SCHWARZ, 1998, p. 99).

Esta era a imagem à qual se desejava para o “*magnífico império*”. Unido, pacificado, grandioso, indissolavelmente ligado a seu monarca. Um só corpo. Mas estaria o Brasil, já em meados dos anos cinquenta do oitocentos, inteiro pacificado? Uno? Coeso? Uma nação? Ou seria uma imagem um tanto quanto homogênea e metonímica construída tendo por base, as regiões que mais se articulavam ao centro de poder Imperial? Seria esta mesma imagem apropriada para as regiões nas quais se inseria as províncias do Grão-Pará de Pernambuco? Da Bahia?

O império, à época de 1858, já tinha se estabelecido, tanto no que diz respeito às suas práticas políticas, a economia crescia e se movimentava, a ameaça à

integridade do Estado, apresentava-se como preocupação do passado era chegada a hora de utilizando-se da cultura historiográfica oitocentista, apresentar o que o império, assim como sua classe dirigente aspirava ser, a elite dirigente de um império civilizado, ainda que em meio às bárbaras republiquetas americanas.

O Império fabrica para a realização desta tarefa, a invenção de uma verdade sobre si (DELEUZE, op. cit., p. 57)⁴⁹, uma imagem, seus intercessores:

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas plantas –para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artista- mas também coisas, e até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série, Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos [...] eu preciso de meus intercessores para me exprimir [...]. (DELEUZE, 1992, p. 55).

Certamente, não se tratava, para os integrantes do IHGB, de criar, a partir do nada, uma verdade criada de forma miraculosa, *wunder-sprung*, mas como propõe o filósofo francês, “através de uma série de operações”; operações estas caras às práticas de produção historiográfica oitocentista, onde estavam aliadas a tradição antiquaria dos séculos XVII e XVIII, cientificismo e racionalismo oitocentista para a criação de uma verdade legitimadora do Brasil, um discurso histórico cientificamente construído e pragmaticamente urdido; a fabricação do passado em função do presente e com vistas ao futuro; a constituição da nação brasileira. sobre si, como propõe Deleuze, seus intercessores, sob forma institucional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Apresentando-se tal intercessor na relação, como sendo responsável pelo agenciamento maquínico de uma memória em seu devir história, pretensão que era um dos objetivos deste intercessor imperial, como podemos constatar no discurso proferido por Januário da Cunha Barboza em virtude do início dos trabalhos do IHGB:

O nosso silencio é repheensível de certo em matéria que tanto afecta a honra da pátria, tem dado ocasião a que os historiadores uns dos outros se copiem propagando-se por isso muitas inexactidões, que deveriam ser

⁴⁹ Consideramos, segundo propõe o filósofo francês, “[...] a verdade é uma criação”; e esta criação, para Deleuze, “implica que a produção da verdade passa por uma série de operações que consistem em trabalhar uma matéria, uma serie de falsificações no sentido literal.”

imediatamente corrigidas. ((REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO, 1839, Tomo I, p. 10).

Intenção que viria a ser materializada apenas na década de 50 do século XIX, sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen, este, um elo da cadeia de intercessores fabricados pelo Império via saquaremas, responsável pela fabricação de uma história, tida como referencial imaginário, uma obra que se propôs a ser um elemento instituinte das práticas, instituinte de um Império uno, civilizado e que pretendia torna-se nação. História Geral do Brasil, não poderia se restringir a ser mais uma memória acerca da obra civilizadora lusa em além-mar; ela deveria ser a narrativa inspiradora do fazer-se brasileiro.

3 AMADURECIMENTO E REPRODUÇÃO DE SI

Constatamos que em meados da década de 1830 a política imperial caminha para uma fase de estabilização; o que não quer dizer que todos os problemas constituídos ao longo das negociações que desembocaram no 07 de setembro haviam sido solucionados.

É em meio a esta aparente estabilização do império que é posto em curso um projeto de cunho civilizacional, o qual deveria ser responsável pela formulação do estar no mundo do Império do Brasil.

Com vistas à efetivação do referido projeto, o a elite dirigente imperial, dá a si intercessores responsáveis pela delimitação de um decalque do que deveria ser a nação brasileira, tarefa esta onde concorriam, a produção literária e historiográfica.

Nesta referida relação, onde estão em rizoma poder e produção do conhecimento histórico, o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (1838), apresenta-se como instituição responsável, não apenas pela reprodução de um discurso do que havia sido o pretérito do “Brasil”. Acreditamos apresentar-se o IHGB, como responsável pela domesticação e (re) produção do passado, (re) produzir uma forma de estar no mundo, utilizando-se para tanto, de um determinado conhecimento histórico. É o que analisaremos no presente capítulo.

3.1 Amadurecimento

Apresentamos anteriormente ao leitor a “dinâmica complexa” na qual se processou a montagem do “Estado Brasil” como unidade política autônoma, assim como a complexa realidade que se segue a tal evento.

Ainda que respaldado em apoio popular, e de considerável parcela das elites sobre as quais Pedro I havia apoiado seu poder, não podemos atribuir o 7 de setembro a uma vontade patriótica, ou a um nacionalismo conforme proposto por Ernest Gellner; o qual entende o sentimento nacional como princípio que sustenta a unidade política e nacional, a qual deve ser congruente (GELLNER, 1981). Nem tão somente às oposições materiais e práticas espoliativas do colonizador; mas a um

somatório de todos estes elementos, aos quais devem ser acrescentados interesses privados. Práticas objetivadas por Eric Hobsbawn, pela referência de protonacionalismo.

O protonacionalismo, se por um lado apresentou-se ao longo da construção do Brasil como elemento ameaçador da almejada integridade territorial quer seja ao longo de seu devir América-portuguesa ou do Império propriamente dito, por outro, o mesmo fez as vezes de elemento catalisador de um processo que acaba por fabricar oficialmente um Estado brasileiro.

Constituíam-se desta forma o Brasil. Haveria após a independência um povo brasileiro? Uma unidade orgânica que ligasse o soberano, o poder central às demais províncias e regiões do então império, a nação propriamente dita, conforme proposta por Benedict Anderson, “uma comunidade política imaginada” (ANDERSON, 1989, p.14)? Haveria um sentimento de pertença ao Brasil, ou a unidade entre o povo e o Estado? Bases para a sustentação da “árvore dos Bragança”?

A nação, entendida como unidade orgânica, deveria, frente à realidade que o Estado era fabricado, ser instituída; assim como o povo brasileiro, o qual não se apresentava como preexistente, conforme propõe Gilles Deleuze, para o qual, os povos são fabulados, constituídos narrativamente, quer seja através da produção historiográfica, ou ainda, através da literatura (DELEUZE, op. cit., p. 57).

Ainda que concordemos com as proposições de Anderson, assim como as de Sandra Jatahy Pesavento ao referirem-se aos recortes nação e região, entendidos como comunidades simbólicas de sentidos operantes em nível imaginário, e que como tal, “correspondem a um sistema de representações sociais, construídas historicamente e que se expressam por discursos, imagens e práticas” (PESAVENTO, 2003, p. 209); não podemos negar que a constituição de regiões com interesses convergentes ao longo do fazer-se do Estado Brasil, tenha sido uma prática efetiva, apresentando-se desta forma, como entrave à manutenção da integridade territorial do Império frente à diversidade de aspirações e interesses que se constituíam em rizoma com as relações estabelecidas entre o poder central e as províncias Conjuntura tornada emblemática no trecho extraído ao suplemento ao quarto tomo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

A separação das províncias do centro do governo há tantos anos conhecido, quebrando os vínculos de confraternidade entre si, anulando a importância da regência de que fora encarregado o Sr. D. Pedro I, dando-se

começo a desordens, que muito convinha acautelar, acordou o patriotismo dos sensatos brasileiros para velarem sobre os destinos d'este paiz que a natureza parece haver formado para ser grande pela unidade de um systema administrativo. [...] os annimos assim acordados, os brasileiros se proclamariam independentes à mais pequena afronta da política Portuguesa, já rasteada em muitos fatos, e o acordo de sentimento em todos os filhos da Terra de Santa Cruz não deixava apparecer em causa tão justa e tão nobre. (Idem, Tomo IV, p. 13, 1842).

Consideramos que tal situação ameaçadora à integridade territorial, não se restrinja ao Primeiro-reinado. Ora, tais movimentos comprometedores da integridade territorial do império – uma das formas de manutenção da ordem social estabelecida-, estenderem-se como realidade até meados da década de 1840. Entretanto, constatamos que esta conjuntura sediciosa já movesse esforços em prol de sua superação, em fins da década de 1830, apresentando-se em nosso entender, a fabricação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como elemento inserido em um projeto de civilizacional objetivando instituir uma unidade entre o Estado brasileiro e seu povo, o que acabaria por edificar a nação brasileira. Consideramos desta forma, apresentar-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como catalisador do projeto de edificação da nação brasileira:

Senhor, momentos há na vida de um homem de letras ainda o mais chegado á fria estação da idade em que o coração aquecido por sentimentos patrióticos, pareça não caber no peito, e ancian desmanchar-se em reflexões á que o leva o amor das sciencias e das letras. Abre-se um futuro glorioso á minha pátria quando vejo que VMI tão soberanamente protege os estudos que aceleram os passos da nossa civilização e com ella a boa ordem e a prosperidade de todo o Brasil. VMI sabe que o espirito humano é comparado em relação ao desenvolvimento de suas faculdades. (Idem, Tomo IV, p. 26, 1842).

Antes de dar prosseguimento à reflexão proposta para a presente etapa de nosso trabalho, referente à fabricação e fins aos quais se propunha a fabricação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e à centralidade de uma narrativa nacional na constituição da “nação brasileira”, e desta maneira, possamos vislumbrar trilhas que nos levem à compreensão do que faz com que uma determinada história nacional, a de Francisco Adolfo de Varnhagen, seja aceita pelo movimento e conseqüentemente posta em órbita pelo IHGB, consideramos, *a priori*, uma questão seminal: poderíamos nos referir, como propõe Lilia Moritz Schwarcz ao Instituto, como uma instituição “*criada com a finalidade de fundar a história do Brasil*”

(SCHWARCZ, op. cit., p. 128)? Já não teria o Brasil à época da fabricação do Instituto, narrativas sobre os desdobramentos da empreitada lusa em além-mar?

Visando apontar possíveis trilhas à formulação de resposta(s) a esta indagação, temos a Breve notícia sobre a criação do IHGB, como emblemática dos objetivos aos quais se propunha o *establishment*:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em sua monarquia constitucional onde o mérito e o talento devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que visando sobre a história e a geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios á administração pública, e ao esclarecimento de todos os Brasileiros. (Idem, Tomo IV, p. 5-6, 1842).

Segundo podemos inferir a partir da análise da “notícia”, propomos que o IHGB estivesse para além de simplesmente “tirar do pó do esquecimento tantos feitos illustres de distintos brasileiros que tem merecido a immortalidade” (Idem, Tomo IV, p. 567, 1842). Ora, este era irrefutavelmente um de seus objetivos; entretanto, inegavelmente, o *establishment* estava inserido num projeto mais amplo: o de fabricação de conhecimentos edificantes do Império, notadamente, uma história de cunho pragmático que auxiliasse no fortalecimento dos alicerces sobre os quais deveria erigir-se o “assombro do novo mundo”.

Refletindo ainda sobre a notícia, consideramos a referência ao Instituto como instituição responsável pela fundação e produção de um conhecimento que desse a ver geográfica e historicamente o Estado, seja muito pouco. Ora, frente à realidade que se impunha e aos interesses em disputa, como a luta pela legitimação e formulação do estar no mundo da “exótica flor” americana, assim como notadamente, pela integridade territorial; tornava-se então indispensável estreitar os laços que ligavam as províncias entre si, assim como entre estas e o poder central no intuito de integrar as diferentes regiões do Brasil e desta forma, viabilizar a existência de uma totalidade, a nação brasileira.

Entendemos desta forma, que a fabricação do IHGB, fizesse parte de um movimento mais amplo. Parte de um projeto de cunho civilizacional posto em curso em fins da década de 1830 pelos representantes da elite política de cunho

regressista, apresentando tal compêndio, como um dos elementos sobre o qual deveria erigir-se este projeto delineado pela referida elite para o Império do Brasil e seus povos (Idem, Tomo IV., p. 61, 1842)⁵⁰.

Tal obra deveria apresentar-se como parte de uma estratégia poliédrica. Deveria ser fabricado um livro que estivesse para além de immortalizar os feitos pretéritos. Uma narrativa do passado brasileiro deveria apresentar-se como breviário de atitudes e sentimentos edificantes e convergentes ao desenvolvimento do Império. Referencial onde estaria materializado o que esta elite dirigente desejava para o Império, o que ele desejava ser; uma credencial para a inserção do Brasil no rol das nações civilizadas; uma memória coletiva capaz de amalgamar um sentimento de pertença a esta comunidade imaginada que o é a nação. Narrativa orientadora das práticas não somente para os governados, mas também para aquele que ocupava o ápice da cadeia de mando imperial:

O instituto por seus trabalhos acompanha a marcha gloriosa de seu governo, e dando luz a seus actos, para chegar ao conhecimento da mais remota posteridade os memoráveis acontecimentos do Império de Santa Cruz” (Idem, Tomo III, p. 441, 1841), tido pelos integrantes do IHGB, como “Augusto Protector das Letras Brasileiras” (Idem, op. cit.,p. 442).

enfim, “uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados” (IGLESIAS, 2000, p. 61). Livro poliédrico.

Produção historiográfica imbricada ao projeto civilizatório e inevitavelmente com vistas à fabricação da nação brasileira, devendo instituir uma autonomia cultural para o Brasil; assim como a sua a unificação cultural. Uma história nacional capaz de transmitir um conjunto único e pragmático de interpretações do passado, objetivando fabricar um presente-passado balizado por fronteiras constituídas relacional e sincronicamente aos interesses dos dirigentes imperiais, objetivando a

⁵⁰ Nota característica deste projeto civilizacional com o qual o Instituto fazia rizoma, eram os assuntos no establishment, entre os quais consideramos os que se seguem, como reveladores deste projeto delineado pela elite dirigente imperial, como o proposto na quarta sessão do Instituto, realizada à 04 de fevereiro de 1839, quando é posta em pauta uma reflexão acerca de “qual seria o melhor jeito de colonizar os índios do Brasil, entranhados em nossos sertões, se conviria seguir o systema dos jesuítas, fundado principalmente na pregação do christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes.” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I, 1839. p. 61, ou ainda no que diz respeito aos negros, questão proposta na mesma sessão, onde propôs-se para a reflexão o seguinte tema: “Se a introdução dos Africanos no Brazil serve de embaraço á civilização dos Índios, cujo trabalho lhe foi dispensado pelo dos escravos. Neste caso qual é o prejuízo da lavoura brasileira, entregue exclusivamente aos captivos.”

elaboração e o controle do futuro; conforme fabulado pela comunidade de imaginação congregada na elite dirigente nacional responsável pelo delineamento do referido projeto civilizacional e execução de suas estratégias.

Como parte do referido projeto, fabricara-se então no ano de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tinha tal empreitada à sua frente, a Sociedade Auxiliadora Nacional (SAIN), a qual em 18 de agosto de 1838, reunindo seu Conselho Administrativo, e tendo à sua frente, o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barboza, é proposta a “criação” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual, através, das referidas “letras”, deveria levar a cabo este projeto civilizacional.

Acreditamos que a “fundação” do Instituto não se apresente como iniciativa isolada dentro do projeto de civilização e constituição do Império sob a forma de Nação. Ora, ainda no ano de 1838, através do decreto de 2 de dezembro de 1837, proposto por Bernardo Pereira de Vasconcelos, integrante do *establishment* e um dos baluartes da política de cunho regressista, o Seminário de São Joaquim, antigo Seminário dos Órfãos de São Pedro, seria transformado no Colégio Pedro II. Instituição escolar de caráter modelar responsável pela formação dos filhos da elite dirigente nacional (MATTOS, 1987, p. 264-5)⁵¹. Prática de cunho iluminista, através da qual se objetivou formar inicialmente os filhos da elite dirigente nacional, a qual futuramente seria incumbida de disseminar os valores e opções feitas ao vasto Império. Mediação entre o poder e população que se aproxima das reflexões propostas por Stuart Hall quando em referencia ao “cidadão sociológico”; o qual, como indivíduo, refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, e sim formado na relação com outras pessoas tidas por mais importantes e capazes, as quais mediavam para a este sujeito “vítima do mundo”, valores, sentidos, a cultura do mundo que ela habitava (HALL, 2003). Mundo este, marcado, segundo propõe Wehling, pelo

⁵¹ Segundo as preposições de Mattos em sua análise referente a ação Saquarema, “Educar tornava-se, pois, ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento do ato de instruir, que propiciava a cada indivíduo os germes da virtude e a idéia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras – quiçá a fundamental – de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim como aqueles que lhe eram estranhos, para além da fria letra do contexto constitucional.”

desmante mais ou menos revolucionário da sociedade estamental, com toda a sua legião de significados: industrialismo, liberalismo, expansão da burguesia e do proletariado, redimensionamento das esferas do público e do privado, reestruturação do Estado. (WEHLING, 2000, p. 23).

Acreditamos ter sido tal projeto potencializado em fins da década de 1830, e se consolidado na década subsequente através da consolidação da “ação saquarema”, a qual pretendeu para além da ação da esfera política propriamente dita, disseminar opções e valores tidos por mais civilizados a todo o império, utilizando-se para tanto, de veículos que fugissem às restritas rodas do mando imperial e, por conseguinte, alcançassem maior disseminação de tais corolários por todo o Império, o que seria viabilizado pelos frutos da ciência e do progresso:

Que imensos benefícios não deve com efeito a humanidade a esses ilustres sábios que pela invenção da imprensa, pela rápida propagação das luzes, tem feito desaparecer de sobre a terra a idolatria, a superstição, o fanatismo, a intolerância civil e religiosa. Ciência e Progresso. (Idem, Tomo II, p. 563, 1840).⁵²

Progressos ligados ao desenvolvimento da cultura material e que somados à ação de médicos, clérigos, professores, magistrados e até mesmo, proprietários rurais deveriam disseminar e inculcar em corações e mentes, valores e opções eleitas pela elite dirigente que viabilizassem a constituição da nação brasileira.

⁵² Trecho extraído ao discurso do presidente do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barboza, proferido em virtude da segunda “Sessão Pública Anniverssária” do *establishment*, realizada em 27/10/1840.

3.2 Órgãos Reprodutores

3.2.1 Masculino

“Talvez a diferença entre a história e a literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A história seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico. Só com a literatura ainda se pode chorar. A história masculinamente escavaria os mistérios do mundo exterior, iria para a rua ver o que se passa, a literatura, ficaria em casa, perscrutando a vida íntima, o mundo interior, femininamente preocupando-se com a alma, um mundo informe que está próximo do inumano.”

(Durval Muniz de Albuquerque Júnior)

Teve o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por parâmetro de suas atividades, o *Institute Historique* de Paris; instituição fundada em 1834 sob os auspícios de renomados intelectuais como Jean Baptist Debret e Eugène Montglave; instituição com a qual desde os primórdios de seus “trabalhos sociaes”, os ilustrados

brasileiros demonstraram grande interesse em estabelecer contato através de troca missivista” (Idem, Tomo I, p. 6, 1839.)⁵³.

Segundo propõe Manoel Salgado Guimarães, o estabelecimento de relações com “instituições européias poderia assegurar não apenas uma legitimação política para o Império brasileiro, mas condição mesma de inserção desta história numa história universal da civilização.” (GUIMARÃES, 2001, p. 3). Acreditamos que tal prática de troca missivista, para além de inserir o Império do Brasil nesta referida história universal de civilização, da qual os integrantes do IHGB julgavam o Brasil fazer parte, segundo constatamos na fala de Januário da Cunha Barboza ao referir-se ao Instituto como: “o representante das idéias de ilustração que em diferentes épocas se manifestam neste continente” (Idem, Tomo I, p. 61, 1839)⁵⁴, tal relação, acabava por propiciar ainda à produção historiográfica imperial, o conhecimento teórico e metodológico sobre o qual se fundamentava a produção de tal categoria discursiva no Velho Mundo, e ainda, apresentando-se como um intercessor do Império e de seus agentes civilizacionais, pois segundo a cultura historiográfica do oitocentos, “Não mais a civilização produzia a história, mas sobretudo aparentava o contrário” (SALIBA, 2003, p. 58).

Narrar, pensar, cientificamente o passado e materializá-lo numa grande narrativa nacional, apresentava-se segundo concepções coevas, como condição imprescindível àqueles Estados que pleiteassem sua inserção em uma tradição de civilização e progresso, “Especialmente para um país recém saído de uma situação de colônia, percebido pelo olhar do europeu como desprovido de história, digna dos cânones estabelecidos pela cultura letrada européia, apresentava-se particularmente difícil” (GUIMARÃES, op. cit., p. 13).

Ainda que a fabricação do Instituto estive pautada pelos trabalhos da congênere francesa, uma diferença salta olhos ao analisarmos o *establishment* nacional tendo por contraponto tanto a instituição francesa, assim como suas semelhantes européias. Ora, enquanto no Velho-Mundo, o ingresso em academias

⁵³ Podemos constatar este interesse em corresponder-se com instituições de caráter científico nas páginas do periódico trimestral do Instituto, onde observamos que: “O Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de Paris, ao qual remeterá todos os documentos de sua instalação, e assim também com os outros da mesma natureza em nações estrangeiras: e procurará ramificar-se nas províncias do Império, para melhor colligir os documentos necessários á História e Geographia do Brazil.”

⁵⁴ Trecho de discurso proferido pelo primeiro-secretário perpétuo do Instituto, Januário da Cunha Barboza, em virtude da quarta sessão do IHGB, realizada à 04 de fevereiro de 1839.

de caráter científico, como pretendia apresentar-se o IHGB, era normatizado pela competência e reconhecimento intelectual, no *establishment* brasileiro o ingresso pautava-se, mormente pelos relacionamentos pessoais (GUIMARÃES, v. 1, n. 1, p. 07, 1988)⁵⁵.

Os ilustrados que compunham os quadros de associados do *establishment* quando de sua fabricação, eram, em sua maioria, integrantes da esfera de mando político, o que em nosso entender, apresenta-se como revelador do caráter oficial do qual se revestia a fabricação e atividades do Instituto; oficialidade constatada ao atentarmos para a composição de seu quadro de associados formado, mormente, pela elite intelectual, política e econômica da corte. Ora, de seus 27 sócios fundadores – o número de sócios efetivos, era estabelecido em 50 integrantes, dos quais, 25 para a sessão de geografia e o restante, para a sessão de história-, 12 eram conselheiros de Estado. Deste grupo, 7 eram também senadores; 1 era apenas senador e 3 eram professores (2 do Colégio Pedro II e 1 da Academia Militar); havia ainda outros membros ligados à burocracia estatal, como desembargadores, funcionários públicos, militares, um pregador imperial, caso do ex-exaltado e então Primeiro secretário perpétuo do Instituto, o Cônego Januário da Cunha Barboza, além de 2 advogados, 1 comerciante e 1 engenheiro, os quais além de desempenhar atividades no aparelho dirigente imperial (CALLARI, In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, p. 61, 2001), tinha como elemento nivelador o fato de integrar uma geração nascida em Portugal e transferida ao Brasil em 1808.

O *establishment* congregava, portanto, uma elite portadora de uma saber socializado pela educação coimbrã e afeita, como nos referimos em anteriormente, aos ideais iluministas de matiz português, oposta aos ideais revolucionários franceses. Características estas que se apresentam como fulcrais para que possamos compreender a que tipo de fabricação historiográfica à que se mostrava aberta a comunidade de imaginação congregada no Instituto.

Tal prática, a de associação ao IHGB utilizando-se de critérios relacionais, tornou-se evidente ao pesquisarmos o periódico trimestral do Instituto, a Revista do

⁵⁵ Segundo propõe Manoel Salgado Guimarães, “O recém formado estabelecimento apresentava uma composição interna bastante reveladora de uma das fortes características do instituto, que se manteria durante toda a sua vigência, qual seja, um tipo de recrutamento que se pautava mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual. O estabelecimento escapava, portanto, às regras próprias do mundo acadêmico, já que seus critérios de seleção não privilegiariam uma suposta competência nas suas áreas de atuação.”

Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, onde, constatamos que a cada um dos encontros dominicais promovidos pelos ilustrados, vários nomes eram propostos pelos então integrantes e imediatamente aceitos pela instituição. Entretanto, ainda que na prática, o ingresso se desse, via de regra, pelos referidos relacionamentos, havia critérios aos quais os futuros integrantes deveriam, teoricamente, serem submetidos.

Para o ingresso no Instituto na qualidade de sócio efetivo, exigia-se que o integrante residisse na capital do império e apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnografia nacional que “abonasse” sua capacidade intelectual. Para a categoria de sócio correspondente – categoria de associação de numero ilimitado – M exigia-se senão os mesmos pré-requisitos dos primeiros, uma oferta de valor destinada ao museu do Instituto; para sócio honorário, exigia-se “idade provecta” ou consumado saber e distinta representação; já para sócio benemérito, as exigências eram maiores, pois seriam agraciados com tal distinção, os sócios efetivos que se demonstrassem dignos, por serviços relevantes, e ainda, a categoria de presidente honorário, título que era conferido somente ao soberano, desta ou de outras nações. Tal situação tende a mudar na década de 1850, quando, a associação ao Instituto passa a pautar-se pela competência intelectual dos pleiteantes:

Se são poucos apenas dous, os filhos adoptados pelo Instituto no anno que vai acabar, não é certamente porque ele tenha fechado suas portas a novos adeptos [...] è bem fácil acertar com a chave que abre aquellas portas :uma memória sobre um ponto de história ou geographia pátria, que venha provar que o candidato não é alheio ao cultivo desse campo da sciencia, resume todas as dificuldades que se encontram na sua admissão para o Instituto. Dr. José Mauricio Pereira de Barros, Libânio Augusto da Cunha Matos. (Idem, Tomo XIX, p. 97, 1856).

O quadro de associados apresenta-se então, como revelador da oficialidade deste projeto em meio ao qual se desenvolvia o IHGB e formavam-se as matrizes discursivas da historiografia nacional. Caráter que tende, com o passar dos anos, a acentuar-se cada vez mais. Desde os primórdios dos trabalhos do Instituto, o mesmo havia se colocado sob a proteção do imperador Pedro II:

Digne-se portanto VMI acolher as sinceras felicitações desta associação literária, que tem por fim immortalizar os nomes e os feitos de Ilustres Brasileiros; e que contemplando em VMI um príncipe ainda em tenra idade tão amante da sciencias e das lettras, se ufana de ter a honra de merecer

augusta Proteção de VMI. Mediante ela o Sr, o Instituto desempenhará o seu nobre e glorioso fim; e tão benévolo patrocínio será mais um feito ilustre para a História. Consignará em suas paginas para eternizar o nome do primeiro monarca que vio a luz no novo mundo. (Idem, Tomo II, p. 408, 1840).

Relação esta que em nosso entender, caminha para um estreitamento paulatino entre o Imperador e o Instituto; pois já no ano de 1839, por intermédio do mordomo do paço, Paulo Barboza, o soberano cede uma das salas do Paço da Cidade para a realização das reuniões do IHGB, as quais até então, eram realizadas numa das salas do SAIN. Relacionamentos estes que consideramos como tendo atingido seu ápice, no ano de 1849, ano em que o imperador passa a freqüentar assiduamente as reuniões do *establishment*, presença restrita até então, às sessões comemorativas realizadas em virtude do aniversário do IHGB; e neste mesmo ano, o Instituto passa a realizar suas sessões públicas aniversárias no dia do aniversário seu real protetor Pedro II, à 15 de dezembro.

Constatação que não podemos obliterar ao referirmo-nos aos laços que ligavam o Instituto e uma produção de conhecimento de cunho oficial ao Imperador, são os de ordem econômica: ainda que o IHGB não se apresentasse “oficialmente como instituição oficial” o auxilio financeiro imperial era imprescindível aos seus “trabalhos sociaes”, o que certamente, acaba por matizar o tipo de produção historiográfica institucional.

No intuito de subsidiar as atividades do Instituto, iniciativas de cunho mais alternativo, para não dizer inusitadas, foram realizadas. Acreditamos ser emblemática a proposta na 11ª sessão, realizada em 04 de maio de 1839, quando Januário da Cunha Barboza, propunha “que se peça ao corpo legislativo um subsidio qualquer dado em loteria ou por outro qualquer meio para a ajuda das grandes despesas que o Instituto tem a fazer, a fim de melhor preencher os importantes deveres que este tem a cumprir” (Idem., Tomo I, p. 367, 1839).

Segundo pudemos constatar, os subsídios às atividades do Instituto, eram franqueados com recursos dos próprios ilustrados brasileiros, ou ainda com auxílios da Casa Imperial (GUIMARÃES, op. cit., p. 5-27).⁵⁶ Despesas estas que acreditamos que não se apresentassem como irrisórias, tendo em vista que até

⁵⁶ O Instituto era financiados, conforme propõe Manoel Salgado Guimarães: “ pelo Imperador, ou pelos próprios sócios, os institutos caracterizavam-se mais como sociedade da corte, especializados na produção de um saber de cunho oficial.”

mesmo a manutenção de pesquisadores no estrangeiro deveria ser custeada pelos sócios do *establishment*, como podemos constatar na correspondência de Varnhagen com o Instituto:

Os archivos e bibliothecas da Europa, especialmente os de Portugal, contem tão ricos e preciosos manuscritos sobre o império que muito conviria ao Instituto tomar providencias para os possuir por cópias análogas as que outrora praticou Portugal, votando sommas para conservar o Monsenhor Ferreira em Madrid. (Idem, Tomo I, p. 367, 1839).

Atividades que certamente apresentavam-se como onerosas aos recursos dos sócios do Instituto, ônus este tornado certamente menor por volta do ano de 1843, quando o Imperador Pedro II era o responsável pelo subsidio de 75% dos gastos da instituição. Tal generosidade acaba por conferir a Pedro II conforme propõe Lilia Moritz Schwarcz, “*a fama e a imagem de um mecenas*” (SCHWARCZ. op. cit., p. 128); ou ainda, seguindo o pensamento de Raymond Williams, ao referir-se à produção intelectual de cunho oficial, uma prática de “patrocínio público”⁵⁷.

Se numa de suas nômadas o Instituto se nos apresenta como instituição com estruturas patrimoniais (WILLIAMS, 2000, p. 43)⁵⁸ – em se tratando da admissão de

⁵⁷ Williams ao refletir sobre a prática de “patrocínio público”, desenvolve sua reflexão analisando a produção artística propriamente dita, mas acreditamos que tal categoria se apresente de forma profícua para pensarmos os subsídios à produção historiográfica do establishment. Segundo o autor, “O patronato publico, com recursos oriundos de tributação, possui alguns elementos de funções e de atitude comuns a formas anteriores, mas apresenta algumas definições bastante novas de função, tais como a manutenção e expansão deliberada das artes como uma questão política publica geral. Muitas das controvérsias a respeito das novas instituições que atendem a esses objetivos podem ser encaradas, enquanto examinadas de perto, como discussões a respeito de formas diversas de patronato – estímulo ou intervenção, no interior do mercado ou fora de seu âmbito – mas também, e crucialmente, a respeito de distinções entre relações sociais de patronato (em que se considera que o conjunto do publico simplesmente substitui a corte, a família ou o patrono individual) e as relações sociais alternativas de uma arte agora publicamente instituída. Os modelos históricos mais acessíveis são todos do período de formas diversas de patronato, e não surpreende que sejam estes que tem predominado nas formas dos novos conjuntos de publico. Contudo, há uma grande tensão entre esses modelos e o fator da renda publica. Os modelos históricos de artes instituídas ou integradas à diferença das artes patrocinadas, estão extremamente mais distantes, em tipos de ordens sociais tão obviamente diversas, para que seja fácil compreender os princípios em que se baseiam. Contudo, a característica definidora de todas as relações sociais de patronato é a situação privilegiada do patrono. Dentro das formas variáveis de autodefinição das honras ou responsabilidades que acompanham esse privilégio, o patrono é definido que pode dar ou não dar a encomenda ou seu apoio. As relações sociais especificas desse privilégio provem, naturalmente, da ordem social como um todo; ali é que os poderes e os recursos do patrono estão arrolados ou protegidos; nos termos mais crus, ele está fazendo o que quer com o que lhe pertence. É esse fato, antes de mais nada, que tornam a definição de qualquer conjunto publico em termos de patronato, extraíndo sua autoridade e recursos da suposta vontade geral da sociedade, quando menos controverso e, no extremo, totalmente inaplicável.”

⁵⁸ Ver sobre o assunto, “Os tipos de dominação” Cf. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1999.

seus associados-, divergindo do tipo de recrutamento de sócios nas instituições congêneres européias; no que diz respeito aos objetos e procedimentos de fabricação historiográfica, o IHGB mostrava-se em consonância com a referida produção do conhecimento histórico, o que nos permite dizer que a produção do conhecimento, antes de ser fundada pelo IHGB, se estabiliza, elegendo seus objetos e métodos a partir dos quais, vidas e eventos seriam salvas da voragem do tempo, que tudo corrompe, e desta forma, ganhando a imortalidade artificial da História. Acreditamos então, que a produção do conhecimento histórico, tenha feito bulbo nesta instituição, tenha se estabilizado, com os “trabalhos sociaes” do *establishment*, são delimitados a partir de que, o que e como deve ser produzido o conhecimento, e aqui, somos remetidos a uma questão inevitável, que nos remete à questão das origens: teria sido o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o “fundador” de uma historiografia nacional? Vejamos:

Desde Pero Vaz de Caminha e Pero Magalhães Gandavo, até Accioli Boena e Varnhagen, primeiros e últimos dos que tem escripto sobre cousas do Brasil, existe um longo espaço de annos abrihantando em certos pontos com preciosos escriptos que honram sim a nossa Pátria, mas que ainda não satisfazem os desejos de quem quer ler a História Brasileira com taes relações que encaminhem os factos a resultados que só produzão a verdade e iluminem o espirito na investigação de cousas que devam ser proveitosas. (Idem, Tomo V, p. 571, 1843).

Apoiados no trecho supracitado, referente aos historiadores que escreveram sobre o anacrônico “Brasil” anteriormente à fabricação do *establishment*, como Caminha, Boena e Gandavo, e pensando em associação com as idéias propostas por Gilles Deleuze, questionamos uma literatura especializada na produção historiográfica brasileira que pretende apresentar o IHGB, como o fundador de uma historiografia nacional. Dentre os historiadores que entendem as atividades do IHGB como início da produção do conhecimento histórico no Brasil, podemos elencar Francisco Iglesias e Lilia Moritz, entendendo então os trabalhos do *establishment* conforme propõe o referido filósofo francês, ou seja, “a fonte de um movimento” (DELEUZE, op. cit., p. 151). Teria sido a partir da “criação” do IHGB, que é iniciada a produção historiográfica brasileira. Seria? Não.

Segundo propõe Francisco Iglesias, o IHGB apresenta-se como “*primeiro esforço pela historiografia de real eficácia*” da produção historiográfica nacional, ainda que leve em consideração a fundação de academias ao longo do setecentos

que tinham por objetivo a produção do conhecimento histórico, como a Academia Brasílica dos Esquecidos (Bahia, 1724) e a Academia Brasílica dos Renascidos (Bahia, 1759) (IGLESIAS, cit., p. 60). Mas acreditamos que a referencia de Iglesias a estas academias, seja insuficiente, atribuindo papel mínimo à sua produção, o que diverge diametralmente das proposições de Iris Kantor.

Conforme nos informa Kantor, foi a partir da instituição destas academias que o pensar a escrita da história da América-portuguesa é posto em curso, escrita da história esta, que seria também a história do Brasil, haja vista todos os que defendem ser o IHGB o precursor da historiografia nacional, apoiarem-se na anacrônica referencia de um Brasil que surge em 1500 com a pisada da origem desferida por Cabral. Para além de pensar então a escrita de uma história deste pedaço do mundo, a autora defende que foi a partir do estabelecimento destas academias ao longo do século XVIII, a prática historiográfica, ganha dimensão coletiva, “fugindo” a partir de então, das restritas e pontuais iniciativas dos colonos, missionários, viajantes, militares e administradores (KANTOR, 2004).

Seguindo mais uma vez o pensamento de Deleuze e embasados em nossas pesquisas referentes à diacronia de nosso fazer-se historiográfico, e atentos à um contexto de produção historiográfica mais amplo, podemos constatar que não se trata de ser “o início” da produção historiográfica nacional propriamente dita; mas de uma inserção num movimento maior onde articularam-se de forma a coadunar o passado ao presente projeto civilizacional dos dirigentes imperiais, o racionalismo, o cientificismo, o historicismo, o romantismo e o nacionalismo. Podemos notar que Estados como Alemanha, Bélgica, Itália, Portugal e mormente, na França, onde com Guizot, o Estado torna a tarefa de pesquisa e produção historiográfica, como produção oficial, onde segundo propõe Manoel Salgado, “Da associação entre interesses nacionais e projeto científico para a história nascera uma poderosa cultura histórica” (GUIMARÃES, 2003, p. 11), onde a produção de tal categoria discursiva, apresenta-se intrinsecamente ligada aos interesses nacionais.

Política, história, memória, sistemas de pensamento, interesses políticos “nacionais”, convergência de práticas e textos. Uma multiplicidade de linhas que em sua heterogeneidade tendem a tornarem-se uma, o rizomórfico que se torna uno no ato de escrita da história, os já referidos procedimentos sintéticos de fabricação historiográfica. O ato da escrita, do momento materialização do passado em páginas livrescas, apresenta-se como ponto de convergência de diversas ordens discursivas,

onde autor e mundo se constituem através da escrita. Pretende os praticantes da narração do passado ao logo do oitocentos, disciplinarizar a prática de imortalizar o efêmero dos feitos humanos, fabricar seu paradigma, fazer bulbo. Instituir um *corpus* metodológico orientador da prática historiográfica nacional, assim como da eleição de seus objetos. Entre ecos e relações, o conhecimento histórico fabrica sua metodologia e elege suas musas. Em se tratando do que deveria ser imortalizado por uma narrativa histórica, assim como os procedimentos constituintes de um *corpus* orientador da produção historiográfica institucional do imperio, consideramos seminal a categoria analítica, assim como a figura da qual se apropria Deleuze ao utilizar-se para explicar o rizoma em seus princípios de multiplicidade, de um operador de bonecos, os quais, fazem rizoma em sua heterogeneidade; o múltiplo que ser torna uno, são os princípios de multiplicidade segundo os quais:

Os fios da marionete, considerados como rizoma ou multiplicidade, não remete à vontade suposta de um artista ou de um operador, mas à multiplicidade das fibras nervosas que formam por sua vez uma outra marionete, segundo outras dimensões conectadas às primeiras. (DELEUZE, op. cit., p. 16).

Princípio este que faz apresentar-se como escorregadia a substantivação da prática historiográfica do século XIX, assim como a do próprio Instituto, haja vista os procedimentos sintéticos da constituição do conhecimento histórico se relacionarem com o mundo. Os interesses aos quais esta história deve atender constituem-se em rizoma com o mundo, a disciplinarização dos conhecimentos histórico, faz rizoma com outros conhecimentos. Onde na produção historiográfica se insere o poder? Onde começa o resgate da história como conhecimento do passado e onde começa a utilização de tal conhecimento como retórica, como parte de um projeto político? Como se imbricam cientificismo e ideais românticos na produção historiográfica? Tudo se desenvolve em rizoma.

O historiador, ponto de convergência de textos e discursos, vive em rizoma com o mundo; nele tudo converge. Projetos nacionalistas, científicos, interesses, opções. O mundo se manifesta em sua escrita, a qual consideramos como um elemento de mediação das relações sincrônicas onde o historiador encontra-se inserido. A escrita é um intercessor do historiador, ela é sintomática de seu mundo, das relações que o cercam e com as quais se encontra inevitavelmente inserido.

A referência ao projeto científico para a construção do conhecimento histórico, apresenta-se como emblemática da cultura histórica oitocentista. Ora, frente à laicização das concepções e explicações de mundo advindas do racionalismo iluminista, e numa atmosfera intelectual como aquela na qual se insere a fabricação do IHGB, onde impera, no entender de Canguilhem (FOUCAULT, 2005), uma mentalidade de cunho cientificista, a produção deste conhecimento não poderia fugir às orientações que marcavam a constituição dos mais variados ramos do saber humano, haja vista, os discursos se desenvolverem entre, e não em ambiente estéril. Estabelecem desta forma, rizomas com as demais ordens discursivas que se constituíam ao longo do oitocentos.

Entre ecos e ressonâncias iluministas, racionalistas, historicistas, cientificistas, e ideais românticos, pretendeu-se ao longo do século XIX, atribuir ao discurso histórico, foros de cientificidade, e neste intuito, apresentou-se em tal cenário, como orientadora da dos procedimentos de fabricação do conhecimento histórico, segundo propõe José Carlos Reis, as ciências naturais, as quais no entender de Domingues, apresentaram-se como base do discurso do IHGB (DOMINGUES, 2001, p. 57), servindo então tal prática científica como uma espécie de paradigma (KUHN, 1997, p. 67)⁵⁹. ao desenvolvimento de sua metodologia e dos procedimentos de construção historiográfica, num processo de assimilação e captura, realizados na fabricação de uma metodologia da história, sobre a qual, por sua vez, se apóia o desenvolvimento das demais ciências humanas (REIS, 2004, p. 5)⁶⁰. Relações estas que pretenderam atribuir à produção historiográfica foros de objetividade, assim como propunham as ciências naturais, ou seja, um discurso cientificamente orientado, e que fosse válido, como as referidas ciências, em todo lugar e tempo, e que deveria apresentar-se como uma verdade.

Admitia-se, conforme propunha a cultura historiográfica do oitocentos, que a partir de uma série de operações analíticas realizadas nestas “janelas para o passado”; assim como a busca de novas fontes que abonassem a escrita da história,

⁵⁹ Utilizamos aqui, o conceito de paradigma, segundo propõe Thomas Kuhn, para o qual, “A investigação histórica de uma determinada especialidade num determinado momento revela um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação.”

⁶⁰ Segundo propõe José Carlos Reis, “Assimilação e captura, pois ao mesmo tempo em que a história apresentava-se como base para a constituição das demais ciências humanas, esta, servia-se notadamente, dos métodos científicos desenvolvidos notadamente entre os praticantes das ciências naturais.”

a crítica externa e interna das fontes, a averiguação de sua sinceridade e exatidão, a rigorosa crítica documental e o conhecimento de ciências auxiliares (idem, Tomo IX, p. 449, 1847)⁶¹, segundo propunha a escola histórica alemã, na possibilidade da materialização de verdades; o que acreditamos explicar em parte tamanha preocupação e atenção dada aos procedimentos norteadores da estabilização e produção desta categoria discursiva.

Somam-se para a realização deste empreendimento de síntese que o é o desenvolvimento de um *corpus* metodológico orientador da prática “profissional” do historiador – lembremo-nos que a prática de produção do conhecimento histórico, tende a profissionalizar-se ao longo do século XIX-, vários sistemas intelectuais que marcaram suas épocas; como o colecionismo, a prática antiquária peculiares aos séculos XVI e XVII respectivamente, o racionalismo do XVII, a partir do qual pretendeu-se a cientificação da produção do conhecimento histórico, e sua laicização, numa teleologia de cunho iluminista (GUIMARÃES, op. cit., p. 1), e ainda o romantismo setecentista.

Acreditamos desta forma, quando muito, na possibilidade de podermos nos referir ao IHGB, em contraposição à atribuição de uma postura de gênese historiográfica a contar da “criação” do Instituto, como uma instituição onde a produção historiográfica tenha se estabilizado. Ora, o *establishment*, elege ao longo de seus trabalhos, o que deveria ser memorializado, assim como quais os procedimentos que deveriam orientar os procedimentos sintéticos do fazer historiográfico; pois indiscutivelmente, o Instituto ainda que composto por leigos -se é que para que sejamos historiadores precisemos passar pelos bancos da academia-, em se tratando de uma formação especializada para a fabricação do conhecimento histórico, estes ilustrados imperiais exerceram influência no que diz respeito ao desenvolvimento de uma metodologia sobre a qual deveria apoiar-se a produção historiográfica brasileira, conforme propõe Sandes:

⁶¹ O interesse pelo desenvolvimento de “ciências” auxiliares à produção do conhecimento histórico no IHGB, torna-se evidente ao analisarmos seu periódico, e notadamente, na fala de Manoel de Araújo proferida na 177ª sessão do instituto, realizada à 2 setembro de 1847: “Reconhecendo os abaixo assignados a urgente necessidade de se ampliarem os estudos históricos e geographicos de uma maneira mais vasta e mais conforme com a civilização actual: propõe que seja criada uma nova secção no seio do Instituto, e que esta se applique á archeologia e ethnographia americana, e goze da mesma cathogoria que as duas secções actuaes que compõe o mesmo Instituto.”

Coube ao Instituto Histórico [...] a elaboração de nossa metodologia histórica, função desempenhada a partir de meados do século XIX, baseando-se em um tipo de reflexão histórica marcada pelo pragmatismo e pela defesa de instituições monárquicas. O projeto monárquico conservador incrustou sua própria história como desdobramento lógico das nossas condições políticas, descartando, obviamente todos os projetos políticos que se colocassem contrários à consolidação da ordem monárquica no Brasil. (SANDES, 2000, p. 27).

Irrefutavelmente, o IHGB apresenta-se como um marco no que diz respeito à estabilização de uma metodologia orientadora da produção historiográfica imperial; mas daí, a referirmo-nos a ele como “fundador de uma historiografia nacional”, somos reticentes. Ora, conforme constatamos anteriormente, a prática da escrita da história tendo por objeto quer seja, a América portuguesa, ou o Império brasileiro propriamente dito, já se apresentava como uma realidade.

Seguindo então as reflexões propostas por Sandes, e em consonância com os estatutos do Instituto publicado em seu periódico trimestral, constatamos que uma de suas maiores preocupações, era, como aponta a terceira das bases sobre as quais se erigia o IHGB, que: “além dos que lhe forem marcados pelos seus regulamentos, colligir e methodizar os documentos históricos e geographicos interessantes á história do Brazil” (Idem, Tomo I, p. 6, 1839). E esta foi a atividade primordial do Instituto nos primórdios de seus “trabalhos sociaes”, o quais consideramos, *grosso modo*, que tenham se estendidos de 1838 até 1851; quando a produção historiográfica propriamente dita, atinge preponderância em detrimento da prática antiquária do Instituto. Mudança esta na orientação dos trabalhos realizados pelo IHGB, que acreditamos que teve grande quinhão de importância para a sua efetivação, a sugestão do Imperador, oportunidade na qual sugere aos integrantes do Instituto, maior atenção à produção do conhecimento histórico (SCHWARCZ, op. cit., p. 131)⁶²:

Sem duvida, senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também pelos vossos próprios torneis aquela a que pertence digna realmente de posteridade [...]. (Idem, Tomo XI, p. 551, 1849).

⁶² Segundo propõe Schwarcz, “Na verdade, é com a entrada de D. Pedro II no IHGB, e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transforma em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal, passa a inventariar o que deveriam ser as “singularidades locais.”

Havia então na prática de produção do conhecimento destes ilustrados do Instituto um encantamento pelos documentos em detrimento da produção do conhecimento histórico propriamente dito. Como referido anteriormente, tais documentos viabilizariam a fabricação de verdades; pois base empírica sobre a qual haveria de se erigir um conhecimento cientificamente produzido; tarefa esta exeqüível, segundo concepções coevas. Ora, segundo acreditavam os historiadores oitocentistas, a narrativa histórica metodicamente construída, estava para além de uma representação de uma realidade anterior e exterior ao ato da escrita. Era a produção historiográfica vista como um duplo daquela realidade sobre a qual se pretendia escrever; uma verdade sobre o passado: “O circunscrito gênio do historiador, sentando-se sob a tumba do homem, que ai termina as suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juízos como austero sacerdote da verdade” (Idem, Tomo I, p. 13, 1839).

Frente tudo que nos referimos, acreditamos ter dado ao leitor a impressão – falsa –, de que a produção historiográfica do oitocentos, apresentou-se como uma ciência, uma disciplina estabelecida: fria e objetiva. No entanto, supomos que possamos nos referir à esta produção historiográfica oitocentista com tal adjetivação, apenas em se tratando, de certa forma, dos procedimentos que constituem a “oficina” do fazer historiográfico, e não de suas operações sintéticas.

Referir-nos à produção historiográfica do oitocentos como um discurso que, ainda que embasado na frialdade e objetividade das ciências naturais, como um discurso enfaticamente racional, seja estigmatizar e empobrecer tal produção. Ora, é no bojo do pensamento oitocentista que a própria Razão, passa a ser considerada histórica.

Ainda que a fabricação de uma metodologia norteadora da produção historiográfica tivesse por “paradigma” da constituição de seus métodos a “objetividade” das ciências naturais, estes produtores do conhecimento histórico estavam inseridos no mundo. Relacionavam-se com o mesmo, faziam rizoma com o mundo, e frente tal condição, não podemos obliterar os ecos e ressonâncias estabelecidos com o movimento Romântico.

Atribuir então, à produção historiográfica oitocentista de forma geral, assim como a do IHGB especificamente, um caráter eminentemente racionalista, apresenta-se como uma objetivação empobrecedora da concepção e da prática historiográfica sincrônica. Acreditamos valer nossa suposição seja para a produção

do Instituto ou da produção historiográfica para além das fronteiras do Império, tendo em vista a constatação de a mesma valorizar em sua prática, elementos que em nosso entender, estivessem para além das explicações racionalistas do oitocentos, como elementos intrínsecos ao Romantismo, segundo propõe Heloisa Domingues, para a qual, “o oitocentos, foi um século marcado pelo romantismo, onde fez-se da natureza, objeto científico e ideológico, emblemático da nação” (DOMINGUES, op. cit., p. 55), e nacionalista, movimentos estes onde se encontrava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro intimamente ligado.

Segundo propõe Francisco Falcon, a produção historiográfica de cunho Romântico apresentou características de múltiplos movimentos, dentre os quais citamos o Estado nação como tema central da investigação e da narrativa histórica; a utilização do conceito de singular coletivo e por último, a perspectiva historicista; a crítica erudita das fontes, a qual garantiria os foros de cientificidade à produção do conhecimento histórico e a valorização do sentimento, da intuição, do individualismo, categorias que acreditamos que uma prática historiográfica de cunho eminentemente cientificista, não pode abarcar (FALCON, op. cit., p. 65).

Imbricaram-se na substantivação de tais movimentos os ideais e a frialdade do conhecimento cientificamente orientado, com o sentimento e a parcialidade da memória, a qual, segundo propõe Manoel Luis Salgado Guimarães,

como todo exercício de lembrança, procede a escolhas, a partir de um jogo complexo em que o lembrar, supõe necessariamente o esquecer. O esquecer entendido não como ato de faltas de lembrança, mas como procedimento social que se inscreve em toda cultura histórica. (GUIMARÃES, op. cit., p. 10).

Frente à seletividade da memória e suas escolhas orientadas pelos trabalhos do *establishment*, o que deveria ser lembrado na construção deste semióforo que o é a História para o “assombro do novo-mundo”? O que deveria ser esquecido? Quais seriam os documentos que deveriam ser “colligidos”, “methodizados” e dados a ler nas páginas do periódico trimestral do Instituto? Sobre quais estratos de passado, deveriam apoiar-se as operações sintéticas do fazer historiográfico? Segundo as palavras da comunidade de imaginação congregada no IHGB, a escrita da história nacional deveria apoiar-se sobre

noticias biográficas impressas ou manuscriptas dos Brasileiros distinctos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes ou por outra qualidade notável, desde o descobrimento do Brasil, até hoje, com explicação de seus nomes, naturalidade, tempo em que viveram, e motivo de sua celebridade [...] Cópias authenticas de documentos interessantísimos á nossa história, assim antiga, como moderna; e extractos de noticias extrahidas das secretarias, archivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos. (Idem, Tomo I, p. 15, 1839).

Entendemos que o trecho supracitado apresente-se de forma seminal para que posamos vislumbrar à que tipo de fabricação do conhecimento histórico estava aberta a comunidade de sentido congregada no IHGB.

Nem todos os estratos de passado deveriam servir à construção de uma narrativa nacional. Ora, conforme proposto nas bases sobre as quais pautavam-se os trabalhos do establishment, deveriam ser valorizados, apenas os documentos *“interessantísimos à história do Brasil”*.

Tal categorização dos documentos acaba por estabelecer uma verdadeira “malha” atuando na seleção daquilo que fosse *“interessantíssimo”* ou não à história do Brasil, apresentando-se desta forma, como profícua para tal análise, a categoria analítica proposta Michel Foucault referente aos “procedimentos de exclusão”; categoria esta que se divide no entender do autor, em procedimentos internos e externos; devendo desta maneira, ser lembrados aqueles eventos ou vidas que fossem dignos de orientar a prática cotidiana daquele que deveria ser o cidadão brasileiro:

A política e a civilização em geral exigem, que nos apliquemos a salvar da voracidade dos séculos os factos que nos conduzão ao estado presente de nossa moralidade e que sirvão nos tempos futuros de comparação com os nossos progressos, depois de constituídos em nação independente. (Idem, Tomo II, p. 572, 1841).

Em se tratando dos procedimentos externos, que em nosso entender são os demandados por nosso estudo, são divididos, conforme pondera Foucault, em três procedimentos: os de interdição; os de separação e rejeição e a terceira que se constitui numa intercessão desta vontade de verdade e a oposição binária: falso / verdadeiro; os quais se correlacionam, se completam e acabam por estabelecer, no entender do autor, um “policiamento discursivo”.

Seguindo as reflexões de Foucault, em referencia aos procedimentos de interdição, não se pode falar tudo, nem de tudo em qualquer circunstancia, quer seja

por tabu do objeto ou ritual da circunstancia (FOUCAULT, op. cit., p. 10); o que se torna notório quando das discussões acerca da publicação ou não de documentos referentes ao movimento ocorrido na província de Pernambuco no ano de 1817, como podemos constatar na Ata da sessão de 22 de outubro de 1839:

[...] não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; [...] que seja guardado nos Archivos do Instituto, até que todos os nomes n'esse mencionado documento tenham compadecido perante o tribunal da posteridade. (Idem, Tomo I, p. 349, 1839).

Nem tudo deveria ser dito. Apesar das preocupações colecionistas com as fontes inéditas que viessem a abonar as operações sintéticas da produção do conhecimento histórico, o IHGB, como uma comunidade de imaginação, apresentava-se também, como propõe Foucault, como uma “polícia discursiva”; selecionando o que e o como deveria ser dito, ocorrendo concomitantemente à instalação de tais procedimentos, aquilo que Deleuze categoriza como uma desterritorialização, e que ora nos apropriamos e pensamos na desterritorialização da história e uma reterritorialização na seletividade da memória.

Em tal processo de seleção, nem tudo deveria ser imortalizado, ou servir de matéria-prima para a fabricação de uma narrativa nacional, seletividade esta na eleição dos estratos de passado em rizoma com as relações sincrônicas que se estabeleciam entre o agenciamento narrativo destes e as demandas do presente, o qual entendemos, conforme propõe Fernando Catroga, que a instancia temporal é entendida como: “permanente ponto de encontro da recordação e da esperança” (CATROGA, 2001, p. 18). Procedimentos estes, onde a história passa a confundir-se com a própria a memória, em seus afetos e interesses; reterritolializando-se no seio da produção historiográfica institucional, como a história em si, o que podemos constatar numa perspectiva crítica para com estes produtores da história nacional e que acabam por tomar o conhecimento que produzem como um duplo do passado, uma narrativa para além de uma representação. Uma verdade, como dissemos anteriormente:

A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre esta imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea, mas ela reterritorializa a orquídea transportando

o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade. (DELEUZE; GUATTARI, op. cit., p. 18).

A memória em seu devir história. As categorias analíticas propostas por Deleuze e Guattari: desterritorializações e reterritorializações. Vespas e orquídeas podem estar apresentando-se como estranhas para nos referirmos à produção do conhecimento histórico; por vezes abstrata, mas no intuito de tornar tal reflexão menos abstrata, recorreremos ao pensamento de Heródoto, para o qual, a História, entendida narrativa capaz de imortalizar os feitos dos homens, deveria salvar da voragem dos tempos, os grandes feitos, quer seja, aqueles promovidos pelos gregos ou pelos bárbaros, um discurso imparcial – o que entendemos como a forma territorializada da narrativa histórica – e não apenas de uma destas partes, como propunha a produção historiográfica estabelecida pelo *establishment*: parcial e seletiva – sua forma desterritorializada e reterritorializada no âmbito da memória, conforme temos apontado ao longo desta etapa de nosso trabalho.

Estaria o IHGB interessado em imortalizar, tornar público, ou reverenciar feitos de sujeitos e sujeitos que apesar de sua suposta grandeza, se colocaram contra a política colonial ou a política imperial? Não.

Interessava-se o Instituto, pelas vidas e atos de varões preclaros, referências luso-brasileiros capazes de inspirar o desenvolvimento da nação brasileira. Deveria desta forma, atuar a parcialidade da memória na constituição quer seja nas atividades de tornar pública a documentação que relatasse a obra lusa em além-mar ou do Império, e esta produção historiográfica, pretende apresentar-se, apesar de sua parcialidade, como uma verdade cientificamente constituída, a História em si; a qual com muito pesar; sabemos estar para além de todas as representações. Uma memória em seu devir história. Transmutação de categoria discursiva fabricada e coadunada ao presente e que pretende reproduzir um passado instituído cirurgicamente; alicerce da construção de uma comunidade imaginada que deveria ser fabricada pela elite dirigente nacional; a nação propriamente dita.

Memória que assim como o *pólen*, levado pela vespa no referido processo de desterritorialização e reterritorialização, se utilizasse do suporte material de um compêndio de história, um livro máquina de Estado com vistas à disseminação nas mais longínquas regiões do Império e seus “povos”, assim como as nações tidas por civilizadas, de um intercessor instituinte e formulador de seu estar no mundo junto às nações civilizadas de matiz europeu, haja vista a história do Brasil ter sido projetada

e escrita na intenção de integrar a nova nação ao conjunto de nações civilizadas de matriz europeia, embora nos trópicos, e na tentativa de afirmá-la como a herdeira de um processo colonizador que elevou o reino de Portugal ao status de pioneiro na expansão dos valores ocidentais pelo novo mundo:

Em verdade, senhores que glória não cabe aos fundadores de uma instituição que trabalhando em honra da pátria fazem-na conhecida das nações estrangeiras, que a despeito de sua adiantada civilização, ignoram ainda quase tudo de nossa história e geographia que desconhecem com desdouro nossos innumeráveis feitos heroicamente praticados em tempos bem difficeis. (Idem, Tomo VI, p. 518, 1844).

Voltamos aqui a indagar: existiria esta memória em seu devir história, onde o semióforo que o é o passado, estivesse agenciado de tal forma a superar as barreiras fabricadas pela comunidade de imaginação do *establishment*? Uma narrativa capaz de mobilizar corações e mentes dos povos das províncias do Império visando a constituição da nação; e apresentar-se as demais “nações estrangeiras” como tal?

Apoiados em nossas investigações, chegamos à conclusão de que a resposta a tal indagação é negativa.

Constatamos que a preocupação com a fabricação de uma obra de história nacional, ainda que não fosse explicitamente referida nos primeiros trabalhos sociais do *establishment*, preexistia à própria fabricação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, haja vista, logo após a independência já podermos constatar uma lacuna no que diz respeito à existência de um “bom escrito versando sobre as letras históricas nacionais”, o que podemos atestar nas palavras grafadas por um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Raimundo José da Cunha Matos, quando em correspondência com o amigo Luis Octavio Aquino, feita na qual demonstrara o desejo da elaboração de uma história para o “Império de Santa Cruz”:

Tudo quanto aqui digo, são verdades reconhecidas geralmente no Brasil, é pois desde o anno de 1823 em diante que entre nós existe liberdade de escrever; e por conseguinte parece-me absolutamente desculpável a falta de bons escritos nacionais antigos, e absolutamente impossível o arranjar-se desde já uma história geral, ou uma história filosófica do Império de Santa Cruz. (Idem, Tomo XXVI, p. 121-143, 1863).

Histórias do Brasil certamente existiam inúmeras (IGLESIAS, op. cit.)⁶³; porém nenhuma destas narrativas até então materializadas satisfaziam aos interesses e objetivos da comunidade de imaginação congregada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para com um compêndio de história pátria. Esta narrativa histórica versando do sobre o Brasil deveria estar para além de imortalizar as vidas e eventos, deveria ser mais que um livro; apresentar-se como uma máquina civilizatória com “função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados” (IGLESIAS, op. cit., p. 61); um “aparelho de Estado”.

À época da fabricação do IHGB, obras acerca da história nacional, haviam sido publicadas; dentre as quais, devemos citar a História do Brasil de Robert Southey e *“The History of Brazil: from the period of arrival of the Braganza Family in 1808, to the abdication of the Don Pedro the first in 1831. Compiled from state documents and other original sources. Forming a continuation to Southey’s History of that’s country”*, que teve por autor John Armitage, publicada em Londres em 1836; traduzida e editada no Brasil no ano seguinte. Obra que apesar de atender às exigências metodológicas sincrônicas à produção do conhecimento histórico do oitocentos, valorizando o uso de “documentos oficiais” em sua elaboração -o que é ressaltado no próprio título da obra -, não tinha por autor um homem talhado para a empreitada da fabricação de uma história nacional, não satisfazendo às aspirações do Instituto para com um compêndio de história pátria.

Consideramos que seja pertinente retomarmos as reflexões de Foucault acerca dos procedimentos de exclusão. Como nos referimos anteriormente, dialogando com nossas fontes e o instigante pensamento deste filósofo, não se pode falar de tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstancia, o direito à “fala”, não é dado a todos, quer seja por ritual da circunstancia, direito privilegiado ou exclusivo de quem fala. Poderia a palavra sobre o Brasil ser outorgada ou concedida a alguns destes historiadores? Vejamos.

Robert Southey, no entender de Reis disputa com Varnhagen o título de Heródoto brasileiro. Além de estrangeiro, Southey era autor de uma visão combativa ao processo através do qual fez-se o Brasil; criticando instituições e práticas

⁶³ Sobre levantamento bibliográfico das obras escritas na América portuguesa desde a chegada de Cabral.

engendradas na colônia, notadamente, de uma das instituições responsáveis pela civilização e policiamento de corpos e almas ao criticar a igreja, como constataremos no próximo capítulo, além de ir contra a corrente nativista do Instituto, tendo em vista que era proclamado no IHGB, haver chegado a hora de vedar ao gênio dos estrangeiros a escrita de nossa história (Idem, Tomo II, 1840).

John Armitage, também inglês, além de considerado homem de vida livre, era republicano. Crítico da monarquia e de suas práticas quer seja as do Velho ou do Novo-Mundo; e a crítica social, no entender dos produtores do conhecimento histórico engajado, não era função do historiador (REIS, op. cit., p. 14). Ora, tais constatações, fazem com as obras de Armitage e a de Southey, ainda que recebessem elogios da comunidade de imaginação congregada no IHGB; não preenchessem satisfatoriamente o lugar reservado para um compêndio de história pátria dentro do projeto de cunho civilizacional que era delineado no âmbito da elite dirigente imperial, em rizoma com a produção historiográfica propriamente dita.

Constatamos que tais procedimentos coercitivos do discurso não se aplicavam somente à seleção dos estratos de passado sobre os quais deveria erigir-se uma grande narrativa nacional. Ora, aplicavam-se ainda às obras de história propriamente ditas, o que se tornará evidente ao longo de nossa reflexão.

Somos remetidos a um segundo procedimento de exclusão proposto por Michel Foucault: os de separação e exclusão; segundo os quais, são determinados os discursos que não podem circular, não podem, ou não são dignos de serem postos em órbita. A palavra destes historiadores ingleses sobre o Brasil, assim como sobre a colonização lusa não são acolhidas pelo Instituto.

Foucault, para referir-se a tal procedimento, refere-se à palavra do louco. Palavra excluída, segregada. Acreditamos que a palavra a ser separada, excluída, seja a palavra crítica contra o Estado e seus representantes, a qual não seria admitida pelo *establishment*.

O passado se apresenta em nosso entender, como um semióforo, como o é a própria história; possibilitando uma série de construções narrativas referentes a esta realidade anterior e exterior àquele que escreve; e estas até então existentes, não satisfaziam aos interesses da comunidade de sentido responsável pela construção desta narrativa nacional.

O historiador nacional deveria ser um apologista da centralização, da “*Monarchia constitucional*” e do catolicismo; condição *sine qua non* para credenciamento como historiador “digno” de ter seu discurso posto em órbita pelo *establishment*:

Deve o historiador se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, por a mira em satisfazer aos fins políticos e moral da historia. Com os sucessos do passado ensinara à geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a num nexo comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico constitucionais, o seu sentimento religioso e a inclinação aos bons costumes.

Tais obras até então escritas, além de consideradas repletas de erros (Idem, Tomo I, p. 11, 1839)⁶⁴, não atendiam aos objetivos do IHGB, pois frente ao trabalho simbólico que deveria ser desempenhado por esta máquina civilizadora, matriz de uma nação.

O leitor deve estar se perguntando: por várias vezes já foi feita menção à organização política “nação”, mas o que vem a ser a esta organização política? O que ela supõe e implica? Qual seria o trabalho simbólico a ser realizado por uma memória coletiva na fabricação de uma nação? Segundo propôs Ernest Renan em sua célebre conferência proferida na Sourbonne no ano de 1882:

uma alma, um principio espiritual. Duas coisas que na verdade são uma só, constituem essa alma ou principio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a possessão em comum de um rico legado de memórias: a outra é o consentimento diário, o desejo de viver junto, a vontade de perpetrar o valor de uma herança recebida de forma indivisa. (SALLES, 2002, p. 62).

No entender de Frederico de Castro Neves, teve o IHGB por objetivo, produzir uma narrativa nacional que propiciasse a integração da nova nação ao conjunto de nações civilizadas de matriz européia; no entanto, constatamos que a tarefa à qual se dedicava o Instituto apresentava-se mais audaciosa. Ora, não se tratava apenas desta inserção no mundo das modernas “nações”, pois antes de integrar-se às nações de matiz europeu, era necessário fazer-se nação (NEVES, In: REVISTA DE

⁶⁴ “Não é meu intento, senhores apontar-vos agora os erros de que estão saturadas muitas obras sobre o Império do Brazil. Esta honroza tarefa seria de certo empreendida pelos membros do nosso Instituto, ella offerece um campo vastíssimo á investigação daqueles sócios que conhecem a necessidade de remediar os males d’ahi provindos.”

CIÊNCIAS SOCIAIS, 2000). Ainda pensando com Neves, concordamos com o mesmo ao referir-se à esta fabricação historiográfica como uma “uma operação discursiva que deveria ser realizada com cirúrgica precisão: definir rigorosamente a nação como a combinação inevitável e indissociável do Estado com o Território” (NEVES, op. cit.), mas acreditamos que apresentar a nação como a combinação entre território e Estado, seja pouco. Ora, não acreditamos que a comunidade nacional, não se restrinja a este binômio. Acreditamos ser a nação uma instituição mais complexa. Retomando o pensamento de Gellner, entendemos a nação, como uma vontade congruente, o sentimento de pertença à comunidade imaginada que o é a nação.

Uma grande narrativa nacional e sua difusão pelo império deveriam estreitar os laços que ligavam o povo e as províncias do império; como numa grande comunidade rizomática, entrelaçada. Una, sem início e sem fim dentro das fronteiras nacionais.

Esta narrativa sobre o passado deveria promover a compactação e solidificação dos laços entre as províncias e “seus povos”, e desta forma evitar a “erosão”: a fragmentação do império; e assim, sustentar a grande árvore dos Bragança que florescia no novo mundob (ODALIA, op. cit., p. 40).⁶⁵, e apresentar-se como nação aos demais Estados que se enquadravam nesta forma de organização política, num processo de singularização onde a frondosa árvore bragantina se diferenciava das barbarescas repúblicas latino-americanas com as quais o Império do Brasil estabelecia limites.

Muito esclarecedoras são as ponderações de Michel Pollak refletindo com Hallwachs para que possamos compreender o papel que é reservado às grandes narrativas nacionais na fabricação das nações. Conforme propõe Pollack, uma memória coletiva deveria através da seleção de determinadas memórias individuais, viabilizar a construção de uma memória maior, uma memória nacional dotando o Estado e o povo brasileiro, de um legado de experiências, assim como de um referencial cultural comum a este povo que era fabulado pelo Instituto (DELEUZE,

⁶⁵ Segundo propõe Nilo Odalia, “Uma nova nação, como uma árvore nova, necessita de escora e proteção. Ela deve ser amparada, guiada e seu jardineiro deve estar atento a tudo que possa afetar seu desenvolvimento. Cuidar para que as ervas daninhas não obstruam seu caminho, não ofendam nem empecem que busque seu alimento. Ele arranca com suas próprias mãos as ervas daninhas, ele da de suas mãos o carinho ao amanhar a terra.”

op. cit., p. 157)⁶⁶, pretendendo desta maneira, “reforçar a coesão social, não pela adesão coercção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza de comunidade afetiva” (POLLAK, In: ESTUDOS HISTÓRICOS, v. 2, n. 3, p. 3, 1989), ou ainda como propõe Baczko:

A fim de que uma sociedade exista e se mantenha, assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do facto social sobre o facto individual, que se dotam de uma de uma consciência coletiva, isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento de existência da coletividade. (BACZKO, op. cit., p. 306).

História esta que ao olhar desmistificador dos estudos historiográficos; perde sua aura de “pureza”, ao constatarmos não se tratar, de uma forma de conhecimento ingênua e descompromissada, a *“livre e arbitraria evocação do passado para o prazer do espírito e deleite da curiosidade”*, como se refere Saliba (op. cit., p. 60) à produção do conhecimento histórico. Mas de um tipo de conhecimento a ser pragmaticamente fabricado à ponta de pena de habilidosos homens de letras compromissados com as relações sincrônicas onde se imbricavam produção historiográfica e projeto civilizacional adjetivado por Mattos como “ação saquarema”.

Pretendeu então a comunidade de sentido congregada no Instituto, através do uso retórico da produção historiográfica, numa pratica de cunho oficial, despertar o sentimento nacionalista e viabilizar a fundação da nação brasileira, ou como propõe Hobsbawn ao referir-se a invenção das nações, “As nações não formam os estados e os nacionalismos, mas sim o contrário” (HOBBSAWM, 1998, p. 19). Opinião compartilhada por Odália, para o qual, o Estado independente desde o ano de 1822, é menos a expressão do povo do que instrumento de formação de um povo, não decorrendo da vontade deste inexistente povo brasileiro, mas um Estado que procura legitimar-se na “cruzada” de que constituir este povo que deveria sustentá-lo (ODALIA, op. cit., p. 33).

Num primeiro momento, esta referência ao desejo de superação destas divergências e ameaças à integridade do Império e aos propósitos de fabricação da

⁶⁶ Para Deleuze, “pegar as pessoas em delito de fabular é captar o movimento de constituição de um povo, os quais não preexistem”. As páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, notadamente, aquelas onde são apresentados os “extractos” das sessões do establishment, assim como os discurso proferidos em suas sessões publicas aniversárias e relatórios anuais, apresentam-se como que intercessores de que tipo de povo aspiravam os ilustrados do Instituto fabricar através do uso retórico da história.

nação brasileira em fins da década de 1830, utilizando-se o poder imperial de um aparato instituinte de uma memória coletiva, pode soar um tanto quanto anacrônica. No entanto, conforme nos informam nossas fontes, e a própria fabricação do Instituto, considerado como parte de um projeto de cunho civilizacional; ser a este tipo de organização política, a nação, que a elite dirigente imperial objetivava instituir no Império Brasileiro, tendo que esta, se apresentava em consonância com a tradição européia, como a “*forma mais acabada de um grupo*”.

A nação viria a ser viabilizada, ou pelo menos catalisada através da ação mobilizadora de uma “memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, op. cit., p. 3), objetivando então, através da fabricação de tal memória nacional pragmaticamente materializada, tanto constituir-se como nação, assim como apresentar-se como nação às demais nações; procurando desta forma inserir-se na anteriormente referida tradição de civilização e progresso da qual o Império do Brasil julgava fazer parte, idéia à qual voltaremos ao longo deste capítulo.

Seguindo o pensamento de Hobsbawn acerca da nação entendida como uma comunidade política, entendemos que esta forma de associação tenha sido fruto de um processo posto em curso na Europa na década de 1830, estando este dividido em três partes, e apresentando cada uma delas, características peculiares.

Segundo propõe o historiador inglês, na primeira etapa deste processo de fabricação das nações, compreendido entre 1830 e 1880, é elaborado um “princípio de nacionalidade” através da associação entre nação e território; já numa segunda etapa deste processo, categorizada como a da “idéia nacional”, que vai, segundo o autor, de 1880 à 1918, ocorre a articulação entre língua, religião e raça, onde no entender de Chaui, a religião cívica se transforma em nacionalismo estatal; em que através da participação de intelectuais, são fabricados símbolos e monumentos nacionais capazes viabilizar uma comunidade imaginária nacional (CHAUI, 2004, p. 18), e por último, a terceira fase, indo de 1918 à 1960; etapa em que se passa debater a “questão nacional” almejando o estabelecimento de novas lealdades políticas.

Ainda em consonância com o pensamento de Hobsbawn, anteriormente ao ano de 1884, a palavra *nacion*, significava simplesmente o agregado de habitantes de uma província, de um país ou um reino, ou o outro, como propõe Marilena Chaui.

Para Chaui, anteriormente à “*invenção histórica da nação*”, os termos políticos empregados eram povo e pátria; o primeiro, referindo-se a um grupo de indivíduos

institucionalmente organizados e regidos por normas, leis e regras comuns, enquanto aquele, o termo nação, referia-se a um grupo de indivíduos de descendência comum, quer sejam índios, negros, estrangeiros ou judeus (CHAUI, op. cit., p.15-6); passando então este conceito em meados da década de 1880, a significar um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum, e ainda, o território constituído por esse Estado juntamente a seus habitantes, ou ainda, como propõe Hobsbawn, ao referir-se a definição do verbete “nação”, segundo a Enciclopédia Brasileira Mérito, onde é definido como:

[...] a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob um mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo [...]. (HOBSBAWM, op. cit., p. 27-8).

Para Ricardo Salles, foi a partir de meados da década de 1840, após a consolidação do Império e interesses baseados na disseminação e na defesa do escravismo, o Brasil, através da fabricação de uma narrativa nacional inserida num projeto de cunho civilizacional, buscava inserir-se entre as no mundo das nações, o que acaba por demandar, no entender do autor, a construção de

um aparato de Estado em sentido amplo, uma burocracia e uma inteligência, uma cultura e uma vida cultural capazes de, por um lado, imprimir um a direção política e cultural efetiva sobre o conjunto da sociedade e, por outro, de garantir a singularidade desta sociedade e seus diversos interesses. (SALLES, op. cit. p. 70).

Trata-se no entender de Salles, de um período em que teriam sido formuladas as definições de nação, tanto em sua organização política, assim como a construção e representação material desta associação que envolvia a partir de então, Estado, povo e cultura oficialmente instituída, apresentando-se esta última, como alicerce de um sentimento de pertença à comunidade nacional, onde, segundo Salles, dois suportes materiais tiveram papel fundamental na construção dessas comunidades de “identidade imaginada” que são as nações; instrumentos como a produção historiográfica, os romances modernos, os quais utilizam-se por suporte material de sua disseminação, o livro e o jornal (SALLES, op. cit. p. 63).

Visando fugir a este aparente anacronismo, propomos a seguinte indagação: já não estaria em fins da década de 1830, a elite dirigente imperial brasileira

estabelecida e compromissada com o projeto de construção da nação como organização política a ser instituída pelo trabalho simbólico a ser realizado pela difusão de uma memória coletiva? Não estaria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, engajado ao projeto de fabricação de uma nação brasileira? Não teriam as três etapas de tal projeto, como quer Hobsbawn, se imbricado e estabelecido relações e rizomas entre si?

Para apresentar subsídios a esta proposição referente à centralidade da produção historiográfica neste processo de fabricação da nação, consideramos o trecho do discurso proferido por Januário da Cunha Barboza na V sessão pública aniversária do Instituto emblemático de alguns aspectos da fabricação historiográfica do *establishment*. Tanto no que diz respeito ao papel que deveria ser desempenhado por uma narrativa nacional, assim como o *status* do discurso produzido. Inicialmente; analisaremos alguns indícios daquilo que os ilustrados do IHGB entendiam por nação, o que no mínimo, diverge das preposições de Hobsbawn e Chaui:

A História é a memória das nações, disse um sábio philólogo; e de seu copioso depósito derivam elas a necessária instrução, ou para se regularem no presente, ou para se penetrarem no futuro, seguras em sua marcha. Parecerá talvez de pouca monta o conhecimento de factos anteriores que nos sirvam de guias no progressivo andamento da civilização; mas quando a sciencia, rompendo os nevoeiros do passado repõe os acontecimentos no seu verdadeiro ponto de luz, que só a philosophia pode bem accender, então a História e de grande utilidade, tanto aos que encaminham o destino das nações, como aos povos que por ella se regulam, evitando a queda de seus antepassados, e endereçando-se gloriosos a um fim mais digno de suas illustres fadigas. Estes factos liam-se derramados em vários escriptos, ou conservavam-se amortecidos na memória dos homens. Relatados diversamente por escriptores, ou nacionaes ou estrangeiros, não podiam até o feliz momento de proclamar-se a nossa independência, fundar em base sólida a nossa nacionalidade. Foi preciso portanto que brasileiros inflamados no amor da pátria se dessem á patriótica tarefas de estabelecer um foco de luzes históricas e geográficas, reunindo-as de tantas recordações gloriosas, que servissem a formar um complexo de doutrinas purificadas no cadinho da critica e digno por sua veracidade de ser levado ao conhecimento de todas as nações. (Idem, Tomo V, p. 4-5, 1843).

Acreditamos caber aqui, para que possamos desenvolver nosso raciocínio, mais uma indagação: à que nações esta elite agrupada em torno do IGHB, pretendeu levar uma “verdade” materializada num compêndio de história pátria? Seria àquelas nações às quais se refere Hobsbawn, ou Chaui? Às nações de índios,

negros, judeus, ou ainda ao outro bárbaro americano e republicano, povos de descendência comum? Pouco provável.

Esta elite dirigente nacional, segundo propõe Mattos (MATTOS, p. cit.), tinha seus olhos voltados para a Europa; pretendiam inserir o Brasil, numa tradição de civilização e progresso,:

Uma vez implantado o Estado nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (GUIMARÃES, op. cit., p. 6).

Apresentavam-se estes “princípios organizadores da vida social”, a nação propriamente dita, onde a história nacional apresentar-se-ia como sua identidade.

Freqüentemente, deparamo-nos com estudos que apresentam a construção de uma narrativa nacional, um processo de construção de identidade nacional; categoria que somos reticentes a sua apropriação.

Acreditamos que a utilização do conceito identidade seja um tanto quanto problemática. Ora, identidades não preexistem; são móveis e fluidas em suas ressignificações; o que se torna claro nas reflexões do teatrólogo italiano Luigi Pirandello.

Consideramos desta forma, mais apropriado para nos referir a esta história a que o *establishment* pretende fabricar, como um elo da cadeia de intercessores fabricada nos pródromos do segundo reinado, uma memória em seu devir história. Uma narrativa onde fosse materializada uma imagem, um intercessor que desse a ver não qualquer imagem, mas uma imagem de como o império e sua elite desejavam ser percebidos pelo mundo, na intenção de fabricar, instituir um presente e um futuro convergente à imaginação da comunidade de sentido congregada no Instituto; fabricação esta que para além de almejar instituir uma forma de estar no mundo, singularizaria esta parte do mesmo, conforme propõe Felix Guattari ao utilizar o conceito de “processo de singularização” em detrimento do conceito de identidade, o qual, segundo o autor, apresenta-se de forma redutora.

Conforme propõe Guattari, ao passo que o conceito de identidade refere-se à uma referência, o conceito de singularização, assim como o processo de sua fabricação, é um conceito existencial, e acreditamos que seja exatamente esta, uma das aspirações da comunidade de sentido que se agregava no *establishment*

nacional, tendo em vista que o que estava em jogo era a formulação de seu estar no mundo; e supõe ainda o autor, dar o conceito de identidade uma falsa idéia de natureza ou essência pré-existente, o brasileiro, ou mesmo a nação brasileira (GUATTARRI; ROLNICK, 1986).

Voltando ao último trecho anteriormente citado, excertado às páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podemos constatar que esta história do Brasil, não pretendia apenas narrar os eventos realizados numa realidade anterior e exterior à atuação do Instituto, mas fundar as bases da nacionalidade.

3.2.2 Feminino

Certamente, outras opções que não a construção de uma história nacional, se apresentaram como possibilidade de suporte para a apresentação de um símbolo da singularidade do Brasil no contexto mais amplo dos Estados e nações; cabendo inicialmente à produção literária, a tarefa de fabular sobre a singularidade, quer seja da América-potuguesa, ou posteriormente, do império brasileiro.

Segundo aponta Roberto Ventura (VENTURA, 1991) ao analisar a história literária proposta por Araripe Júnior, Ventura constata a existência de uma literatura nacional compromissada com a singularidade do meio onde se desenvolvia.

Conforme propõe Araripe Júnior, essa literatura “nacional” existia, e tinha por musa de sua inspiração, a exuberância do meio e das raças locais, o sincretismo de povos e línguas sob o sol dos trópicos. Mas era inegavelmente, segundo propõe o mesmo Araripe, tendo por base de suas análises a Teoria da natureza e sua idéia de tropicalidade, uma adaptação à realidade local do romance naturalista de Émile Zola. Faltava à produção literária nacional um estilo “nacional”.

Tal falta de estilo, segundo propunham as concepções desenvolvidas em meio ao pensamento ilustrado, era atribuída à impossibilidade de desenvolvimento moral e cultural dos povos estabelecidos nas regiões tórridas do globo. Tal estilo, no entender de Buffon só poderia ser atingido na escrita por meio do pensamento, da linguagem e da razão, características peculiares às sociedades estabelecidas nas regiões temperadas. Justificativas que acreditamos que para além de justificar a falta

de um estilo literário nacional, aos olhares dominadores dos europeus, apresentava-se como justificativa para o seu espalhamento e domínio do mundo não europeu.

Inserido neste processo de exaltação da grandiosidade natural do Império do Brasil, se pretende delinear a singularidade desta parte do mundo e constituir a nação brasileira tendo por símbolo de sua originalidade o elemento autóctone. Este projeto, o indianista, se desenvolve institucionalmente e elegeu como símbolo da nacionalidade brasileira aqueles nativos que corriam as costas e sertões da então América-portuguesa à época da pisada da origem, o que para além de envelhecer o “jovem Império”, legitimava a servidão dos africanos tanto ao longo do período colonial, assim como sua existência ao longo do período imperial. Já que os nativos sobre os quais deveria fundar-se a nacionalidade brasileira, apresentavam-se como o “bom selvagem” rousseauiano; numa visão positiva dos nativos, livres, portadores de valores como a bravura, a honestidade e a fidelidade, visão ilustrada dos nativos que se apresenta como que uma exceção dentro do pensamento iluminista:

o índio foi no romantismo uma imagem do passado e, portanto, não apresentava qualquer ameaça à ordem vigente, sobretudo à escravatura. Os escritores, políticos e leitores identificavam-se com esse índio do passado, ao qual atribuíam virtudes e grandezas; o índio contemporâneo, que no século XIX como agora, se arrastava na miséria e na semi-escravidão não constituía um tema literário. Finalmente a idéia de que o índio não se adaptava à escravidão servia também para justificar a escravidão do negro, como se este vivesse feliz como escravo. (LEITE, 2003, p. 172).

Dentro de um projeto de cunho civilizacional, como o delineado pela elite dirigente imperial, a tarefa de fundar a nacionalidade sobre o elemento nativo, pode parecer um tanto quanto inusitada, mas como constatamos, não o era. Ora, da mesma maneira, em que dentro da relação estabelecida entre os dirigentes imperiais e a produção historiográfica, a literatura também se apresentava como exemplar, orientadora das práticas cotidianas do indivíduo

Procedente nas suas raízes, da filologia e da escola histórica alemãs oitocentistas, houve no nosso século, um reconhecimento categórico de que a linguagem está no centro de toda atividade humana. Sabe-se hoje que os homens estabelecem entre si e com a realidade, ela passou também a ser, a partir do próprio momento da sua constituição, um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações. A linguagem se torna dessa forma, como que um elemento praticamente invisível de sobredeterminação da experiência humana, muito embora ela tenha uma existência concreta e onímoda. (SEVCENKO, 1999, p. 19).

Acreditamos que aí se explique esta eleição de um anacrônico e idealizado nativo, frente aos propósitos dos dirigentes imperiais.

Tal projeto, o de ter o nativo como representante da nacionalidade brasileira, encontrava dentro do Instituto grande aceitação, haja vista até mesmo o Imperador Pedro II mostrar-se afeito a este projeto. Simpatia esta evidenciada pela prática de patrocínio público através do qual, a obra “A Confederação dos Tamoios”, de Gonçalves de Magalhães, foi inteiramente subsidiada pelo Imperador; um entusiasta dos estudos referentes aos nativos, chegando a patrocinar a elaboração de gramáticas sobre o Tupi e o Guaraní, estudos estes que lhe seriam de grande utilidade quando dos litígios com o Paraguai.

Em se tratando do desenvolvimento de uma literatura como portadora da nacionalidade, e das relações entre esta produção e suas ligações com o real, acreditamos serem profícuas as reflexões propostas por Mônica Pimenta Velloso, a qual, apesar de considerar a “Literatura não é documento, história é documento” (VELLOSO, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988), tece em seu artigo, instigantes reflexões referentes ao desenvolvimento de nossa literatura:

É como se ao artista coubesse a função única de retratar uma realidade já dada. No entanto, os objetivos da obra literária estão longe de ser estes. Em lugar de retratar o real, o que ela busca é transfigurá-lo. E é problematizando a realidade histórica, transformando-a em aventura, que o autor constrói sua obra. A História se confunde com a história. A realidade histórica é mero instrumento, matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade. (VELLOSO, op. cit., p. 242).

Seguindo as reflexões apresentadas pela autora, a literatura brasileira, nasceu comprometida com uma escala de valores adversa à sua natureza ficcional, “Racionalidade ao invés de imaginação, sistematização ao invés de invenção” (VELLOSO, op. cit., p. 240), produção esta imbricada à necessidade de fundação do sentimento de nacionalidade. Para Velloso, na diacronia de nossa trajetória político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam relacionar a literatura brasileira como reflexo das intempéries e afazias do mundo social, a qual, acaba por apresentar-se como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social. Propõe a autora, que poucos foram os autores brasileiros que se rebelaram contra esse paradigma de análise, buscando formas alternativas para pensar a relação literatura-sociedade, pois ao tentar fazê-los inevitavelmente, eram tachados de alienados, alienígenas, e definitivamente proscritos da legião dos

escritores consagrados, pois acusavam-nos de ignorantes da nação (VELLOSO, op. cit., p. 239).

Seguindo ainda as reflexões de Velloso, entendemos que a produção literária, ainda que seja um “*fenômeno social, na medida em que resulta de convicções, crenças, códigos e costumes sociais*”, exprimindo desta forma, a sociedade não como seu duplo, mas modificando-a e até mesmo negando-a, tendendo freqüentemente a insurgir-se contra este real, “apresentando dele uma imagem em que a própria sociedade muitas vezes se recusa a reconhecer-se. Trata-se, portanto, de uma relação necessária, contraditória e imprevisível” (VELLOSO, op. cit., p. 239).

Para Antonio Cândido, nossa literatura pode ser considerada como engajada ao processo de fabricação da nação, tendo em vista que a mesma girava em torno da solução de grandes problemas; daí a grande atenção dada pelos literatos nacionais a algumas peculiaridades do império do Brasil, como a valorização do nativo, o desejo de contribuir para o progresso e conhecimento da realidade brasileira e ainda a difusão de valores tidos por mais civilizados, os europeus (CANDIDO, 1975, 2. v.).

Acreditamos, no entanto, que relacionar a literatura que pretendia fundar a nacionalidade tendo-a como um epifenômeno ou reflexo imediato do mundo social, seja uma concepção simplista acerca desta relação, mas não podemos negar que esta literatura, apresentava-se como engajada ao projeto civilizacional, onde se pretendia estreitar os laços existentes entre as províncias no intuito de constituição da nação brasileira (SEVCENKO, op. cit., p. 20)⁶⁷.

Dentre os integrantes do *establishment*, vários ilustrados, assim como o próprio imperador Pedro II, mostravam-se afeitos ao projeto de se fundar as bases de nossa nacionalidade no nativo, mas nesta aspiração, acreditamos que se coloque um paradoxo: civilização ou barbárie, próximo do proposto por Olgária Matos:

Na Dialética do Iluminismo, Ulisses escapa ao perigo do canto, obrigando seus companheiros a remar com os ouvidos tapados, enquanto ele, solitário, com os ouvidos livres, preso ao mastro, escuta desesperado as vozes encantadoras do gozo recusado. Deste ponto de vista, o desejo

⁶⁷ Significativas, são as palavras de Nicolau Sevcenko, para o qual “... todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza, do clima e das condições ambientais?”

condenado pela razão dominadora, representa uma espécie de resistência marginal e interrogativa com relação à racionalidade. As paixões são aquilo que literalmente vem perturbar a ordem da razão, enclaves nunca de todo colonizados e retornam vagamente rebeldes. (MATOS, 1987, p. 142).

Ao que tudo indica, o projeto indianista tinha acolhida favorável pelos integrantes do *establishment* e pelo imperador. Falsa impressão. Ao analisarmos minuciosamente a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podemos constatar que apesar de ser um atraente ideal romântico, implicava tal empreitada, na outorga de um papel secundário à missão civilizadora dos brancos portugueses no “Novo Mundo”, haja vista, acreditarem os ilustrados congregados no instituto, serem herdeiros de uma tradição de civilização e progresso.

Dentro do próprio Instituto, os nativos eram tidos como Bárbaros, posicionamento que se torna emblemático nas palavras proferidas pelo Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto, o cônego Januário da Cunha Barboza:

homens apenas saídos da natureza: acostumados a sustentar-se dos fructos que encontram em suas divagações, da caça e da pesca, onde mais abundantes se lhes oferecem, sem domínio certo, sem pátria, sem leis, sem vestígios de qualquer civilização. (Idem, Tomo II, p. 05, 1840).

Como sustentar o projeto indianista no seio de uma instituição que pretendia através de sua ação civilizar os nativos? Como fabular e instituir a nação como realidade e sentimento? Qual seria o símbolo da singularidade nacional ?

3.2.3 Reprodução

A tarefa de fundar a nacionalidade e fabricar a nação, recairia desta forma, frente à inviabilidade de “outorga” ao elemento nativo do símbolo da nacionalidade, sobre a produção do conhecimento histórico. Sendo ainda outorgada à raça que se constituía nos trópicos a partir dos elementos vermelhos, brancos e negros, a “função” de símbolo da singularidade nacional, da brasilidade.

Mas inegavelmente, frente aos objetivos da comunidade de imaginação, esta narrativa histórica, ainda que tivesse por finalidade, marcar a singularidade nacional, e constituição pela diacronia, deveria estar para além destes objetivos encerrados

sobre si mesmos. Esta obra de história pátria, deveria atuar como uma máquina civilizadora na instituição de um determinado tipo de sociedade, em âmbito interno, assim como levar ao conhecimento das demais nações, civilizadas, uma imagem de como o Império brasileiro se percepcionava e como pretendia ser visto, e também, com pretendia estar no mundo; monárquico, uno e escravista; devendo apresentar-se então esta memória coletiva, como um intercessor do Império do Brasil, de como os dirigentes imperiais desejavam ser percepcionados, o que certamente não era como propunha Gobineau, um Império habitado por “uma multidão de macacos”.

Tais objetivos, demandavam um determinado tipo de narrativa nacional, e como podemos inferir, não se tratava de qualquer história; mas uma fabricação pragmática, onde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se apresenta como o principal artífice na fabricação de tal narrativa nacional: articulando, selecionando e publicando o conhecimento anteriormente disperso regionalmente e implantando uma síntese histórica capaz de simbolicamente explicar e fundar e instituir a nação brasileira.

Acreditamos que as categorias analíticas propostas por Foucault, procedimentos de exclusão, sejam mais uma vez, fundamentais para que possamos compreender o porque da colocação em órbita de uma determinada narrativa nacional em detrimento de outras. Um narrativa capaz de instituir a forma do Brasil estar no mundo, assim como legitimar este estar no mundo; ou ainda como propõe Bronislaw Baczko ao referir-se aos procedimentos de seleção das representações que são dadas de si: “Na maioria das representações colectivas, não se trata da representação única de uma coisa única, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim significar outras e exercer comando sobre as práticas” (BACZKO, op. cit., p. 306).

A comunidade de imaginação congregada no IHGB, apresentava-se aberta a uma narrativa capaz de atender aos seus interesses. Comunidade que fabulava o Brasil sob a coroa de Pedro II, como o desdobramento da tarefa civilizacional dos lusos no Novo-Mundo, o que segundo as proposições de Baczko, acaba por influenciar a abertura do *establishment*, a um determinado tipo de fabricação historiográfica (BACZKO, op. cit., p. 312):

Esses imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem que os enquadram. Os imaginários

sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção de angustias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro. (BACZKO, op. cit., p. 312).

Entendemos desta forma, que o Instituto seja parte desta cadeia de intercessores que é fabricada no império, tendo que o mesmo pretende fabricar uma maneira de o Brasil estar no mundo; tanto em se tratando da instituição de praticas, entendidas como fidelidades políticas, assim como discurso oficialmente instituído através da fabricação desta memória coletiva.

Quando da fabricação do Instituto propriamente dito, e da oficialização deste projeto civilizacional, esta ausência de uma narrativa capaz de conquistar corações e mentes, torna-se notória nas palavras proferidas por Justiniano José da Rocha, quando em correspondência com o Instituto, reclama da necessidade de uma história nacional para ministrar em suas aulas no Colégio Pedroll; como podemos constatar quando da leitura de sua missiva na 32ª sessão, realizada à 8 de fevereiro de 1840, onde o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha:

Faz sciente o Instituto que tendo sido nomeado pelo governo, a fim de leccionar um Curso de História Pátria no Imperial Colégio de Pedro II, achasse todavia bastante embaraçado para preencher de maneira satisfatória a nobre tarefa que lhe fora encarregado, em razão de ainda não existir um Compendio de História do Brasil por onde se pudesse se orientar, o que o obrigava a entregar-se ao arduo e penoso trabalho de folhear diversos autores, extractando delles, com dificuldade, o que lhe parecia mais verídico, a fim de preparar suas lições: depois de se mostrar a necessidade que se fazia sentir de um bom Compendio de História Pátria e grande utilidade que do mesmo deve resultar, terminou o seu discurso propondo ao Instituto, que houvesse nomear uma comissão especial a fim da mesma tomar sobre si o organizar um compendio de Historia do Brasil. (Idem, Tomo II, p. 147, 1840).

Antes de avançarmos na análise dos desdobramentos postos em curso por tal proposta, acreditamos que seja profícuo nos ater a um trecho da missiva lida na referida sessão do *establishment*; pois ela é reveladora do tipo de história que se desejava construir.

Ao “extractar” vários compêndios de história tirando “delles” o que lhe parecesse mais verídico, Justiniano José da Rocha, não estava apenas exercendo um processo seletivo daquilo que poderia ser verdade ou não, mas fabulando uma memória convergente aos objetivos desta elite dirigente nacional que pretendia

disseminar seu projeto para além das restritas rodas do mando imperial; pois segundo as ponderações de Maurice Halbwachs

para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que ela nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 1990).

Acreditamos não se tratar então, de “extractar” o que lhe parecesse mais provável, e sim aquilo que fosse considerado útil a determinado projeto.

Voltando à reação a tal proposta, constatamos ter sido a mesma aceita, em parte, como podemos atestar pelas palavras de um dos integrantes do *establishment* presente a tal reivindicação e que se mostrou favorável a tal empenho, então sugerido na ocasião, pelo senhor Mariz Sarmiento, que fosse instituído “um premio ao indivíduo que apresentasse um melhor compendio, embora fosse ou não membro do Instituto” (Idem, Tomo II, p.148, 1840).

Curiosamente, num primeiro momento, quando das discussões engendradas no Instituto, acerca da necessidade da fabricação de tal compêndio de história pátria; o próprio Januário Cunha Barboza, o qual, é freqüentemente apresentado como o propositor do concurso (IGLESIAS, 2000; NEVES, 2000; REIS, 1999; SHWARCZ, 1998), numa destas atitudes que turvam a compreensão do processo histórico, colocou-se veementemente contra a instalação de uma comissão responsável pela elaboração deste mesmo compêndio de letras históricas para o jovem império, como podemos constatar na resposta do próprio cônego nas palavras publicadas nos “extractos” das seções do instituto:

O Sr. Cônego Januário da Cunha Barboza declarou-se contra a proposta do Sr. Rocha, fazendo sentir as grandes dificuldades e embaraços que por hora ainda encontraria a Comissão ou Comissões, na organização de um bom compendio, visto não estarem ainda bem dilucidados alguns pontos de nossa História; igualmente mostrou não estarmos de todo necessitados de um bom Compendio de História do Brasil, pois existe o do nosso digno Consócio o Sr. Major Pedro d’Alcantara Bellegarde. (Idem, Tomo II, p. 147, 1840).

No entanto, inusitadamente, algumas sessões após a rejeição a tal proposta, o próprio cônego toma a frente deste concurso, oferecendo então, a metade do prêmio

(Idem, Tomo IV, p. 90, 1841)⁶⁸ para o vencedor de um concurso que escolheria o projeto que melhor se adequava aos interesses desta comunidade de imaginação:

Offereço 100\$000 réis para reforço de um prêmio que o Instituto arbitrar á melhor memória que lhe for offerecida até fins do 4º anno acadêmico sobre o mais acertado plano de se escrever a história antiga e moderna do Brazil, organizada com tal systema que nella se comprehendão as suas partes política, civil, aclesiastica e litterária. (Idem, Tomo II, p. 531, 1840).

Proposta imediatamente acatada pelos integrantes do *establishment* e que acaba render ao cônego menção honrosa nas “actas” daquela seção por tão patriótica oferta; acrescentando o Instituto à quantia oferecida por Januário da Cunha Barboza, mais 100\$000 réis e que o prêmio e suas condições fossem publicadas no dia da sessão pública aniversária do segundo ano acadêmico do Instituto, assim sendo proposto o concurso: “Uma medalha de prata no valor de 200\$000 réis a quem apresentar o mais acertado plano de se escrever a História antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema que n’ella se compheendam as suas partes política, ecclesiastica e litterária”, tendo por condições que “As pessoas que tomarem parte [...] deverão enviar suas respectivas memórias até os fins de setembro de 1842”, devendo ser entregues os nomes dos autores “escriptos em cartas fechadas que trarão a mesma divisa das memórias, a fim de ser premiada a memória respectiva”; ficando a memória premiada, sob a propriedade do Instituto o qual ficaria incumbido da impressão e publicação desta na sua coleção de memórias.

Diversamente do que de praxe acontecia via de regra com documentos enviados ao Instituto, esta memória não deveria ter seu texto publicado integralmente nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “o que por um descuido, e para proveito daqueles que refletem sobre os trabalhos sociais” desta instituição, acabaram por ser publicados na integra nas páginas do periódico do *establishment*; devendo receber o autor desta memória, além do premio

⁶⁸ Prática que nos parece ter sido comum dentro do Instituto, é a proposição de prêmios àqueles que se interessassem a oferecer explicações e interpretações que ajudassem a conhecer o Império. Citamos o caso a título ilustrativo, a proposição de um concurso que deveria premiar o mais acertado modo de se escrever trabalhos estatísticos e geográficos “Havendo sua majestade o Imperador por bem, no intuito de animar as pessoas que se dedicam aos importantes trabalhos de que se occupa o nosso Instituto Histórico e Geográfico, estabelece o premio de uma medalha de ouro á pessoa que sobre o Brasil, ou alguma de suas províncias apresentar melhores trabalhos estatísticos; e de outra á que melhores trabalhos históricos offerecer ao Instituto no corrente ano; e finalmente o de uma terceira medalha á quem apresentar a melhor Geographia deste império [...]”

estabelecido pelo Instituto, a quantia de 50 exemplares de sua memória (Idem, Tomo II, p. 628, 1840).

Ao que tudo indica, apenas dois projetos foram inscritos para concorrer a este prestigioso prêmio proposto então pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; um sobre a rúbrica de Karl Friedrich Phillip Von Martius e outro, assinado por Henrique Julio de Wallenstein; projetos examinados e premiados no ano de 1847 pela comissão encarregada da análise dos projetos; comissão esta composta pelos “doutores” Francisco Freire Allemão, Thomaz Gomes dos Santos e pelo Monsenhor Joaquim da Silveira.

Vejamos como se apresentou a recepção deste projetos frente a comunidade de sentido congregada no establishment; ao referir-se à proposta de Wallenstein:

N'uma d'estas memórias se propõe o método das décadas á maneira de Tito Lívio; Barros e Couto: começando em 1500, época da descoberta de Cabral até 1510, tempo do naufrágio de Diogo Alvares (o Caramuru); a segunda d'ahi a 1521, em que aconteceu a morte d'El rei D. Manoel, precedendo como descripção das nações indígenas que na época do descobrimento habitavam as Costas do Brasil. Que no texto da história se comprehenderia a parte política; e quanto a parte civil, eclesiástica e litterária, essa iria em separado no fim de cada década, conforme o seguido pelo Abade Millot na História da França. Parece á comissão que o autor d'esta memória não comprehendeu bem o pensamento do vosso programa, por simples distribuição das matérias e, isto por um método puramente fictício ou artificial; que poderá ser commodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no gênero philosophico como se deve exigir actualmente. (Idem, Tomo IX, p. 279, 1847).

Já a dissertação de Martius, a que “*Satisfaz exuberantemente ao programa do Instituto, e deve ser premiado*”, mereceu o seguinte comentário:

memória extensa e profundamente pensada já se acha publicada a muito tempo na vossa revista trimestral, e com o nome declarado do autor. Foi um descuido por que passou a redacção da revista, sendo a memória dirigida para o concurso: o que todavia lhe devemos revelar, e talvez agradecer; visto ser o assumpto da memória tão transcendente para o Brasil, e ahi tão sabiamente explanado, ao qual nome do autor devia dar ainda maior realce ainda maior peso para as nossas convicções. Pensou-se que não deveria differir a sua publicação para não privar de seu immediato conhecimento as pessoas litteratas que no Brasil se occupam de investigações da história do seu paiz, pois que n'ela se indica o modo pelo qual se devem colligir e dispor os materiaes para a sua composição. (Idem, Tomo IX, p. 279, 1847).

Tal projeto, “Como deve ser escrita a Historia do Brasil”, já era um texto conhecido dos leitores da Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; publicação esta, que acabou por revelar aos seus leitores, os bastidores

da produção historiográfica institucional, abrindo desta forma, estabelecendo à nossos olhos, um regime de *best sellers* na produção historiográfica nacional, pois frente ao policiamento discursivo que se instaurava concomitantemente à fabricação do IHGB, e seus procedimentos de exclusão, era apresentado a caminho, ou como se deveria escrever a historia nacional, apresentando-se como um paradigma para a produção historiográfica a partir de então materializada:

Eis aqui, senhores, um pálido reflexo d'esse importante trabalho onde todas as exigências da historia se acham satisfeitas. Se alguma cousa se podia dizer contra elle, é que uma história escripta segundo ahi se prescreve, talvez, seja inexeqüível na actualidade; o que vem a dizer que ele é bom demais. Porem não se trata aqui de uma questão de tempo ahi está o modelo para quando a cousa for realizável. (Idem, Tomo IX, p. 287, 1847).

Devemos aqui salientar, que o projeto proposto pelo sábio bávaro, foi debatido e analisado nos mais diversos contextos históricos. Começemos pelas análises de José Honório Rodrigues, para o qual, não é possível dizer que a monografia apresentada por Martius, fosse um programa de metodologia histórica, haja vista, os seminários de Leopold Von Ranke e Georg Waitz ocorrerem posteriormente à materialização e publicação da monografia. Não sendo possível então, aos olhos de Rodrigues, rigor metodológico e científico na “lição que Martius apresentava aos brasileiros. Era mais fruto de sua própria experiência no grande centro científico da alemanaha e das valiosas observações de sua viagem [...]” (RODRIGUES, 1966, p. 161).

Para Wilson Martins, o ensaio apresentado por Martius, apresenta-se como um “ensaio original de metodologia histórica” (MARTINS, v. 2, 1978, p. 285), opinião da qual não diverge Manoel Salgado Guimarães, para o qual, o projeto de Martius “parece fornecer as pistas que permitirão a elaboração de uma narrativa dotada de um enredo, delineando com isso uma fisionomia própria para a nação.” (GUIMARAES, v. 7, n. 2, July/Oct. 2000).

3.3 Polinizando

“Um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano auctoris a leitor a desconfiar que elle não sabe collocar-se acima das vistas parciaes ou odiosas.”

(Karl Friedrich Philipp von Martius)

Apesar do nativismo que se levantava contra as obras de história escritas por mãos estrangeiras, o vencedor do prêmio proposto pelo IHGB, foi o de Karl Friedrich Philipp von Martius, o qual, no entender de Djacir Menezes, havia sido, na plenitude da palavra, não apenas um especialista, mas um sábio (MENEZES, In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, p. 56).

Martius havia vindo ao então Reino Unido no ano de 1817, junto a Johann Baptist von Spix, “sábios” escolhidos pela academia de Ciências de Munique para comporem a missão científica que deveria excursionar pela América em obediência à ordem de Maximiliano José I, rei da Baviera. Expedição esta realizada em virtude do casamento do príncipe D. Pedro com dona Leopoldina no ano de 1817, estendendo-se a estadia destes cientistas no Reino até 1820, tendo como resultando destas incursões pelos sertões do Reino, obras de fundamental importância para o conhecimento da fauna e flora brasileiras como *Flora Brasiliensis*, obra onde o Martius catalogou cerca de 850 famílias de espécimes, os quais multiplicavam-se em mais de 8000 exemplares, capturados por seu olhar científico e catalogadas em mais de 1000 estampas; além da obra *Reise in Brasilien*; narrativa de suas viagens pelo Reino.

Podemos considerar que olhar taxionômico de Martius, estivesse para além do de um cientista botânico observador de nossa fauna e flora, haja vista não ter se interessado em suas viagens, apenas em descrever e catalogar espécimes do Reino; interessou-se em conhecer o território que esquadrihava segundo aponta Karen Lisboa, não apenas através de seu olhar, mas através de relatos de viagens, crônicas e narrativas históricas daqueles que haviam precedido sua expedição (LISBOA, 1997, p. 55), ponderação da qual corrobora Djacir Menezes: “Entre os manuscritos que o Instituto recolheu, Roquete menciona, comovido sua singeleza, a

lista de livros que Martius compilou ‘para servir de guia aos que pretendessem escrever sobre a nossa história’” (MENEZES, op. cit., p. 58).

Acreditamos poder inserir Martius numa tradição que segundo Peter Burke, tenha se consolidado no século XVII como gênero literário; as narrativas de viagem, onde os viajantes, relatavam o que viam, indo o interesse destes narradores desde a descrição de conjuntos arquitetônicos, sistemas políticos e culturais, modos e costumes dos locais visitados, pensando e atentando para aquilo que estivesse de forma mais arraigada em seus interesses, e sua formação.

Ainda no que diz respeito a esta escrita de ver e narrar, basilares são as palavras de Manoel Salgado Guimarães, para o qual, Martius, Spix e outros viajantes que narraram sua viagens pelo Novo Mundo ao longo do fim do setecentos e pelo oitocentos, lançam-se e inserem-se neste mundo a ser explorado com o objetivo de realizar a partir de bases seguras, o sonho enciclopedista, pois acredita o autor, que diversamente das viagens exploratórias anteriores, os “viajantes” oitocentistas o fazem objetivando produzir conhecimento científico (GUIMARÃES, op. cit.)⁶⁹:

Consideramos então, que a formação de Martius, estivesse em rizoma, em seus relatos, convergiam o cientificismo oitocentista com o Iluminismo setecentista. Interessou-se, numa prática científica, onde segundo propõe Manoel Salgado, num mundo em que os “campos do conhecimento não estavam ainda rigidamente definidos e as ciências da natureza parecem fornecer os meios mais seguros para a realização de um trabalho metódico e científico” (GUIMARÃES, op. cit.), além dos exemplares de nossa flora e fauna, por aspectos etnológicos, culturais e políticos dos locais por onde passava (BURKE, 2000, p. 140-41).

Após termos realizado esta apresentação de Martius, indagamos: a que tipo de narrativa estava aberto o IHGB? O que e como deveria ser narrada esta história? Que narrativa viabilizaria a fundação da nacionalidade em base sólida?

Acreditamos que tais indagações, apresentem-se como chaves para a compreensão do porque do projeto, o de Von Martius, sobrepôr-se no concurso realizado, assim como se apresentam como bases para a compreensão do porque

⁶⁹ Segundo propõe Guimarães, “[...] esquadrihando cuidadosamente as regiões para construir um painel que abrigasse desde as características sociais e políticas dos povos que as habitavam. Um olhar cuidadoso vai anotando, classificando, ordenando segundo princípios, constituindo, em suma, um saber sobre estes povos distantes e desconhecidos, seguindo as intenções e os métodos sugeridos por Volney ou mesmo Voltaire de com o proceder quando em viagem científica.”

da sobreposição de uma determinada história, a de Francisco Adolfo de Varnhagen, sobre as demais histórias até então escritas.

A dissertação de Martius intitulada “Como se deve escrever a História do Brasil”, “Offerecida ao Instituto Histórico e Geographico do Brasil, pelo Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius” datado de “Munich, 10 de Janeiro de 1843”, apresenta-se dividida em: 1- “Idéas geraes sobre a História do Brasil”; 2-“Os indios (a raça côr de cobre) e sua história como parte da História do Brasil”; 3-“Os portuguezes e sua parte na História do Brasil”; 4-“A raça africana em suas relações para com a História do Brazil”, parte esta – última, que o autor refere-se ainda à forma que deve escrever o historiador “philosóphico” do Brasil, apresentando-se então, o projeto do bávaro, em nosso entender, como verdadeiro manual de metodologia da história, o que não é opinião unânime entre os estudiosos de nosso fazer-se como narrativa histórica, conforme já nos referimos anteriormente.

Acreditamos, o projeto proposto por Martius, seja na íntegra, de grande relevância para nosso trabalho, entretanto, apresentam-se em nosso entender, como fundamentais para o desenvolvimento de nossas reflexões, as etapas em que Martius reflete sobre a postura que deve ter o historiador frente à seu objeto a ser historicizado: o Brasil; assim como o tratamento que deve ser dado à diversidade, quer seja cultural ou geográfica, de interesses que existia entre as províncias, e ainda as objetivos que deveriam ser efetivados pelo historiador em seu ato de escrita.

Tais “apontamentos” estão reunidos, mormente, na primeira e na última etapa de sua reflexão materializada no projeto. Nas primeiras páginas do projeto, em “Idéas geraes sobre a História do Brasil”, o autor nos dá pistas que se apresentam como fundamentais para que possamos compreender sua primazia sobre o concorrente. Segundo propôs Martius,

[...] qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem [...], côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiópica. (Idem, Tomo VII, p. 389-390, 1845).

Seria imprescindível ao historiador “philosóphico”, destituído de preconceitos, atentar para as particularidades de cada um destes elementos congregados para a formação do povo brasileiro, o que propiciava a esta população “um cunho muito

particular” (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845), constituinte de um motor da história do povo brasileiro que se desenvolve por uma lei “*particular das forças diagonaes*” (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845), onde cada um destes elementos, contribui com características “*physicas e moraes que distinguem as diversas raças*” (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845), cabendo a cada um destes elementos, sua contribuição com características que na visão de Martius, são inatas a cada uma destas raças.

Para além de dar conta da singularidade da constituição do povo do império do Brasil, acaba por instituir em nossa historiografia, a tese da “democracia racial”, a qual por mais de 150 anos, apresenta-se como uma constante na produção do conhecimento histórico, notadamente em compêndios escolares:

Cada uma das particularidades *physicas e Moraes*, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento *commum*, quanto maior for a energia; numero e dignidade da sociedade de cada uma d’essas raças. D’isso necessariamente se segue o portuguez, que deu as condições e garantias *Moraes e physicas* para um reino independente; que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento *physico, moral e civil* da totalidade da população. Tanto os indígenas como os negros, reagiram sobre a raça predominante. (Idem, Tomo VII, p. 390, 1845).

Podemos nos referir, segundo propõe Temístocles Cezar (2003, p. 184)⁷⁰; à atitude de Martius, ao inserir tanto a raça “cor cobre” e a “ethiópica” na formação do povo brasileiro, como ousada para a época. Ora, segundo propunham as concepções evolucionistas coevas, o desenvolvimento social de povos híbridos como este que se constituía no Império do Brasil e que pretendia através da ação estatal, constituir-se como nação, era vedado aos povos híbridos.

Acreditamos aqui, dizer ao leitor, que a referencia negativada à América e aos seus povos, não se apresentava como um consenso no pensamento ilustrado, pois segundo aponta Roberto Ventura:

O homem selvagem e a natureza americana são percebidos de forma ambivalente pelo discurso europeu, que oscila entre a imagem positiva da

⁷⁰ Segundo Temístocles Cezar, “Para a conjuntura em que vivia, Martius é decididamente audacioso. Não somente por integrar os índios aos processo de constituição, por assim dizer, da nacionalidade, mas porque insere nela também os negros.”

felicidade natural e inocente dos habitantes de clima fértil e a condenação de seus costumes bárbaros. (CEZAR, op. cit., p. 122).

Entretanto, devemos ressaltar que ainda que tais raças tenham se somado para a formação do povo brasileiro, no entender do autor, “O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente da raça índia e Ethiópica” (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845); apresentando-se então tal povo, o português, como a base sobre a qual deveria constituir-se o povo brasileiro; mas esta suposta ousadia de Martius não se limitava às proposições referentes ao como deve ser escrita a história do Brasil, acreditamos que ela se apresente ainda, em se tratando também daquilo que deveria ser tratado pelo historiador (Idem, Tomo VII, p. 402, 1845)⁷¹.

Ainda no que diz respeito a esta “ousadia” de Martius, ao inserir as referidas raças no processo de constituição do povo brasileiro, o autor vai além, ao referir-se que é a partir das classes mais baixas da população, que se formará o padrão de cultura nacional (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845)⁷².

Frente a este caminho que levaria o Brasil ao rol das nações civilizadas, existia ainda; um óbice de cunho teórico e prático, pois as teorias evolucionistas coevas, segundo conforme nos referimos anteriormente às teorias de Pauw, Montesquieu e Buffon, desacreditavam da viabilidade de desenvolvimento de um povo tão híbrido como este brasileiro, assim como de qualquer povo que estivesse para além das regiões de clima temperado do globo.

Segundo aponta Roberto Ventura em obra já referida, foi em meados do século XVII que a visão edênica sobre a América é invertida, ganhando então contornos de negatividade. As leituras da natureza paradisíaca e o homem em seu estado natural,

⁷¹ Se por um lado, ao longo da ultima parte de sua dissertação, ele propõe a maneira que um historiador deve proceder a fim de construir uma narrativa nacional pragmática, capaz de empolgar corações e mentes, ela apresenta nesta mesma parte de sua dissertação, premissas que o colocam ao lado de historiadores na esteira da produção historiográfica atualmente desenvolvida nos meios acadêmicos, ao propor como objetos de reflexão, como as maneiras de pensar e de sentir: O historiador deve transportar-nos a casa do colono e cidadão brasileiro: elle deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus creados e escravos; e finalmente com as riquezas nas transaçõe commerciaes. Elle deve juntar-nos o estado da igreja e escola, levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos.

⁷² Segundo propõe Maritus, “Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os paizes se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d’ellas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmemente na ultima classe da população brasileira, essa mescla de raças, que d1ahi a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes communicará aquella actividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.”

dão lugar à uma região inóspita ao desenvolvimento do homem e suas faculdades mentais. Significativas do pensamento ilustrado acerca do mundo “tórrido” são as proferidas por Montesquieu, Buffon e Cornelius de Pauw. Segundo propõe Montesquieu, em o *Espírito das Leis*, a diversidade de formas de governo, leis e costumes estariam intrinsecamente ligados à princípios governantes, apresentando-se nesta relação, as “leis naturais” como elemento determinante no desenvolvimento de leis políticas e civis de cada povo. É então através de uma teoria geral do clima, que o autor pretende explicar a diversidade sócio-cultural das sociedades, chegando a propor que “o império do clima, é o primeiro de todos os impérios”, chegando a atribuir um caráter negativo à influencia do clima sobre o elemento humano nas “regiões tórridas” do globo, invertendo desta forma, a visão edênica do novo mundo, a qual foi apresentada por Sérgio Buarque de Holanda, a qual apresentou-se como fundamental para a vinda de povos europeus para a América (VENTURA, op. cit.).

E é com bases nestes princípios apresentados por Montesquieu, que se desenvolve o racismo científico, o qual desacreditava da possibilidade de desenvolvimento de povos não europeus, tidos por superiores, notadamente, frente aos homens híbridos habitantes dos trópicos.

Para Buffon, os homens belos e bem feitos, assim como seu desenvolvimento e civilização, são uma particularidade das zonas temperadas do globo, o que não seria pensável para o Novo-mundo, pois no entender do autor, em regiões tidas por tórridas, seus habitantes estariam relegados ao estado selvagem, com vida dispersa e errante, impedidos de vencer a natureza e se aperfeiçoarem.

Pensamento que se cristaliza com as proposições de Cornelius de Pauw apresentadas em sua obra *Recherches philosophiques sur les Americains*, uma inferioridade biológica, tanto do homem como da natureza das referidas regiões. Corolários que se apresentam como fundamentação do racismo científico e da inferioridade dos povos não brancos (VENTURA, op. cit.).

O tratamento proposto por Martius em seu projeto, a esta fatalidade que pairava sobre o futuro do povo brasileiro, a degenerescência, assim como do Império, acaba por apresentar-se como linha de fuga – e que consideramos como de fundamental para a compreensão da aceitação do projeto do bávaro-importância frente à esta fatalidade que se colocava obstruindo o desenvolvimento do Brasil e

sua constituição como nação, pois em seu entender, esta mistura das raças (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845)⁷³ realizada no Brasil, era algo de uma vontade divina:

Jamais nos poderá ser permitido duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em poderoso rio devera absorver os pequenos confluents das raças Índia e Ethiópica. Em a classe baixa tem lugar essa mistura, e como em todos os países, se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d'ellas se vivificam e fortalecem, assim, assim se prepara actualmente na ultima classe da população brasileira essa mescla de raças, que d'hi a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas e lhes comunicará aquella actividade historica que o Império do Brasil é chamado. (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845).

Na segunda parte de sua dissertação, intitulada “Os índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da Historia do Brasil” (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), Martius oferece orientações de como deveria ser estudada tal esta raça, o que acreditamos que se apresente como mais um ponto em que Martius pode ser considerado como ousado, pois segundo propunham os discursos veiculados entre os séculos XVIII e XIX, o estudo de grupos não europeus, não mais pertenciam ao “território da história”, segundo as palavras propostas por Michele Duchet. Deveriam tais grupos humanos, ser objetos de análise de disciplinas como a etnologia e a etnografia. Para além então de “fabricar” um outro na produção historiográfica nacional, Martius pretende com a escrita da história integrar o nativo, e como veremos, o negro à história; e portanto, à civilização.

Para o “sábio” bávaro, o historiador deve estender suas vistas para além do ato da conquista, apesar da dificuldade que tal empreitada apresentava, pois “[...] historia que por ora não dividida em épocas distinctas, nem offerecendo monumentos visiveis, ainda esta envolta em obscuridade”, visando responder questões referentes a “natureza primitiva dos autochtonos brasileiros” (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), estudos que deveria ser precedidos por Martius, da elucidação de como se formou seu “*estado moral e physico*” (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), devendo para tanto, “*considerá-los em suas* “manifestações exteriores, como ente physico, e compará-los com os povos vizinhos da mesma raça. O paço imediato nos

⁷³ Para além da utilização de uma retórica providencialista, Martius para defender a viabilidade da constituição e desenvolvimento deste povo utilizado, assim como o havia feito Alexandre Herculano no Portugal oitocentista, o autor busca como exemplo a constituição do Europeu: “Quem poderá negar que a nação Inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança a esta mescla de povos céltico, dinamarquez, romano, anglo-saxão e normando.”

levará á esfera da alma e da inteligência d'estes homens; a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua actividade espiritual, e como ella se manifesta por documentos históricos.” (Idem, Tomo VII, p. 392, 1845), documentos que Martius entender ser imprescindível, o estudo da língua dos nativos.

A língua devem em primeiro lugar ligar-se os estudos sobre a Mithologia, as Ideogonias e Geogonias das raças brasileiras. Um observador philosóphico não deixará de descobrir restos de mythos e no balbuciamto poético, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perda philosophia natural, e de um culto ainda enigmático. Uma indagação superficial do culto actual dos índios do Brasil contenta-se em considera-lo como uma espécie de chamamismo ou fetichismo; mas com isto não se dará por satisfeito o historiador philosóphico [...] e por formas de um culto antigo, do qual os sacrificios humanos dos prisioneiros, o canibalismo e numerosos costumes e usos domésticos devem ser considerados como a mais bruta degeneração [...]. (Idem, Tomo VII, p. 395, 1845).

Se a literatura considerava os nativos como os “bons selvagens” de Rousseau, Martius, não se eximia de rotulá-los, como “que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrario o triste e penível quadro que nos offerece o actual indígena brasileiro, não é senão o residuun de uma muito antiga, posto que perdida historia” (Idem, Tomo VII, p. 393, 1845). Se as particularidades locais não possibilitavam a ligação heróica aos mitos de fundação nacionais greco-romanos, como faziam as “nações” europeias, tornava-se necessário então, apesar dos comentários depreciativos do autor, adequar-se ao elemento local:

Tanto a História dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação ingleza deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla de povos céltico, dinamarquez, romano, anglo-saxao e normando! (Idem, Tomo VII, p. 391, 1845).

Numa prática de invenção de tradições, fazia-se indispensável, adaptar-se ao elemento local; o nativo, daí a necessidade dos estudos de Mithologias, Theogonias, Geogonias, superstições, costumes, usos domésticos, religião, relações sociais e jurídicas, ou segundo propõe pois no entender de Ricardo Salles:

As nações modernas em suas narrativas históricas, emergiram de um passado remoto comum encontrado numa antiguidade marcada por uma experiência política de vocação universal e que, na verdade, projetara essa cultura para além dos marcos espaciais e temporais da Grécia antiga. (SALLES, op. cit.,p .68).

Deveria ainda, segundo o projeto materializado por Martius, atentar o futuro historiador do Brasil, para o estabelecimento de relações entre os portugueses e os nativos, o que mais uma vez, acreditamos que seja um avanço para a época; pois o autor do projeto não sugere ao futuro historiador do Brasil, que atente para a hibridização cultural do nativo: “em que estes influíram por leis e comércio, e comunicação sobre os índios”; mas também em que estes influíram no desenvolvimnto dos lusos: “e qual a parte que toca aos boçaes filhos da terra no desenvolvimento das relações sociaes dos portuguezes emigrados” (Idem, Tomo VII, p. 393, 1845).

[...] devemos reconhecer que a actividade de todas estas ordens não era desfavorável no Brasil. Nós vemos muitas vezes que ellas eram os únicos motores de civilização e instituição para um povo inquieto e turbulento. Outras vezes nós vemos ellas protegendo os opprimidos contra os mais fortes. Por isso não podem comprehendidas as numerosas querelas e rixas nas municipalidades das cidades (como v.g. se acham em grande número na referida Chronica do Maranhão por Barreto), sem referência para com o clero, especialmente com as ordens com a fundação de seus conventos (casos conventuaes), hospícios, missões no interior do paiz e especulações mercantis por ellas empreendidas. A opposição dos colonos para com estas em geral philanthropicas ordens muitas vezes nascia do conflicto de interesses sociais, nos quaes aquelles se consideravam ligados por estas. (Idem, Tomo VII, p. 402, 1845).

Já na a terceira parte de seu projeto, a qual Martius se estende mais detalhadamente, o autor refere-se como já apontamos anteriormente, ao tratamento que deveria ser dado aos “*portugueses e sua parte na historia do Brasil*”; atuação esta que deveria ser apresentada intrinsecamente imbricada à aventura lusa em além-mar, como uma epopéia (Idem, Tomo VII, p. 398, 1845)⁷⁴, onde segundo propõe o autor:

o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser comprehendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, commerciaes e guerreiras dos portuguezes, que de modo algum ode ser considerado como factos isolados na historia d'esse povo activo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas portuguezas. (Idem, Tomo VII, p. 399, 1845),

⁷⁴ Assim vemos que a posição guerreira em que se colocou o colono portuguez para com o índio, contribuiu muito a rapida descoberta do interior do paiz, como igualmente para a extensão do domínio portuguez.”

o que acreditamos que se apresente como uma tentativa de entrelaçar mais e mais os destinos tanto do Brasil, como de Portugal, e desta forma, apresentar a história do Brasil, como um capítulo do desenvolvimento luso, o que acreditamos que se apresente como uma estratégia.

Voltando a pensar com o historiador inglês Eric Hobsbawn, tal idéia de apresentar o português, como a base sobre a qual deveria fundar-se o desenvolvimento do povo brasileiro, esta ressalva apresenta-se como reveladora da intencionalidade da fabricação da nação brasileira, pois segundo suas reflexões, para que um Estado se constituísse como a moderna organização política “nação”, era necessário que este “pleiteante” a tal *status*, atendesse alguns pré-requisitos, como: 1- A associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; 2- A existência de uma elite cultural longamente estabelecida, possuidora de vernáculo administrativo e literário escrito; 3- Provada capacidade de conquista (HOBBSAWM, op. cit., p. 49).

Pré-requisitos estes, aos quais, o império brasileiro atendia, tendo em vista sua ligação com a antiga metrópole, onde se estabeleceram relações para além de razoavelmente duráveis; a existência de uma elite cultural havia se instalado na América ao longo de todo o processo do fazer-se Brasil.

Se por um lado, o Império do Brasil, atendia aos pré-requisitos citados por Hobsbawn, para constituir-se como nação, por outro, o Brasil continuava a apresentar-se como praticante do tráfico infame, um império com aspirações civilizacionais onde a mão-de-obra produtora da cultura material implementada no Império, era em sua grande maioria, compulsória, constatação que acabava por afastar o Império brasileiro das nações tidas por civilizadas. Constatação que no entender de Ricardo Salles, era uma cisão social, política e jurídica entre a boa sociedade, assimilada ao modelo europeu e projetada como totalidade da nação, e sua base por vez identificada um outro subsumido à natureza e à barbárie (SALLES, op. cit., p. 82); problema este, que pretendeu ser contornado através da literatura, como nos referimos anteriormente, ao justificar a servidão negra, pela não adaptação dos nativos ao trabalho compulsório.

Na quarta etapa de sua monografia, Martius explana da forma que deve ter as reflexões sobre o negro escravizado; prática e “raça” ao qual o autor apresenta-se notadamente avesso (GUIMARÃES, op. cit.)⁷⁵. Segundo suas palavras:

Não há duvida que o Brazil teria tido um desenvolvimento muito differente sem a introdução dos escravos negros. Se para melhor ou para peor, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido occasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. (Idem, Tomo VII, p. 402, 1845).

Mas frente à realidade que se impunha, o Império, em algumas regiões, apresentando-se como uma pequena África, Martius aponta o que deve ser estudado sobre a raça negra: “Mas no actual estado das cousas, mister é indagar a condição dos negros importados seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral [...]” (Idem, Tomo VII, p. 403, 1845). O Historiador do Brasil, deveria, e isto é uma tônica no projeto de Martius, estudar as relações dos lusos com os demais povos, daí sugerir que

[...] a litteratura portugueza offerece muito pouco, o que se refere à historia universal do trafico da escravatura; o autor prestaria um serviço muito relevante se na Historia do Brazil, tratasse cabal e extensamente este assumpto. De si mesmo offerecem-se entao muitas comparações sobre a índole, os costumes, e usos entre os negros e os índios, que sem duvida, contribuiriam para o augmento do interesse que nos offerecerá a obra. (Idem, Tomo VII, p. 406, 1845).

Na última parte de seu projeto, o botânico com pendores à história explana “Sobre a forma que deve ter uma Historia do Brasil”, apontando características das obras até então existentes como obstáculos à compreensão do processo, as quais, ainda que se apresentassem como “[...] de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem ate com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiographia , porque se resentem de mais de certo espírito de chronicas” (Idem, Tomo VII, p. 407, 1845);

⁷⁵ Martius se refere da seguinte maneira a escravaria com que teve contato quando de sua chegada ao Rio de Janeiro em 1817: “O que, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operaria com que ele topa por toda a parte, assim que Poe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as formas obsequiosas da sua pátria.”

relatando eventos sem importância, o que no entender de Martius, acaba por diminuir a eficácia de tal obra e “confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação” (Idem, Tomo VII, p. 407, 1845).

Um compêndio de História para este Império, no entender de Martius, assim como da comunidade de sentido congregada no *establishment*, e a qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mostrava-se aberto, deveria privilegiar a homogeneização das heterogeneidades e interesses constituídos em âmbito provincial ao longo do fazer-se Estado Brasil, devendo aproximá-las; quer seja por suas semelhanças e experiências ao longo do processo, pelo clima, pela agricultura e especificidades locais, tarefa que Martius acreditava exigir esforços daquele que levasse à frente o trabalho da escrita de uma história nacional, devido à imensidão do território:

Aqui se apresenta uma dificuldade em consequencia da grande extensão do trritorio brasileiro, da immensa variedade no que diz respeito á composição da população de tão disparatados elementos. Assim como a provincia do Pará tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros productos naturaes, outra agricultura, industria, outros costumes usos e precisões, do que a provincia do Rio Grasnde do Sul; assim acontece igualmente com as províncias da Bahia, Pernambuco e Minas. (Idem, Tomo VII, p. 407, 1845).

A referência a estas províncias, acreditamos que seja emblemática da necessidade de integrar tais províncias a unidade imperial haja vista, tais partes do império, terem se apresentado como palco de contestação ao poder central, segundo aponta o próprio autor: “deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer occsião afim de mostrar que todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propicio adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre ellas” (Idem, Tomo VII, p. 410, 1845), e quanto à esta separação entre as partes constitutivas do Império, Martius chama a atenção reiteradas vezes:

Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrucção judiciousa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara ás outras; deve procurar-se provar que o Brazil, paiz tão vasto e rico em fontes variadissimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarchia, a estabelecer por uma sabia organização entre todas as províncias, relações recíprocas. (Idem, Tomo VII, p. 410, 1845).

Martius ao apontar como deve ser escrita a história e quais histórias locais deveriam convergir, aponta semelhanças entre as províncias que possibilitam, em seu entender uma metonimização proposital na fabricação historiográfica, o que só seria possível para alguém que houvesse estado e conhecido as peculiaridades de cada uma destas partes constitutivas do Império, condição imprescindível a este futuro historiador do Brasil, o conhecimento destas regiões do império, pois no entender do autor, “Para tal trabalho, segundo certas divisões geraes do Brazil, parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses paizes, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população” (Idem, Tomo VII, p. 408, 1845).

Portanto, deviam ser tratadas conjunctamente aquellas porções do paiz que pore sua analogiada sua natureza physica pertencem uma as outras. Assim por exemplo, converge a historia das províncias de São Paulo, Minas, Goyaz e Matto Grosso, a do Maranhão se liga á do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Emfim, a historia de Sergipe, alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia. (Idem, Tomo VII, p. 408, 1845).

Martius não se limita em seu projeto, a apresentar linhas do que deve ser tratado numa narrativa nacional; seu projeto apresenta ainda, a forma pela qual uma história nacional deve ser apresentada aos leitores; o historiador, deverá lembrar “em primeiro lugar que não excitará nenhum interesse vivo, nem lhes poderá desenvolver as relações mais intimas do paiz, sem serem precedidos os factos históricos por descripção das particularidades locaes da natureza” (Idem, Tomo VII, p. 409, 1845), devendo desta maneira, o historiador “philosóphico”, primar em suas descrições da terra como já era prática entre os literatos. Segundo propunha Martius, uma “História philosóphica do Brazil”, deveria estar para além de colocar o mortal próximo do imortal; imortalizar a ação do homem nesta sociedade que se constituía em além-mar. Deveria o historiador philosóphico, no entender do sábio, instituir o patriotismo, assim como, apresentar-se sua obra, como um repertório de atitudes e sentimentos úteis ao desenvolvimento do Império; a história para Martius, deveria ser um tipo de narrativo com função retórica e princípios morais:

Nunca esqueça pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitário no mais ouro sentido da palavra. D'aqui resulta que a obra, a qual não podia exceder a um so forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satrisfazer não menos ao coração

que á intelligencia. [...] O Brasil é um objecto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o paiz entrado em uma phase que exige um progresso poderoso: por isso uma história popular do paiz vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis que o Brazil oferece, achar um feliz estímulo, para que imprima a sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquelle fogo poético próprio da juventude ao mesmo passo que desenvolva a applicação e profundidade de juízo e de firmeza de character, pertencentes a idade moderna e varonil. (Idem, Tomo VII, p. 411, 1845).

O trecho supracitado apresenta-se como central para que possamos compreender a primazia do projeto proposto por Martius; era à este tipo de história que estava aberta a comunidade de imaginação congregada no establishment; uma história que para além de narrar a diacronia do fazer-se Brasil, tivesse finalidades morais; um discurso comprometido com o engrandecimento do Estado, discurso capaz de instituir um sentimento de pertença à nação.

Apesar de ter sido convidado a levar a cabo seu projeto, Martius acabou por não aceitar a empresa, pois era a seu ver, empresa áspera por demais, o que se torna evidente na leitura dos “Extractos das atas das sessões dos mezes de julho e agosto de 1844”, na 125ª sessão do Instituto realizada em 18 julho de 1844, presidida pelo Cônego Januário da Cunha Barboza, quando o sábio bávaro, em missiva, assim responde ao convite feito pelo establishment para que materializasse a tão almejada história do Brasil:

Muito me regozijo que vossa illustrada associação julgasse conveniente escrever uma história do Brasil fundadda sobre bases tão amplas como as indicadas em minha dissertação: mas de outro lado, Sr. e respeitável colega, não ousarei aspirar eu mesmo á empreza tão árdua. (Idem, Tomo VII, p. 38, 1845).

Frente à recusa do sábio bávaro para a empreitada de materializar este intercessor imperial que o era a memória em seu devir história, a comunidade de imaginação congregada no establishment, deveria esperar mais uma década; até que tal obra fosse materializada sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen.

4 REPRODUÇÃO

Acreditamos que a partir do momento em que estava materializado um decalque referente ao que e o como deveria ser escrita a história do Brasil, coadunada ao projeto delineado pelos dirigentes imperiais, a supressão desta lacuna existente no projeto civilizacional e de construção da nação brasileira, era apenas uma questão de tempo.

Entre a publicação do projeto do botânico bávaro e o início da publicação da obra que viria a suprir a referida lacuna, 9 anos se passaram; até que Francisco Adolfo de Varnhagen chegasse entre, com sua História Geral do Brasil.

Mas o que há de tão específico em tal obra, que faz com a que a mesma seja aceita pelo movimento, seja colocada em órbita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro?

È sobre esta indagação que pretendemos desenvolver nossas reflexões no presente capítulo.

4.1 A Orquídea

“Oxalá os leitores façam a devida justiça aos nossos princípios, não por esta ou aquela passagem da obra, mas pelo seu conjunto! Oxalá descubram nella, através da ostentação de uma tolerância civilizadora, os sentimentos de tolerância civilizadora, os sentimentos de patriotismo nobre e elevado que nos animaram; – não de outro lamentável patriotismo cifrado apenas na absurda ostentação de vil e rancoroso ódio a tudo quanto é estrangeiro.”

(Francisco Adolfo de Varnhagen)

Utilizaremos, *a priori*, no intuito de dar prosseguimento às reflexões propostas para a presente etapa de nossa reflexão, da imagem proposta por Gilles Deleuze para ilustrar os processos de desterritorialização e reterritorialização, do rizoma

estabelecido pela vespa e a orquídea, os quais se relacionam em sua heterogeneidade. Processo no qual a orquídea, em seu devir vespa, a atrai através da composição de uma imagem de vespa; a qual, por sua vez, em seu devir orquídea, apresenta-se como extensão do aparelho reprodutor do referido espécime vegetal ao transportar e disseminar seu pólen pelo mundo, auxiliando desta forma em seu processo de reprodução.

A memória, em devir história, materializada no livro, reterritorializada numa máquina de guerra civilizacional, também pretende reproduzir, não apenas o passado, mas produzir um agenciamento social, um sentimento nacional, uma forma de sentir-se frente ao mundo, uma forma de estar no mundo.

Seguindo o instigante pensamento de Gilles Deleuze ao ponderar acerca do rizoma onde se envolvem vespa e orquídea, constatamos que a orquídea compõe um mapa com a vespa no seio de um rizoma; pois segundo propõe o autor, o mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo. Entendemos que a produção historiográfica, numa perspectiva ampla, também se apresente como o mapa, não se fechando sobre si, pois ligada a contingências sincrônicas, ao movimento, ao mundo, da mesma forma que o mapa, o qual é:

[...] aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social". Pode-se desenhá-lo na parede, concebê-lo como obra de arte, constituí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas. (DELEUZE; GUATTARI, op. cit., p. 32).

O passado, entendido como matéria-prima da produção do conhecimento histórico, apresenta-se, conforme deve estar concluindo o leitor, frente às indagações, subjetividade e afetos do historiador, como massa a ser modelada, rasgada, revertida e adaptada; troponimizada e subvertida, reterritorializada, em nível dos estratos, nos mais diversos territórios ou platôs, desterritorializando-se desta forma a produção historiográfica de sua pretensa frialdade e imparcialidade, e reterritorializando-se nos territórios da emotividade literária, na eloquência retórica, e na seletividade dos processos e procedimentos *mnêmicos*.

Somos desta forma, frente à dinamicidade do mundo, assim como do fazer-se historiográfico, levados a acreditar na impossibilidade do estabelecimento de uma

forma modelar para a produção do conhecimento histórico; quer seja em se tratando de seus conteúdos, suas nômadas ou estruturas narrativas sobre as quais o historiador pode ou deve (?) se apoiar para fazer com que a história vivida, uma realidade anterior e exterior a qual está inserido, seja materializada sob a forma de representação.

Tal agenciamento do passado imbricado às necessidades do presente e às incertezas do futuro, deveria fabricar um livro; não apenas, o livro como duplo de mundo, e aqui devemos salientar, não se tratar de representação de mundo como entendemos a produção historiográfica corrente, mas de uma verdade sobre o pretérito, científica e metodicamente formulada consoante aos procedimentos de validação discursiva sincrônicos à cultura historiográfica oitocentista e sua notada vontade de verdade, mas o livro em seu devir máquina civilizadora, fabricado segundo interesses da comunidade de imaginação congregada no *establishment*.

É eleito nesta relação onde concorrem poder e fabricação historiográfica, um projeto onde estavam contempladas as linhas norteadoras de “*Como deve(ria) ser escrita a História do Brasil*”, um decalque, de como o Império e sua elite dirigente pretendiam ser fabulados narrativamente, assim como a maneira pela qual pretendia estar no mundo, (re) produzir-se discursivamente. Como nação: íntegra, e em processo de civilização. Assim como o objetivo maior deste projeto, instituir o sentimento de brasilidade pela outorga e internalização de um singular coletivo; outra nômada da memória em devir história.

Estando o *establishment* relacionado a um projeto de cunho civilizacional com vistas à forja da nação brasileira desde sua fabricação, são impostas exigências de ordem discursiva, norteadoras da prática do historiador, e aqui, retomamos as reflexões de Foucault acerca dos procedimentos de exclusão externos ao discurso; os procedimentos de interdição, a separação e rejeição (FOUCAULT, 2005).

Não se tratava da elaboração de qualquer narrativa, mas de uma obra que tinha seu lugar reservado no referido projeto civilizacional, devendo então, superar o tabu do objeto, pois um Estado marcado pelo protonacionalismo –catalizador da desintegração territorial do Império, e atender ao ritual da circunstância: a de fundar historicamente a nação brasileira e despertar nos povos das províncias do Império, o sentimento de pertença à comunidade nacional, a nação brasileira, uma das tarefas assumidas pela produção historiográfica do século XIX, segundo pondera Durval Muniz de Albuquerque Júnior, para o qual,

A história assumiu como tarefa a criação de identidades, de comunidades imaginadas que teriam, entre outras finalidades, a de aplacar a solidão do indivíduo burguês, modelo de subjetividade que a literatura ajudou a construir e que, ao mesmo tempo, não cessa de dispersar e derruir. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005).

Deveria então esta história nacional estar para além das crônicas de cunho localista que acabavam por fomentar o protonacionalismo (THUILLIER; TULARD, 1991)⁷⁶, realizar o trabalho simbólico de agenciamento social e político do Estado, de seus povos, e de suas partes constitutivas, integrando assim ao todo que pretende ser a nação.

Em se tratando do ritual da circunstância, frente à política de invenção de tradições nacionais (HOBSBAWN; RANGER, 1997), prática coeva à disciplinarização do conhecimento histórico, tal narrativa deveria instituir um Brasil “mais velho” do que realmente o era, daí a anacrônica referência cristalizada pela cadeia de intercessores constituída, que inventam senão, uma nação brasileira, um Estado, o Brasil, que “surge” com a pisada da origem desferida por Cabral quando de seu desembarque em 1500, segundo aponta o próprio Varnhagen em sua História Geral do Brasil, onde era

Terra do Brasil ou somente Brasil foi o nome dado pelos Portuguezes à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem ahi encontrado, em abundancia, certo lenho, que subministrou ao commércio uma tinta vermelha análoga á que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia. (VARNHAGEN, Tomo I, p. 1, 1936).

Frente ao estabelecimento do decalque, acreditamos, que Varnhagen, apresentando-se como “*um historiador engajado e militante*”, segundo propõe José Carlos Reis (1999, p. 32), ou ainda, como um exemplo de “*culture savante*”, a qual tem por traços principais, segundo aponta Gerbod, o tradicionalismo contra revolucionário, a identificação com as minorias privilegiadas pelo nascimento ou pelo talento, o nacionalismo (contra o cosmopolitismo iluminista), o predomínio da literatura sobre a ciência (com o deslocamento do interesse pelas ciências sociais, sociais para o romance, a poesia, o panfleto político e reflexão filosófica), o individualismo e o desprezo pela cultura popular, exceto como recurso ao folclore

⁷⁶ Acerca do papel da história local, na constituição de protonacionalismos.

para valorização nacional, e que no Brasil se estenderia por mais tempo (WEHLING, 2000, p. 48).

Varnhagen apresenta-se neste rizoma onde se envolvem produção historiográfica e projeto político, como ponto de convergência e coerência de vários discursos que o circundam (FOUCAULT, op. cit.), internalizando os preceitos norteadores de uma memória em seu devir história. Era um representante da política imperial, e assim o sendo, comungava dos mesmos interesses que os dirigentes imperiais, o que faz com que o autor supere os procedimentos de separação e rejeição, os quais institucionalmente, aquilatham o discurso que deveria ou não ser disseminado nas práticas escolares com vistas à civilização do Império Brasileiro e sua constituição como nação.

Um livro suporte de um discurso “polinizado”, grávido de opções e valores eleitos pelos dirigentes imperiais a ser disseminado através de uma ação de cunho iluminista, onde os elementos “mais esclarecidos da sociedade”, devem levar luzes e valores eleitos, a todo o império no intuito de instituir um sentimento: o de pertença à comunidade nacional. Era a este agenciamento maquínico de estratos do passado ao qual apresentava-se aberto o *establishment*.

Livro rizomórfico, veículo de instituição e disseminação de uma memória em seu devir história, uma máquina de amor e de guerra. Amor à pátria sobre o qual deve fundar-se o nacionalismo; máquina de guerra, aos movimentos e idéias dissonantes aos imperiais interesses, ao outro, ao bárbaro, ao republicano.

Mas, voltamos a indagar: até então, não existiam narrativas, memórias em devir história referentes ao pretérito do jovem império? Certamente.

A produção do conhecimento histórico, quer seja na América-portuguesa, ou no “jovem Império Tropical”, apresentava-se como prática que se disseminava desde o setecentos, segundo propõe Kantor (2004); no entanto, como já nos referimos e voltamos a enfatizar, havia uma lacuna no projeto civilizacional delineado pelos dirigentes imperiais; conforme constatamos no discurso proferido na sessão aniversária do “quarto anno social” do Instituto:

Muitas pennas, aliás illustres, tem escripto memórias, annais e relatórios das cousas do Brasil; mas podemos dizer, senhores que ainda nos falta uma História bem organizada, que apresente ao conhecimento dos nossos e dos estranhos um quadro fiel de pouco mais de três séculos, em que se veja a marcha dos nossos sucessos relacionados entre si desde as

descoberta d'esta parte do mundo. (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRAZILEIRO, Tomo IV, p. 6, 1842).

Nenhuma das histórias até então materializadas por “illustres” homens dos mais diversos misteres, satisfaziam aos anseios da comunidade de imaginação ou ainda aos procedimentos de exclusão fabricados pelo Instituto ao longo da elaboração de um decalque do que deveria ser esta memória em devir história, o que acreditamos que se torne evidente no “balanço bibliográfico”, apresentado pelo Primeiro Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manoel de Araújo Porto Alegre, como parte do relatório referente às atividades sociais do Instituto no ano de 1854, em virtude da sessão aniversária da instituição, pelo I secretario Manoel de Araújo Porto Alegre:

Quase todos os antigos escriptores não são mais do que auxiliares da história geral. Os jesuítas viram as coisas pelo prisma da companhia; Gâdavo, o nosso pequeno Heródoto, concentrou-se n'um quadro limitado pelas reminiscências do vira e ouvira; Gabriel Soares fez uma miscelânea histórico corográfica; Berredo localizou os factos; Frei Raphael de Jesus abrangeu um ciclo e o localizou igualmente, como outros contemporâneos. Southey agglomerou uma síntese de memórias históricas e documentos e ligou tudo isto como um critico que desconhece o pais, o espírito do povo que descreve e suas tradições locais, algumas vezes peca como Goldsmith na sua história romana, mas apesar disto, seja-nos sempre gratas a sua memória Beauchamp copiou-o e abreviou-o perfunctoriamente: o visconde de S. Leopoldo cinge-se mais á província S. Pedro, como Frei Gaspar aos annaes da sua pátria; o primeiro chronista do Império, o visconde de Cayru, compendiou os factos pelos documentos officiaes; Harmitage resente-se da influencia de um chefe de partido, do espírito de Evaristo Ferreira da Veiga; Constancio, inimigo dos brasileiros escreveu a raso e com fim de falar de si e de tesnar de alguns dos mais nobres caracteres da independência; Warden é mais uma longa memória histórica documentada do que uma história do Brasil; o Sr. General Abreu Lima no seu índice chronológico fez a enunciação dos factos e na sua historia geral seguiu algumas vezes Beauchamp; porem honra lhe seja feita na parte moderna, e em que foi escriptor, porque ahi abdicou muitas vezes mais princípios e vistas políticas para fazer justiça a seus contrários. (idem, Tomo VI, p. 257, 1846).

Desenvolvendo então nossa reflexão, referenciados nas linhas supracitadas, proferidas por Porto Alegre, criticando sob as mais variadas perspectivas a produção do conhecimento histórico até então materializado, os “historiadores” anteriores à produção que se estabilizava com a fabricação do IHGB, apresentavam-se como “auxiliares da (ou de uma) história geral”, não sendo capazes de cumprir a função que estava reservada a um compêndio versando sobre as letras históricas dentro do projeto civilizacional delineado pelos dirigentes imperiais.

Não se apresentavam, portanto, na “ordem do discurso”. Estavam, segundo propõe Foucault, “fora da verdade”, segundo os parâmetros estabelecidos em decalque materializado pelos trabalhos do *establishment* e por von Martius; quer seja pela nômada pela qual haviam sido produzidas, sobre o que se apoiavam seus autores para as materializá-las, a simples delimitação, sem a interconexão dos “factos”, pelo localismo, pela verve crítica sintetizada na materialização das obras; ou ainda à manipulação da produção historiográfica em proveito próprio; não atendendo desta maneira, aos anseios da comunidade de imaginação congregada no *establishment*, e ainda, aos procedimentos de exclusão postos pelo Instituto, o qual apresentava-se atualizado no que diz respeito aos rituais de validação da produção historiográfica do oitocentos, ou seja, um conhecimento metodicamente sintetizado. Características estas que se por um lado, apresentava-se como um antitemodelo de uma história nacional, por outro, apresentava-se como um fluxo discursivo orientador da elaboração de História Geral do Brasil.

Somos desta forma, levados a acreditar, que tal “inadequação” das obras até então sintetizadas, não se circunscrevesse ao *lôcus* do qual eram proferidas, ou ainda aos seus procedimentos metodológicos, mas também ao que falavam tais narrativas, apresentando-se como caso notório para referenciar esta recusa do discurso pelo conteúdo do que fala, a História do Brasil de Robert Southey, a qual apesar de atender aos procedimentos de fabricação histórica sincrônicos ao oitocentos, pois embasada em documentação oficial, e considerada segundo as palavras do próprio Varnhagen, preciosíssima, não se apresentava como sendo digna de desenvolver a função que estava reservada para um compêndio de história pátria: “[...] devemos nos lastimar que se mostre tão intolerante com os brasileiros nos assumptos religiosos, motivo porque o original da sua obra nunca se fez popular no Brasil” (VARNHAGEN, Tomo V, p. 262, 1936), posicionamentos estes que inviabilizavam a colocação da obra do inglês em órbita. Mas consideramos que exista outro quesito a ser atendido para que uma memória em devir história chegue entre.

Consideramos como fundamental para a compreensão do que faz de História Geral do Brasil; a forma, o agenciamento das memórias na sinterização de uma memória em seu devir história nacional, como era encadeadas e apresentadas ao grande público em seu ato de consumo:

O Brasil abunda de modelos de virtudes de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só faltava quem os apresentasse em bem ordenada galeria, collocando-os segundo os tempos e os logares para que fossem melhor percebidos pelos que anelão seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional. (Idem, Tomo XIX, p. 476, 1857).

Tal compêndio de história pátria; deveria estar para além de simplesmente salvar da voragem dos tempos os feitos dos homens nesta parte do mundo, deveria salvar da referida voragem, determinados eventos, atribuir sentido à determinadas vidas; memorializar eventos dignos de instruírem os vindouros. Seu uso como subversão de sua função. Estabelecem-se rizomas entre História, Memória e Retórica.

Em se tratando então dos usos e abusos da produção historiográfica; somos inevitavelmente remetidos à uma problemática de cunho teórico que tem fecundado as discussões referentes ao *status* epistemológico dos procedimentos sintéticos da produção historiográfica, que são as críticas movidas contra a produção historiográfica; problemática esta que tem se desenvolvido notadamente sob as rubricas de Roland Barthes e Hayden White ao pretenderem reduzir a produção historiográfica, à uma dimensão eminentemente retórico-narrativa.

Acreditamos, diversamente do que tem proposto as teses embasadas na *linguistic turn*, na possibilidade de utilização da produção historiográfica retoricamente e não na possibilidade de redução à uma dimensão retórica; constatação notadamente relacionada à produção do saber histórico oitocentista em suas contingências sincrônicas. Ou ainda, como propõe o próprio White, para o qual:

[...] as narrativas históricas seriam realmente ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas mais em comum com seus equivalentes na literatura do que seus correspondentes nas ciências, não estando portanto, sujeito a controles experimentais ou observacionais. (WHITE, 2001, p. 98).

Consideramos que a base a partir da qual Hayden White desenvolve suas críticas e pretende e à qual pretende reduzir a historiografia, seja aquela retórica praticada pelos sofistas e à Platão, mas rechaçada por Aristóteles, pois tem por finalidade única esta retórica desprezada por Aristóteles, a conquista do consenso através da sedução por belas palavras, com o intuito de “enganar”; um discurso fabricado se a preocupação com referências no real, em práticas, costumes e tradições sincrônica e localmente estabelecidas. Seria assim com a história? Não

teria a produção do conhecimento histórico por fundamento de sua fabricação um lastro no real?

História Geral do Brasil, segundo constatamos, apresenta-se como caso emblemático para referenciar a reflexão referente às imbricações entre História, Memória e Retórica, assim como o uso retórico da produção historiográfica no intuito da mobilização, da conquista de um consenso que viabilizasse a amalgamação do Estado outorgado aos povos do Reino Unido a Portugal e Algarves no ano de 1822, o qual apresenta-se ao longo de sua diacronia, notadamente, a contar do 1808 – ainda que levemos em conta as teses referentes à “Geração de 1790”, já apontada em meados do século XIX pelo próprio Varnhagen (VARNHAGEN, op. cit., Tomo V), e a defesa da constituição, de um Império Luso-brasileiro-, como uma “singularidade continental” (SODRÉ, 2002, p. 278). Devendo então, apresentar-se este intercessor livro em âmbito interno e externo, instituindo o sentimento de pertença à comunidade nação brasileira, pela instituição de um singular coletivo capaz de integrar e amalgamar as províncias, superando desta forma os localismos constituídos ao longo do fazer-se do Império brasileiro, assim como estabelecer uma imagem, um intercessor do Império frente aos demais Estados e nações, respectivamente.

Certamente, não era uma singularidade que o Brasil aspirava ser, nem para si, nem aos olhares estrangeiros; quer sejam Estados, nações, ou indivíduos. O Império Tropical, assim como seus dirigentes; pretendiam ser percebidos como nação.

Segundo propõe Arno Wehling, as “opções historiográficas” do oitocentos, se apresentam divididas em cinco categorias, sendo: A- a história ficção, tendo em Walter Scott seu principal representante, gênero este que desde os dias do setecentos, era rotulado como gênero literário – e acreditamos não ser possível obliterar ser a história no âmbito do IHGB, muitas vezes, como podemos constatar diversas vezes nos “extractos” das atas de reuniões, e ainda nos discursos proferidos em virtude das “sessões aniverssárias” do *establishment*, que a história se confundia com a “litteratura”-; B- a crônica histórica, tanto ao modelo medieval, com suas preocupações notadas tanto no que diz respeito ao seu valor narrativo e estético, falta de pretensões, subjetivista e impressionista; C- a crônica erudita, de tradição maurina – marcada pelo rigor metodológico em seus procedimentos sintéticos de fabricação; D- a retórica histórica ou o uso retórico da história de tradição ciceroniana marcada pela falta de compromisso com a verdade, com evidencia documentais, a quinta, sendo constituída Filosofia da História, buscando o

estabelecimento de leis e regularidades para o mundo social; tarefa esta pautada pelo paradigma newtoniano (WEHLING, op. cit., p. 26-7).

Consideramos tal categorização como sendo demasiadamente compartimentadora da produção historiográfica do oitocentos, portanto, restritiva para refletirmos acerca de História Geral do Brasil, pois acreditamos que a crônica, a retórica e a filosofia da história, hora mais, hora menos explicitamente, sejam categorias que estejam entrelaçadas na sinterização da “nova história”, como se refere Varnhagen à sua obra e anota Reis (op. cit., p. 29) de um dos elos da cadeia de intercessores imperiais. Acreditamos então, numa relação, num rizoma envolvendo as 3 referidas categorias discursivas.

Neste processo de “domesticação institucional do passado”, as possibilidades de fabricação historiográfica, em se tratando de seus conteúdos (o que é dito), assim como suas estruturas narrativas (o como é dito), apresentam-se em nosso entender, como sendo mais limitadas, não se apresentando portanto, como livre a atividade do historiador em seus procedimentos sintéticos de fabricação historiográfica. Desta maneira, em contraposição à constituição do mapa, a fabricação do conhecimento histórico submetida e relacionada à preceitos institucionais, deve submeter-se ao decalque estabelecido, sobre o qual a memória em seu devir história deveria inserir-se, chegar entre, com seus preceitos, personagens e eventos dignos de apresentarem-se como protagonistas de uma pomposa memória em seu devir história.

Deleuze não define claramente, o que vem a ser o decalque, mas nos dá pistas do que vem a sê-lo, quando opõe binariamente, o decalque ao mapa. Segundo pondera o filósofo, o decalque, “é antes de tudo, como uma foto, um rádio, que começaria por eleger ou isolar o que ele tem a intenção de reproduzir, com a ajuda de meios artificiais, com a ajuda de colorantes ou outros procedimentos de coação” (DELEUZE; GUATTARI, op.cit., p. 23); e o que é a memória em seu devir história, senão uma forma artificial de separar e selecionar o feito dos mortais a ser imortalizado, e ainda, superar os tabus do objeto?

Caberia então dentro desta realidade sincrônica, a de fabricação de uma narrativa de cunho fundacionista com intencionalidades retóricas e com vistas ao fomento de instituição de um sentimento nacionalista, onde o campo de produção historiográfica apresenta-se como campo de competição aberto ao trabalho de um historiador que deveria fabular sobre o que deveria ser a nação brasileira, captar

este código que o era o decalque constituído e eleito pelos representantes da política saquarema, como um modelo a ser seguido. Segundo propõe Deleuze, “O que o decalque reproduz do mapa ou do rizoma, são somente os impasses, os bloqueios, os germes de pivô ou os pontos de estruturação” (idem); o que deveria ser dentro de um procedimento social de manipulação do passado, lembrado enfatizado, o que deveria ser capaz de abrilhantar e iluminar a prática cotidiana dos futuros cidadãos brasileiros.

Usos e abusos da produção historiográfica. A memória confundida com a própria história; a memória em seu devir história, prestando-se a uma função retórica, tendo por finalidade esta memória em seu devir história, o consenso, a sedução por “belas palavras”, associada, para sua maior eficácia, a um belo e pragmático agenciamento de estratos de passado, com vistas à possibilidade de empolgar e comover o consumidor da produção historiográfica, quer seja em seu ato leitura ou de escuta da mesma. Deveria apresentar-se então, de forma polinizada, portadora dos preceitos morais e civilizacionais eleitos pelos dirigentes imperiais e pelo Instituto, narrativa capaz de balizar com tintas invisíveis, a prática cotidiana de cada indivíduo integrante daquilo que deveria ser constituído como realidade, a nação brasileira; empolgando-o e instruindo-o para práticas edificantes à grandeza imperial.

Deve estar o leitor a indagar-se quem tem “sua história” posta em órbita? O que faz com que História Geral do Brasil, chegue e se mantenha entre, seja posta em órbita? À que ela se propõe? O que faz com que ela chegue entre e ocupe a lugar reservado à mesma? Onde estão os rizomas entre História, Memória e Retórica? Começamos pelo intercessor que inserido numa relação de poder e institucionalização da produção historiográfica, capta os códigos que compunham o decalque norteador de uma memória em seu devir história.

4.2 A Vespa

Nascido em 17 de fevereiro de 1816, no interior paulista, na vila de São João de Ipanema, nas proximidades de Sorocaba, Francisco Adolfo de Varnhagen, era o sétimo filho do engenheiro oficial militar e metalúrgico bávaro Friedrich Ludwig

Wilhelm de Varnhagen e da portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães (CEZAR, 2002, p. 389), os quais haviam vindo ao Reino Unido a Portugal e Algarves no ano de 1815 em virtude do convite feito por D. João VI, com vistas à restauração e ampliação da fundição de ferro Ipanema, localizada na cidade de Sorocaba, ali nascendo e vivendo Francisco Adolfo de Varnhagen os primeiros sete anos de sua vida, sendo que destes, seis no Reino Unido e apenas um no recém fabricado Brasil.

Decorrido tal período Francisco Adolfo de Varnhagen embarca junto à dona Maria de Sá rumo à Portugal em 1823, ao encontro de Varnhagen pai, que havia regressado para a “antiga” metrópole ainda no ano em que o então Reino Unido a Portugal e Algarves se constitui como Estado, em virtude de motivos pessoais segundo aponta Temístocles Cezar:

Depuis 1818, Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen commence à demander au gouvernement son transfert, lequel ne lui est accordé que le 2 juin 1821. L'année suivante, raconte Varnhagen, son père part, avec une «licence illimitée», pour «l'Europe, appelé par d'autres intérêts, et par le juste désir de voir ses parents, qu'il n'a pas vus depuis vingt ans, laissant sa famille au Brésil. (CEZAR, 2002, p. 390-1).

Na antiga metrópole, Francisco Adolfo de Varnhagen é matriculado no ano de 1825, no Real Colégio Militar de Lisboa, onde estuda até o ano de 1832, seguindo posteriormente, no intuito de dar prosseguimento à sua formação, para a Academia de Fortificações e Marinha, onde é graduado aos 23 anos em engenharia militar; subseqüentemente, ingressando na Academia de Ciências de Lisboa; instituição onde tem formação voltada notadamente para aquelas disciplinas que serviam de base para a fabricação de uma metodologia que aproximasse a produção do conhecimento histórico ao *status* de conhecimento verdadeiro e cientificamente sintetizado. Processo de assimilação metodológico que objetivava equiparar a História aos conhecimentos seguros e científicos, segundo entendiam os coevos, conhecimentos como a física, a matemática, a química, a biologia, a botânica, a zoologia, a mineralogia, ciências constituídas e com capital simbólico de conhecimentos irrefutáveis, pois metodicamente constituídos.

Ao longo de seus anos formativos, Francisco Adolfo de Varnhagen estabelece contato ainda, com a paleografia, como a diplomática e a economia política; conhecimentos estes, que acreditamos terem sido em parte responsáveis para o despertar de Varnhagen para o ofício que o tornaria mais notável, o de historiador;

pendor este palmilhado segundo suas próprias palavras, desde a sua infância na antiga metrópole, como ele mesmo ressalta em missiva ao imperador Pedro II:

[...] quando me lembro do trabalho que tenho todo em juntar documentos quase desde a minha infância e dos estudos históricos a que me tenho dedicado, sinto a convicção de que os meus trabalhos se perdessem, ficaria a nossa história ainda por depurar de muitos erros – quem sabe por quanto tempo. (IGLESIAS, op. cit., p. 81).

Francisco Adolfo de Varnhagen retorna ao Brasil no ano de 1840 (CEZAR, op.cit., p. 393)⁷⁷, oportunidade em que ingressa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; instituição onde era tido, desde os primeiros trabalhos sociais realizados pelo *establishment*, como grande pesquisador, e ainda, como autêntico “brasileiro”, o que é evidenciado no “Extracto da 30ª sessão”, realizada à 11 de janeiro de 1840 onde atestava-se que “O Sr. Varnhagen occupa-se ainda em procurar outros documentos da mesma natureza, e igualmente interessantes á nossa História [...] O lugar do nascimento cria inclinações profundas no coração do homem” (Idem, Tomo

⁷⁷ Quando desta sua primeira estada em território brasileiro, Varnhagen aproveita a oportunidade para conhecer empiricamente o território pátrio, segundo aponta Temistocles Cezar: *“C’est au nom de ses sentiments envers le Brésil que Varnhagen s’y rend au début de 1840, car il a appris que le pouvoir législatif était en train de discuter de la loi qui permettrait de rapatrier les Brésiliens qui vivaient hors des frontières brésiliennes. Au Brésil, en attendant le vote de la loi, il profite «du temps dont il dispose pour voyager à l’intérieur de l’empire, ce qui non seulement m’a apporté plusieurs connaissances naturelles, mais a enraciné encore en moi des sentiments de patriotisme à la vue de mon foyer et de mes amis d’enfance», Ce voyage, en fait, fournira plusieurs ressources à son Histoire générale, surtout au niveau de l’autopsie, une des méthodes de Varnhagen”*.393. Temístocles Cezar, nos oferece ainda, um itinerário da rota percorrida por Varnhagen nesta sua incurssão pelo território do Império: *«À Rio de Janeiro, il revisite la région où il est né. Puis, il s’achemine vers la région centrale du Brésil, Goiás. «Nous nous engageons, dit-il, avec quelques sacrifices (emmenant avec nous les instruments nécessaires, y compris trois baromètres), dans un voyage pénible à cheval, par nos routes primitives, pour de visu et en tant qu’ancien ingénieur, reconnaître ce notable paysage que la contemplation et l’étude des meilleures cartes nous avaient dévoilé ».*Les descriptions de Varnhagen montrent que la situation du Brésil profond, n’a pas changé depuis les voyages de John Mawe, de Spix et de Martius, de Neuwied ou de Saint-Hilaire, entre autres, pendant les années 1810-1820. En dépit des difficultés du voyage, Varnhagen considère ses résultats comme une grande réussite. Non seulement il a confirmé que le lieu propice à l’installation de la capitale, sur lequel il avait un *«pressentiment, appuyé sur des données géographiques»*, existait, et était au-delà de ses attentes. De plus, il a découvert aussi, pendant son parcours, des endroits propices à la colonisation européenne, dont Varnhagen était un infatigable avocat. Puis, il passe par São Paulo, et arrive à Bahia. Il voudrait faire connaissance de Porto Seguro et de Ilhéus. Dans ces deux villes, il réalise des recherches, essayant de trouver des documents sur leurs fondations respectives. En fait, il en trouve quelques-uns, mais qui ne sont pas en bon état de conservation. En tout cas, pour lui, le voyage dans ces deux villes a été très important, car il pourra, dans l’avenir, mieux les décrire.»

II, p.139, 1840), ou ainda como podemos constatar nas palavras proferidas em discurso solene “Excelentíssimo Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o senhor Candido José de Araújo Vianna:

Não perderei este ensejo de lembrar-vos que o Sr. Varnhagen é um dos membros d’esta Associação que mais tem cooperado para seu aumento, e a quem muito devem as letras brasileiras pelos importantes escriptos que tem dado á luz sobre a história pátria, do qual haja conseguido aclarar alguns pontos obscuros, empreedendo em tempo que lhe sobra de suas ocupações, em pesquisas de documentos desconhecidos dos quaes não poucos há desenterrado do pó em que jazem sepultados e na decifração paleográfica de antigos códices, communicando-nos sempre o resultado de suas averiguações com a apurada critica de seu atilado discernimento. (Idem, Tomo XIX, p. 526, 1857).

Associação esta que acaba por propiciar a Varnhagen, o contato direto de D. Pedro II, aproximação que segundo José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1970, p. 127)⁷⁸, era uma obsessão para Varnhagen, e que no entender de Temístocles Cezar, apresenta-se como estratégia objetivando o auxilio financeiro do imperador para suas atividades no mundo civilizado e oneroso (CEZAR, 2002, p. 423-24)⁷⁹.

Ainda em 1840, Francisco Adolfo de Varnhagen reivindica a cidadania brasileira; pois com o advento da Independência, D. Pedro I, estabeleceu prazo para a regularização da nacionalidade daqueles “brasileiros” que hora residissem para além das fronteiras do império; aspirado este prazo não mais poderiam reivindicá-la e gozar dos direitos de cidadão brasileiro; e a situação de Varnhagen como

⁷⁸ Segundo propõe, José Honório Rodrigues “O Imperador era seu alvo. Não perdia vaza de se pôr em evidência com jeito e manha. Dois fatos o tipificam. Num baile que houve no Paço, Varnhagen não fazia que passear com uma certa Dama por lugares que o Imperador o visse e o invejasse. Uma tarde estando eu e ele no salão arquivo do Instituto Histórico, ouviu-se o rolar das carruagens do Imperador, e ele cerrou as janelas artisticamente dizendo-me: eu quero que ele me veja aqui, mas não me quero mostrar. E assim aconteceu. No dia que Varnhagen embarcou para a Europa, despachado encarregado de Negócios, mostrou ele uma fotografia do Imperador que na véspera ele lhe havia dado com a assinatura Imperial nas costas, dizendo-me – é o meu homem.”

⁷⁹ Conforme entende então Temístocles Cezar, “*Sa proximité avec l’empereur aurait été une sorte de stratégie adoptée par Varnhagen pour surmonter les oppositions et les obstacles qu’il rencontrait. Les avis et le soutien de l’empereur fonctionnaient comme des ressources pratiques (surtout financièrement, car Varnhagen n’était qu’un salarié de l’État et il se plaint souvent de sa rémunération insuffisante), et comme une façon symbolique de se faire accepter socialement et culturellement. Varnhagen était le meilleur historien du Brésil, tant qu’il était brésilien. La nation, dans son plus haut niveau, lui était reconnaissante.*” 420. Segundo propõe ainda o autor, a vida no mundo europeu, era onerosa, segundo atesta o autor ao analisar missiva do proprio Varnhagen: *Il faut ajouter aux inhibitions sociales et aux illusions linguistiques de Varnhagen, le problème économique. Vienne était une ville chère. Bref, la situation est devenue tellement dramatique que Varnhagen a décidé: «[...] d’adopter l’unique système possible, pour moins subir les humiliations officielles, [...] j’ai cherché à représenter moins, et à me tenir dans la plus grande modestie possible». De plus, sa production historiographique ne peut pas avancer, puisqu’il est seul pour tout faire.*

pleiteante da referida nacionalidade, apresentava-se difícil, haja vista, “Achando-me assim, quasi sem o pensar, engajado no serviço de un reino estranho, sem me haver lembrado de munir-me para isso da necessária licença do nosso Governo, como manda a lei” (VARNHAGEN; LESSA, 1961, p. 99), *o que segundo aponta Temístocles Cezar, era “circonstance a été la clause la plus difficile à surmonter dans son procès en reconnaissance de sa nationalité brésilienne. Quoi qu’il en soit, il avait servi l’armée d’un autre pays...”* (CEZAR, 2002, p. 392).

No intuito de aumentar sua chance de êxito no que diz respeito à concessão da nacionalidade, Francisco Adolfo de Varnhagen alega em seu requerimento, que seus pais, por serem estrangeiros, pai bávaro e mãe portuguesa, não tinham interesse pela naturalização do filho como brasileiro, daí sua situação ser aquela apresentada; vindo tal situação a ser resolvida, com a concessão da cidadania brasileira a Varnhagen em 24/10/1841 (ODALIA, 1979, p. 7), quando o Imperador Pedro II concede-lhe a cidadania por decreto (IGLESIAS, op. cit. p. 79). Opção esta que no entender de Odália, não pode ser tomada como manifestação de sentimento patriótico ou “brasileirismo”; pois segundo ressalta o autor ao referir-se à vida familiar de Varnhagen: “vivendo num lar cuja atmosfera familiar não deveria estar saturada de sentimentos de brasilidade por falta de raízes naturais” (ODALIA, op. cit., p. 8-9).

Antes mesmo da outorga de sua requerida nacionalidade, Varnhagen havia voltado para Portugal, e é lá, que o “desterrado” recebe a notícia que fora “tornado brasileiro”. Já, no ano seguinte, por decreto imperial, tendo Pedro II ciência da vastidão do conhecimento possuído por Varnhagen, indica-o para o ingresso no serviço diplomático imperial, e ainda, encarregado de pesquisas históricas referentes ao Brasil por real decreto, segundo aponta Cézar:

Citoyen par décret, Varnhagen devient aussi, d’une certaine manière, historien par un acte officiel. Le 19 mai 1842, il est nommé attaché à l’ambassade brésilienne à Lisbonne, avec pour tâche principale la recherche de documents ayant trait à l’histoire et à la législation du Brésil. (CEZAR, 2002, p. 395).

Ainda neste mesmo ano, é incumbido de sua primeira missão diplomática, a de representar o império brasileiro em Lisboa, o que lhe acaba por propiciar, frente à calma dos negócios diplomáticos, a oportunidade de frequentar assiduamente os arquivos de Coimbra e Évora, sendo encarregado no em 1846, de

recolher documentos em Simancas, Madrid e Sevilha, tendo tais atividades de pesquisa, por objetivo, o esclarecimento de fronteiras e limites do Brasil (idem, p. 397).

Reside em Lisboa, até 1847, quando é promovido a primeiro secretário da Legação brasileira, sendo transferido para Madrid para sua primeira missão; onde estabelece residência por quatro anos; onde a situação diplomática do império, mais uma vez acaba por favorecer Varnhagen em suas atividades de pesquisa em diversos países da Europa:

Toujours en 1847, on le retrouve dans une mission d'étude à Paris. Il voulait analyser l'exemplaire de l'œuvre de Gabriel Soares de Sousa, dont s'était servi Ferdinand Denis. Au cours de cette même année, Varnhagen visite d'autres pays d'Europe. Il va à Londres, aussi pour essayer de trouver le manuscrit du récit de Gabriel Soares de Sousa dont Southey aurait fait usage, en Belgique, plus précisément à Liège, Louvain, Bruxelles, Gand, Bruges et Ostende, en Allemagne, où il passe par Cologne, Bonn, Coblenz, Neuwied (où il déjeune avec le vieux prince qui a visité le Brésil et a écrit un important récit de voyage), Ehrenbreitstein, Mayence, Wiesbaden, Francfort, Heidelberg, Carlsruhe, Baden-Baden, Strasbourg, etc. Avant de rentrer à Madrid, il visite encore Cadix, Séville, Cordoue, Grenade, Gibraltar, Malaga, Castela et une partie de la Galicie. Il demeure un peu plus longtemps à Toledo, Avila, Valladolid, Valence, Burgos, Leon, Astorga, Toro, Tordesilhas et Salamanque. Il ne s'arrête vraiment jamais. Pour achever cette année très agitée, il faut signaler que l'IHGB lui a décerné la médaille d'or pour son travail sur le Caramuru. (idem, p. 398).

Retorna esporadicamente ao império entre uma viagem e outra, oportunidades em que participava ativamente das atividades realizadas pelo IHGB, o que pudemos constatar ao longo de nossa extensa pesquisa nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o seu nome é citado dezenas vezes quer seja noticiando através de missivas suas “descobertas” em empoeirados arquivos estrangeiros, seus achados arqueológicos, elogios aos trabalhos do *establishment*, sugestões para estudos e debates, notadamente no que diz respeito aos estudos pertinentes aos nativos, seus costumes, línguas e origens, ou ainda o próprio Instituto agradecendo nas sessões realizadas pelo *establishment* à Varnhagen o envio de exemplares de obras que contribuam para o enriquecimento da biblioteca do IHGB.

Participação ativa que acaba por lhe propiciar quando de seu regresso ao Brasil, em 23 de maio de 1851, em virtude da convocação do ministro Paulino José Soares de Sousa, sua nomeação como 1º secretário do Instituto; e é sob sua

direção, que se reorganiza a biblioteca do Instituto, seus arquivos e o museu, é elaborado nesta mesma época, o primeiro catálogo, por ordem alfabética, das Revista do IHGB, até ao volume XIV, consagrado ao ano 1851; e ainda, são reformulados e afinados os critérios para a admissão no establishment (idem, p. 399).

Retorna ainda no ano de 1851 para o Velho Continente; voltando para a América apenas em 1858 quando vai exercer atividades diplomáticas no Paraguai, país onde tem breve estadia devido ao diplomata considerar o regime político paraguaio, o republicano, como símbolo da barbárie:

Il arrive donc au Paraguay bien servi par ses titres diplomatiques et académiques. Pourtant, il ne tolère pas longtemps la république commandée par Carlos Antonio Lopez. Alléguant des problèmes de santé, Varnhagen part, sans même une autorisation officielle du gouvernement impérial, à la fin de 1860. (Idem, p. 400).

No ano de 1861, segue Varnhagen para a Venezuela, em 1862, representa o Império Nova Granada, em 1863 no Equador, e no Chile em 1864, onde contrai núpcias em 28 de abril do mesmo ano, com Carmem Ovalle lá Vicuña, filha de aristocrática família chilena, indo para Viena em 1871, como Ministro Plenipotenciário onde reside até sua morte em 29/06/1878 (FIGUEIREDO, 2004, p. 61). Acabando desta forma, o jovem Varnhagen, como salienta Francisco Iglesias, ao longo de seus 62 anos, apenas nove anos e quatro meses no Brasil; contados os seus primeiros anos de vida, e suas vindas esporádicas ao Brasil (IGLESIAS, op. cit.).

Não nos foi possível, nem é(ra) um dos objetivos deste trabalho, a avaliação do desempenho e feitos de Francisco Adolfo de Varnhagen, enquanto representante político do império na qualidade de diplomata; mas segundo pudemos constatar ao logo de nossas pesquisas, Varnhagen chega a ser agraciado pelo Imperador Pedro II nos últimos anos de sua vida e conseqüentemente, como representante do Império, com títulos nobiliárquicos por serviços prestados (SHWARCZ, 1998, p. 395)⁸⁰ sendo o de Barão de Porto Seguro em 1872 e o de Visconde de Porto Seguro no ano de 1874; o que nos leva a crer que sua atuação no estrangeiro como

⁸⁰ Sobre a “Nobiliarquia Tropical.”

representante imperial não tenha passado despercebida ao olhos, quer seja do imperador ou da elite dirigente imperial.

Se por um lado, não nos foi possível maior demora na atuação de Varnhagen no que diz respeito a sua carreira diplomática; uma das atividades realizadas pelo diplomata, e que estava diretamente ligada a sua função, não pode ser obliterada; a de que soube capitalizar a posição ocupada para a realização de pesquisas em arquivos nos países por onde passou; conforme se refere o próprio Varnhagen nas primeiras páginas de sua História Geral do Brasil:

Convencidos iguallmente de que a verdade é a alma da historia, que só ella pode offerecer harmonia eterna entre os factos narrados, que o verdadeiro critério da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhuns esforços, afim de remontar ás fontes mais puras. Não antigos documentos nos archivos, não só do Brasil, como de Portugal, da Espanha, da Hollanda e da Itallia; percorremos pessoalmente todo o nosso litoral; visitamos os Estados Unidos, várias Antilhas e todas as republicas limitrophes; – tudo há mais de trinta annos, graças especialmente ás facilidade que nos foram proporcionadas pelo próprio governo imperial, em serviço do estado; e antes por accidentes, nem que providenciaes, da nossa vida, que nos haviam conduzido a cursar os estudos em Portugal, e a familiarizarmos ahi com a sua paleographia e os seus archivos e depósitos de documentos manuscriptos, que continham a maior parte dos elementos que deveriam servir para reconstruir a historia pátria. (VARNHAGEN, op.cit., Tomo I, p. 11).

Consideramos as palavras supracitadas, como emblemáticas procedimentos sintéticos de fabricação historiográfica em Francisco Adolfo de Varnhagen.

Frente à profissionalização e disciplinarização da produção historiográfica, que consideramos como sendo uma das marcas indelévels do século XIX, Varnhagen estava concomitantemente dentro e fora da verdade, pois ainda que houvesse ao longo de seus anos formativos, tido contato com documentação primária, e ainda com ciências auxiliares da História, as quais acreditamos que tenham lhe servido de base para a elaboração de sua vasta obra, subdividida por Nilo Odália, em sua “Bibliografia parcial de Varnhagen” em 6 categorias⁸¹, em se tratando

⁸¹ A- Obras históricas: 1- Reflexões Críticas sobre o Escrito do Século XVI Impresso com o Título de “Notícia do Brasil”. No tomo 3º da Not. Ultr. Acompanhadas de interessantes notícias bibliográficas e importantes investigações históricas. Lisboa, Tip. Da Academia de Ciências, 1839; 2-Diário de Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa. Publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa, Tipográfica da Sociedade propagadora de Conhecimentos Úteis, 1839; 3-Tratado descritivo do Brasil em 1587, obra de Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho Bahia, nela residente dezessete anos, seu vereador da câmara ,etc.Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, acrescentada de alguns

comentários à obra por Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1851; 4- História Geral do Brasil, isto é, do Descobrimento deste Estado, hoje Império Independente, escrita em presença de muitos Documentos Autênticos recolhidos nos Arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa de V. Dominguez, 1854. V.1; Imprensa de J. Del Rio, 1857. v. 2; 5- História das lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. Pelo autor da história Geral do Brasil. Viena, Imp. De Carlos Finsterbeck, 1871; 6- História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. Pelo autor da História Geral do Brasil, Barão de Porto Seguro. Nova edição melhorada e acrescentada. Lisboa, tipografia de Castro Irmão, 1873; 7- História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1675. São Paulo, Edição cultura, 1943 (série Brasília, 3); 8- História das lutas com os Holandeses no Brasil antes da Separação e Independência de Portugal. Pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. 2. ed. Muito aumentada e melhorada pelo autor. Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1877; 9- "Carta de Ameigo Vespucci na parte que respeita às três Viagens ao Brasil." Traduzidas e anotadas criticamente pelo Visconde de Porto Seguro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1º trimestre de 1878. t. XLI; 10- "Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 21 de abril de 1792." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2º trimestre de 1881. t. LXXIX; 11- História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela Antiga Metrópole, compreendendo separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas Províncias até essa data. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1938. v. 175; 12- História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela Antiga Metrópole, compreendendo separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas Províncias até essa data. 6º ed. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1972. B- Biografias: 1- "D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho". (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1840. t. II, nº7; 2- "Salvador Correa de Sá e Benevides." (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1843. t. V, nº18; 3- "João Fernandes Vieira" (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1843. t. V, nº17; 4- "Martim Afonso de Sousa". (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1843, t. V, nº18; 5- "Pero Lopes de Sousa". (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1843. t. V, nº19, 1844. t. VI, nº21; 6- "Eusébio de Matos." (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1846. t. VIII; 7- "Antonio Jose da Silva." (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1847. t. IX; 8- "Tomás Antonio Gonzaga." (Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1849. t. XII, nº13; 1850. t. XIII, nº19; 1867. t. XXX. C- Obras Literárias: crítica, teatro, história da literatura: 1- Épicos Brasileiros. Lisboa, Imprensa Nacional, 1845; 2- Trovas e Cantares de um códice do XIV século: ou antes, mui provavelmente, "O livro das cantigas" do Conde de Barcellos. Madrid, 1849; 3- Florilégio da Poesia Brasileira, ou Coleção das mais notáveis Composições dos Poetas Brasileiros Falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil. Lisboa, Imprensa Nacional, 1850. t. I-II; Madrid, Imprensa de V. de D. R. J. Dominguez, 1853. t. III; Viena, Tipografia do filho de Carlos Gerold, 1872 (Apêndice); 4- Sumé. Lenda mito-religiosa americana, recolhida em outras eras por um índio Morunduçara. Agora traduzida e dada à luz com algumas notas por uma paulista de Sorocaba. Madrid, Imprensa de V. de Dominguez, 1855; 5- Amador Bueno ou a Coroa do Brasil, em 1641. Drama épico-histórico americano. Pelo autor de Sumé e de outras composições Literárias. A ação se passa na outrora vila de São Paulo, no Brasil. Madrid, Imprensa Del Atlas, 1858; 6- Caramuru. Romance histórico brasileiro. Rio de Janeiro, Tip. De Pinto de Sousa, 1859; 7- Da Literatura dos Livros de Cavalaria. Estudo Breve e consciencioso: com algumas novidades acerca dos originais portugueses e de varias questões correlativas, tanto bibliográficas e lingüísticas quanto históricas e biográficas, em um fac-simile. Viena, Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1872; 8- "Juízo crítico sobre o livro do baiano Nuno Marques Pereira. Compêndio Narrativo do Peregrino da América." Diário Oficial do Império do Brasil, 5 de março de 1873. D- Obras sobre os indígenas: 1- "Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil; lida na sessão do 1º de Agosto de 1840." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1841. t. III, nº9; 2- Informação dos casamentos dos índios do Brasil, pelo padre José d'Anchieta. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1846. t. VIII; 3- "O Caramuru perante a história." Revista do

especificamente de sua produção historiográfica, ela é a de um autodidata. Pois ainda que tivesse domínio dos rituais de fabricação e validação do conhecimento histórico sincrônico ao oitocentos, notadamente, os pertinentes à historiografia alemã e a francesa, sua formação não era, como é o caso também dos integrantes do Instituto, a de um historiador.

José Carlos Reis supõe que a influência alemã sobre o seu pensamento, deve ter sido forte em virtude de sua origem paterna. Segundo pondera Reis, Varnhagen

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1848. t. X; 4- "Etnografia indígena. Línguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1849. t. XII, n° 14; 1858. t.XXI; 5-"Naturalidade de Dom Antonio Filipe Camarão." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2° trimestre de 1867. t.XXX; 2° artigo. 4° trimestre de 1867. t. XXX; 6- "L'origine touranienne des américains tupis-caribes et des anciens égyptiens indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration em Amérique, invasion du Brésil par les tupis, etc. Viena; Lib. I. e R. de Faesy & Frick, 1867; 7- História da Paixão de Cristo e Tábua dos Parentescos em Língua Tupi por Nicolas Yapuguay, com uma Resenha dos Impressos acerca da dita Língua. Viena; Imp. I. e R. do Estado, 1876 (A introdução é de Varnhagen).E- Obras diversas: 1-Parte I- (Que à consideração das assembléias geral e provinciais do Império do Brasil apresenta um brasileiro). S.L. [s.e.], 1849; 2- Parte II- Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil, acerca: 1°) Da abertura das estradas gerais; 2°) De uma nova circunscrição provincial; 3°) Deposição da capital; 4°) Dos escravos africanos; 5°) Da civilização européia por grupos, etc. Madrid, Viúva D. R. J. Dominguez, 1850; 3- "A Cultura do trigo no Brasil comparada com as da mandioca, milho e arroz." Revista Popular. 1860. t. V; 4- A Caça no Brasil ou Manual do Caçador em toda a América Tropical acompanhada de um glossário dos tempos usuais da Caça por um Brasileiro devoto de S. Humberto. Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1860; 5-"Cópia de um extrato sobre a preparação do anil". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1860. v. XXIII; 6-"Medidas adotadas pelo governo imperial para facilitar e comercio com a Venezuela". Nota da legação imperial ao governo da Venezuela. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros. Caracas, 1861. Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1862. Anexo n° 1, n° 39; 7- O Tabaco na Bahia. De que modo se há de melhorar assim o cultivo da Planta, como especialmente a cura da Folha para Charutos a fim de poderem estes rivalizar com os Havanos. Imprensa Eliodoro Lopez, 1863; 8- Carta ao Exmo. Ministro da Agricultura, a respeito principalmente de vários melhoramentos nos Engenhos de Açúcar das Antilhas, aplicáveis ao Brasil. 2° ed. Caracas. Imprensa de V. Espinal, 1863; 8- Áustria – Escolas Publicas Primarias e Ensino Elementar na Áustria. Viena, 1872. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1872; 9- Áustria – Ensino Secundário neste País. Viena, 1872. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1872; 10- Áustria - Estabelecimentos de Instrução superior neste País. Viena, 1872. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1872; 11- A Questão da Capital: marítima ou no interior? Viena, Imp. do Filho de Carlos Gerold, 1877; 12- "Quais são no Brasil os Distritos mais favoráveis para produzir bem a vinha?" O Novo Mundo, 1877. v. VII, n°73; 13- "A sementeira da erva-mate." O Novo Mundo. 1877. v. VII, n° 74; 14- "Planalto de Formosa e colonização." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1° e 2° trimestres de 1893. t. LVI.F- Debates e correspondência: 1- "Primeiro juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu aócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do Compendio da História do Brasil pelo Sr. José de Abreu e Lima." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1844. t. VI, n°21; 2- Réplica Apologética de um Escritor Caluniado e Juízo Final de um Plagiário Difamador que se intitula General. Madrid, Imp. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846; 3- "Carta escrita ao secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao juízo, sobre o Compêndio da História do Brasil, publicado no n° 21 da Revista (t. 6°, p.60)." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1850. t. XIII, n° 19; 4- Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3°. Pelo autor de História Geral do Brasil. Apostila e nota G aos n° 11 e 12 do Jornal de Timon; contendo 26 cartas inéditas do jornalista e um extrato do folheto Diatribe contra a Timonice, etc. Lima, Imprensa Liberal, 1867; 5- Correspondência Ativa. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro, INL/ Ministério da Educação e Cultura, 1961. VARNHAGEN. 24-30.

estava atualizado com o que era produzido na Europa, assim como sendo um dos pioneiros da pesquisa arquivística e o método crítico em suas operações sintéticas da fabricação do conhecimento histórico; apresentando-se desta forma, como historiador emblemático do oitocentos (REIS, op.cit., p. 25), tendo total domínio sobre o material sobre o qual deveria apoiar-se a prática do historiador; os documentos primários e oficiais.

No que diz respeito ao nível de conhecimento documental do qual Varnhagen era detentor, é unanimidade, quer seja dentro do IHGB como já nos referimos, quer seja entre os estudiosos de nosso fazer-se historiográfico, afirmar que Francisco Adolfo de Varnhagen possuía total domínio das fontes primárias, e neste aspecto, consideramos imprescindíveis, as palavras do historiador cearense João Capistrano de Abreu ao referir-se à Varnhagen em suas verdadeiras incursões pelos arquivos no estrangeiro, das fontes propriamente ditas, no intuito de lançar luzes sobre lacunas de nossa história:

O desconhecido atraia-o. Os problemas não solvidos o apaixonavam. Códices corroídos pelo tempo; livros que jaziam esquecidos ou extraviados; arquivos marcados com o selo da confusão, tudo viu, tudo examinou. Pelo terreno fugidio das dúvidas e das incertezas caminhava bravo e sereno, destemido bandeirante à busca de mina de ouro da verdade. (ABREU, 1975, p. 82-3).

Documentos estes, que Varnhagen conhecia, segundo propõe o mesmo Capistrano,

[...] Varnhagen tem um domínio sobre as fontes primárias até então desconhecido. Sabia do factual pela leitura de documentos e de quando se escrevia e se publicava nas crônicas. Delas muitas foram lidas em originais por suas pesquisas em arquivos e vieram ser apresentadas por ele. (IGLESIAS, op. cit., p. 76).

Para José Honório Rodrigues, Varnhagen apresenta-se como historiador incomparável do Brasil; tanto pela vastidão de suas pesquisas, pela publicação de inéditos, pela vastidão tanto de sua obra, como por fatos revelados, trilhando por caminhos nunca antes palmilhados, representado em sua época, “um novo avanço historiográfico e uma nova aquisição da consciência nacional” (RODRIGUES, op. cit. p.123); chegando ainda a considerá-lo, como sendo o “fundador da história do Brasil” (idem, p. 124).

Tais avaliações positivas referentes ao domínio da documentação primária por Varnhagen, apresentam-se então, como um consenso entre os estudiosos de nossa produção historiográfica; opinião não diverge o historiador, Arno Wehling para o qual, Varnhagen:

A identificação das fontes primárias era tarefa primordial do historiador. Pesquisando nos fundos arquivísticos e em outros locais – jornais, memórias, livros – deveria buscar as fontes mais próximas ao acontecimento e que com maior autoridade a ele se referiam. No caso da documentação impressa, deveriam ser cotejadas todas suas edições, se as houvesse, e os originais, em quantas versões existissem. No tocante a documentação manuscrita, predominante no caso das fontes primárias, a condição preliminar da própria crítica era definir o número de textos existentes, se constituíam versões sucessivas, se possuíam mais de um autor etc. (WEHLING, op. cit., p. 146).

José Carlos Reis, vai além das elogiosas palavras citadas por estudiosos de nosso fazer-se historiográfico, ao avaliar o conhecimento das fontes por Francisco Adolfo de Varnhagen. Para Reis, o autor de História Geral do Brasil, “*pode ser considerado de fato, o “Heródoto do Brasil”, pois foi iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros*” (REIS, op. cit., p. 24), e portanto, segundo ainda as palavras do mesmo autor, Varnhagen teria sido o “fundador de uma história do Brasil”; posição compartilhada por Nilo Odália” (ODALIA, op. cit., p. 7)⁸², e o já referido José Honório Rodrigues, além de Oliveira Lima, para o qual, ainda que Varnhagen não fosse o elaborador de sínteses iluminosas, nem tampouco, o erudito e o narrador, deve ser considerado “*incontestavelmente, o criador da história pátria*”; ainda que nas palavras do historiador pernambucano, Varnhagen não tivesse “as virtudes dos grandes historiadores: não era escritor de talento, não tinha sólida formação para arqueólogo ou etnólogo” (GOMES, 1996, p. 81).

Em consonância então, com o pensamento de José Carlos Reis, Francisco Adolfo de Varnhagen, se apresenta como o Heródoto brasileiro por ter pesquisado metodicamente em arquivos estrangeiros.

Perguntamos: para que exista a produção do conhecimento histórico, é necessário que se pesquise em arquivos estrangeiros? José Carlos Reis nos dá o entender que sim. Cardim, Gandavo, Antonil, Frei Vicente do Salvador, Armitage, não escreveram narrativas sobre o passado?

⁸² “Varnhagen apresenta-se como o verdadeiro fundador da História do Brasil.”

Acreditamos que estes referidos autores estiveram, assim como Varnhagen o estava, dentro da verdade em sua realidade coeva, produziram suas obras, segundo modelos sincrônicos; e em se tratando especificamente da produção historiográfica oitocentista, John Armitage e Robert Southey, haviam materializado suas histórias do Brasil embasados em documentos oficiais, e antes mesmo que Varnhagen o fizesse, também estavam sincronizados a produção do conhecimento histórico então materializada, portanto, dentro da verdade.

Apesar de não concordarmos com as palavras de José Carlos Reis ao propor que Varnhagen é o iniciador da produção historiográfica nacional, ou ainda com os referidos historiadores supracitados que pretendem atribuir a Francisco Adolfo de Varnhagen o papel de Heródoto brasileiro, ou fundador de uma historiografia brasileira, a gênese de uma historiografia nacional, como seminais para o desenvolvimento de nossa reflexão, e acreditamos caber aqui, mais uma indagação: teria sido realmente Francisco Adolfo de Varnhagen, primeiro historiador brasileiro? O Heródoto brasileiro? Ou ainda como se refere José Honório Rodrigues, O fundador de uma História do Brasil? Acreditamos que não.

Reis, propõe que foi com Varnhagen, que surgiu a narrativa do Brasil independente mais completa, confiável, documentada, onde era revelada preocupação com as fontes referentes ao passado “brasileiro”. De acordo ainda com Reis, a História Geral do Brasil, foi possível devido às condições históricas do Brasil, as quais apresentarem-se maduras nos anos 1850, quando ocorre uma “condição favorável” ao surgimento da obra de Varnhagen: a “criação” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e neste contexto, Varnhagen oferece um passado à nova nação (existiria uma?) a partir do qual se elaborará um futuro (REIS, op. cit., p. 23-4), e conclui, que Varnhagen tem as qualidades necessárias para a empreitada de materializar a “identidade” pátria.

A partir então das ponderações de José Carlos Reis, consideramos como sendo apropriado lançar a seguinte indagação ao leitor: quais são as condições para a produção de uma narrativa nacional? Existiria uma conjuntura que torna mais ou menos propicia a fabricação da memória em seu devir história?

É impossível obliterar os auxílios prestados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no que diz respeito ao suporte documental aqueles que se interessassem em escrever tal obra, mas daí a referirmo-nos à conjuntura imperial sincrônica como determinante para a fabricação de uma história nacional,

notadamente Varnhagen que escreveu sua História Geral do Brasil em território estrangeiro, acreditamos que nos deparamos com um impasse no que diz respeito à produção do conhecimento histórico; até mesmo porque, História Geral do Brasil, não trata do período ao qual Reis se refere como sendo propício para a elaboração de uma história nacional. E aqui, apresenta-se ainda, um problema epistemológico no que diz respeito à fabricação historiográfica.

Ainda que a História tenha por objeto de estudo o homem em sociedade, e desta maneira, um lastro numa experiência ancorada no real, sabemos que ela não nos é apresentada como uma imagem perfeita do passado – diversamente do suposto pelos praticantes da cultura historiográfica oitocentista-, como um daguerreótipo, pois até mesmo estes instantâneos do real, como se acreditava quando das primeiras imagens captadas pelas primitivas lentes destes símbolos de modernidade, são uma fabricação; haja vista nestes instantes de fabricação de uma representação, notadamente pessoal para a posteridade, apresentar-se como momento em que a pessoa pretende apresenta-se como gostaria de ser vista, produzida, em seu melhor aspecto domingueiro, e não como realmente ela é ou o mundo a representa. Uma memória em devir história, contempladora do decalque fabricado pela cadeia de intercessores imperiais, poderia mostrar, apresentar o que realmente era na segunda metade do século XIX?

Frente estas constatações, acreditamos que História Geral do Brasil, categorizada como uma identidade, rotulação que acreditamos não subsistir à uma reflexão como a proposta por Luigi Pirandello em seu “Um, nenhum, cem mil” (PIRANDELLO, 2002) e as inumeráveis possibilidades de resignificação deste lastro que pretende ser a identidade, é materializada como o Império brasileiro pretendia apresentar-se ao mundo, e não o que realmente era.

Pretendia ser uma nação branca, moderna e civilizada. Seria? Consideramos mais apropriado, em detrimento do conceito de identidade, o de intercessor proposto Deleuze; um objeto, uma pessoa, uma instituição que fabrica uma verdade sobre si ou sobre outrem, conforme propõe o próprio Deleuze: Felix Guatarri, é seu intercessor – de Deleuze.

Inegavelmente, Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil, apresentam-se, se tomarmos a produção historiográfica produzida quer seja na América-portuguesa, no Reino Unido a Portugal e Algarves, ou mais especificamente no Império, tendo-a como uma linha onde a produção historiográfica

se apresenta como amplamente praticada, a obra maior de Varnhagen se apresenta como um evento dentro desta referida produção na qual o Brasil constitui-se como objeto a ser historicizado, mas daí, a referirmo-nos a tal obra como sendo o início de uma produção historiográfica nacional, acreditamos que se apresente tal assertiva como sendo questionável sob diversos aspectos; até mesmo porque a “grandeza” de Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil, são avaliações datadas; tanto Nilo Odalia como José Honório Rodrigues, ao atribuírem a Varnhagen a substantivação de “fundador da historiografia nacional”, o fazem num momento de revivescimento de valores e vultos nacionais, como o foi o sesquicentenário da independência ao longo da década de 1970, José Carlos Reis, qualifica Varnhagen como sendo o Heródoto brasileiro, dentro de um contexto de revitalização de valores e símbolos nacionais, como o foram os pródromos das comemorações referentes às comemorações do anacrônico “Brasil 500 Anos”.

Acreditamos que esta atribuição de “tamanho” e importância de historiadores, seja uma atividade intrinsecamente marcada pela sincronia. Caso emblemático para lastrear nossa ponderação, é a marcante reinstitucionalização da produção historiográfica ocorrida ao longo da fabricação do Estado Novo, em fins da década de 1930 e primeiros anos da de 1940. Contexto marcado pelo recusa às antigas práticas que seja de poder e de mando, marcadas por ranços do até então mundo Imperial e a República velha, procura-se romper com antigos valores, visando a construção de um Brasil moderno. E é neste contexto, segundo nos informa a historiadora Ângela de Castro Gomes (op. cit., p. 57) em seu estudo referente à produção cultural do Estado-Novo, que Varnhagen, ainda que fosse considerado como o “criador” da história pátria, ele é apresentado como o segundo maior de nossos historiadores; cabendo ao historiador cearense agnóstico, despidos de vaidades e cheio de esquisitices, João Capistrano de Abreu, o primeiro lugar neste panteão então construído para a coroação destes profissionais do fazer lembrar.

Francisco Adolfo de Varnhagen, é apresentado então, como fundador, Heródoto ou maior historiador do Brasil, dentro de uma relação estabelecida; haja vista não ser uma unanimidade considerá-lo naturalmente como o maior, mais importante historiador, ele é representado desta forma. A escrita da história nacional, estabiliza-se, faz bulbo em História Geral do Brasil.

Como nos referimos *ad nauseam* ao longo de nosso trabalho; a produção do conhecimento histórico quer seja na América-portuguesa, no reino Unido a Portugal

e Algarves e ainda no Império do Brasil, apresentava-se como uma praticada desde os dias de Caminha, daí acreditamos que nos referir a Varnhagen, como sendo o primeiro historiador brasileiro, o Heródoto brasileiro, ou o fundador da história nacional, seja uma objetivação que fuja a realidade da produção do conhecimento histórico produzido nesta parte do mundo.

Somos então reticentes quanto a rotulação de Varnhagen, como o Heródoto Brasileiro, ou como o fundador de uma historiografia nacional, pois como apresentamos, a produção historiográfica, quer seja na América-portuguesa, ou no Brasil propriamente dito, apresentava-se como prática disseminada; acreditamos que a escrita da história nesta parte do mundo, tenha se estabilizado numa relação estabelecida numa cadeia de intercessores das qual faziam parte, elementos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seus integrantes, von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Fugindo a esta categorização da grandeza do historiador e sua obra segundo relações sincronicamente estabelecidas, a primazia de Francisco Adolfo de Varnhagen, a quem se atribui, como referido, o papel de para além de se tratar de ser o primeiro, ou segundo, ou n historiador, acreditamos não podermos nos referir a Francisco Adolfo de Varnhagen, como sendo o primeiro Historiador brasileiro, tendo em vista que tal objetivação, não resiste ao exame. Vos perguntamos: Varnhagen, nasce no ano de 1816 no interior paulista. Existia um Estado Brasil, quando de seu nascimento?

Tomar então critérios de autoctonismo para legitimar as posições que apresentam Varnhagen, como sendo o primeiro historiador brasileiro, é levar a frente, a anacrônica referência instituída desde os primeiros trabalhos sociais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o Estado Brasil, já nos é apresentado como estado constituído desde desferida e já referida “pisada da origem”.

Acreditamos então, não se tratar de ser o início de uma produção historiográfica brasileira; Varnhagen e sua História Geral do Brasil, chegam entre. A palavra sobre o Brasil, o discurso constituído em sua memória em seu devir história é atribuído a este intercessor imperial dentro de uma relação estabelecida:

Varnhagen n'est pas seulement un découvreur de sources, il est aussi celui qui suit les pas des autres, qui complète leurs travaux. Il y a chez lui une volonté presque obsessive de contrôler les éléments

qui créent les conditions de l'écriture de l'histoire. S'il n'est pas le premier à détecter telles ou telles archives, au moins il y ajoute quelque chose ; il écrit le dernier mot. (CEZAR, op. cit., p. 404-5).

São tomados como primeiro autor e maior obra, como resultado de uma relação estabelecida entre o poder e a produção historiográfica; este, entendido, como campo de competições, apresentando-se aberto; Varnhagen, soube ler e captar os códigos, adaptar o passado, o agenciamento destes estratos de passado ao decalque estabelecido pela cadeia de intercessores imperiais congregados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nesta perspectiva, acreditamos que Francisco Adolfo de Varnhagen não possa ser considerado como o fundador de uma historiografia nacional. Acreditamos que o mesmo se insira nela, o *establishment* apropria-se de sua história, e esta história exerce um papel de paradigma para a produção histórica nacional, ou conforme propõe Gilles Deleuze ao referir-se à produção literária contemporânea, um regime de *best-sellers* em tal produção historiográfica.

Seminais são as reflexões de Michel Foucault neste processo, pois para o autor, ao referir-se a mais um de seus propostos procedimentos de exclusão, diz não acreditar na existência da “categoria dos discursos fundamentais ou criadores; e de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam” (FOUCAULT, op., cit. p. 23), ainda que, segundo propõe ainda o autor, a possibilidade de textos maiores se confundem e desaparecem por vezes, assumindo seus comentários um lugar de sobreposição sobre aquele modelar.

Tem-se o habito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva. (idem, p. 36).

Mais uma vez, deve estar o leitor a indagar-se o que realmente faz com que Historia Geral do Brasil Apresente-se como obra digna de se posta em órbita, ocupar o lugar que estava reservado a tal livro rizomórfico dentro do projeto civilizacional?

4.3 Polinizado

“A História é uma mestra não somente do futuro, como também do presente. Ella pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Um a obra histórica sobre o Brazil, deve segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, Constancia, industria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.”

(Von Martius)

A epígrafe a esta etapa de nossa reflexão, extraída ao projeto de Von Martius, apresenta-se como emblemática do papel que deveria ser realizado por uma memória em devir história nacional.

Francisco Adolfo de Varnhagen acreditava que esta narrativa nacional deveria estar para além da representificação dos eventos pretéritos. Propomos então, que a lacuna referente ao agenciamento do passado, seja suprida em dois momentos; primeiramente, em 1854 (VARNHAGEN, Tomo I, 1936)⁸³; ano em que é editado o primeiro volume de sua “nova história”, e 1857, quando da publicação do segundo volume (VARNHAGEN, Tomo II, 1936).⁸⁴

Mas, antes de darmos prosseguimento à nossa reflexão, acreditamos que deva o leitor estar a (nos) fazer-se uma indagação aos moldes da que propomos: nos foi apresentado, ao longo de farto número de páginas, que havia uma lacuna em se tratando da existência de uma história coadunada ao projeto civilizacional instituído pelos dirigentes imperiais, apresentando-se nesta relação, onde se imbricam projeto político e historiografia, tanto o campo de produção do conhecimento sobre o

⁸³ Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil. Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854. T. I. 1ª Ed.

⁸⁴ Isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e DEDICADA A SUA MAGESTADE IMPERIAL O SENHOR D. PEDRO II. Madrid, Imprensa de J. del Rio, 1857. T. II. 1a Ed. Com estampas.

passado, como o *establishment*, abertos a um determinado agenciamento maquínico de estratos de passado.

Constatamos ainda, conforme dito ora, ora explicitamente, que História Geral do Brasil, é posta em órbita pelo IHBG, mas tais subsídios se apresentam como indícios de que o referido agenciamento, se encaixava como uma peça ao projeto civilizacional; como já o fez o Reis :

Eis a história de que o Brasil recém-independente precisava, ou seja, de que as elites brasileiras precisavam para levar adiante a nova nação nos anos 1840-60 [...] Uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e a fragmentação, isto é, abortaria o Brasil que lutava para se constituir uma poderosa nação. (REIS, op. cit., p. 27).

Consideramos as palavras supracitadas, extraídas à obra de José Carlos Reis, pouco para atribuir legitimidade à nossa leitura referente à sobreposição de História Geral do Brasil sobre as obras de história até então materializadas. Pois frente aos posicionamentos arraigados e rotulações pregadas por estudiosos de nossa história – escrita –, por mais de um século, como a de que Varnhagen é o Heródoto brasileiro, o fundador da historiografia brasileira, pai da história nacional, fundador da história do Brasil, ou primeiro historiador brasileiro, acreditamos que devemos embasar nossas reflexões em evidências mais “fortes”, apresentando-se como impreterível, a busca de argumentos intrínsecos como extrínsecos à obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, daí termos dado suma importância à análise das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Mas... o que embasa estão o autor do presente trabalho para vir afirmando desde as primeiras páginas que Francisco Adolfo de Varnhagen, tem sua obra posta, elevada à órbita, e não exatamente, numa relação de causa e efeito, Varnhagen tenha escrito “a” história oficial do Brasil? Teria escrito Varnhagen materializado mais uma história; tornada a história oficial do Brasil? Responderemos-vos com palavras proferidas pelos integrantes do *establishment*:

O nosso digno collega vem com este seu importantíssimo trabalho satisfazer uma necessidade que altamente se fazia sentir. Nós temos para estudar a história pátria, fontes estimáveis, cronistas de súbito mérito, livros conscienciosos; temos longas e minuciosas memórias sobre muitas de nossas províncias, alguns trabalhos cronológicos devido à paciência de homens devotados; possuímos entre compêndios de pouco valor, alguns pouco apreciáveis, e dos quaes a mocidade pode tirar bastante proveito nas

escolas; mas nada disso é uma **história regular e completa**; e ainda quando não fossem raros esses chronistas, essas fontes teriam todos bastante tempo para folhear tantos e tam corpulentos volumes? Southey apesar de muito que vale, não nos basta hoje, outros valem por certo, menos que Southey. Beauchamp sujeita repetidas vezes a razão, a imaginação, e não hesita em sacrificar a verdade dos factos ao encanto do romanesco; e os copistas de Beauchamp sem duvida que ainda valem menos que elle. Não é possível deixar de registrar ainda n'este relatório a offerta que nos fez o nosso prestimoso consorcio, o Sr. Varnhagen do I volume de sua História Geral do Brasil. O nosso digno collega vem com esse importantíssimo trabalho satisfazer uma necessidade que altamente se fazia sentir. **Talvez bem poucos estivessem no caso de escrever uma boa história do Brasil como o nosso consórcio, o Sr. Varnhagen; despondo de muitos recursos de intelligencia , tendo-se dado com empenho ao estudo das cousas as pátria, havendo sabido aproveitar-se das felizes circunstancias que lhe facilitaram a entrada nos archivos de Portugal e da Hespanha, onde se guardam documentos preciosos para a nossa história, o Sr. Varnhagen acha-se nas melhores condições para prestar ao Brasil o notável serviço que desde já agradecemos. O nosso ilustrado consórcio tem apenas publicado o primeiro volume da sua obra; ainda portanto não é tempo de exhibir um juízo sobre ela; mas já nos sobra razões para louvar o esmero com que elle elucidou factos, duvidosos, a certeza com que marca suas datas, a habilidade com que sabe ligar e reunir em grupo acontecimentos importantes e variados que se passam em pontos diversos do Brazil.** (Idem, Tomo XVII, p. 109, 1855).

Comentários elogiosos que não se restringem ao primeiro volume de História Geral do Brasil. Voltam a ser materializados nos “extractos de sessão” e proferidos no ano subsequente à edição de seu segundo volume, em 1858, comentários estes que se completam e dão legitimidade ao nosso ponto de vista, do fazer-se aceitar pelo movimento conquistado pela obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, haja vista, o autor não ter chegado entre “só”, e sim dentro de uma relação:

O Sr. Francisco Adolfo de varnhagen nos enviou o ultimo volume de sua História Geraldo Brasil, o qual começa na guerra holandeza e acaba na proclamação da independência. **Este trabalho monumental mereceu a atenção dos homens estudiosos do paiz e do estrangeiro, e obteve a merecida honra de ser traduzido nas línguas mais cultas da velha Europa. [...] Podemos afoitamente dizer que esta obra lançou imensa luz sobre o passado do Brasil, e que esta luz é devida à admirável. Constancia do nosso benemérito compatriota. [...] Respeitador incontestável do Sr. Varnhagen, não temi em dar-lhe francamente a minha opinião sobre algumas de suas vistas civilizadoras e alguns factos,remettendo-lhe os documentos necessários por que acho mais proprio esta meio do que recorrer à imensa: o grande Bacon dizia que aquelle que escreve uma obra não é mais do que um discípulo daquele que a completa, e os autores moços são alumnos de si próprios, porque ainda esperam reedições.** (Idem, Tomo XXI, p. 462-463, 1858).

As linhas supracitadas apresentam-se como esclarecedoras deste fazer-se aceitar pelo movimento. Os volumes de História Geral do Brasil enviados ao

establishment pelo “digno colega Adolfo de Varnhagen” são reconhecidos fora das fronteiras do Império, pois traduzidos na Europa, o que acreditamos que para além de atribuir conhecimento internacional de como a elite dirigente imperial pretendia estar no mundo, de como ela se fabulava, atribuía à obra, um capital simbólico por ser reconhecida pelos praticantes da historiografia do continente que se apresentava como referência para a civilização nacional, e ainda, *locus* da disciplinarização da história, pois como se pode observar, a obra de Varnhagen era elogiada por não alterar dos factos nem a ordem cronológica.

Sobrepunha-se então, às obras existentes; tidas ainda que como não regulares; mas úteis ao esclarecimento da mocidade. História Geral do Brasil, era completa, confiável e documentada. Mas ainda que estas, sejam características relevantes para o entendimento da supremacia da história varnhageana, se apresentam pouco esclarecedores para compreendermos sua primazia.

Para além de comentários elogiosos, à obra de Varnhagen, se nos apresenta como coroamento deste trabalho de fabricação de sua “nova história”, o processo pelo qual, História Geral do Brasil, serve de base para a elaboração de um compêndio escolar a ser adotado no sistema de ensino imperial. Entre 1855 e 1856, o diretor de Instrução Pública do Município da Corte, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, solicitou ao IHGB, a indicação de um manual que pudesse ser adotado no sistema de ensino do município neutro (*idem*, Tomo XIX, p. 6, 1856), sendo nesta ocasião, a obra de Varnhagen, didatizada por Joaquim Manuel de Macedo, que publica no ano de 1861 a obra Lições de História do Brasil.

Macedo, à época da referida empreitada, era professor de História do Brasil no colégio Pedro II. Como Varnhagen; era animado por espírito nacionalista, romântico e historista, possuidor de visão centrada na nômada política e estatal da história, demonstrando preocupação com os heróis, e campanhas militares vitoriosas, a defesa da unidade nacional, o que acreditamos apresentar-se como emblemático da obra ser aceita pelo movimento, tornada história oficial do Brasil.

Nilo Odália, propõe que “O caráter oficial ou quase oficial que se atribui a Varnhagen, e ainda se atribui, não pode ser desmentido. Contudo, ele não conheceu integralmente à recepção de sua obra quando publicada ainda em vida de seu autor” (ODALIA, 1997, p. 67).

Teria razão? Varnhagen não teria visto sua obra reconhecida em vida?

Ora, frente a este processo pelo qual História Geral do Brasil, apresenta-se como que uma base para a elaboração de um compêndio de primeiras letras históricas, poderíamos então dar credibilidade às proposições de Odália? Uma das aspirações de Varnhagen para sua obra, era exatamente esta, que ela fosse instituída como instrumento do sistema de educação oficial, como podemos constatar em missiva do autor com Pedro II, onde Varnhagen propunha que: “V.M. a mande adoptar a História Geral do Brasil nas escolas de direito e militares e nos colégios, que será a melhor maneira de fazer que no seu império [...] todos devam e conheçam a pátria história [...]” (WEHLING, op. cit., p. 117); apresentando-se desta forma dentro da relação como a memória em devir história digna, segundo constatamos em referência positiva à obra feita pelos integrantes do *establishment*, de ser posta em órbita pelo IHGB, um discurso polinizado, contemplador de referidas “vistas civilizadoras”, referidas por Martius em seu projeto. Estava na ordem do discurso, do decalque delineado pela comunidade de imaginação; o que acreditamos que se apresente como elemento de peso para o entendimento deste fazer-se aceitar pelo movimento.

Perguntamos: caso Varnhagen não seguisse um modelo preestabelecido como se apresentava nesta relação, o projeto de o de Von Martius segundo aponta José Carlos Reis, para o qual o “sábio bávaro” foi o verdadeiro mentor da historiografia nacional: “[...] Von Martius definiu as linhas mestras de um projeto histórico capaz de garantir uma identidade ao Brasil” (REIS, op.c it., p. 26), no que diz respeito à escolha dos eventos que imortalizaria através da fabricação em “factos”, não apresentasse um galeria de determinadas vidas exemplares, sem ter como pano de fundo para sua história o mundo político orquestrado rumo à civilização pela casa dos Bragança, ainda que em meio à avanços e revezes, entre batalhas contra feras, homens-fera, holandeses, franceses e um natureza infernal, teria sua memória em devir história posta em órbita pelo *establishment*? Resposta difícil de se arriscar.

Atribuir a primazia à *História Geral do Brasil* por ser a mais completa, a mais bem documentada, a mais fiel, são referências que não respondem às nossas indagações. Varnhagen estava apenas, dentro da verdade. Dominar os procedimentos de fabricação historiográfica, voltar às fontes nos pródromos de cada nova reedição, dizer somente a verdade acerca do processo, é muito pouco para ter sua obra posta em órbita pelo IHGB. Repetimos: Varnhagen estava dentro da verdade, assim como, conforme apresentamos ao longo de nosso trabalho, outros

compêndios versando sobre as letras históricas nacionais eram aplaudidos, quer seja dentro ou fora do IHGB; e caso emblemático de rejeição do discurso fabricado dentro da verdade, seguindo ditames da historiografia coeva, é o caso de Robert Southey, o qual, segundo Varnhagen:

[...] injustiça de nossa parte fora não confessar, que são preciosísimos os três volumes que nos deixou, se pelas muitas notícias que encerram, e das quaes algumas não se encontram senão ahi, o que praticamente tentamos por vezes indicar por varias remissões a essa obra. Infelizmente, porém, deixou esse autor quase virgem o importante período decorrido desde o ultimo período decorrido desde o ultimo quartel o século passado XVIII até o seu tempo, como havia deixado o período que comprehende o século XVI e que contem nos primeiros doze capítulos do primeiro volume, que elle se viu obrigado a reinprimir em 1822 para introduzir addições e correções que julgou essenciaes, em vista da apparição de novos documentos, que o obrigaram a confessar, em Dezembro de 1821, que reconhecia <<quanto a história do Brasil poderia ganhar com exames e estudos feitos nos archivoss>>.Cumpro declarar, entretanto, que os três volumes de Southey são, mais do que uma historia com a competente concisão e unidade, <<memórias chonológicas colligidas de muitos autores e vários manuscriptos para servirem á história do Brasil, Buenos Aires, Montevidéo, Paraguay, etc>>. Por isso, se nota nesses volumes a falta de nexos, e a cançada repetição de inoças descripções (sobretudo acerca dos índios) que são cousa de sua pouca popularidade. (VARNHAGEN, op. cit., Tomo V, p. 262).

Consideramos desta forma, que Varnhagen tenha materializado mais uma obra de história; “tornada” oficial pelo *establishment*, o que nos leva a acreditar que História Geral do Brasil, supere os procedimentos de exclusão externos à produção discursiva, os quais, segundo Foucault, “exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam sobretudo à titulo de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse dessa vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, op. cit., p. 21).

Voltando às linhas supracitadas acerca da aceitação de História Geral do Brasil, sob lentes foucaultianas e seus “princípios de rarefação”, podemos embasar mais nossas reflexões acerca da idéia de que a produção historiográfica, apresentase como campo aberto, à um determinado tipo de obra, e que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências, ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (idem), e acreditamos que tais exigências, não se apresentassem somente ao que diz respeito às exigências metodológicas constitutivos da obra, mas notadamente, a seus processos *mnêmicos*, o seu como fazer lembrar.

Ainda que Varnhagen não tivesse a formação de um historiador profissional, apresentava-se qualificado para fazê-lo; pois atendeu aos rituais norteadores da fabricação historiográfica sincrônica ao século XIX, como o conhecimento de “ciências auxiliares à produção do conhecimento”, a análise interna e externa das fontes, as quais, conforme constatamos ao longo de nosso trabalho, conhecia como ninguém. Tais rituais da produção do conhecimento histórico, não se apresentavam como opção, mas exigência da historiografia pragmática do oitocentos; são constitutivos também, o *locus* do qual Varnhagen profere sua narrativa, segundo supõe Foucault: “Pronunciado por quem de direito, e conforme ritual exigido; era o discurso que profetizando sobre o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino” (idem, p. 15); e era à esta narrativa que o IHGB estava aberto.

Obra unindo narração do passado à pedagogia social, memória em devir história, passível de utilização retórica com vistas edificantes ao Estado e sua instituição como da nação, antes como realidade e sentimento que discurso.

Frente então a tal papel que deveria ser desenvolvido por esta memória em seu devir história, rizoma que faz com que este artefato intelectual se desterritorialize de “apenas” um duplo de mundo e seja reterritorializado numa máquina de guerra civilizacional, devemos salientar, a importância dada à arte retórica, a qual ocupava um lugar de destaque, quer seja nos sermões religiosos, na vida política, no sistema educacional, sendo presença constante e apreciada na corte, quer seja da colônia, ou no Brasil. Tradição coimbrã.

Segundo aponta Beatriz Nizza da Silva (1977), foi sob a influência do Marquês de Pombal e suas determinações exaradas em 1759 aos professores régios que o ensino da retórica toma vulto. Para Verney, segundo aponta a autora, a retórica, seria,

[...] a arte mais necessária no comércio dos homens, e não só no púlpito, ou na advocacia, como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda ocasião, em que trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade, e fazer não só que entendam o que lhes diz o aprovem. (Idem, p. 172).

A arte de falar bem, ordenar os pensamentos fornecendo assim, “todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair as vontades” (Idem, p. 174).

Segundo aponta ainda a autora, a arte retórica em muito se embasava nas lições apresentadas na obra “Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte retórica, extraído da obra O pregador instituído nas qualidades necessárias para exercer o seu ministério”, publicada em 1818, tendo por autor, o padre Inácio Felizardo Fortes; obra que se propunha a refletir e instruir os praticantes de tal arte, em três gêneros de discursos eclesiástico: o didático (instrutivo), o deliberativo (sermões de doutrina) e o demonstrativo.

Segundo o padre Felizardo, embora a retórica fosse “[...] a arte que ensinava a persuadir, com a força dos argumentos”, é indispensável ao orador sagrado, este não pode contar exclusivamente com ela: “é necessário que possua ciência [...]” (Idem, p. 174), o que se aproxima das proposições de Aristóteles, em se tratando do uso da retórica e se afasta daquela retórica anteriormente referida à qual pretendem os céticos reduzir a produção do conhecimento histórico.

Deveria ainda, segundo o padre, que fosse este praticante da referida arte, de “*vida exemplar*”; prescrevendo ainda que quando utilizar da retórica, procure “*razões e argumentos, que sendo acomodados à matéria, sejam próprios para convencer*”; que arranje em “*boa e reta ordem as razões e argumentos*”; que exprima os argumentos “*com ornato e elegância, que mova os afetos e convença*”; “que seja capaz de conservar a lembrança da oração e de todas as suas partes” (Idem, p. 174).

Características estas, que colocam a retórica analisada, diametralmente, em oposição àquelas à qual pretendem os dictos da *linguistic turn* relegar a produção historiográfica, por não se tratar, de uma retórica, segundo propõe os críticos da narrativa histórica, como Roland Barthes e Hayden White, para os quais a produção historiográfica, nada mais é do que, assim como a retórica, um discurso sedutor, enganador, incontrolável, *anelenkta*; o discurso subtraído da aferição, *elenkhos*. Como constatamos então, a arte retórica, ainda que tivesse por finalidade, o consenso, pretendia fundar-se em bases, em referências, quer seja em vidas exemplares, no exemplo do passado ou ainda em provas documentais.

Seguindo ainda o pensamento do padre sobre a arte de persuadir, ela divide-se nas seguintes partes constitutivas: invenção, disposição, elocução, memória, pronúncia (Idem, p. 174); e consideramos como sendo a parte que mais nos interessa, para refletir sobre o uso retórico de História Geral do Brasil, seja a elocução, haja vista, este elemento da arte, estar diretamente ligado, segundo

propõe o padre Felizardo, à “[...] pureza do idioma, clareza, ornato (bom uso dos tropos e figuras), congruência (a locução proporcionada à matéria de que trata” (Idem, p. 175).

Deve ainda, segundo propõe Felizardo, atentar o “artista”, para a congruência ao fazer o uso da retórica, segundo a posição social ocupada pelo orador; falando como um prelado, um juiz, ou o próprio historiador. Para maior eficiência de seu discurso, deve ter por referência ainda: para quem fala? Quais seus fins? Persuadir práticas e virtudes? Adaptando então o que se fala, e seus argumentos, à matéria de que esta tratando.

Apresentam-se desta forma, como seminais para a compreensão deste processo, desta utilização retórica da produção historiográfica, as primeiras páginas de História Geral do Brasil, onde Varnhagen apresenta a que ele se propõe em sua obra, o que certamente, está para além de somente narrar o passado:

Pelo que respeita á escolhas dos assumptos, que nos deviam merecer a preferênciã, não seguimos servilmente nenhum modelo. Longe de nos limitarmos á narraçã dos successos políticos ou a estéreis biographias dos mandões, cujas listas ordenadas aliás julgamos da maior importânciã para a chronologia, procuramos occupar-nos principalmente dos factos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilizaçã do paiz: comprazendo-nos até a não deixar em esquecimento os modestos obreiros que prestaram algum serviço nas lettras ou na industria, procurando sempre **escrever antes um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a practica das nossas boas acções, do que puramente ameno e destinado á simples distracçã.** (VARNHAGEN, op.cit., Tomo I, p. 12).

Torna-se evidente que Varnhagen, não fabrica a sua obra apenas no intuito de imortalizar o perecível; determinados feitos humanos em sociedade; ele agencia sua obra, com vistas à edificação moral dos povos do Brasil, assim como do Império; no intuito de contribuir no agenciamento social do Estado e seus povos sob a égide da nação brasileira.

Vejamos como alguns comentadores da história varnhageana se referem a forma de sua nova história:

Segundo aponta Silvio Romero, o qual o autor não possuía faculdades estéticas, tanto em se tratando da concepção como da forma (ROMERO, v. 5, 1945); críticas estas que se estendem por mais de um século.

Para Oliveira Lima, Varnhagen não possuía o admirável dom de comunicar as vibrações e a intensidade pretéritas, como o tinha um Michelet, ou a capacidade de reconstruir de forma pormenorizada “um caráter humano ou dele deduzir uma lei de

evolução” (GOMES, op. cit., p. 81); faltando-lhe então, no entender de Lima, “mais de que uma faculdade psicológica aguçada por sólida e moderna preparação científica, faltava uma obra coletiva em que se amparar” (GOMES, op. cit., p. 81).

Já o historiador Capistrano de Abreu, caracteriza o estilo de Varnhagen como sendo próximo ao de um botânico descrevendo espécimes raros de flora, com a mesma aridez, com o mesmo distanciamento de um praticante de uma “ciência exata”.

No entender de Capistrano de Abreu, História Geral do Brasil; tende mais a uma crônica, do que à uma obra que pretende inspirar o povo brasileiro na fabricação da nação brasileira, faltando a Varnhagen, no entender do historiador cearense, a intuição, o espírito sintético (ABREU, op. cit.); opiniões estas que não divergem das de Clado Ribeiro Lessa, para o qual, Varnhagen se apresenta carente de dotes inventivos e de expressão (LESSA, op. cit.), opinião da qual corrobora ainda Wilson Martins ao aferir a forma narrativa de Varnhagen, como sendo pesadona, deselegante e sem arte (MARTINS, v. 2, 1978), como também propõe o historiador inglês Handelman, o aponta em sua História do Brasil, publicada em 1860, que faltava à Varnhagen a arte da exposição (RODRIGUES, op. cit., p. 142).

Francisco Iglesias, referindo-se tanto à produção literária quanto à historiográfica de Varnhagen, aponta não ser o autor de História Geral do Brasil “particularmente dotado para a arte de escrever: “Seu texto é destituído de qualquer garra de escritor” (IGLESIAS, op. cit., p. 73), pois Varnhagen, no entender de Iglesias, se apresenta em sua obra, de forma “pobre na composição da obra, de débil arquitetura, pouco atraente, e às vezes funcional, desequilibrada. Seus capítulos misturam assuntos que diminuem a eficácia do texto. Faltam-lhe dotes de escritor enfim” (IGLESIAS, op. cit., p. 74).

Se discordamos em parte das palavras de Francisco Iglesias ao referir-se, a falta preocupação de Varnhagen para com o dramático das relações, por acreditarmos que seja objetivação injusta ele não “dramatizar as situações”, haja vista, ao longo de toda a sua obra, e notadamente nas primeiras páginas do primeiro volume de sua História Geral do Brasil, à disposição dos capítulos constituintes de História Geral do Brasil como sendo pouco eficiente.

Conclui, Iglesias, que faltou fôlego literário a Varnhagen, falta esta que o impediu, no entender do autor, de dramatizar as situações, enriquecê-las com os pequenos, porém significantes detalhes que ajudam a compor e a criar o clima e a

cor local, pois não tinha recursos para prender o leitor e não sabe captar e descrever o que existe de dramático, de surpreendente numa batalha, numa emboscada, numa luta de guerrilha (idem, p. 73); segundo ainda o autor:

Tinha capacidade de trabalho e visão de conjunto, embora carecesse de uma teoria que lhe enriquecesse a qualidade de intérprete, permitindo-lhe organizar o material ajudando-o a capturar o fio do processo que as vezes lhe escapava e nem percebia. Para tanto contribuíram ainda seus preconceitos de conservador-reacionário, de visão mais estática que dinâmica. (Idem, p. 76).

Consideramos as referidas críticas, como sendo questionáveis, pois uma obra com finalidades morais e retóricas, sobre a qual pretendia-se fundar uma ordem racional para a sociedade, um padrão de cultura nacional, como propunha apresentar-se tal história, com vistas à integração entre os povos das províncias, da integração entre antigos reinóis e brasileiros, poderia então, captar de forma explícita o dramático, o surpreendente de uma batalha, o real, segundo propõe Durval Muniz Albuquerque, entendido como: “O real seria a vida pura, a vida crua, seria o informe; seria o que sempre aparece construído precariamente; seria o doloroso caos em que podemos nos atolar e nos perder; seria a desterritorialização absoluta, o coração selvagem da existência” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit.)? Ou ainda narrar um confronto à maneira de Capistrano de Abreu, ao relatar um embate entre “civilizados” e “bárbaros”, o qual nos “suja de sangue” com seu “tenso das relações”? Uma descrição que em se tratando de pintar a narrativa com as cores locais, a pinta com vermelho de sangue ao descrever a tensão das relações, os embates de uma emboscada, de forma emocionada; parece fazer parte deste povo que segundo suas palavras, há 300 anos é capado e recapado, sangrado e ressangrado:

Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, onde se acolhera a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas a uarta a palha começou a arder e os refugiados viram-se obrigados a sair. Abriram postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, machetes e alfanjes lhes derribavam as cabeças, truncavam os braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em achar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e espedaçar-lhes os membros. Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas? (ABREU, 2000, p. 131).

Consideramos que não. Frente aos objetivos traçados pelo autor para sua obra, Varnhagen não poderia mostrar o dramático das batalhas de forma, pois segundo aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior ao referir-se à frialdade da produção do conhecimento histórico cientificamente conduzido:

A crescente formalização científica a levará cada vez para mais longe da vida dos homens, das veias que pulsam e do sangue grosso que nelas fervilha, para tornar-se a narrativa de eventos sem sangue, anti-sépticos, mesmo quando narra suas guerras e revoluções. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, op.c it.).

Varnhagen não poderia narrar o processo histórico de forma tao crua como o fez o historiador cearense Capistrano de Abreu:

Prolongava-se a briga travada de parte a parte: o capitão, na nau, vestido de armas brancas, brigando com duas espadas, defendia e animava aos seus com valor, discorrendo por todo o convés: entenderam os nossos, que neste consistia a dilatação do sucesso; mas como andava tão bem armado, não entravam com elle as settas. Entrou em brio um frecheiro, perguntou se tinham aquellas armas algum lugar por onde entrasse huma frecha? Disseram-lhe que pela visiera: bastou o ditto para o effeito, disparando uma frecha que pelo mesmo lugar penetrou o olho, e interior da cabeça ao capitão comtrario. (VARNHAGEN, op. cit., Tomo I, p. 421).

Francisco Adolfo de Varnhagen o faz de forma comedida, diversamente de Capistrano de Abreu, o qual nos dá uma impressão de materializar sua obra consagrada ao mundo colonial, como que revoltado frente à brutalidade do processo de colonização, que também se supunha ser de civilização, emocionado, ao passo que Varnhagen, segundo suas próprias palavras, escrevia emocionado e para fazer emocionar: “Oxalá o nosso trabalho concorrera a fomentar, ao menos entre as gerações do porvir, o espírito de generosidade que guiou nossa penna em muitas ocasiões, não sem que ás vezes nos olhos borbulhassem piedosas lágrimas!” (Idem, Tomo I, p. 22); sendo esta brutalidade do processo justificada por Varnhagen:

Quanto a nós tem-se clamado demasiado injustamente contra as tendências dos primeiros colonos de levarem a ferro e fogo os Barbaros da terra, agrilhoando-os, matando-os ou escravizando-os. Não sejamos tão injustos com os nossos antepassados, para os quaes nos cumpre pedir paz e e commiseração, quando até alguns Os dos devorados pelos Bárbaros) nem sepultura tiveram. Houve sim, como adiante veremos, quem abusasse, quem sem caridade pretendesse conculcar as leis divinas e humanas, e introduzir, com pirataria e crueldades, a anarchia e a dissolução nas primeiras povoações que o christianismo fundava no Brasil. Mas taes

monstros da sociedade erqam excepção, e muitos delles tiveram o merecido castigo. (Idem, Tomo I, p. 271).

Em se tratando ainda das avaliações referentes às faculdades estilísticas apresentadas por Varnhagen em sua nova história, voz dissonante, é a de Thiers Martins, para o qual, Varnhagen deve ser julgado pelo que fala, dos eventos sobre os quais ele fala e não pela maneira que ele fala; pois era um historiador e não um esteta da língua.

Acreditamos que todos os referidos comentários referentes ao estilo com que Varnhagen agencia sua História Geral do Brasil; sejam justos para com esta memória em seu devir história, mas devemos atentar à que o próprio autor adverte ao leitor no prefácio de sua obra prima:

Igualmente nos esforçamos para não ser pródigos nas narrações, nem pretensiosos nos juisos e analyse dos acontecimentos; pondo o maior empenho em commemorar, sempre com o possível laconismo e embora com menos elegância, os factos importantes, e esmerando-nos em os descrever com a mais exactidão e clareza. Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da critica, não da eloquência; e que perante o tribunal della, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o verdadeiro critério, deve feito o seu allegado com o possível laconismo sentenciar na conformidade das leis eqüitativas da sociedade e humana justiça. Pelo brilho e ornato do estylo não levamos, pois, a menor pretenção de campear. Irão os períodos muitas vezes como foram de primeiro jacto concebidos, em presença dos documentos estudados. As vezes se encontrará um período escripto, com a differença de mais de vinte annos de tempo, do que se lhe segue, e do que o precede; e todos sabem como é difficil, ainda, aos mais exercitados, o desapegar-se dos travos e ressaibos que por algum tempo deixam no gosto as fontes em que bebe. A linguagem, porém, procuramos sempre que saísse puritana e de boa lei; e neste estilo temos mais de uma vez ouvido, com certo desvanecimento, da própria boca de alguns de escriptores nosso, político e literatos, que a nossa obra havia tido grande parte a firma-los no manejo da língua vernácula. Como temos dito por vezes, a escola histórica á que pertencemos é estranha a essa demasiado sentimental que pretendendo commover muito, chega a afastar-se da própria verdade. Fazemos a esse respeito uma verdaderira profissão de fé, quando, ajuizando nesta obra a do illustre Rocha Pita, dizemos ser a do escriptor bahiano <<omissa em factos essenciaes, destituída de critério e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espírito publico nacional, fazendo avultar, sem faltar á verdade, os nobres exemplos dos antepassados>>, – e accrescentamos que aquelle autor não recorrera <<ás mais puras fontes da historia e que era mais imaginativo que pensador, mais poeta e admirador do bello que critico, vasslla da razão e escravo das provas authenticas>>. (Idem, Tomo I, p. 12-13.

Inegavelmente, Varnhagen tinha por preocupação maior em História Geral do Brasil, verdade dos “factos”, e não o estilo apresentado em sua obra. Mas

Varnhagen, como já nos referimos reiteradas vezes, não fabrica sua História Geral do Brasil, no intuito de “apenas” narrar o passado; seus objetivos são mais amplos, pois segundo podemos constatar nos prefácios e prólogos à sua obra, como já nos referimos anteriormente, ele pretendia servir ao Estado para que este se constituísse como nação, daí o autor ser, acreditamos, obrigado a desenvolver, frente aos ditames norteadores da produção historiográfica compromissada com a veracidade dos “factos” e não com o esmero estilístico, o que, segundo constatamos, não era uma preocupação norteadora da obra de Varnhagen. Tendo Francisco Adolfo de Varnhagen fabricado uma obra que, segundo constatamos, é posta em órbita pelo *establishment*, e devendo tal livro atuar em seu devir máquina de guerra civilizadora no trabalho simbólico de fabricação da nação brasileira, é de estranhar, que uma obra rotulada quase que unanimemente como sendo fraca em sua composição estilística, ser a adotada pelo *establishment* como máquina civilizacional utilizada com vistas à fabricação da nação brasileira.

Retomando aqui as reflexões do padre Felizardo, devemos salientar, que era ainda, condição para que se fizesse o uso da retórica, que o autor se eximisse do uso de “macaqueações”, quer seja no momento em que profere seu discurso sob a forma falada, ou ainda da palavra materializada, ou seja na escrita; era imprescindível, que esta se apresentasse de forma clara e direta:

Quanto as ações, devem estas ser concertadas e conformes ao que se expressa, evitando-se toda a afetação e todo o excesso, em que muitos caem, debruçando-se sobre o púlpito, fazendo torções de rosto, movimentos extraordinários de braços, dando passos desconcertados para o lado e outro do púlpito, batendo palmas, etc, o que na verdade é inteiramente impróprio do orador sagrado. (SILVA, 1977, p. 174).

Deveria História Geral do Brasil instruir a ação cotidiana, empolgar, o consumidor da obra, quer seja em seu ato de leitura ou de escuta ressignificada desta narrativa do fazer-se Brasil; devendo então, tal narrativa, necessariamente seguir linhas de fuga e desterritorialização que dentro da relação e propósitos traçados para a História Geral do Brasil, também o são de reterritorialização. A história desterritorializar-se da frialdade, das fronteiras da razão e impessoalidade da ciência histórica oitocentista, e reterritorializar-se no calor e emotividade do discurso literário, respeitando os parâmetros do real do caótico da experiência vivida, no ideal e envolvente mundo literário, no intuito de empolgar e angariar apoio para o projeto

civilizacional, e desta forma, sobrepor-se ao ameaçador localismo provincial constituído ao longo da fabricação do Império brasileiro; objetiva instituir o sentimento de pertença à comunidade brasileira. Mas infere-se que para tanto, História Geral do Brasil, deveria primar por seu estilo, mas como constatamos pelas palavras de comentadores da história varnhageana, não nos parece ser o caso.

Um discurso capaz de instituir de práticas, sem “macaqueações”, como se refere o padre Felizardo, ou ainda uma escrita desenvolver-se na racionalidade da produção do conhecimento metodicamente orientado, sem confundir-se como o onírico literário.

Mas vos perguntamos, mais uma vez, se não pelo ornato e primor na escrita, como instituir o amor à pátria, realizar um trabalho simbólico no desenvolvimento de um sentimento de pertença à nação brasileira? O que faz com tal memória em devir história seja posta em órbita?

Segundo propõe Arno Wehling, “no caso de Varnhagen, a avaliação sobre seus dotes estilísticos freqüentemente considerou apenas o sentido superficial da expressão, desde os contemporâneos do autor até obras mais recentes [...]” (WEHLING, op. cit., p. 151), opinião da qual compartilhamos, acreditamos que as críticas à História Geral do Brasil, seja dirigida à agradabilidade de sua leitura, e não à sua efetiva força, que acreditamos certamente, não estar nas palavras de Varnhagen.

Francisco Adolfo de Varnhagen ao longo das centenas de páginas de sua História Geral do Brasil -que se avultam a cada nova edição, segundo nos informa Francisco Iglesias, o primeiro volume de HGB, publicado em 1857, possui quase 500 páginas, seguindo-se do segundo volume, caído do prelo em 1857, de forma igualmente alentada, tendo sido revista para a sua segunda edição, realizada em 1877, onde ocorrem acréscimos, cortes e alteração de juízos, tendo 484 (1857) páginas. Já a segunda edição, chegara às 1220 páginas, aumentando o número a cada nova edição, como é o caso da edição revista e anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (IGLESIAS, op. cit., p. 74, 85); passando de 2000 páginas em sua terceira edição, a qual foi analisada para a realização deste trabalho-, recorre incessantemente à atribuição de sentido à vida de “varões preclaros”, constituindo desta maneira um discurso retórico contemplador das duas referidas categorias retóricas, a epidídica e a deliberativa, o que associado apenas à sua “fraqueza estilística”, consideramos como sendo insuficientes para que História

Geral do Brasil se preste à realização de um trabalho simbólico na construção da nação brasileira; é preciso mais.

Varnhagen, com vistas civilizadoras e tendo em vista à aceitação pelo movimento de sua história, colocação em fabrica então sua História Geral do Brasil, utiliza-se de dois aspectos da retórica, que em seu entender, poderiam contribuir para o desenvolvimento do sentimento patriótico, epidictica quer seja elogiando os ou acusando os agentes históricos, o que Iglesias considera como sendo inusitado⁸⁵, posicionamentos este do estudioso da obra varnhagiana que consideramos como sendo precipitado, pois uma memória em devir história como o é História Geral do Brasil e que dentro de uma relação, pretende apresentar-se como máquina civilizacional compromissada com a verdade dos “factos”, os conflitos que eram latentes na estruturação de mando ao longo do fazer-se Brasil, não poderiam ser obliterados, estas autoridades às quais Varnhagen critica em sua obra, nada mais são do que representações do soberano português, apresentando-se então, tais representantes como imagem deformada do soberano; notemos que Varnhagen faz

⁸⁵ Segundo propõe Iglesias, “Varnhagen, apesar de conservador, adepto da ordem e dos grupos dominantes, dá muito que a contraria: vê-se por exemplo, a referência de desentendimentos entre as autoridades, abusos praticados por elas, como corrupção e perseguições, desrespeitos a justiça bem como a falta de lucidez de governantes sem apreço pelo ensino apegados só a interesses particulares ou da metrópole. Se apesar de tão conservador e favorável a Portugal não pode emitir esses aspectos e que a colonização era de fato espoliativa, não primava pela exatidão. No universo do factual esses traços negativos avultam, embora o autor não chame a atenção para eles com palavra condenatória. Esta ele só tem para os grupos menos favorecidos; como e vê nas sentenças contra os conjurados do movimento baiano de 1798 e dos soldados ou alfaiates de alto conteúdo social, mais de negros em contestação profunda a ordem”. IGLESIAS, Francisco. op. cit., p. 83. Podemos constatar após a análise de História Geral do Brasil, que as únicas críticas movidas por Francisco Adolfo de Varnhagen ao centro de poder propriamente dito, são referentes à imensidão dos “territórios” doados pela coroa à particulares, mas ainda que a faça, o autor ainda justifica em favor do soberano que erça esta a única maneira de efetivar a posse do território: “Embora pareça que nada há de opor a estas reflexões, porque a necessidade era a lei, e porque urgia o estímulo aos empreendedores, que naturalmente imporiam as condições não podemos dissimular que, em nosso entender, o governo andou precipitado em distribuir logo toda a terra, de juro e herdade: reconhecemos a necessidade que havia de colônias por toda a extensão da costa; mas talvez estas se houvessem da mesma sorte obtido e outra muitas apoz ellas, se as doações se houvessem limitado, por entao, , a doze ou mais quinhões muito mais pequenos e que constassem de algumas léguas quadradas, próximas aos portos principaes da costa, já entao conhecidos e freqüentados”.(p. 174); em se tratando do enxerto dos negros na colônia, Varnhagen se refere da seguinte maneira:” Se o uso e as leis tivessem continuadoa permittir que a cobiça dos colonos de bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro, não se teria ido aquella exercitar, alem dos mares, buscando nos pories dos navios e entre os ferroa do mais atroz captiveiro, colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda liberdade, e que como que ostentam a raia da separação com que se extremam dos índios e dos seus civilizadores. Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a côr e o infortúnio vinha a unir estes infelizes, communicando-se na língua do colono, estrangeira a todos e por isso sempre por elles cada cidade, que havendo começado por aprender com elles a falar erradamente tinha depois mais trabalho para se desavezar de muitas locuções viciosas. (p. 276).

as críticas sempre com a preocupação de preservar a imagem do soberano; este é o papel dos intercessores; e ainda o exemplo, a história imbricada à retórica deliberativa.

A construção de um panteão de heróis e “vilões” nacionais antes de apresentar-se como sendo um defeito, um ranço da historiografia oitocentista, a qual freqüentemente estamos a criticar, faz-se como que elemento indispensável frente aos dos objetivos constituídos na relação entre poder e produção historiográfica, pois estes exemplos de virtude imortalizados nas páginas de tal obra, não se apresentam, apenas, como a sacralização, a reverencia aos grandes homens, mas como referência para a inspiração da prática cotidiana do integrante da “civilizada nação brasileira”. Mas daí a referir-mo-nos à História Geral do Brasil, como sendo uma obra destinada unicamente ao aplauso de homens envolvidos no processo de civilização do mundo colonial, apresenta-se como uma avaliação metonímica; haja vista Varnhagen apresentar nos tomos constituintes de sua obra, críticas à atuação de determinados elementos ligados à administração e civilização do mundo colonial, indo sua crítica do geral ao específico⁸⁶.

Ainda que Varnhagen nos advirta, nas primeiras páginas de sua nova história não se prender a nenhum modelo no que diz respeito à escolha dos “assumptos”, aos “successos” políticos ou às estéreis “biographias” dos mandões, ele o faz ao

⁸⁶ “Além de que, as faculdades dos mesmos governadores, não deixavam de estar sopeadas pela independência do poder judicial, exercido pelas relações, ouvidores, e juizes, pelas garantias dos empregados do fisco, e pela autoridade de certas juntas e até das câmaras ou municipalidades. Não faltaram, é verdade, governadores em geral saídos da classe militar, ignorantes dos mais triviaes princípios do governo político, que se entremettessem a alterar as formas dos processos, que se envolvessem nas quetoes de propriedade, dando sesmarias já concedidas a outros, que fossem menos observantes das leis, que ás vezes até ignoravam; mas alguns se poderão citar que administravam admiravelmente, ou que, nos próprios officios á corte e nas instrucções por escripto que deixavam a seus successores, mostravam especial conhecimento dos assumptos mais importantes da capitania, e grande sciencia de governo, e muito juízo prudencial.320-1Depois dos capitães-móres, eram, mais que os governadores, causas de immoralidade e arbítrios os empregados subalternos, tanto da justiça, como da fazenda; pois que, dando-se a principio de preferênciam os officios aos que offereciam degenerar em abuso, a tal ponto que havia na corte agentes ou corretores delles, e ás vezes recaiam em indivíduos de procedimento menos regular. A esses abusos poz cobro el-rei D. José, que por carta régia de 20 de abril de 1758, mandou as capitancias do Brasil Antonio de Azevedo Coutinho, do Conselho Ultramarino, afim de proceder nellas á arrematação dos mesmos officios, entre os indivíduos dignos de o exercer.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. op.cit., Tomo IV. p. 323. Especifico: “Homens como Vasco Fernandes,, homem companheiro, agradável e obediente, que na Ásia, havia ganho celebridade pela proeza de investir em Malaca com um Elephante que com a tromba esgrimia uma esada. Era de caráter dócil e jocosos, mas de nenhuma severidade para com os delinqüentes e criminosos. Sem pureza de costumes, não podia ser modelo de uns, nem terror dos outros. Acabou por dedicar-se com excesso a bebidas espirituosas, e até se acostumou com os índios a fumar, ou a beber fumo, como então se chamava a esse habito que havia naquelle tempo [...]” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. op. cit., Tomo II. p. 218.

longo de toda a sua História Geral do Brasil. Já o segundo tipo de retórica, a deliberativa; intrinsecamente imbricada à epidictica, Varnhagen se utiliza dos exemplos de virtude e honradez para construir um "panteão de heróis nacionais", quer sejam estes elementos índios, negros ou nativos, segundo Varnhagen avisa no prólogo de sua obra e o faz no desenvolvimento da mesma:

No tratar dos colonizadores Portuguezes, dos Bárbaros Africanos, e dos selvagens Índios procuramos ser tão justos como nos dictaram a razão, o coração e a consciência. Era essencial partir de apreciações justas e imparciaes para justa e imparcialmente poder caminhar de frente levantada, expondo a progressiva civilização do Brasil, sentenciando imparcialmente aos delinqüentes e premiando o mérito sem perguntar a nenhum se precedia do Sertão, se da África, se da Europa, ou do cruzamento de sangue. (VARNHAGEN, op. cit., Tomo I. p. 21).

Acreditamos, que estas vidas corruptíveis pelo tempo, não são escolhidas por Varnhagen ao acaso, mas dentro de um processo civilizacional; o qual, é posto em curso já quando da pisada da origem, segundo aponta Temístocles César, "*C'est l'endroit où l'escadre de Cabral a débarqué le 22 avril 1500. Il ne s'agit pas, pour Varnhagen, du commencement de l'histoire brésilienne, mais de sa civilisation*" (CEZAR, op. cit., p. 387). Processo de civilização que deve ser valorizado, ocorrido entre progressos e revezes em meio à natureza, fauna e flora tão inóspitos ao desenvolvimento da civilização.

Frente aos olhos de Varnhagen, a natureza "brasileira", levanta-se sombria, imponente, onde até mesmo os raios de sol brigam com os espécimes vegetais para conseguir chegar ao solo; espécimes estes que também lutam entre si para ter acesso à luz, e como se não bastasse ser um entrave ao avanço do homem pelo território, apresentava-se como "guarida" para feras; o que apesar de sua grandiosidade e imponência, poderiam ser vencidos pelo machado, pela ação humana, não o machado nativo ao qual Varnhagen se refere, a este índice de cultura-material dos bárbaros, os "machados de pedra polida, de ordinário, verdade, aguçados, e mui anallogos ao de que usavam os europeos quando bárbaros, isto é, antes de lhe chegar o freqüente uso do bronzae depois o do ferro" (VARNHAGEN, op. cit., Tomo I, p. 31), mas o machado de aço do homem português, branco, representante das Luzes, do progresso, da civilização, do cristianismo, capaz de dominar e sobrepor-se à natureza, segundo propõe o autor ao referir-se novamente

às matas e ao machado deste agente que desbrava heroicamente o território inóspito à ocupação humana:

Matos espessíssimos, nos logares onde ainda não entrou o machado industrioso, sombreiam essa extensão, refrescada, não só diariamente, pela viração mareira e pelo terral como também pelas chuvas amiudadas, promovidas pelos vapores distilados das mesmas arvores, ou pelas nevoas e nuvens levantadas pelos raios de sol. (Idem, Tomo I, p. 3).

Esta batalha entre à qual o autor se refere, para além de uma batalha do homem contra o meio inóspito à sua ocupação, apresenta-se ainda, como uma luta entre civilização e Barbárie, do machado e do braço industrioso contra a grandiosidade da natureza, do machado bárbaro empunhado por homens-fera segundo aponta Varnhagen:

Podemos, pois imaginar que pouco favorável juízo faziam dos europeos, vendo-os chorosos e pusilânimes e covardes no acto para o qual elles reservavam a ostentação do seu maior valor. Os christãos, aprisionados ás vezes ao acabarem de chegar da Europa, ignorando os usos bárbaros e a sorte que os esperava, quando levados ao sacrificio, alheios inteiramente a taes scenas horridas, não podiam deixar de atemorizar-se; e desconhecendo a nenhuma piedade destes homens ferozes e duros de coração (por isso mesmo que gastando-se-lhes toda a sensibilidade nos próprios males, nenhuma lhes ficava para os estranhos) e o facto de que o sacrificio do prisioneiro de geração contraria era para elles de religiosa vingança, bradavam misericórdia aos céus e a elles, que desprezava, nessa occasiao as lágrimas, como se fossem derramadas por pusilanimidade. O resultado era julgarem-se cada vez mais valentes e mais fortes que os europeos. (Idem, Tomo I, p. 272-3).

A articulação retórica da qual se utiliza Varnhagen para o agenciamento das memórias individuais pretender, para além de empolgar, tudo justificar:

Mas animo! Que tudo doma a industria humana! Cumpre á civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir ou destruir o mau. Tempos houve nalgumas das, hoje cultivadas ou povoadas de cidades da Europa o feroz urso se fazia temer... E o lobo carniceiro surprehende e devora ainda a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbor, e os lacraus e as tarântulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirpara dos mais bellos jardins das penínsulas banhadas pelas águas do Mediterrâneo. (Idem, Tomo I, p. 10).

Estágio civilizacional que poderia vir a ser alcançado também pelo Império brasileiro, e era o que se pretendia:

E menos por certo imaginariam que nessa terra, dentro de algumas gerações, se havia de organizar uma nação mais rica e mais considerável do que a mãe pátria. Se de todas as conquistas dos Gregos e dos

Romanos tivéssemos histórias escriptas pelos seus inimigos ou rivaes, talvez que não admirasse o mundo tantas proezas nem tantos heroes. (Idem, Tomo I, p. 125).

Diversamente do que é freqüentemente feito nos clássicos de nossa historiografia, quando da apresentação de nossa diversidade natural, acreditamos que Varnhagen não pretenda unicamente mostrar a grandiosidade natural América-portuguesa; ele não descreve nossas matas e gentios, assim como seus costumes com encantamento, mas de forma com vistas à apresentar tal cenário, não como edênico, mas como um inferno verde, refere-se de maneira a tornar “obscura” à realidade geográfica ou às florestas tropicais da América-portuguesa, um território inóspito à ocupação humana, conforme nota também Wehling, para o qual Varnhagen não via só as florestas como um entrave ao desbravamento da Colônia, mas sim toda a sua atividade:

Os fatores naturais eram vistos como adversos: o clima tropical, com calor na maior parte do ano, a difícil navegabilidade dos rios, com muitas cachoeiras, as serras constituíam paredões intransponíveis e a floresta densa não facilitava a penetração e a colonização. (WEHLING, op. cit., p. 158).

Pretende desta maneira, através da construção de um cenário infernal, valorizar a obra de civilização portuguesa, obra esta que também o era de domínio sobre a natureza e os homens, o que acaba por atribuir um heroísmo à empreitada lusa em além mar, heroísmo este que Varnhagen tenta sobrepor notadamente sobre os espanhóis; segundo as palavras do autor,

Ora, se com respeito a todas nações são estes princípios verdade inconcussas, com mais razão se applicao elles á brasileira; pois que, entre as principaes da América, foi a que custou mais esforços e mores trabalhos aos seus colonizadores, antepassados em grande parte, como fica dito, dos actuaes cidadãos. (WEHLING, op. cit., p. 158).

E é sob a tutela do Estado, e da ação de seus representantes, entendidos como elemento de agenciamento e civilização das primitivas sociedades, que estas terras haveriam de ser civilizadas e tornada uma grande nação:

Thomé de Sousa havia cumprido a sua missão. O Brasil ficava constituído: a autoridade e a lei já haviam feito sentir suas forças benéficas: ganhára muito a moral pública. Ficando assim na Corte, teve pelo tempo adiante muitas occasiões de dar conselhos em favor do Brasil, pois tanto o ficou

amando que estimava delle todas as noticias para o que conservou sempre correspondência com o Padre Nóbrega. Uma das providencias que logo se lhe atribuiu, e que portanto, consideramos ainda como do seu governo, e por isso aqui a contemplamos, foi a de uma nova expedição malograda infelizmente, no Norte do Brasil. (Idem, Tomo I, p. 330).

Via também na religião, ainda que com algumas restrições, como sendo instituição indispensável à civilização daqueles Bárbaros povos, pois segundo salienta o próprio autor, “Tudo mostrava a necessidade de acudir com prompto remédio á religião, poderosíssimo instrumento de civilização e de moral” (Idem, Tomo I, p. 309), levando aos Bárbaros, a lei, a fé e o rei àquelas ruínas de povos, processo teleologico rumo à civilização:

Foi a experiência e não arbítrio nem a tyrannia, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Bárbaros impondo-lhes á força a necessária tutela, para aceitarem o christianismo, e adoptarem hábitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da tranqüillidade do espírito e da segurança individual, á sombra de leis protectoras. (Idem, Tomo I, p. 273).

Mas ainda que sabendo da necessidade da religião assim como do Estado, como instituições que se apresentavam como que agentes civilizacionais no processo, e Varnhagen ressalta os feitos dos religiosos, feitos como cristianização dos nativos, educação da mocidade, e construção de prédios públicos (Idem, Tomo V, p. 176-7)⁸⁷, Varnhagen não se exime de criticar sua ação nas terras do Brasil:

⁸⁷ “Os proveitos que delles tirou o Brasil, podem reduzir-se a tres: conversão dos Índios, educação da mocidade, e construcção de alguns edificios publicos que passaram a ser propriedade do Estado e foram destinados para igrejas parochiaes, ou estabelecimentos pios, para palácios do governo, ou pára academias de instrucção. Na conversão dos Índios prestaram um grande serviço, na infância da colonização, animando os governadores a prosseguir sem escrúpulos o systema de os obrigar á força, em toda parte reconhecido como o mais profícuo para sujeitar o homem que desconhece o temor de Deus e a sujeição de si mesmo pela lei.- Entretanto, é lamentável que justamente se apresentassem a sustentar o systema contrario, quando tiveram fazendas que grangear com o suor dos Índios, ao passo que os moradores da terra, comprando os escravos de África e arruinando-se com isso, não poderiam competir com elles na cultura do assucar, etc. Na educação da mocidade também foram úteis, embora sejam accusados de influir demasiado com seus alumnos o amor á Companhia, a ponto de tratar sempre de tratar sempre de reduzir, para entrarem nella, os mais talentosos. Sectários, como somos, da theoria de que a educação primaria é inseparável da religião, e que é um sacerdócio, que em vez de ser exercitado por agentes interesseiros, que custam caro ao Estado e o fazem por via de regra mal, melhor o pode ser pelos ministros incumbidos de dirigir nossas consciências, e ser, digamos assim, os representantes da sucessão da autoridade paterna, lamentamos que, com a expulsão dos Jesuítas, se elles tinham aberrado do seu instituto, Pombal não se lembrára de introduzir, ao menos para as colônias, uma instituição a que desde o princípio do século XVII tanto devêra, e deve ainda, a Espanha, - a da religião dos clérigos regulares do então beato José de Calazans, que admittira como quarto voto, o cuidar com toda a paciência e caridade da instrucção primaria dos meninos pobres; voto este que aliás não faziam, nem fazem os Jesuítas, que

Cometeram-se porém, com o tempo abusos e se intentou tratar de algum outro meio de resolver o problema, o qual se complicava com as ideias de filantropia e liberdade delles, que os jesuítas pregavam mais com a palavra do que com o exemplo; pois que não começaram por libertar os que lhes davam obediência. (Idem, Tomo IV, p. 422).

Ou fazendo ainda suas críticas voltadas diretamente, à determinados elementos do clero, como são as críticas movidas contra Vieira, o qual foi

[...] verdadeiro gênio, mas sem tino pratico, e que pouco havia neste sentido aproveitado das lições do mundo, que tanto alias recorrera.- Para missionário lhe faltava mais piedade e caridade: Vieira antes era duro de coração e muito vingativo. Para diplomata mais discreção e mais modéstia e um espírito menos visionário. Para a Política tinha grande propensão, e quase diremos que vocação decidida, e em nossos dias houvera sido um exímio deputado: e a tenacidade em sustentar suas opiniões e sua firmeza de caráter o recomendariam para ministro da coroa. (Idem, Tomo III, p. 202).

É neste processo, marcado pelo progresso e pelo retrocesso, que segundo Varnhagen, se esboça um sentimento de nacionalidade, como aponta na XXXII SECÇÃO do Tomo III de sua História Geral do Brasil, intitulado:

“Desde a recuperação de angola até o fim da guerra”, onde o autor nos diz que: “Não passaremos adiante sem observar que nas capitánias do norte, a guerra estranha produziu resultados benéficos. O perigo commum fez aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo” (Idem, Tomo III, p. 113), o que para além de “proporcionar maior fraternidade entre as capitánias”, como é o caso das guerras contra os holandeses; e ainda propiciava que “Durante a guerra, foram devassados, o caso pela primeira vez por gente civilizada, muitos Mattos e campos, fundindo-se por vontade ou por força, os próprios índios seus moradores nessa civilização guerreira” (Idem, Tomo III, p. 114); tendo desta forma, a guerra ao outro papel positivo na civilização do território e de seus povos, pois é nela que despontam os nobres sentimento e os “varões

professam em vez delle, outro quarto voto, como sabemos. – Com a reforma da instrução publica de Pombal, o ensino superior que pertence directamente ao governo, para formar os seus magistrados eo seu exercito e marinha, ganhou sem duvida e acaso também o primário; porém, a educação popular perdeu, fazendo-se profana em demasia. Pouco antes da abolição, o celebre jesuíta milanês Gabriel Malagrida, ao depois queimado pelo Santo Officio, havia por decreto de 23 de Julho de 1750, sido incumbido de fundar no Brasil, com a rendas convenientes, os precisos recolhimentos e seminários, a commissão que chegou a desempenhar no Maranhão. A construcção de alguns edifícios públicos foi pela maior parte obra dos braços dos Índios, monopolizados pelos discípulos de Santo Ignácio. São construcções sólidas, de muita cantaria; mas de ordinário, pesadas e faltas de gosto, como ainda hoje se vê na actual Sé da Bahia, igreja de Peruíbe e outras [...]”.

preclaros” de melhor ou pior qualidade a serem seguidos, nas páginas de História Geral do Brasil (Idem, Tomo III, p. 317-8)⁸⁸, os agentes portadores de valores civilizados, como é o caso do comandante de tropas André Vidal, o qual,

O êxito obtido pela restauração do Maranhão, não podia deixar de excitar os brios de André Vidal para se esforçar de novo em conseguir realizar a de Pernambuco e Parahiba, por que tanto havia se empenhado. Ainda antes de ter conhecimento da carta patente (11 de Agosto de 1644), pela qual o rei, em desempenho da palavra comprometida, o nomeava governador e capitão general do Maranhão, propoz elle patrioticamente a voltar de novo a Pernambuco e ir á Parahiba a fim de alentar os tíbios e combinar um plano, por meio do qual se podessem conseguir resultados tão favoráveis com que os maranhaenses haviam obtido, ao cabo de dez mezes de lutas. (Idem, Tomo III, p. 5-6).

Isto é emblemático das opções eleitas por Varnhagen, as quais, apresentam-se como evidentes ao logo de sua obra, onde se apresenta como defensor do Estado imperial, da civilização; características sintomáticas para que possamos compreender a recusa de Varnhagen à instituição do nativo como ícone de brasilidade como pretendiam os literatos românticos, assim como fez Alexandre Herculano na ex-Metrópole, ainda que com mais sucesso (WEHLING, op. cit., p. 52); segundo Varnhagen, os nativos se apresentam como falsos, infiéis, inconstantes,

⁸⁸ “Exemplos deste lado do atlantico ou do outro Acerca da pessoa de Pombal atrevemo-nos a transcrever aqui o que delle nos informa um francez que muito o conheceu e tratou: - O conde (Jacome Ratton) de Oeyras {Pombal}, possuía muitas qualidades para ser, como foi, um grande ministro. Empregando todo o tempo da semana no serviço do seu amo, reservava a manhã dos domingos para os negócios de sua casa, nos quaes se juntavam todos os almoxarifes, feitores e mestres de obras, no quarto da sua contadoria, methodicamente escripturada com livros em partes dobradas; e ali conferia com elles, recebia e pagava, á boca do cofre, as entradas e despesas da semana precedente. E era extremamente reservado com sua família e amigos, a respeito dos negócios do Estado; de modo que ninguém podia descobrir, da sua conversação, gestos ou maneiras, os negócios que o occupava, e que se deviam conversar em segredo. Ouvia as partes, sem lhes interromper as suas falas, e as respostas eram graves, breves e terminantes, revestidas sempre da autoridade do soberano, e não de seu motu próprio. Não consta que se enfadasse e decompuzesse as partes que o buscavam, por mais que essas se desmedissem em palavras, nem que em sua casa apparecesse pessoa alguma, que fosse recebida debaixo do mais estreito ceremonial. Sabia assim conciliar o recíproco respeito que o publico deve ter com os ministros do soberano e, estes ao publico. Possuía mais o conde Oeyras um arranjo methodico, tanto na distribuição do tempo, como nas matérias em que se achava encarregado; e foi por effeito deste arranjo methodico que elle poude dirigir bem todas as repartições do Estado, a ponto de o fazer prosperar tanto que, apesar da re-edificação da cidade, extincção dos Jesuítas, estabelecimentos de inumeráveis fabricas, escolas publicas, reforma dos estudos, e guerras que ocorreram no seu tempo, deixou quando saiu de seu tempo, deixou, quando saiu do ministerio, 48 milhoes de crusados no Erário régio, e 30, segundo ouvi, no cofre das décimas: riquezas que jamais se tinha ajuntado desde a descoberta das minas. Esse espirito methodico se mostra bem no arranjo econômico da sua própria casa, o qual confirma o axioma de que <<que não sabe bem governar a sua casa não presta para governar o Estado>>.

ingratos, desconfiados, melancólicos, ferozes (VARNHAGEN, op. cit. Tomo I, p. 54)⁸⁹,

Ao mesmo tempo, novos perigos vinham reclamar os cuidados do governador em outra capitania: -na de Porto Seguro. Ameçada estava a dita capitania de perder-se inreiramente, incumbindo á anarchia e ás assoladoras invasões de uns novos inimigos que com o nomme de Aimorés, ali se apresentaram, vindos do sertão, havidos pelos outros Bárbaros, e com uma língua inteiramente desconhecida e os usos estranhos a todo o mais gentio do Brasil. Não construíram tabas nem tujupares; não conheciam a rede e dormiam no chão sobre folhas; não agricultavam cousa alguma; andavam em pequenos magotes, não sabiam nadar mas corriam muito, não havendo outro meio de se lhes escapar do que o de entrar n'agua, se a havia perto; arrancavam a fla com muita força desde a garganta; e (o que era mais para temer) eram antropophagos, não por vingança e satisfação de ódios inveterados, mas por gula. Tudo induz a crer que eram da mesma nação dos chamados Purís, que também como este nome o diz, são gulosos de carne humana, e preferem, como se diz dos tubarões d'Africa, á carne dos brancos a dos negros, aos quaes chamam macacos dos chãos. É horroroso escreve-lo; e asseguramos que o animo quase se nos sossobra antes de taes factos. (Idem, Tomo I, p. 407).

Julgamentos depreciativos que se estendem ainda ao terceiro elemento inserido no processo de constituição do povo brasileiro, o negro, o qual no entender do autor, é pervertido, tenaz, audacioso, povos de pouco decoro (Idem, Tomo I, p. 283)⁹⁰, daí Varnhagen colocar-se contra a utilização de mão de obra africana na

⁸⁹ No capitulo IV de sua História Geral do Brasil, **Ideas religiosas e organização social dos tupis: sua procedência**, Varnhagen se refere da seguinte forma aos nativos: “Das festas religiosas e sacrificios eram inseparáveis as danças chamadas poracés, as quaes deviam ser acompanhadas de bebidas fermentadas, de fumar-se muito tabaco ou seus equivalentes, e dos sons de muitos intrumentos. Estas festas acabavam sempre em indisposições de estomago e de juízo, e então havia ferimentos e mortes. Viam-se até mães que criavam, esquecerem, contra os instinctos naturaes, seus filhos, que ao cabo de dois ou três dias, sem serem attendidos, eram encontrados mortos de sede e de fome.” (p.46); “Se eram, porem, tão favorecidos nos dotes do corpo, e nos sentidos, outro tanto não succedia com os do espirito. Eram falsos e infiéis: inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados. Além de que: desconheciam a virtude da compaixão. [...] Monótona e tristemente passavam a vida habitual, quando não a interrompiam os sobressaltos da guerra, as festas dos sacrificios, ou as visitas dos pajés. Assim a expressão das physionomias dos Bárbaros aos trinta annos, era ou melancólica ou feroz.” (p. 52); “A pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes desfructavam, sem os beneficios da paz nem da cultura do espirito, do fértil e formoso solo do Brasil, - antes que outras mais civilizadas as viessem a substituir, conquistando-as e cruzando-se com ellas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa pintura, dizemos bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que traçamos, sem nada carregar as cores, não podemos como haja ainda poetas, e ater philosophos, que vejam no estado selvagem, a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxilio mutuo da sociedade, e sem a terra se cultivar sufficientemente há sempre, numa ou noutra epocha, privações e fome; e esta ultima aos mais civilizados converte em canibaes, como nos provam as historias de tantos sítios e naufrágios. Desgraçadamente o estudo profundo da barbárie humana, em todos os paizes, prova que, sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto a ferocidade, que quase se metamorphosea em fera [...]”.

⁹⁰ “Se os colonos escravos africanos concorriam a augmentar a riqueza publica com o seu trabalho, por outro lado, pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor, a sua

“indústria nacional”?: “Os engenhos de assucar necessitavam, é verdade, arduo trabalho e muitos braços; mas talvez teria havido modo de se não dar, apesar disso tanta latitude á introdução dos africanos, ou de se haver aberto mão da cultura da canna” (Idem, Tomo I, p. 279).

Segundo as concepções de Francisco Adolfo de Varnhagen, a história possuía, ou deveria possuir um carácter extremamente pragmático, e prestando-se como que uma base para o desenvolvimento da sociedade, já que o autor entendia esta grande narrativa nacional como um padrão de cultura nacional e de civilização desta forma, “[...] o meio encontrado para atingi-lo era uma obra que aliava na intenção do autor, autoridade científica e pedagogia social” (WEHLING, op. cit., p. 58), objetivo este que é apresentado mormente em sua “Dedicatória a Sua Magestade Imperial ao senhor D. Pedro II”, acrescentada à segunda edição de História Geral do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, nos dá indícios para uma melhor compreensão do que faz com que sua “nova história”, seja a narrativa apropriada e posta em órbita pelo *establishment* histórico nacional:

SENHOR:

Por segunda vez chego aos pés do Throno de Vossa Magestade Imperial com o fructo de minhas locubrações acerca da Historia Pátria, no período de mais de três séculos anterior á <<era da independência do império>>. Se a voz da consciência não me accusou até hoje o mínimo escrúpulo a respeito da imparcialidade com que tratei sempre de averiguar e de narrar os factos, não posso deixar de reconhecer que esta nova publicação leva grandes vantagens á precedente; assim pela maior cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros, aclarados pelo apparecimento de novos documentos ou por mais acurados exames. A Vossa Magestade Imperial, Senhor, Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu e sancionou a importância do estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor della entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na administração do Estado, e também para fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo e ennobrecer o espirito publico, augmentando a fé no futuro e na glória das lettras [...].

De acordo ainda com o autor, ao referir-se ao valor de sua obra, acreditava que a mesma: “pelos auxílios que podem prestar (independentemente dos que proporcionam á erudição e a litteratura) ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista,

tenaz audácia. A escravidão como ella foi admitida entre nós, alheia á ternura da família, endurecia o coração dos escravos, os quaes não queriam adquirir inclinações que de um a outro momento lhes seriam contrariadas, nem podiam interessar-se tanto pela prosperidade do seu próprio senhor, visto que della nada lhes cabia em sorte, desde o dia em que passavam a outro dono.”

ao administrador, ao diplomata, ao estratégico, ao naturalista, ao financeiro e aos vários artista” (VARNHAGEN, Tomo I, p. 17), ou ainda:

Seja, orém como for: saiba-se urqe desde que nos propuzemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever , com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização de nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegara a possuir,ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostamos com os prováveis desassocegos e injustiças futuras, - se é que não já presentes. Embora!. (Idem, Tomo I, p. 18).

Era através da disseminação do seu discurso polinizado a nação brasileira: instruir os povos dispersos nas províncias do vasto império à comunidade imaginada que o era a nação, a qual Varnhagen em prólogo à segunda edição de sua História Geral do Brasil refere-se como sendo:

<<Uma nação, diz outro talentoso escriptor francez, é um grupo mais ou menos considerável de famílias, provindas ás vezes de sangue mui differente, mas todas unidas pela identidade de espirito público: tem no passado uma só história, não duas: e se della rompesse as tradições, deixaria de apresentar-se devidamente>>. E de feito: a mesma historia nos dá exemplos do caro que tem pago algumas nações o pretenderem renegar de todas as tradições de seu passado; custando isso a umas o ser victimas do jugo estrangeiro, e a outras a perda de sua paz e tranqüilidade, envolvendo-se em guerras civis e de raças intermináveis, sem poderem mais encontrar núcleo de cristalização, que sirva de base a novos princípios de organização, admittidos por todos os cidadãos, pela poderosa e efficaz sancção dos séculos.Outras considerações farão ainda mais sensível a importância do estudo da historia pátria colonial. Por occasiãode ser proclamadaa independência e o império em 1822, o Brasil contava já em seu seio patricios eminentes, cidades policiadas e fontes de riqueza abertas pela agricultura, pela industria e pelo commércio.Forá tudo isso obra do accaso, ou creado de repente? Não. Custára a vida e o trabalho de um grande numero de gerações; e pouco a pouco se haviam hido accumulando os elementos para esse grande acontecimento; e já nas próprias escolas do paiz e da metrópole haviam formado os illustres patricios que encaminharam a obra de regeneração, tendo á sua frente um Príncipe que até então não viajára em terra estranha. (Idem, Tomo I, p. 8).

Era a e este tipo de obra à qual o *establishment* apresentava-se aberto. História Geral do Brasil, superava desta forma os procedimentos de interdição decalcados pelo IHGB desde seus primeiros trabalhos sociais. Varnhagen não poderia falar de tudo, mas apenas de determinados assuntos considerados dignos de instruírem os vindouros, o que se torna evidente nas palavras do autor ao referir-se ao movimento sedicioso ocorrido na província de Pernambuco em 1817:

Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição á corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco em março de 1817. è um assumpto para o nosso animo tão pouco sympathico que, se nos fora permittido passar sobre elle um véo, o deixaríamos fora de quadro que nos propozemos a traçar. (Idem, Tomo V, p. 177).

Movimento, que assim como o baiano de 1798,

[...] não se recommenda, muito mais que a da Bahia em 1798, pelas suas peças officiaes, nem pelos seus actos ou projectos. Nada proprio a inspirar sentimentos de heroísmo e de justiça á enthusiasmar e engrandecer o povo! E nem podia ser de outro modo em um movimento cujo principal cherfe era um homem a quem faltavam tantos predicados , como Domingos José Martins. (Idem, Tomo V, p. 198).

Observamos então, que, Francisco Adolfo de Varnhagen propõe-se a apresentar em sua História Geral do Brasil, da retórica epidictica, julgando; aplaudindo e ou ovacionando os agentes históricos, os quais deveriam apresentar-se à posterioridade, como exemplos de virtude e honradez, e o palco, onde estes personagens que pairam na obra varnhagiana, é a obra “epopéica”, de espalhamento do Estado e de valores civilizados por todo o indevassado território; e nestas relações estabelecidas entre o civilizado e racional Estado luso com o Bárbaro mundo, até mesmo aqueles que segundo o autor, possuem qualidades inferiores às lusas, podem ser absorvidos pelo processo.

Frente a tais características, como então inserir os nativos ou outro qualquer elemento destituídos de civilização como símbolos de brasilidade em História Geral do Brasil? Varnhagen não se opõe à um possível desenvolvimento destes povos, pois acredita que através da educação, da assimilação de valores civilizados (Idem, Tomo I, p. 48)⁹¹, eles poderiam tornar-se referências de práticas edificantes, emblemáticas, são as referências ao nativo Felipe Camarão,

Ilustre heroe índio commendador professo na ordem de christo Dom Frei Felipe Camarão. Associado a causa da civilização, desde a fundação da capitania do Rio Grande do Norte o celebre varão índio não deixava de

⁹¹ Em se tratando dos valores civilizados, ou a fal dos mesmo nos Bárbaros, as palavras de Varnhagen são basilares. Para o autor, “Os laços de familia, primeiro elemento de nossa organização social, eram mui frouxos. Os filhos não respeitavam as mães, e só temiam, emquanto os temiam, os Paes e os tios. No amor não havia que buscar sentimentos moraes. As delicias da verdadeira felicidade domestica, quase não podem ser apreciadas e saboreadas pelo homem no estado selvagem, rodeado de feras ou de homens feras, mal podem nelle prover-se a parte affectuosa da nossa natureza, a amizade, a gratidão, a dedicação.”

prestar de continuo aos nossos mui importantes serviços [...] Ao vê-lo tão bom christão, e tão differente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridades de geração; mas sim deve abysmar-nos a magia da educação que, ministrada embora á força, opera taes transformações, que de um barbaro prejudicial à ordem social pode conseguir um cidadão util a si e á pátria. (Idem, Tomo III, p. 87-8).

Ou ainda ao negro Henrique Dias, o qual era digno de ser:

[...] gratificado com o augmento de does escudos mensaes ou vinte e quatro anuaes, fóra os demais vencimentos [...] Receber igualmente em propriedade as casas e terrenos onde durante o sítio, tivera sua estância. Logo passou, segundo parece a Portugal, onde em fins de novembro de 1657, lhe eram pela corte mandados abonar todos os vencimentos que lhe deviam e, em 20 de março do anno seguinte, lhe foi concedida a patente de mestre de campo ad honorem. [...] Foi somennte depois de morto que os seus serviços receberam no Brasil [...] a mais gloriosa recompensa, ordenando-se para perpetua memória, que se organizassem em varia capitancias, corpos de soldados e officiaes, todos pretos, com o nome de Regimento dos Henriques. (Idem, Tomo III, p. 111-12).

E acreditamos que através desta construção narrativa, que para além de um processo de singularização, que Varnhagen pretende formular um estar no mundo, constituir-se como nação; pois conforme constatamos, o mesmo acreditava que todos os homens inserido inseridos nos limites do império, deveriam ser agregados pela “Ilustre Magistrado Alencar Araripe”, para o qual “nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres acções de seus maiores [...] O zelo de suffragar a virtude dos Paes é já nos filhos um princípio de virtude[...].” (Idem, Tomo I, p. 8).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Supúnhamos no início do presente trabalho, que tudo estivesse em rizoma. Hora temos a certeza que tudo está em rizoma. A História e a história são feitas em rizoma; entre desterritorializações, e reterritorializações, processos que acabam por estabelecer inúmeros devires.

Conforme constatamos ao longo de nossas reflexões, o Reino Unido a Portugal e Algarves não conhece sua autonomia, como desdobramento de sentimentos patrióticos, nem tampouco, sentimentos nacionalistas; os quais deveriam ser instituídos na prática cotidiana do cidadão brasileiro, apresentando-se então, frente à esta ausência, o Estado, representado por uma cadeia de intercessores, como instrumento de agenciamento sentimental e social.

Acreditamos, quando muito, na possibilidade de poder nos referir a existência de protonacionalismos, constituídos em torno de interesses localistas ao longo da experiência colonial, quer seja em oposição às praticas cerceadoras e espoliativas às liberdades por parte do poder central da metrópole ultramarina, dele internalizado, ou ainda quando da independência.

Práticas estas que, se por um lado, apresentavam-se como elemento a ser canalizado em favor da autonomia, antes do 7 de setembro; após a Instituição do Império, acabam por apresentar-se como elemento potencialmente dispersivo da unidade territorial e da ordem social estabelecida através da experiência colonial consolidada através de três séculos.

Independência articulada do alto para baixo, numa barganha estabelecida então aspirante ao trono tropical e potentados do então Reino Unido a Portugal e Algarves com vistas à salvaguarda de interesses privados.

Falta de consenso este entre as partes envolvidas no processo, que tornariam tormentosa as relações entre os poder central e as províncias até meados da década de 1840, contestações ao poder, que o uso das armas acabava por apresentar-se como elemento catalizador da conjuntura potencialmente dispersiva da tênue integridade territorial, da monarquia e do regime escravocrata.

Ainda que realizada a independência com apoio popular e parte da elites até então “reinóis”, ela não conseguiu criar, o brasileiro, a vontade convergente, o

sentimento de pertença à comunidade nacional. Mas o que era o Brasil? Quando de sua independência senão uma singularidade?

Uma monarquia enxertada em meio ao conturbado republicano e revolucionário continente americano. Uma ameaça às bárbaras repúblicas vizinhas? As quais, por sua vez, eram vistas como ameaçadoras às vistas civilizadoras imperiais? Um Estado subjugado, gente as teorias que começavam a se desenvolver, como relegado ao não desenvolvimento, por falta de pureza racial? O que era o império senão um aglomerado de províncias ligadas entre si pela força? Por Um poder central? Seria isto que o império do Brasil desejava ser?

Não. O Império do Brasil, seus dirigentes, seu imperador, desejavam ser brancos, civilizados, monarquistas, constituírem-se como nação.

Com vistas a tais objetivos, e entrelaçado a um projeto de cunho civilizacional, é fabricado pelos dirigentes imperiais em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição tida, conforme nos referimos em capítulos anteriores nos apoiando em proposições de vários estudiosos de nosso fazer-se historiográfico, como sendo a responsável pelo início da produção historiográfica nacional; posição da qual discordamos.

Conforme nos referimos, inúmeras foram as narrativas históricas materializadas, anteriormente à fabricação do *establishment*, quer seja ao longo do período colonial, sob a categoria de Reino Unido, ou mesmo ao longo do império.

Antonil, Gandavo, Salvador, Armitage, Southey, o próprio Caminha, não teriam escrito narrativas de cunho histórico? Não seguiram os ditames orientadores da construção historiográfica coevos ao momento em que materializavam suas narrativas? Acreditamos que sim, o que nos impede de dizer que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tenha sido o marco zero da produção historiográfica nacional; até mesmo porque, as análises que atribuem tal papel de gênese ao *establishment*, fazem a referida análise, dentro de balizas criadas pelo próprio Instituto; onde o Brasil é apresentado, anacronicamente, como uma realidade constituída já em 1500, e assim o sendo, a produção do conhecimento histórico, já era uma realidade.

Acreditamos que, se é o caso de traçar uma linha genealógica de nossa referida produção intelectual, e acreditamos que não seja, que possamos nos referir ao *establishment*, como o precursor no Brasil de nossa reflexão metodológica norteadora da produção historiográfica, assim como da disciplinarização do

conhecimento do passado, pois é com a fabricação do IHGB, que a produção historiográfica, então, brasileira, faz bulbo em rizoma, atravessado por interesses e contingências sincrônicas, elegendo desta forma, o que deveria ser lembrado, o que deveria ser esquecido, como deveria ser lembrado, porque deveria ser lembrado ou esquecido; sobre o que deveria apoiar-se o historiador em sua atividade de procedimento sintético de fabricação historiográfica.

Foi com a fabricação do *establishment* que se desenvolveu de forma sistemática uma maior preocupação com as bases sobre as quais deveria erigir-se o conhecimento histórico; tendo neste aspecto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, indiscutível importância na coleta e arquivamento de documentos referentes ao nosso fazer-se, seu arquivamento, assim como a publicação dos referido documentos nas páginas de seu periódico, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada até nossos dias com regularidade.

No entanto, um dos aspectos desta estabilização, em especial, nos é emblemático: o que se refere o “que” deve ser narrado; pois nem tudo deveria ser dito. Ao mesmo tempo em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro traçava os parâmetros do como deveria ser escrita a história pátria, se constituía ao longo de seus “trabalhos sociais”, uma ordem e policiamento discursivo, selecionando, como procedimento social, tudo o que deve ser narrado e tudo o que deve ser esquecido; instalando-se desta forma, frente à produção e difusão do conhecimento histórico, os procedimentos de exclusão; frente aos quais, as narrativas até então materializadas, não se mostrava como sendo dignas nem apropriadas para a realização do trabalho simbólico que era esperado pelos integrantes do *establishment*.

Segundo propunham então os integrantes do Instituto, conforme constatado em extensa pesquisa nas páginas de seu periódico, deveriam ser narrados, aqueles “factos” dignos de inspirarem a prática cotidiana do indivíduo habitante intra-fronteiras imperiais, assim como deveriam ser salvas da corrupção do tempo, aquelas vidas dignas de inspirarem a prática cotidiana do indivíduo em sua prática cotidiana convergente à edificação e agenciamento do estado Brasil sob a égide da nação; civilizada, íntegra; e escravocrata.

Não se tratava portanto, de uma simples narrativa do fazer-se Brasil, mas de uma determinada narrativa; com vistas à efetivação de objetivos delimitados pelos dirigentes imperiais; daí discordarmos dos estudiosos de nosso fazer-se como

narrativa histórica, que o IHGB tenha sido instituição “criada” com vistas à escrita da história do Brasil.

O *establishment* estava para além desta tarefa; o passado era apenas uma massa a ser modelada, rasgada e selecionada com vistas à fabricação de um futuro; a materialização de uma história pragmática, ausência sentida anteriormente a fabricação do *establishment*, era apenas uma das etapas do projeto civilizacional com vistas ao agenciamento da nação brasileira.

Neste processo onde o passado é submetido à interesses sincrônicos, à emotividade e seletividade da memória, a interesses de Estado, a história, que de tudo deve falar, desterritorializa-se e reterritorializa-se no platô da memória; apresentando-se nesta relação, como uma memória em devir história, entendida não como representação de mundo, mas uma verdade sobre o mundo, conforme propunha a cultura historiográfica oitocentista.

Apresenta-se então neste rizoma onde se imbricam história e poder, o Instituto, como um órgão de reprodução de um determinado passado, com vistas ao a reprodução e realização de um determinado futuro; fabulado este fabulado pelos dirigentes imperiais congregados no *establishment*, tratava-se então, de sua formulação de estar no mundo, sentir-se no mundo; uma história, um intercessor instituinte de uma imagem –escrita- capaz de apresentar-se como nação brasileira, fazer com que cada indivíduo se sentisse parte da nação brasileira, cidadão brasileiro.

Em rizoma, é eleito um decalque do que deveria ser a história do Brasil; decalque este materializado sob a pena do sábio bávaro Karl Friedrich Phillip Von Martius; e a partir de então, somos levados a acreditar que o campo de produção historiográfica, se apresentasse aberto à uma determinada obra capaz de atender aos interesses delineados pelo Instituto Histórico e Geographico Brasileiro e materializados no projeto de Martius.

Acreditamos que algumas das características deste decalque materializado pelo botânico bávaro, se apresentem como emblemáticas de seu fazer-se aceitar pelo processo; as quais se apresentavam de maneira convergente aos interesses dos dirigentes imperiais. Segundo propunha então Martius, esta referida história nacional, deveria apresentar-se como uma narrativa capaz de superar os provincialismos, o qual, no entender do autor, se demonstrava como uma ameaça à

integridade territorial, sendo esta, como constatamos ao longo de nosso trabalho, a maior das preocupações do poder central.

Característica de seu projeto que consideramos como de importância maior, é a referente ao tratamento que deve ser dado pelo “historiador filosófico do Brasil” ao tratar da particularidade de seu povo, o qual havia entrado em contato pela ação providencial, o que acreditamos que se apresente como um argumento de difícil contestação. Esta singularidade propiciada pela mistura de raças, apresenta-se, frente às aspirações civilizacionais do Império, como sendo um obstáculo à civilização dos povos do Brasil e sua constituição como nação; haja vista, no mundo europeu serem postas em curso, teorias desacreditando da viabilidade de desenvolvimento de povos hibridizados como o era o do Império do Brasil. Com tais proposições, Martius oferece então, àquele que viesse a se debruçar sobre a escrita da história nacional, um linha de fuga, capaz de fugir à esta fatalidade do destino à qual o Brasil estava teoricamente destinado.

Ainda que o autor do decalque norteador de uma história nacional estivesse marcado por sua formação em ciências naturais, e portanto pela frialdade descritiva, quer seja de seus espécimes ou eventos, ele ainda orienta ao historiador do Brasil, que sua narrativa deve primar pela escrita, sendo capaz de empolgar e despertar o patriotismo do leitor em seu ato de leitura, o que nos leva a crer que Martius já visse, assim como os integrantes da comunidade de imaginação congregada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acreditava que esta história nacional, deveria apresentar-se como um elemento instituinte de prática. Esta história deveria ser utilizada então, retoricamente.

A partir da materialização do decalque, acreditamos que o “campo de competição”, que o é o de produção do conhecimento – e acreditamos que todo e qualquer- estivesse aberto, e a chegada e colocação em órbita de uma obra que se “encaixasse” no projeto civilizacional imperial, era apenas uma questão de tempo.

Completando esta cadeia de intercessores imperiais, em nível dos estratos hora tomados para a realização de nosso trabalho, temos mais um elemento, o qual consideramos como o principal neste rizoma historiográfico-civilizacional que se desenvolve ao longo do segundo reinado: Francisco Adolfo de Varnhagen; o qual, diversamente do que propõe os estudiosos de nossa história escrita, não se apresenta na relação, como o Heródoto brasileiro, iniciador de nossa história, o fundador de uma historiografia nacional, ou ainda o pai da história nacional. E vos

perguntamos: teria a história um pai? Ou seria ela filha de inúmeros homens, mulheres e instituições? Deixamos a resposta em aberto.

Mais uma vez, acreditamos que não se trate de estabelecer uma genealogia da história da história do Brasil; e mais uma vez, acreditamos não ser o caso. Acreditamos poder nos referir à Varnhagen, de forma mais apropriada do que o marco zero de nossa produção historiográfica, como autor onde convergem várias ordens discursivas, tanto reminiscências do setecentos, como discursos sincrônicos ao oitocentos; iluminismo, cientificismo, historicismo, civilização, dentre vários outros, os quais se materializam em sua História Geral do Brasil, a qual acreditamos que se apresente em rizoma onde se imbricavam projeto de Estado e produção historiográfica, como um intercessor das relações em que Varnhagen estava entre.

Desta forma, acreditamos poder afirmar que sua História Geral do Brasil, apresenta-se como paradigma da historiografia nacional, por uma série de aspectos; haja vista, sua aceitação e as avaliações elogiosas feitas pelos integrantes do *establishment*, o que acaba por estabelecer um verdadeiro regime de *best sellers* na produção do conhecimento histórico nacional.

Dizemos que História Geral do Brasil, segundo propuseram os referidos estudiosos de nossa história, aos quais fizemos referência ao longo de nossa reflexão, sobrepõe às demais obras, por ser a mais completa e documentada obra de história nacional, apresenta-se como uma idéia magra do real e da complexa imbricação entre produção historiográfica e projeto civilizacional.

Inegavelmente, Francisco Adolfo de Varnhagen, possuía um domínio até então, desconhecido no que diz respeito ao conhecimento de fontes de nossa história, característica que podemos atribuir em parte, à capitalização do autor, de sua posição ocupada, como representante do Império, quer seja em missões na Europa ou na América, mas tal domínio de fontes, não se apresentava, frente às exigências sincrônicas da produção do conhecimento histórico, como uma opção do historiador, e sim, *conditio sine qua non* da produção do conhecimento histórico, pois frente à disciplinarização da produção do conhecimento histórico esta era a principal recomendação a ser seguida.

Acreditamos então, atribuir o chegar entre de Varnhagen e História Geral do Brasil se por ser a mais completa e documentada narrativa seja muito pouco; assim como acreditamos que não seja apropriado a referência de que Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu a história oficial do Brasil, conforme nos dizem os

comentadores da obra varnhageana, proposição que oferece impressão –falsa- de uma relação de incumbência de tarefa, pois acreditamos após nossas a realização de nossas pesquisas, não ser o caso; pois Varnhagen, inserido num contexto mais amplo, escreve mais uma história do Brasil, mas é inegável que este autor, tivesse por objetivo, conforme constatamos em suas missivas, que sua obra fosse “adoptada” pelo sistema de ensino imperial.

Mas entre o desejo e sua efetivação, existe um longo caminho, o qual se estende até a década de 1860, quando Joaquim Manuel de Macedo, toma História Geral do Brasil, como base da elaboração de um compêndio de primeiras letras históricas; o qual deveria ser utilizado inicialmente, no sistema oficial de ensino do Município Neutro –no Rio de Janeiro, o que se nos apresenta, como o coroamento da nova historia de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Para que a referida obra chegasse efetivamente entre, fosse posta em órbita, Varnhagen superou os procedimentos de interdição postos pelo *establishment*, submeteu o passado ao decalque constituído na relação, e estas são características que não podemos deixar de salientar para que possamos vislumbrar que antes de ser então o referido marco zero de nossa produção historiográfica, o “Heródoto brasileiro”, chegue entre.

Tinha então Varnhagen por objetivo, materializar uma história para o Brasil, não com vistas apenas em alcançar “apenas” uma verdade sobre o passado, segundo acreditavam ser possível os praticantes da historiografia oitocentista, verdade esta materializada após a rigorosa critica documental.

Este “novo passado” agenciado sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen, para além de uma memória cultural artificial, não tinha compromisso unicamente com o passado, mas com o presente com o qual se relacionava e notadamente com o futuro; segundo constatamos na análise de História Geral do Brasil; o que nos evidenciado em seus prólogos e prefácios, o que consideramos, como sendo característica da obra que nos auxilia a entender a sua colocação em órbita, pois narrativa materializada com vistas à utilização retórica na constituição da nação brasileira; mas como constatado em capítulo anterior, a “nova história” materializada sob a pena de Varnhagen apresenta-se de forma pouco apropriada para a realização de tal trabalho simbólico; haja vista sua debilidade estilística.

Era necessário que esta história se desterritorializasse da frialdade do discurso cientificamente produzido e se reterritorializasse na emotividade do discurso literário,

na seletividade dos processos *mnêmicos* e na eloqüência retórica, e que se reterritorializasse, numa máquina de guerra civilizacional; um livro rizomórfico.

Segundo as proposições norteadoras da produção historiográfica sincrônica à cultura historiográfica oitocentista, podemos dizer que Varnhagen não tinha por objetivo em sua obra, o primor estilístico, mas a verdade dos “factos” e a clareza do vernáculo, o proposições que tomadas unicamente, em nada nos auxiliam a vislumbrar o fazer-se aceitar pelo projeto civilizacional –o qual é um movimento.

Acreditamos desta forma, que Varnhagen pretenda desterritorializar o conhecimento da frialdade do conhecimento histórico cientificamente materializado, territorializando-o na emotividade do platô literário, através da forma que apresenta sua narrativa do fazer-se Brasil; uma luta da civilização contra as trevas, onde despontam nestas conflituosas relações marcadas pelo sucesso e pelos reveses, os varões preclaros de melhor e de pior qualidade, constituem-se neste processo, referências dignas de apresentarem-se como inspiradoras da prática cotidiana do cidadão brasileiro.

Em História Geral do Brasil, este panteão de “heróis” nacionais, antes de apresentar-se como a sacralização de determinados elementos de nossa história, e devemos ressaltar que eles são constituídos, quer sejam brancos, nativos ou negros, são elementos imprescindíveis à composição da obra, pois ela deveria apresentar-se como referencial do que deveria ser o brasileiro, o que deveria ser o Brasil; branco, civilizado, monárquico, íntegro; uma nação.

Varnhagen para além delimitar em sua obra o nos e outro, como freqüentemente é posto, acreditava na integração destes outros através da educação e adoçamento de seus costumes; sua nova história, propunha-se desta forma à realizar o trabalho simbólico de inserção de tais “outros” à nação brasileira, através da internalização dos preceitos ali apresentados; eventos e vidas pragmaticamente, escolhidos, segundo as palavras do próprio autor. Portanto, uma obra com vistas e capaz de ser utilizada retoricamente na instituição de uma forma de estar no mundo.

Utilizamos *ad nauseam* ao longo de nossas reflexões, categorias analíticas, que muito tem a ver, com a geografia e com a botânica; os platôs, os rizomas, as territorializações, e desterritorializações. Acreditamos que nos utilizar agora de mais uma figura, envolvendo tais ramos do conhecimento, seja apropriado.

O uso retórico de História Geral do Brasil, apresentando o processo do fazer-se Brasil como uma epopéia lusa em alem mar, Frente à singularidade e complexidade em que se realiza nosso processo de independência, não havia através do qual a amarra de nossa singularidade, é o enxerto em novas terras, de um grande tronco, de um elemento velho, pesado, e inadequadamente enxertado. Constatação coeva. O que acontece com este tronco enxertado em solo sem sustentação? Em solo não compactado, ligado entre si? Vemos todos dias, ao longo de nossas vidas, processos de erosão; mormente causados pela falta de ligação do solo; ligação que em nível dos estratos, aos nossos apresenta-se como tênue, frágil, mas sub-repticiamente, por debaixo do solo, existe uma grande comunidade rizomática responsável pela sustentação da terra, mantendo sua integridade, como um platô, ou ainda tornando-se forte o bastante para sustentar as grandes árvores que se elevam sobre si.

E como poderia a monarquia, sustentar-se em território tão ameaçadoras intempérie revolucionárias, em meio a um continente marcado pela revolução e pelo republicanismo?

Era necessário, a fim de manter a frondosa e pesada árvore, assim como a integridade do território que lhe oferecia sustentação, instituir sua própria cadeia rizomática, entendida esta cadeia rizomática, como o sentimento de pertença à comunidade nacional, Caberia então à História Geral do Brasil, a tarefa de agenciamento desta cadeia rizomática; a ligação entre os indivíduos das mais diversas províncias ao seu compatriota, sobrepondo-se aos sentimentos protonacionais e localistas constituído ao longo do processo do fazer-se Brasil, e desta forma, garantir a integridade orgânica do grande platô, uma nação, como realidade e sentimento, como aspirava apresentar-se o Império do Brasil. Rizomas: História, Memória e Retórica.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. p. 131.

_____. **Ensaio e Estudos**: Crítica e História. Civilização Brasileira, 1975.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A Hora da Estrela: história e literatura, uma questão de gênero?. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005. **História**: Guerra e Paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

ALENCAR, José de. **A pata da gazela**. São Paulo: Ática, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: **História da Vida Privada no Brasil**: Império. Luiz Felipe de Alencastro (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Atica, 1989.

ARMITAGE, John. **História do Brasil**: desde a chegada de Bragança, em 1808, até a abdicação de Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 61, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos (1959)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 2. v.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. bras. Hist.** [online]. 1998, v. 18, n. 36 [cited 03 September 2005], p. 331-366. ISSN 0102-0188. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-0188199000200014&lng=en&nrm=iso>.

_____. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Rev. Bras. Hist.** [online]. v. 23, n. 45, p. 209-238, July, 2003 [cited 03 September 2005]. ISSN 0102-0188. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882003000100009&lng=en&nrm=iso>.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro das sombras**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CEZAR, Temístocles Américo Correa. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^e siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Thèse**. Paris: École Des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: 1972.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. São Paulo: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. v. 1, São Paulo: 34, 1995.

DIAS, Gonçalves. Dias. Correspondência e Meditação. In: **Poesia completa e prosa escolhida**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1959.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Viagens Científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.

FALCON. Francisco. História e Poder. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. v. I. São Paulo: Globo, 1997.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Educ; Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia**. Brasília: UNB, 1981.

GINSBURG, Carlo. **Relações de Força**: Historia, Retórica e Prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raol. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

GUATTARRI, Felix; ROLNICK, S. **Cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Manoel Lima Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre, 2003.

_____. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 07, 1988.

_____. Para reescrever o passado como Historia: O IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. History and nature in Von Martius: scanning Brazil to build a nation. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. [online]. July/Oct. 2000, vol.7, no.2 [cited 08 September 2005], p.391-413. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renacidos**: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: UNESP, 2003.

LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**: Natureza e Civilização na viagem pelo Brasil (1817-1821). São Paulo: Hucitec, 1997.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca. **Rev. bras. Hist.** [online]. 1998, v. 18, n. 36 [cited 03 September 2005], p.0-0. ISSN 0102-0188. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200016&lng=en&nrm=iso>.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARSON, Isabel. **O Império do Progresso**: A Revolução Praieira. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 76.

MARSON, Izabel. **Política e memória**: A revolução praieira e suas fontes. Idéias, Campinas, jan./jun. 1998.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira (1855-1877)**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, v. 2, 1978.

MATOS, Olgária. A melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias. In: CARDOSO, Sérgio et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

MATTOS, Ilmar Rolhoff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec/INL, 1987.

MATTOS, Ilmar Rolhoff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAURO, Frederic. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de Narciso: ensaio de história regional**. São Paulo: SENAC, 2001.

MENEZES, Djacir. Von Martius (No centenário de sua morte – 13 de dezembro de 1869). In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo, 1972.

NEVES, Frederico de Castro. Inventando o Brasil... Uma visão historiográfica. In: **Revista de Ciências Sociais**. Universidade Federal do Ceará, v. 2, n. 31, 2000.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.

ODALIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979. PIRANDELLO, Luigi. **Um, nenhum e cem mil**. São Paulo: Cosa e Naify, 2002.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

REIS, José Carlos. **A História: entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Autentica, 2004.

_____. **A História: entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo I, 1839.

_____. Tomo II, 1840, (suplemento).

_____. Tomo III, 1841.

_____. Tomo IV, 1842, (suplemento).

_____. Tomo IX, 1847.

_____. Tomo V, 1843, (suplemento).

_____. Tomo VI, 1844.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo VII, 1845.

_____. Tomo XI, 1849.

_____. Tomo XVIII, 1855.

_____. Tomo XIX, 1856.

_____. Tomo XX, 1857.

_____. Tomo XXVI, 1863.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil. In: **Caderno Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, dez. 2002.

RICCI, Magda. **Assombrações de um padre regente: Diogo António Feijó (1784-1843)**. Campinas: UNICAMP, 2003.

RODRIGUES, Jose Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional: Brasília: INL, 1978.

_____. **Historia e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor limitada, 1965.

_____. **História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

_____. **Vida e história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 5, 1945.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Estação liberdade, 2003.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco**: um pensador do império. São Paulo: Topbooks, 2002.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil no segundo reinado. São Paulo: Topbooks, 1997.

SANDES, Noé Freire. **A Invenção da Nação**: entre a monarquia e a república. Goiânia: UFG, 2000.

SANTOS, Sandra Costa dos. **Cabanagem**: crise política e situação revolucionária. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **O Espetáculo das raças As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões Sociais e criação cultural na Primeira Republica. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes no pensamento brasileiro).

SODRÉ, Nelson Werneck. **As Razoes da Independência**. São Paulo: Graphia, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. **Rev. bras. Hist.** [online]. 1998, v. 18, n. 36 [cited 03 September 2005], p. 367-394. ISSN 0102-0188. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200015&lng=en&nrm=iso>.

_____. **A independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Religiosidade Popular no Brasil Colonial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

THUILLIER, Guy; TULARD, Jean. **Histoire locale et régionale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

TOMAZ, Fernando. Brasileiros nas cortes constituintes de 1821-1822. In: MOTTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo I, 1936.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo II, 1936.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo III, 1936.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo IV, 1936.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo V, 1936.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de; LESSA, Clado Ribeiro de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Cia das Letras, 1991.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1999.

WEHLING, Arno. **Estado História e memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios de crítica cultural. São Paulo: Edusp, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)